

Universidade Federal Fluminense (UFF)
Centro de Estudos Gerais (CEG)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH)
Programa de Pós Graduação em História (PPGH)

O PLEBISCITO DE 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos
sessenta

Demian Bezerra de Melo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade
Federal Fluminense, como requisito para
obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Virgínia Maria Fontes

Niterói
2009

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

M528 Melo, Demian Bezerra de.

O plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta / Demian Bezerra de Melo. – 2009.

227 f.

Orientador: Virgínia Maria Fontes.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2009.

Bibliografia: f. 216-227.

1. Referendum – Brasil. 2. Plebiscito – Brasil. 3. Goulart, João Belchior Marques, 1918-1976. 4. Crise política. I. Fontes, Virgínia Maria. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 324.620981

Folha de Aprovação

O PLEBISCITO DE 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos
sessenta

Demian Bezerra de Melo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade
Federal Fluminense, como requisito para
obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Virgínia Maria Fontes

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Virgínia Maria Gomes de Mattos Fontes (orientadora) – UFF

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos – UFF

Prof. Dr. Renato Luís do Couto Neto e Lemos – Universidade Federal do Rio
de Janeiro (UFRJ)

Niterói
2009

O PLEBISCITO DE 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta

Demian Bezerra de Melo

Resumo

Este trabalho discute as lutas políticas levadas a cabo pelo presidente João Goulart (1961-1964) e um amplo espectro de forças políticas pela liquidação do sistema parlamentarista. Este último foi instituído de forma casuística após a crise política provocada pela renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, e a tentativa dos ministros militares deste em impedir que o vice-Presidente, João Goulart, assumisse o Executivo federal. Na emenda constitucional que instituiu o parlamentarismo (o Ato Adicional), era prevista a realização de um plebiscito (ou referendun), em princípios de 1965, que decidiria pela continuidade ou não do novo sistema de governo. Desde sua posse, Goulart deixou clara sua intenção de antecipar o referendun e retornar o mais rápido possível ao sistema presidencialista. Para isto contou com a ajuda de lideranças políticas interessadas em concorrer às eleições presidenciais em 1965, como Magalhães Pinto, Juscelino Kubitschek, Leonel Brizola, forças políticas da esquerda, como comunistas e trabalhistas – que dirigiam importantes entidades do movimento sindical e popular – além de militares nacionalistas e alguns setores da imprensa. Em 15 de setembro de 1962, tais forças políticas conseguiram que o Congresso aprovasse a antecipação da consulta popular para o dia 6 de janeiro de 1963, quando o parlamentarismo foi rejeitado pela maior parte dos eleitores, numa proporção de cinco a cada seis.

O PLEBISCITO DE 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta

Demian Bezerra de Melo

Abstract

This task discuss the strifes from João Goulart (1961-1964) and from an ample spect of politic forces for the liquidation of the parlamental system. This one was instituted in a casuistry form after the politic crisis provoked by the renunciation of Jânio Quadros in august 1961, and the attempt of his military ministers to impede the vice-president, João Goulart, to take charge of the federal Executive. In the constitucional emendation that instituted the parlamentarism (the Additional Act), was foreseen the realization of a plebiscite (or referendum), in 1965 commencement, which would decide for the continuity or not of the new system of government. Since his possession, Goulart made transparent his intention of anticipate the referendum and return brevely to presidencialist system. For that, he counted with the help from the politic liderences interested in concour in the presidential elections in 1965, like Magalhães Pinto, Juscelino Kubitschek, Leonel Brizola, left politics forces, like comunists and labours – that applied importants entitys of the sindical and popular movements – yonder nacionalists militarys and some sectors from the press. In september 15 of 1962, that political forces obtained that the Congress approve the anticipation of the popular consultation to the january 6 of 1963, when the parlamentarism was rejected by the larger part of the electors, in a proportion of five in six.

Agradecimentos

Algumas pessoas foram fundamentais para a realização deste trabalho, e quero, correndo o risco de ser injusto, agradecer a todas elas. Em primeiro lugar a Renato Lemos, professor do curso de História da UFRJ e com quem tenho desenvolvido uma parceria intelectual ao longo dos últimos anos. Aliás, foi ele mesmo que me sugeriu o tema que desenvolvi nesta dissertação. Em seguida a Virgínia Fontes, professora da UFF, que aceitou orientar este trabalho e com quem tenho desenvolvido a reflexão teórica marxista e também uma boa amizade. No mesmo sentido Marcelo Badaró Mattos me ajudou muito, em primeiro lugar ao oferecer uma disciplina sobre o pensamento de Antonio Gramsci e sua fortuna crítica no Brasil, e depois ao me esclarecer diversos pontos sobre a história social do trabalho.

Mas não posso esquecer dos colegas de graduação e pós-graduação da UFF e da UFRJ. São eles, Felipe Demier, Patrícia Mafra, Tiago Saboga, Diana Berman, Mirna Aragão, Danilo Espínola, “Mineiro”, “Rodrigão”, Renake, Maya, Ana Kallas, Rachel Motta Cardoso, Cláudio Bezerra, Kênia Miranda, Leon Neves, Tiago Francisco, Sheila Castro, Amanda, Felipe “Maldito”, Bernardo Dau, Miguel Rego, Marília, Mariana, Martina Spohr, Fernanda Araújo, Pedro e Sá, Ricardo Teixeira, Eduardo Lima, Luana, Rafael, “Lulu”, Rominho, Maria Elisa Wildhagen Guimarães, entre outros. Dos amigos supra-citados, falaria particularmente de Felipe Demier, Patrícia Mafra, Tiago Saboga e Diana Berman, com quem desenvolvi alguns pontos importantes da discussão teórica que informa este trabalho. Não posso esquecer dos professores Carlos Gabriel e Norberto Ferreras da UFF, e José Paulo Netto, da Escola de Serviço Social da UFRJ, com quem tive a oportunidade de estudar.

Não posso deixar de agradecer a minha mãe, “Dona Ires”, que sempre incentivou meus estudos. A meu pai, Carlos Alberto e ao meu Avô, Antônio Camelo de Melo, que me contaram histórias e concederam entrevista sobre suas lembranças do plebiscito de 1963, em João Pessoa na Paraíba. Aos meus irmãos, David e Daniela.

Cleier Marconsin e Álvaro Frota, que têm me ajudado muito no estabelecimento no Rio de Janeiro e na minha trajetória acadêmica. Amigos com quem sempre tenho podido contar.

Um agradecimento especial para Rejane Carolina Hoeverler, que além de ser minha companheira, me ajudou tanto no levantamento de informações na imprensa dos anos sessenta, quanto na leitura dos originais deste trabalho. Não preciso nem falar que seu carinho e compreensão foram fundamentais na reta final do trabalho.

Não posso esquecer dos funcionários de todas as instituições públicas que foram visitadas na confecção deste trabalho, nos arquivos do CPDOC, Arquivo Nacional, APERJ, Biblioteca Nacional, ABI, AMORJ, entre outras. Os agradecimentos são estendidos aos funcionários do PPGH da UFF, sempre prestativos e atenciosos.

Por fim, agradeço ao CNPq por ter me concedido uma bolsa de estudos, fundamental para a viabilização material deste trabalho.

Nunca é demais reafirmar a minha responsabilidade sobre os pontos de vista e as conclusões deste trabalho.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2009

Sumário

Introdução - 1

Considerações sobre o estado da arte – 5

Justificativa – 10

Discussão conceitual – 10

Objetivos – 10

Hipóteses – 11

Metodologia e fontes – 11

Estrutura da dissertação – 13

Capítulo 1 – A crise dos anos 60 - 16

Breve comentário sobre a formação histórica do Brasil – 17

Formação do bloco-histórico populista – 23

Monopolização e crise da economia brasileira – 39

Crise orgânica e crise política – 51

Alterações no interior das frações das classes dominantes – 58

As classes subalternas e a crise dos anos 60 – 63

Crise militar – 74

Crise do regime – 84

Capítulo 2 – A campanha pela antecipação do plebiscito – 92

O processo político: da renúncia de Jânio ao parlamentarismo – 92

Um gabinete de conciliação nacional – 105

A reunião dos governadores em Minas Gerais – 108

A greve de 5 de julho de 1962 – 110

O gabinete de Brochado da Rocha e a luta pelo plebiscito – 129

O balanço da greve geral de setembro – 138

Capítulo 3 – A liquidação do parlamentarismo: a “verdadeira eleição de Goulart” – 141

O gabinete de Hermes Lima – 141

O esquema dos governadores – 148

O plebiscito sob perigo: a primeira tese de Mangabeira – 149

“Água benta” pelo referendo – 153

A montagem das estruturas da campanha – 155

O ISEB e o plebiscito – 161

O terrorismo de Lacerda contra o plebiscito – 168

As esquerdas e o plebiscito – 176

O 1º Seminário de Ciência Política da Bahia – 184

As vicissitudes dos parlamentaristas – 186

O IPES e o plebiscito – 189

O plebiscito e a crise orgânica – 198

A imprensa e o plebiscito – 204

A “verdadeira eleição” de Goulart – 208

Considerações finais – 212

Bibliografia – 216

Introdução

Sabe-se que o instituto do plebiscito remete à prática, no Império Romano, de uma deliberação da plebe convocada pelo tribuno. Os plebeus romanos, no ano de 287 a.c., conquistaram através da Lei Hortênsia o direito de validar suas decisões feitas em assembleias (*plebis concilium*) para todo o Estado, independentemente de sua aprovação pelo Senado. Nas modernas sociedades burguesas, o instituto, geralmente identificado com idéia de democracia direta, foi utilizado tanto pelo regime bonapartista do II Império francês (1851-1870), quanto no processo de unificação política da península itálica.

Ligado por uma evidente afinidade, o *referendum* é também um procedimento jurídico/político extensamente utilizado nos regimes das sociedades modernas. Entre os dois costuma-se estabelecer a distinção segundo a qual este último serviria para endossar atos vindos do Estado, enquanto o plebiscito seria o processo através do qual o poder político teria a permissão para praticar determinados procedimentos, ou realizar modificações legais, constitucionais etc. O certo é que tais distinções parecem não se coadunar com o uso tanto do termo plebiscito, quanto do referendo, no vocabulário político ao longo da história.¹ É o caso, por exemplo, do processo histórico analisado neste trabalho, e daí o fato dos dois termos aparecerem nas fontes e na própria dissertação de maneira indistinta. Deve-se considerar, em primeiro lugar, que nenhum dos plebiscitos (ou referendos) – inclusive o que discutiremos – pode ser entendido a partir de uma definição conceitual precisa, mas sim como um evento em meio às lutas entre as classes sociais, que entendemos ser o conteúdo material de qualquer processo político hodierno. Tomemos alguns exemplos históricos.

Após o afastamento de quase uma década da cena política, o general Charles De Gaulle reavivou a mentalidade chauvinista francesa, com a proposta de relocalizar o país no sistema mundial de Estados, disputando um lugar mais à “altura” para os negócios da burguesia daquele país. Instituiu a V República, impondo uma nova Constituição submetida a um referendo popular em 1958. Até 1962 três outras consultas populares foram realizadas na França, as duas últimas em 1962: em julho, pela descolonização da Argélia, e em

¹ Gladio Gema observa que as definições de “Plebiscito e que deveriam distingui[-lo] de *referendum*, não se coadunam com o uso da linguagem apresentado no curso histórico”. GEMA, G. “Plebiscito.” In. BOBBIO, N. *et. alii. Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 1986, p.927. Ver do mesmo autor, no mesmo dicionário, o verbete “Referendum”, p.1074-1077.

outubro, pela instituição da eleição direta para a presidência da República. Recentemente, a partir da emergência do governo de Hugo Chávez na Venezuela, desde que um referendo popular aprovou a nova Constituição “Bolivariana” (1999), o instituto do plebiscito tem sido largamente utilizado para endossar novas reformas na estrutura legal do país vizinho, como o recente, realizado em 15 de fevereiro, que aprovou a possibilidade de mais uma reeleição para o presidente venezuelano. A prática dos referendos tem sido seguida pelos governos de Evo Morales na Bolívia e Rafael Corrêa no Equador, constituindo uma marca de tais governos. No caso destes governos latino-americanos, os plebiscitos, ao lado dos processos eleitorais formais, têm sido um elemento incômodo às oposições liberais-burguesas destes países e de seus aliados nas respectivas embaixadas norte-americanas, que sempre desejaram identificá-los como “ditaduras”. Comparando tão distintas experiências históricas, de De Gaulle a Chávez, um plebiscito (ou *referendum*) pode expressar diversos conteúdos políticos, dependendo da correlação de forças políticas de uma dada formação social, em uma situação histórica particular e das opções feitas pelos atores políticos.

No caso em tela, o plebiscito de 6 de janeiro de 1963 foi feito para decidir pela continuidade ou não do sistema parlamentarista, instituído durante a crise de agosto/setembro de 1961 para esvaziar os poderes do cidadão que possuía os atributos legais para ocupar o cargo de presidente da República: João Belchior Marques Goulart. A maior parte da esquerda, setores do centro e até da direita conseguiram mobilizar quase a totalidade do eleitorado brasileiro – que neste período já ultrapassava 18 milhões – para que Goulart fosse ungido com os poderes típicos do presidencialismo, consagrados na Constituição de 1946. Pouco mais de um ano depois, Goulart e, junto com ele, o regime populista, foram derrubados por um golpe de Estado, planejado por entidades empresariais (aparentemente inofensivas) como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), militares da Escola Superior de Guerra, líderes políticos de todos os matizes da direita e pela embaixada dos EUA no Brasil. Também conspiraram alguns setores políticos que, curiosamente, haviam apoiado Goulart em sua campanha contra o parlamentarismo, como é o caso do então governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto. Antes de sua queda, Goulart e o seu círculo político voltaram a falar de plebiscito, desta vez para forçar o Congresso Nacional a aprovar as chamadas reformas de base.² Antes disso, no início de 1963, por

² Em depoimento a Dênis de Moraes, o ex-Consultor Geral da República do governo Goulart, Waldir Pires, afirmou: “Entre as reformas políticas que nós propúnhamos – e eu escrevi essa formulação na última

esmagadora maioria (9.457.488 contra 2.073.582 votos), o eleitorado brasileiro optou pelo retorno ao sistema presidencialista, dando a Goulart um “voto de confiança”, como definiu um jornal carioca.³

Resultado de um arranjo institucional que visava à manutenção da ordem constitucional frente à ameaça de setores golpistas das Forças Armadas, o parlamentarismo foi instituído de forma casuística, após a renúncia espetacular de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961. Nesta data, João Goulart encontrava-se em visita oficial à República Popular da China depois de ter passado alguns dias na URSS. Opositor do governo representado por Jânio, Goulart fora virtualmente elevado à condição de chefe do Executivo federal numa data carregada de simbolismos político-ideológicos: o Dia do Soldado. A ocorrência de solenidades militares na capital e nas principais cidades da República criou um ambiente propício para que a notícia da renúncia corresse como um rastilho de pólvora entre setores da caserna. Diante do ocorrido, o deputado Ranieri Mazzili, presidente da Câmara dos Deputados, assumiu temporariamente o Executivo, mas teria que passá-lo, conforme rezava a Carta de 1946, ao vice-presidente eleito. Naquela conjuntura, os ministros militares de Jânio (general Odílio Denis, brigadeiro Gabriel Grun Moss e almirante Sílvio Heck) pronunciaram-se publicamente contra a posse de Goulart, posição comunicada ao Congresso Nacional pelo próprio Mazzili.

A reação aos propósitos golpistas dos ministros militares veio do extremo sul do país, por meio do então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, correligionário de Goulart no PTB gaúcho. Este conseguiu o apoio militar do general Machado Lopes, comandante do III Exército, que se pôs ao lado da legalidade. O clima de polarização se instaurou e uma guerra civil tornou-se iminente. Entretanto, seguindo uma velha tradição nacional, operou-se um acordo político: a posse de Goulart seria garantida mediante a instauração do sistema parlamentarista, que, na prática, retirava os poderes do presidente da República. Um dos fiadores do acordo, o político mineiro Tancredo Neves, tornou-se primeiro-ministro. Mas Ato Adicional (a Emenda Constitucional Nº 4) que instituiu o parlamentarismo previa a realização de um *referendum* nove meses antes do final do

mensagem do Presidente João Goulart –, se situava a hipótese do plebiscito toda vez que houvesse um conflito na posição de reforma do Presidente da República ou do Congresso Nacional.” MORAES, D. *A esquerda e golpe de 64*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989, p.217.

³ *Jornal do Brasil*, 8 de janeiro de 1963.

mandato de Goulart, para que fosse endossado ou não o novo sistema de governo. Assim, ficava aberta a possibilidade de retorno ao presidencialismo.

No curto período em que existiu, o parlamentarismo foi uma fórmula política de compromisso extremamente frágil, marcada por momentos de crise, provocados, em parte, por setores interessados na volta ao antigo sistema presidencialista. Em pouco mais de um ano foram três gabinetes: Tancredo Neves, Brochado da Rocha e Hermes Lima. Se o primeiro caracterizou-se por uma tentativa de formar um governo de coalizão, contendo representantes de diversos setores do espectro político (da UDN ao PTB), os gabinetes que o sucederam estiveram empenhados explicitamente na antecipação da consulta plebiscitária. Decorrente do acordo de improviso, o parlamentarismo era pouco institucionalizado, deixando margem a controvérsias sobre o papel do primeiro-ministro e do presidente da República em diversas matérias, além das dúvidas sobre a aplicação do parlamentarismo nos Estados, o que, certamente, contrariava interesses dos governadores. Sobre este último ponto é ilustrativa a reunião que ficou conhecida como Conferência de Araxá (MG). Convocada em meados de 1962 pelo então governador daquele estado, Magalhães Pinto, reuniu governadores de praticamente todos os estados da federação, declarando-se favoráveis à antecipação do plebiscito.

Neste cenário destacaram-se também importantes iniciativas oriundas do movimento sindical, que realizou duas greves gerais, em julho e setembro do mesmo ano: a primeira, pela formação de um gabinete nacionalista e a segunda, com a antecipação do *referendum* encabeçando a pauta de reivindicações. Também a caserna posicionou-se em face da matéria através de declarações públicas dos ministros militares, como em agosto do mesmo ano, quando Nelson de Melo (Exército), Pedro Paulo Suzano (Marinha) e Reinaldo de Carvalho (Aeronáutica) lançaram um manifesto reivindicando a antecipação do plebiscito. Finalmente, em 15 de setembro foi aprovada a antecipação da consulta plebiscitária para o dia 6 de janeiro de 1963, em meio à crise que resultou na renúncia do segundo gabinete, uma greve geral e a proximidade das eleições federais de outubro. No dia 1º de janeiro de 1963, como forma de selar o apoio da classe trabalhadora pela volta ao presidencialismo, João Goulart concedeu aumento de 75% ao salário mínimo.

Pode-se, assim, falar de uma campanha pela antecipação do Plebiscito e posteriormente outra, pela volta ao presidencialismo, que envolveu amplos setores da

sociedade brasileira. De meados de setembro de 1962, quando foi marcada a data do *referendum*, até o dia 6 de janeiro de 1963, ocorreram comícios, intensa mobilização das bases sindicais, debates públicos no rádio – então o principal meio de comunicação de massas –, imprensa, além de debates parlamentares, em que intervieram históricos defensores do parlamentarismo e do presidencialismo. Também existiram protestos e até escaramuças golpistas de elementos descontentes com a antecipação do plebiscito, que, no entanto não surtiram o efeito desejado.

No plebiscito perguntou-se ao eleitor se este desejava a continuidade do sistema parlamentarista (SIM), ou se desejava o retorno ao presidencialismo (NÃO). Cinco em cada seis eleitores decidiram pelo NÃO. Goulart governou pouco mais de um ano imbuído dos poderes típicos do presidencialismo. Contudo não concluiu seu mandato, em razão de um golpe de Estado que o destituiu.

Considerações sobre o estado da arte

A campanha do plebiscito mereceu pouca atenção da análise social e da historiografia, figurando apenas como uma breve passagem dos trabalhos dedicados a explicar o golpe de Estado de 1964. Naquela que, em nossa opinião, é a mais consistente interpretação do ocaso do governo Goulart e do regime populista, a de René Armand Dreifuss, o plebiscito é mencionado brevemente, e a campanha anti-parlamentarista é vista como momento “paradoxal” de relacionamento entre a “elite orgânica” do IPES e o governo Goulart.⁴

No entanto, trabalhos que dedicaram maior espaço ao *referendum*, como o de Argelina Cheibub Figueiredo,⁵ não apresentam uma visão satisfatória do processo político. Há, entre a perspectiva por nós adotada e desta autora um total desacordo, que fica claro quando observamos o significado atribuído por ela aos principais acontecimentos dos anos sessenta e ao sentido do processo. Argelina Figueiredo considera a emenda parlamentarista uma vitória das forças democráticas interessadas em manter a ordem constitucional – o que já é um ponto de vista bem criticável –, e a partir disto discute as marchas e contramarchas para institucionalizar o sistema parlamentarista.

⁴ DREIFUSS, R. A. 1964: *A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981, p.149, nota 26.

⁵ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

A questão é que, como a própria autora reconhece, muito mais importante que as ações de certos setores políticos para viabilizar o parlamentarismo, estão as ações de um espectro político mais amplo para reverter ao presidencialismo, que Figueiredo chama de “coalizão anti-parlamentarista”. Segundo a autora, a decisão desta coalizão, liderada por Goulart, teria jogado fora uma oportunidade de “combinar um programa moderado de reformas com a manutenção da democracia”. O parlamentarismo, antipopular e fruto de um casuísmo, foi, para esta autora, o momento não aproveitado que poderia ter salvo a democracia. Como já discutimos em outro lugar,⁶ a idéia de “reformas moderadas” de Figueiredo não possui rigor teórico, como fica evidente quando a autora discute as lutas parlamentares em torno do projeto de reforma agrária pretendido pelas esquerdas. Simplesmente afirma que “tanto o IPES como o Partido Comunista concordavam” com a reforma agrária,⁷ mas a “intransigência” e o radicalismo das esquerdas teria impedido a negociação de um projeto viável. Esta visão é displicente com o sentido social antagônico dos projetos de reforma da estrutura fundiária defendidos pelos comunistas em relação àqueles da “elite orgânica” (no dizer de Dreifuss), e peca ao tentar desconsiderar esta questão trabalhando com uma escala de valor entre reformas “moderadas” e “radicais”, o que em si não revela o conteúdo de classe das mesmas. Outro problema é que a autora trata as disputas parlamentares em torno da antecipação do plebiscito e a volta do sistema presidencial, verbalizando os argumentos da chamada “banda de música” da UDN⁸ e do IPES, que, como veremos, questionaram a legalidade do *referendum* de 6 de janeiro de 1963. Nesse sentido, mesmo tendo manipulado uma série de fontes relevantes para a compreensão da campanha do plebiscito, seu ponto de vista teórico, em nossa opinião, impede a compreensão adequada do sentido deste processo.

Outra análise sobre o plebiscito que merece ser comentada é um pequeno artigo de Maria Vitória Benevides, “O plebiscito de 1993 à luz do precedente de 1963”,⁹ que apresenta uma explicação ainda mais reducionista e problemática que a de Figueiredo. Em

⁶ MELO, Demian. “A miséria da historiografia”. *Outubro*, n.14, 2006, p.111-130

⁷ FIGUEIREDO, *Democracia ou reformas?*, op. cit., p. 194.

⁸ Das correntes no interior da UDN, a “banda de música” era formada pelo setor que historicamente questionou a legalidade de uma série de eventos da República de 1946, particularmente os resultados eleitorais dos pleitos de 1950 e 1955, que elegeram Vargas e Kubitschek respectivamente. Dela faziam parte os deputados Herbert Levy, Menezes Côrtes, Aliomar Baleeiro, Bilac Pinto, João Agripino, o governador Carlos Lacerda, entre outros. BENEVIDES, Maria Vitória M. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p.137-138.

⁹ BENEVIDES, M. V. “O plebiscito de 1993 à luz do precedente de 1963.” *Lua nova*, n. 28/29, 1993.

primeiro lugar, porque estabelece um imperativo de que o “mau exemplo” do plebiscito de 1963 estava na participação direta do Executivo na campanha. É claro que as preocupações da autora estavam ligadas ao plebiscito de 1993, mas nas comparações de situações históricas devem ser sempre enfatizadas suas particularidades e nada explica o fato de que Benevides cobre que os atores políticos se comportem como se fossem “cientistas políticos”. Outro problema do artigo é simplesmente não abordar com um mínimo de argúcia a origem do parlamentarismo que foi testado nas urnas, sendo este aspecto ligado ao anterior, com a cobrança de que Goulart agiu indevidamente, cooptando “militares, lideranças sindicais, intelectuais vinculados ao ISEB e governadores interessados na volta do presidencialismo”,¹⁰ numa imagem que sugere uma relação sem mediações entre, por exemplo, as demandas dos sindicalistas e as manobras de Goulart para ampliar seus poderes. Por fim, na narrativa da autora sobre a “campanha nacional pela antecipação do plebiscito” há uma sintomática ausência das duas greves gerais de 1962 e das mobilizações sindicais, o que em nossa opinião compromete decisivamente qualquer explicação do processo político naqueles anos.

Kenneth Paul Erickson, em trabalho mais amplo sobre o sindicalismo no processo político brasileiro,¹¹ destaca a importância das duas greves gerais em 1962 na campanha de Goulart pelo retorno do presidencialismo. Atribui o sucesso destas greves ao que seria uma colaboração entre líderes sindicais e oficiais militares nacionalistas, que dariam cobertura às greves e que se aliavam com setores reformistas, o conhecido “dispositivo sindical-militar”. A hipótese de Erickson quanto a estas greves é que as forças públicas estaduais não conseguiram reprimi-las, pois setores militares dariam cobertura a estes sindicalistas. Controvérsias à parte, sua perspectiva está mais próxima do entendimento das alianças e lutas entre grupos e classes sociais nos idos dos anos sessenta, e é verdade que oficiais nacionalistas deram declarações públicas, pressionando o Legislativo para que o plebiscito fosse realizado conjuntamente com as eleições de 7 de outubro. Mas talvez seja mais interessante explorar os limites desta colaboração entre militares e sindicalistas, pois as forças públicas estaduais nunca deixaram de fazer prisões de sindicalistas, o que denota que não houve ausência de repressão. Além do mais, tais oficiais nacionalistas se opuseram às duas greves gerais, como veremos no segundo capítulo desta dissertação. O movimento

¹⁰ *Idem*, p.79.

¹¹ ERICKSON, K. P. *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

sindical (hegemonizado pela aliança PCB/esquerda do PTB), e as alianças deste com setores nacionalistas das Forças Armadas, certamente fizeram parte daquele momento histórico, mas é exagerado atribuir o sucesso destas greves ao “dispositivo sindical-militar”; de qualquer modo, Erickson jogou uma importante luz sobre a campanha do plebiscito.

Estando nosso objeto inserido no contexto do governo de João Goulart (1961-1964), cabe comentar algo sobre a literatura dedicada ao mesmo. Esta, na verdade, é extremamente extensa, circunscrevendo desde livros escritos imediatamente após o golpe de Estado, como o de Edmar Morel, *O golpe começou em Washington*,¹² constando em capítulos de obras mais gerais, como no clássico de Skidmore,¹³ passado por aqueles de natureza mais sociológica, como *O colapso do populismo*, de Otávio Ianni,¹⁴ pelos trabalhos seminais de Moniz Bandeira,¹⁵ de René Armand Dreifuss¹⁶ e de Caio Navarro de Toledo,¹⁷ do cientista político Wanderley Guilherme dos Santos,¹⁸ até chegar na bibliografia de caráter mais revisionista, com o trabalho supracitado de Argelina Figueiredo Cheibub e o de Antônio Lavareda,¹⁹ que por sua vez tem sido seguido por Jorge Ferreira²⁰ e Daniel Aarão Reis,²¹ em artigos e capítulos de livros recentemente publicados. Pelos limites desta introdução, comentaremos apenas os trabalhos destes últimos autores que são paradigmáticos de uma tendência recente na historiografia brasileira, à qual nosso trabalho visa contrapor-se.²²

¹² MOREL, Edmar. *O golpe começou em Washington*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1965.

¹³ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

¹⁴ IANNI, Otávio. *O colapso do populismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

¹⁵ BANDEIRA, L. A. M. *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

¹⁶ DREIFUSS, *A conquista do Estado*, op. cit.

¹⁷ TOLEDO, C. N. *O governo*

¹⁸ SANTOS, W. G. *Sessenta e quatro: a anatomia da crise*. São Paulo: Vértice, 1986.

¹⁹ LAVAREDA, Antônio. *A Democracia nas Urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo & IUPERJ. 1991.

²⁰ FERREIRA, J. “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

²¹ Ver, entre outros, REIS, Daniel Aarão. “O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita.” In FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.

²² Em outro lugar, tivemos a oportunidade de intervir neste debate: MELO, “A miséria da historiografia.” op. cit. Ver também MATTOS, Marcelo Badaró. “Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia.” *História & Luta de Classes*, nº 1, abril de 2005, p.7-18.

Tais trabalhos recentes podem ser caracterizados como revisionistas,²³ posto que seu mote tem sido atribuir à radicalização das esquerdas e a “falta de apego” destas pela “democracia” as razões para o golpe de Estado. A insurreição das classes dominantes é quase uma reação ao fato da esquerda ter adotado “a estratégia do confronto”.²⁴ Há ainda, no caso de Ferreira, um processo de reificação da esfera política, quando o conflito entre esquerda e direita é deslocado do chão social e os acontecimentos de março/abril de 1964 são descritos nestes termos: “Entre a radicalização da esquerda e da direita, uma parcela da população apenas assistia aos conflitos silenciosa.”²⁵ Já no caso de Aarão Reis, complementando a última visão, o golpe e a ditadura são vistos como uma “construção histórico social de toda a sociedade brasileira”. Assim, todos, os vitoriosos e os vencidos, os torturadores e torturados, são colocados em pé de igualdade e de responsabilidade face àqueles acontecimentos.²⁶

Mas, o que se chama aqui de revisionismo também tem o seu lado espetacular, expresso, por exemplo, no trabalho do historiador Marcos Antonio Villa,²⁷ que parece ter um problema pessoal com as esquerdas do pré-64, ao afirmar, sem ao menos apresentar qualquer prova em seu favor, que Goulart pretendia dar um golpe, o que transformaria o próprio golpe num “contra-golpe”, tal como aparece nas narrativas dos próprios golpistas.²⁸

Neste sentido, consideramos o estudo da fase parlamentarista do governo Goulart, onde se insere nosso objeto de pesquisa, uma oportunidade para lançar outras questões sobre este período tão conturbado da vida brasileira e, certamente por isto, alvo de tantas controvérsias na historiografia e na pesquisa social mais ampla.

²³ O termo “revisionismo” para esta historiografia foi cunhado originalmente por Caio Navarro de Toledo, em artigo escrito no aniversário dos quarenta anos do golpe. TOLEDO, C. N. “1964: golpismo e a democracia. As falácias do revisionismo.” *Crítica Marxista*, n.19, 2004, p.27-48.

²⁴ Em artigo, que na verdade é uma reprodução com poucas modificações do capítulo do livro supracitado, Ferreira evidencia esta tese. FERREIRA, J. “A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular”, *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n°. 47, p.181-212 – 2004.

²⁵ FERREIRA, “O governo Goulart...”, op. cit., p.400. Não há como não lembrar do dizer virtuoso de Aristide Lobo sobre a proclamação da República, quando o povo “assistiu aquilo bestializado”.

²⁶ Renato Lemos chama atenção para a necessidade de diferenciar, de acordo com a responsabilidade de seus atos, os participantes do processo político brasileiro: “Houve os que depuseram um governo e os que perderam o poder. Houve os que mataram e os que morreram, os que torturaram e os que sofreram com isso.” LEMOS, Renato. “Anistia e crise política no Brasil pós-1964.” *Topoi*, n. 5, set. 2002, p. 305.

²⁷ VILLA, M. A. *Jango: um perfil (1945-1964)*. Porto Alegre: Globo, 2004.

²⁸ Sobre isto, ver o artigo supracitado de Caio Navarro de Toledo, “As falácias do revisionismo.” op. cit.

2 - Justificativa

A inexistência de um estudo específico sobre o plebiscito de 6 de janeiro de 1963, assim como da campanha que envolveu diversos setores da sociedade brasileira pelo retorno ao presidencialismo, aliada à importância do tema na reflexão sobre as vicissitudes da democracia brasileira no período, nos leva a acreditar na pertinência deste estudo.

3 - Discussão conceitual

Entendemos que o objeto deste trabalho está inserido numa crise de formas de dominação e representação política cujo entendimento pode se beneficiar de alguns conceitos formulados por Antonio Gramsci para a análise política, em especial o de “crise orgânica”. Este conceito trata de uma situação em que os partidos políticos tradicionais não são mais reconhecidos como representantes dos interesses das classes sociais e/ou frações de classe, abrindo espaço para soluções de força. Nessas situações históricas, instituições burocráticas, associações privadas, imprensa etc. ganham maior autonomia e passam a interferir de forma mais contundente na cena política.²⁹ Nesse sentido, há como pressuposto a compreensão da cena política como expressão da articulação dos interesses de classe, sendo os partidos políticos entendidos como “sistemas hegemônicos no interior dos Estados”, como também definiu Gramsci. É então articulando os partidos políticos existentes com suas bases sociais que entendemos o processo político em questão.

4 - Objetivos

São basicamente dois os objetivos deste trabalho. O primeiro, mais geral, visa compreender o significado social e político da heterogênea e contraditória frente que construiu a campanha pela antecipação do plebiscito e da vitória da posição favorável ao presidencialismo. O segundo é historiográfico, e tem o fito de contribuir para o preenchimento de importante lacuna no conhecimento do processo político brasileiro nos anos 60, apontando as conexões do *referendum* com tendências mais gerais do regime democrático e com o golpe de 1964.

²⁹ GRAMSCI, Antonio. Caderno 13, *Cadernos do cárcere*, vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.60-61.

5 - Hipóteses

A campanha em torno do plebiscito de 1963 condensa elementos da crise do regime democrático brasileiro no plano das formas de dominação política cujas raízes remetem a questões que estão além das alternativas entre presidencialismo e parlamentarismo, sendo este um momento rico para a análise do que acreditamos ser uma “crise orgânica”.

6 – Metodologia e fontes

A abordagem da campanha plebiscitária implicou na análise das motivações e articulações das forças política mais relevantes, tanto coletivas quanto individuais. Em consequência, trabalhamos com uma tipologia de atores políticos que subordina a organização inicial das fontes prioritárias para a pesquisa. Utilizamos a seguinte classificação:

- a) documentação do Executivo federal;
- b) elites políticas;
- c) entidades empresariais;
- d) movimento operário;
- e) imprensa;
- f) literatura memorialista e entrevistas já publicadas com atores políticos.

a) Sobre a documentação relativa ao Estado, agrupamos aquelas produzidas no âmbito do Executivo federal. Temos uma boa parte depositada no Arquivo Nacional (RJ), nos Fundo do Conselho de Ministros Parlamentarista; e ainda os arquivos privados de atores políticos que ocuparam cargos no Executivo federal, Hermes Lima e João Goulart, todos depositados no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV).

b) Sobre as elites políticas, utilizamos os arquivos privados de Gustavo Capanema, Juracy Magalhães, Etelvino Lins, Ernani Amaral Peixoto e Juarez Távora, todos depositados no CPDOC/FGV. Nesse caso, a documentação agrupa o setor de oposição ao Executivo trabalhista, militares e civis, completando o quadro da cena política do período.

c) Sobre o empresariado, optamos pela documentação do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) por considerá-lo o setor que se organizou e influenciou decisivamente na política do período. A documentação do IPES está depositada em dois fundos no Arquivo Nacional (RJ), o do próprio IPES e o do empresário, e membro do instituto, Paulo de Assis Ribeiro. Neste último também pudemos consultar documentação referente ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que atuava junto ao IPES, e possuía como periódico a revista *Ação Democrática*.

d) Já sobre o movimento sindical, utilizamos documentação referente ao período depositada no Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ). Foi particularmente consultada a coleção completa do periódico do PCB, *Novos Rumos*. Na biblioteca do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, pudemos consultar o jornal *Bancário*.

e) A Imprensa foi tratada como um ator político. Além do olhar particular sobre cada evento, foi dada especial atenção aos editoriais, *locus* privilegiado da opinião política do jornal. Na divisão de periódicos da Biblioteca Nacional (RJ) há um razoável acervo dos principais jornais de grande circulação do país naquela época, e nesta consultamos: *Jornal do Brasil* (RJ), *O Globo* (RJ), *Correio da Manhã* (RJ), *Tribuna da Imprensa* (RJ), *O Estado de São Paulo* (SP), *Folha de São Paulo* (SP), *Última Hora* (RJ), *Correio do Povo* (RS), *Diário de Pernambuco* (PE), *O Diário de Notícias* (RJ) e *Diário Carioca* (RJ). Também na Biblioteca Nacional pudemos consultar o jornal da Frente Parlamentar Nacionalista, *O Semanário*, onde foi possível acompanhar a ação de um dos mais significativos atores políticos do período. Neste item também utilizamos o primeiro volume de *Introdução à revolução de 1964* (Rio de Janeiro: Artenova, 1975), do jornalista Carlos Castelo Branco, onde estão compiladas suas colunas nos jornais *Tribuna da Imprensa* e *Jornal do Brasil*, entre os anos de 1962 e 1964. Na biblioteca da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), pudemos ter acesso às coleções das revistas semanais *O Cruzeiro* e *Manchete*, além da *Revista Brasiliense*.

f) Por fim, foram de grande valia a literatura memorialística e entrevistas já publicadas, referente a atores políticos relevantes, que participaram de forma importante naquela quadra histórica. Destacamos os livros de memórias de Auro Moura Andrade (*Um Congresso contra o arbítrio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985), Hermes Lima

(*Travessia: memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974), Roberto Campos (*A Lanterna na Popa*. Vol 1. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994) e Paulo Schilling (*Como se coloca a direita no poder*. São Paulo: Global, 1979). Utilizamos o conjunto de entrevistas feitas por Denis de Moraes (*A esquerda e o golpe de 64*. Rio de Janeiro: Espaço & Tempo, 1989), Afonso Arinos (*O intelectual e o político: encontros com Afonso Arinos*. Senado Federal: Dom Quixote; Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 1983), Cordeiro de Farias (CAMARGO, Aspásia & GÓES, Walder. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981) e ainda os volumes com entrevistas diversas feitas pelo núcleo de História Oral do CPDOC-FGV (MOTTA, Marly Silva da; ALBERTI, Verena & ROCHA, Dora (orgs.) *O salão dos passos perdidos; depoimento ao CPDOC*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira/FGV, 1997 e D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. (Int. e Org). *Visões do golpe: A memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994).

Estrutura da dissertação

Este trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, abordamos a crise dos anos sessenta, tentando compreendê-la a partir de determinações presentes em temporalidades distintas. Os elementos de longo prazo compreendem a forma de objetivação da sociedade burguesa no Brasil a partir do conceito gramsciano de revolução passiva (que implica na forma de resolução da questão agrária e camponesa a partir da modalidade prussiana), passando pela formação do bloco histórico e do regime populista, (quando se realiza a etapa decisiva da formação do modo de produção especificamente capitalista no Brasil, com o avanço na industrialização). Neste capítulo é apresentada uma caracterização dos principais partidos em que se dividia a classe dominante no Brasil: o nacionalismo burguês (cesarismo varguista) e o partido liberal-oligárquico. Em seguida são incorporados elementos de um prazo médio, de impacto direto na conjuntura dos anos sessenta, a saber, o processo de monopolização da economia brasileira, que desemboca na crise de 1962/1967. A partir desta estrutura objetiva, discutem-se as modificações ocorridas nas frações das classes dominantes e também a emergência de diversos movimentos das classes subalternas, que envolve os trabalhadores rurais, urbanos e os baixa patente das Forças Armadas. Sobre esta última são também discutidas as disputas no

interior da caserna, com a formação dos partidos militares entre os oficiais. Assim, chega-se a uma definição do que acreditamos ser um caso típico de crise orgânica. Todo o quadro conceitual que estrutura este trabalho é apresentado neste capítulo.

No segundo capítulo discutimos o processo político brasileiro desde a crise de agosto/setembro de 1961, quando há a renúncia de Jânio Quadros e a posse de Goulart nos quadros de um sistema de governo parlamentarista. No período abordado, são compreendidos os gabinetes de Tancredo Neves (setembro de 1961-junho de 1962) e Brochado da Rocha (julho de 1962-setembro de 1962). Abordam-se as lutas entre distintas representações políticas das classes dominantes contra e a favor da institucionalização ou não do sistema de gabinete, com destaque para as iniciativas de Magalhães Pinto, Juscelino Kubitschek e do próprio Goulart na sabotagem do parlamentarismo. Toda uma seção do capítulo é dedicada à greve geral de 5 de julho de 1962, a primeira de proporções nacionais feita pelos trabalhadores brasileiros e de importância decisiva na alteração da correlação de forças entre as classes sociais, pois, a partir daí, os trabalhadores contariam com um sujeito político relevante, a saber, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), fundado em agosto deste ano. Por fim, apresenta-se o desenlace que culminou na antecipação da consulta popular sobre o parlamentarismo, que estava legalmente prevista para acontecer em 1965, e acaba sendo antecipada para o início de 1963. Neste processo, é dada importância decisiva às declarações dos ministros militares, à renúncia do gabinete de Brochado da Rocha e à greve geral de 15 de setembro.

No terceiro e último capítulo é discutida a campanha pró-presidencialismo. É o período do último gabinete parlamentarista, presidido por Hermes Lima (setembro de 1962/janeiro de 1963), quando ocorrem as eleições de 7 de outubro e, no contexto internacional, a “crise dos mísseis” em Cuba e um aumento da pressão do imperialismo na política interna brasileira. Destacamos o grau de heterogeneidade da frente política que empreendeu a campanha pela volta do presidencialismo, que agrupou governadores udenistas liderados por Magalhães Pinto, o movimento sindical organizado no CGT, os jornais *Última Hora* e o *Diário Carioca*, a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) através de seu jornal *O Semanário*, os comunistas, os militares nacionalistas, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), além de Goulart, Juscelino Kubitschek, Leonel Brizola e Miguel Arraes. São destacadas as estruturas montadas para a campanha, os

recursos, o comportamento da imprensa, particularmente da revista *O Cruzeiro* e o deslocamento de elementos da burocracia estatal por todo o território nacional. É também destacada a contrariedade de setores parlamentares de direita, particularmente da “banda de música da UDN” em relação à campanha presidencialista e com a legalidade da emenda constitucional que antecipou o plebiscito. Toda uma parte é dedicada à análise da controvérsia gerada em torno de um panfleto do ISEB e outra a um plano terrorista concebido pelo governador da Guanabara, Carlos Lacerda, com vistas a esvaziar o referendo, denunciado pelo matutino *Diário Carioca*. É dada especial atenção para a participação da esquerda na campanha pelo NÃO, enfatizando-se algumas controvérsias entre a maior parte dela e a postura do líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião, que pregou a abstenção no pleito. O comportamento dos parlamentaristas históricos é alvo de outra parte do capítulo. Um dos pontos mais importantes do trabalho está discutido neste capítulo, e versa sobre o comportamento do IPES face ao plebiscito, no que tentamos responder à questão do porquê de seu comportamento favorável ao NÃO na consulta. Por fim é retomado o tema da crise orgânica, observando-se os rachs entre os principais partidos burgueses do regime e o comportamento contraditório da imprensa conservadora, notadamente *O Globo* e *O Estado de São Paulo*. Enquanto o último denunciou fraudes no plebiscito, o primeiro apoiou a volta do presidencialismo.

Na conclusão apresentamos os caminhos e descaminhos da pesquisa, além de uma tentativa de explicação do significado histórico do objeto em questão.

Capítulo 1 - A crise dos anos 60

Para entender o significado do plebiscito de 6 de janeiro de 1963 é necessário inseri-lo no contexto geral da sociedade brasileira dos anos 1960. Naquela época, o Brasil apresentou um quadro de efervescência social que afetou os vários níveis da vida nacional. Do esgotamento do modelo econômico, até o colapso do sistema político; da incapacidade do Estado e do regime em controlar um movimento sindical rebelde, à influência da Revolução Cubana (1959), juntamente com as rebeliões dos subalternos das Forças Armadas e a forte mobilização dos camponeses, a cena histórica da sociedade brasileira pode ser definida como de uma crise orgânica.

Assim, cabe, em primeiro lugar, uma caracterização da crise dos anos 60, em suas diversas determinações. Nesse sentido, antes de definirmos o conteúdo desta faremos um breve comentário geral sobre o modo de objetivação do capitalismo no Brasil e do bloco-histórico populista, com o propósito de perseguir determinações pertencentes a uma duração mais longa. Em seguida trataremos de uma modificação da posição relativa do Brasil no sistema mundial de Estados a partir do processo de monopolização da economia brasileira em meados dos anos cinquenta, que esteve ligado à forma da crise econômica no início dos anos sessenta. A partir deste ponto, abordaremos as determinações políticas da crise, com uma análise sobre a modificação da correlação de forças no interior das classes dominantes decorrente da emergência de um novo bloco histórico dirigido pelos setores mais internacionalizados do capitalismo nacional. A forte ativação das mobilizações das classes subalternas, com a radicalização da luta pela terra das Ligas Camponesas, do movimento sindical através das entidades extralegais e dos praças das Forças Armadas em uma série de rebeliões e mobilizações constituem os fatores da crise a partir da base da sociedade brasileira. Temos ainda uma exposição sobre a crise militar, com a disputa na caserna entre as principais correntes militares e o impacto provocado na instituição pelas movimentações dos subalternos civis e militares. Por fim, a partir destas considerações finalizaremos o capítulo com a caracterização da crise do regime, a crise orgânica, criando o quadro geral onde se travaram as lutas em torno do governo de João Goulart (1961-1964) e o plebiscito, que discutiremos nos capítulos seguintes.

Breve comentário sobre a formação histórica do Brasil

Florestan Fernandes trabalha convincentemente com a idéia de que a revolução burguesa no Brasil se fez como uma “contra-revolução permanente”³⁰, ou seja, ao mesmo tempo em que ingressavam na ordem social competitiva, as classes dominantes brasileiras tinham como tarefa imposta pelos tempos prevenir a eclosão de revoluções sociais. Além de ter feito sua emancipação política pelas mãos do príncipe regente, criando a contradição de uma ordem institucional liberal e uma base produtiva escravista,³¹ transitou da ordem senhorial-escravocrata para a ordem social burguesa de maneira molecular, em que as formas pré-capitalistas de extração do excedente social foram preservadas e combinadas ao modelo de acumulação propriamente capitalista, nascido com a mercantilização da capacidade de trabalho e das relações de propriedade capitalista.³² Quando da primeira grande crise da República, ficou emblemática a afirmação do presidente do Estado de Minas Gerais – “Façamos a revolução antes que o povo a faça!” – que ao lado de outras pérolas dos acordos pelo alto – como o dizer de D. João VI para que o filho fizesse a Independência “antes que algum aventureiro a faça!” – estabelecem entre si um das marcas indeléveis da cultura política das classes dominantes brasileiras.³³ Mas qual o sentido disto tudo? José Honório Rodrigues caracteriza esta tradição conciliadora das classes dominantes brasileiras, como um recurso explicitamente contra-revolucionário, destinado a salvar a ordem social ante qualquer ameaça vinda dos de baixo,³⁴ e talvez esta seja a chave para a compreensão do problema. Segundo o autor,

“A lei podia e pode dizer que todos são iguais, mas uns são mais iguais e outros menos iguais, tanto que as rebeliões e insurreições foram tratadas mais ou menos rigorosamente de acordo com os iguais que se insurgiam. Veja-se como os tratam os menos iguais, os cabanos, os balaios, os praieiros,

³⁰ FERNADES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975, p.354.

³¹ Fernandes considera este liberalismo não uma “idéia fora do lugar”, como na leitura de Roberto Schwarz (“As idéias fora do lugar.” In. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1992 [original de 1972]), mas um “elemento revolucionário” que agiu como dissolvente da ordem senhorial-escravocrata, induzindo rupturas moleculares. *Idem*, p.38 e *passim*.

³² *Idem*, p.210-211.

³³ Otávio Guilherme Velho nos diz o seguinte sobre estas “frases célebres”: “Para ficar claro quanto às frases, é só lembrar o famoso ‘ponha a coroa sobre sua cabeça’ do conselho paternal de D. João VI e o ‘Façamos a revolução antes que o povo a faça’ de Antônio Carlos, sendo nesses casos irrelevante saber se de fato essas frases foram ou não pronunciadas. (...) A propósito da frase atribuída a Antônio Carlos, é curioso mencionar que praticamente a mesma frase é atribuída a Alexandre II da Rússia.” VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo; Rio de Janeiro: DIFEL, 1979, p.125.

³⁴ RODRIGUES, J. H. *Conciliação e reforma no Brasil. Um desafio histórico-cultural*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. *Apud* LEMOS, Renato. “Anistia e crise política no Brasil pós-1964”. *Topoi*, Rio de Janeiro, nº 5, pp. 287-313, set.2002, p. 289.

e as considerações, as anistias com que tratam os mais iguais, os farrapos, para os quais enviam e renovam-se presidentes de província e generais de comando.”³⁵

De certa forma, esta tradição é um dos principais elementos constituintes da revolução passiva à brasileira, a forma particular de transição ao capitalismo encontrada no Brasil.³⁶ Em sua acepção gramsciana, a revolução passiva é caracterizada por uma forma de revolução burguesa em que é excluído o momento de tipo radical-jacobino.³⁷ Ao contrário do modelo clássico francês – no qual, além do caráter violento, a revolução contou com participação intensa dos setores subalternos e o ataque às antigas classes dominantes – a revolução passiva implica também em uma conservação maior das velhas estruturas; em mudar mantendo um forte compromisso com o passado; uma “revolução sem revolução”.³⁸ O marxista sardo retira o conceito do livro *Saggio storico sulla rivoluzione di Napoli* de Vincenzo Cuoco no entendimento da chamada revolução napolitana (1799) ter sido resultado da combinação de dois fatores: o impacto externo da Revolução Francesa e a ausência de uma iniciativa popular de tipo jacobina. A este conceito, Gramsci incorporou o sentido dado pelo historiador francês Edgar Quinet para o período da Restauração borbônica (1815-1830) como de uma “revolução-restauração”.³⁹ Para Gramsci, no período da Restauração o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas continuou, ou, o que corresponde ao mesmo, a forma de sociabilidade burguesa continuou a se expandir. Disto

³⁵ *Idem*.

³⁶ Um trabalho que utiliza a chave da “revolução passiva” para entender o Brasil é VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997. No entanto, o autor apresenta uma dificuldade importante, pois acaba tornando o conceito, que em Gramsci tem manifesto conteúdo negativo, em algo positivo. Isto decorre do pressuposto normativo segundo o qual o Brasil não deveria conhecer nada semelhante a uma revolução, nem no passado (o que é evidente), como no futuro, o que nos parece um vaticínio no mínimo apressado, senão uma capitulação aos ventos conservadores do “fim da história”. À guisa de exemplo, outros autores que também trabalharam com este conceito no Brasil e que recolocam seu conteúdo negativo são: COUTINHO, Carlos Nelson. “As categorias de Gramsci e a realidade brasileira”, In. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 191-219; BRAGA, Ruy. “Gramsci e a dialética da passivização.” In. *A restauração do capital: um estudo sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Xamã, 1997, p.195-212.

³⁷ O próprio Gramsci autoriza o uso do conceito para a análise de outras formações sociais. “O conceito de revolução passiva me parece exato não só para a Itália, mas também para os outros países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino.” GRAMSCI, Antonio. Caderno 4. *Cadernos do cárcere*. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.209-210.

³⁸ GRAMSCI, Caderno 19, *Cadernos*, vol.5, op. cit., p.63.

³⁹ Uma exposição sistemática sobre as fontes originárias do conceito gramsciano de revolução passiva encontra-se em BIANCHI, Álvaro. *O Laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008, p.253-296, onde nos baseamos para esta parte.

resulta um conceito que pode descrever tanto momentos históricos específicos, como a revolução napolitana, quanto épocas históricas inteiras, como o *Risorgimento* italiano.⁴⁰ O processo é também descrito no romance *O Leopardo*, de Tomasi di Lampedusa, que resume tal espírito no dizer espirituoso do jovem Tancredi perante o príncipe de Salina: “Se queremos que tudo fique como está, é preciso que tudo mude”. Gramsci estende o conceito na compreensão de dois fenômenos do século XX, o fascismo e o americanismo, entendendo-os cada um como uma forma específica da burguesia em dar uma saída capitalista para a crise do capitalismo.⁴¹

O conceito de revolução passiva se liga no plano econômico ao de via prussiana, onde a modernização capitalista é feita sem a resolução do problema agrário, já que é fruto de uma transação pelo alto entre as velhas classes agrárias em aliança com a burocracia do Estado, preservando, do período anterior, formas pré-capitalistas (extra-econômicas) de extração do sobre-trabalho. No texto *O programa agrário da social-democracia russa na primeira revolução russa (1905-1907)*, Lênin busca considerar as distintas formas de resolução do problema agrário necessária à implantação da forma de sociabilidade burguesa (a mercantilização da terra e a expropriação/proletarização dos camponeses) e distingue o caminho de tipo norte-americano – em que “não existem domínios latifundiários ou são liquidados pela revolução [guerra civil, expansão para o Oeste], que confisca e fragmenta as propriedades feudais”, daquele caminho seguido por países como a Prússia, em que

“a exploração feudal do latifundiário transforma-se lentamente numa exploração burguesa-júnker, condenando os camponeses a décadas da mais dolorosa exploração e do mais doloroso jugo, ao mesmo tempo em que se distingue uma pequena minoria de ‘Grossbauers’ (lavradores abastados)”.⁴²

Nesse caso, o agente decisivo é a grande propriedade de renda da terra, onde o capitalismo transforma a economia agrária através de adaptações progressivas, mais lentas em um caso que nos outros. De todo modo, Georg Lukács foi quem buscou ampliar o sentido do

⁴⁰ “a brilhante solução destes problemas tornou possível o *Risorgimento* nas formas e nos limites em que ele se realizou, sem ‘Terror, como ‘revolução sem revolução’, ou seja, como ‘revolução passiva’, para empregar uma expressão de Cuoco num sentido um pouco diverso de Cuoco”. GRAMSCI, Caderno 19. *Cadernos do cárcere*, vol. 5, op. cit, p.63.

⁴¹ Sobre isto, entre outros, ver. BRAGA, Ruy. “*Risorgimento*, fascismo e americanismo: a dialética da passivização.” In. DIAS, Edmundo Fernandes *et alli*. *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996, p.167-182.

⁴² LENIN, *O programa agrário da social-democracia russa na primeira revolução russa (1905-1907)*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980, p.30. A mais célebre exposição do conceito de via prussiana na análise da cultura alemã está em LUKÁCS, Georg. *El assalto a la razon*. Barcelona; México: Grijalbo, 1968, particularmente no capítulo 1, p.29-74.

conceito de “via prussiana”, vindo no enunciado de Lênin algo que compreende também todo o desenvolvimento do capitalismo e da superestrutura política.⁴³ Os exemplos notórios dos países que trilharam tal caminho são os da própria Itália, da Alemanha e do Japão na chamada Restauração Meiji, nações que ingressaram tardiamente na ordem capitalista. Este seria também o caso do Brasil,⁴⁴ e José Chasin, discutindo as peculiaridades do que seria a via prussiana na formação do capitalismo brasileiro, comenta que

“tendo este se constituído através do que chamamos, provisoriamente, de via prussiana, e sendo marcadamente próprio desta a conciliação entre o historicamente *velho* e o historicamente *novo*, de tal forma que o *novo* paga pesado tributo ao *velho*, no seu processo de emersão e vigência, o confronto entre as componentes agrária e industrial do modo de produção capitalista, no caso brasileiro, teria forçosamente que assumir modalidade específica; digamos assim, formas *abrandadas* e *veladas*.”⁴⁵

Cabe lembrar que o rol dos países clássicos da via prussiana empreendeu este caminho em um momento que o capitalismo transitava de sua fase concorrencial para a monopolista, chegando a tempo de participar, ainda que com enormes contradições, da partilha imperialista do mundo. No caso brasileiro, onde se verificam tais aspectos típicos de uma via prussiana (e da revolução passiva), deve-se acrescentar o fato de se tratar de um país de recente passado colonial e localizado na periferia do capitalismo. Tal fato contribuiu para que a transição à sociedade industrial-capitalista tenha sido “hiper-tardia”, levando a que o mesmo Chasin apresentasse a idéia de uma “via colonial” para entender a forma particular de objetivação do capitalismo no Brasil. Diz o autor:

“Mas enquanto a industrialização alemã é das últimas décadas do século XIX, e atinge, no processo, a partir de certo momento, grande velocidade e expressão, a ponto da Alemanha alcançar a configuração imperialista, no Brasil a industrialização principia a se realizar efetivamente muito mais tarde, já num momento avançado da época das guerras imperialistas, e sem nunca, com isto, romper sua condição de país subordinado aos pólos hegemônicos da economia internacional. De sorte que o “*verdadeiro capitalismo*” alemão é *tardio*, enquanto o *brasileiro* é *hiper-tardio*.”⁴⁶

⁴³ “Y este pronunciamiento de Lenin no debe entenderse referido solamente a la question agraria em sentido estricto, sino que se extiende a todo el desarrollo del capitalismo y a la supraestructura política que presentan em la moderna sociedad burguesa de Alemania.” LUKÁCS, op. cit., p.41.

⁴⁴ Sobre a via prussiana no Brasil, utilizamos COUTINHO, Carlos Nelson. “O significado de Lima Barreto na literatura brasileira.” In. COUTINHO, et. al. *Realismo e anti-realismo na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974, p.3 e *passim*. CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978, p.618-652.

⁴⁵ CHASIN, op. cit., p.619, grifos do autor.

⁴⁶ *Idem*, p. 628, grifos do autor.

A via atrasada da modernização se fez com a assimilação subalterna do padrão de desenvolvimento mais avançado do capitalismo central, ao mesmo tempo em que permitia a continuidade de formas pré-capitalistas de extração do sobre-trabalho, que, ao contrário de constituir um entrave à acumulação capitalista, era funcional o suficiente para ser estimulado pelos setores mais modernos da burguesia nativa. Assim, verifica-se na constituição do capitalismo brasileiro a manifestação da lei do desenvolvimento desigual e combinado, tal como formulada por Leon Trotsky, em que o arcaico e o moderno se nutrem e complementam mutuamente, constituindo a determinação estrutural do quadro geral da dependência brasileira. Leon Trotsky, analisando as peculiaridades do desenvolvimento do capitalismo na Rússia, descobriu a historicidade própria da formação deste país, que não deveria repetir as mesmas fases de desenvolvimento dos países pioneiros do capitalismo. Segundo Trotsky, com o capitalismo é criada a universalidade e a permanência do desenvolvimento da humanidade, a partir do qual os países atrasados assimilam “as conquistas materiais e ideológicas dos países adiantados”, ao mesmo tempo em que reproduzem as condições de seu próprio atraso.⁴⁷ É possível verificar a mesma dinâmica na constituição da sociedade burguesa no Brasil.

Trabalhando nesta chave do desenvolvimento desigual e combinado, Florestan Fernandes diz que a revolução burguesa no Brasil passou por três fases: 1) da abertura dos portos aos anos sessenta do século XIX, do momento em que o Brasil entra em ligação direta com o mercado mundial – em especial com o país hegemônico, a Inglaterra – até quando aparecem as evidências históricas da crise estrutural irreversível do sistema de produção escravista; 2) deste período até a década de cinquenta do século XX, quando acontece a formação e expansão do capitalismo competitivo moderno; 3) dos anos cinquenta em diante, fase de irrupção do capitalismo monopolista.⁴⁸ É também neste marco

⁴⁷ TROTSKY, L. *História da Revolução Russa*. São Paulo: Sudermann, 2007, p.7. Uma série de autores lançaria mão de tal conceito para entender o Brasil. Ver por exemplo: FERNANDES, *A revolução burguesa no Brasil*, op, cit. OLIVEIRA, Francisco. *Crítica da razão dualista*. São Paulo: Boitempo, 2003. MARINI, Rui Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000. IANNI, Otávio. *A formação do Estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. Sobre os usos deste conceito no pensamento social brasileiro, ver. DEMIER, Felipe. “A lei do desenvolvimento desigual e combinado de Leon Trotsky e a intelectualidade brasileira.” *Outubro*, n.16, 2007, p.75-107.

⁴⁸ FERNANDES, op. cit., p.224.

geral que entendemos a formação histórica da estrutura capitalista brasileira, que constitui a principal determinação de longo prazo do processo político analisado neste trabalho.

Por fim, se este foi o ritmo geral do processo de objetivação do capitalismo no Brasil, não deve parecer que as classes subalternas nunca tenham se levantado, ou que nunca tenham tentado construir uma via alternativa à revolução passiva. Nesse sentido, entendemos que é a emergência da classe operária e suas lutas que cria o sujeito social capaz de reverter o sentido geral deste processo, inscrevendo no campo de possibilidades a sua superação no quadro da formação social brasileira. Isto pode ser aferido quando se compreende que a transição entre a fase de subsunção formal do trabalho ao capital – onde o capital ainda não controla o saber-fazer construído pelos trabalhadores no processo de trabalho – para a fase da subsunção real – onde existe a expropriação do conhecimento do produtor direto – corresponde à passagem para a maquinaria e a indústria moderna, decisiva para a constituição do modo de produção especificamente capitalista.⁴⁹ Tal processo se confunde com a formação do proletariado moderno no Brasil. Mas isto não deve fazer desconsiderar as diversas lutas populares que sempre marcaram a história do país e o fato de que em suas lutas a classe operária brasileira herdou as tradições dos escravos e demais setores subalternos, combinando-as com aquelas oriundas da experiência universal da classe operária.⁵⁰ As diversas derrotas destas lutas, e a saída sempre “prussiana” dada pelas classes dominantes aos momentos de crise – tal como o que abordaremos neste capítulo – não deve fazer crer que as classes subalternas tenham estado ausentes da história do Brasil. Ao contrário, é sua presença incômoda o que explica a forma na maior parte das vezes violenta com que as classes dominantes – a despeito dos seus acordos pelo alto – descarregam sobre estas insubordinações. Por fim, se as massas populares se mostraram incapazes de reverter a contra-revolução permanente da burguesia brasileira e impor uma alternativa é porque nunca conseguiram, nos momentos de crise como o que vamos discutir

⁴⁹ O *locus* da discussão sobre a “subsunção real do trabalho ao capital” está em MARX, K. *Capítulo VI inédito d’O capital: resultados do processo de produção imediato*. Porto: Escorpião, 1975, 78 e *passim*. Ver também os capítulos 12, 13 e 14 do livro I de *O capital* (MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1996); NAPOLEONI, Cláudio. *Lições sobre o capítulo VI (Inédito) de O Capital*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981; ROMERO, Daniel. *Marx e a técnica: um estudo dos manuscritos de 1861-1862*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

⁵⁰ Sobre este ponto destacamos o trabalho recente de MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bomtexto, 2008.

neste capítulo, fazer mais do que efetivar um “subversivismo esporádico e desorgânico”,⁵¹ decorrente em grande parte da imaturidade de suas formas organizativas, o que compreende uma leitura não-contemporânea do real. Em suma, a ausência de um “moderno Príncipe” das classes subalternas, explica a insuficiência de tais movimentos.

A formação do bloco-histórico populista

A crise capitalista da primeira metade do século XX abriu o espaço para uma crise de hegemonia na ordem internacional de Estados, com a progressiva decadência da Inglaterra no centro da cadeia imperialista. O desafio da revolução socialista de 1917, a emergência do nazi-fascismo, a crise econômica de 1929 e a grande depressão dos anos trinta formam o cenário em que se travou a disputa pela liderança mundial imperialista. Nesta vaga geral, a Revolução de 1930 expressou também internamente outra modalidade de crise de hegemonia, a do sistema oligárquico, que foi resolvida lançando-se mão de um compromisso entre as distintas frações das classes dominantes.⁵² Mas esta foi uma solução difícil, em nada similar a um sistema hegemônico estabilizado.

Ao mesmo tempo, essa modernização conservadora⁵³ contou com uma forma de compromisso também com uma parte dos “de baixo”, quando, para criar um mercado de trabalho interno, optou-se por integrar formalmente o proletariado urbano ao mundo dos direitos sociais.⁵⁴ Como já foi repetido uma série de vezes, este contexto explicita uma modificação no tratamento das questões sociais dado pelas classes dominantes até então, que deixariam de tratá-las *apenas* como “caso de polícia”, ainda que devam ser afastadas imagens de uma relação desprovida de conflitos entre a intervenção do Estado na

⁵¹ Sobre o mesmo tema na história italiana, Gramsci discute o seguinte: “(...) o fato histórico da ausência de uma iniciativa popular unitária no desenvolvimento da história italiana, bem como o fato de que o desenvolvimento se verificou como reação das classes dominantes ao subversivismo esporádico, elementar, não orgânico, das massas populares, através de ‘restaurações’ que acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo; trata-se, portanto, de ‘restaurações progressistas’ ou ‘revoluções-restaurações’, ou, ainda, ‘revoluções passivas’” GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, caderno 10, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.393.

⁵² FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: história e historiografia*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

⁵³ Sugerimos aqui também a similitude entre os conceitos de “revolução passiva”, “via prussiana” e “modernização-conservadora”, este último desenvolvido no estudo de MOORE JR. Barrington. *Origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1987. Uma análise do Brasil utilizando esta problematização de Moore está em VELHO, op. cit., p.107-173.

⁵⁴ Ainda que o reconhecimento pelo Estado da questão social fosse irregular e que nunca tenha deixado de ser um “caso de polícia”, como pesquisas mais recentes têm apontado. FRENCH, John. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

organização dos trabalhadores. A este dado se liga o sentido contra-revolucionário preventivo da Aliança Liberal, explicitado na famosa frase do presidente do Estado de Minas Gerais, Antônio Carlos – “Façamos a revolução antes que o povo a faça!” –, aliada às formulações dos pensadores “autoritários” – como Alberto Torres e Oliveira Viana – que propugnavam uma reforma do sistema político para impedir a “manifestação dos incapazes”. As determinações para tal mudança podem ser encontradas no papel mais central que os líderes gaúchos irão ocupar no cenário nacional a partir de então e a importância que a filosofia positivista teve na formação da cultura política daquela região. Entre outras coisas, o positivismo apresentava como proposta política-filosófica a integração do proletariado à sociedade industrial, como forma de amortecer e mesmo eliminar a luta de classes.⁵⁵ A crítica às práticas do livre mercado, aliada à experiência de fortes intervenções estatais dos países centrais do capitalismo durante a Grande Guerra (1914-1918), colocavam o liberalismo na berlinda, tendo esta tendência geral se expressado no Brasil, combinada aos distintos elementos internos tratados acima. A revolução de outubro de 1917, afinal, fora a outra face desta tendência antiliberal que marcou o período, cuja expressão interna foi a fundação em 1922 do Partido Comunista do Brasil (PCB), formado por militantes egressos do anarquismo, e que marcaria de forma importante o processo político brasileiro pelo resto do século XX.

A integração dos trabalhadores ao “pacto-social” populista fora feita enfrentando as organizações sociais da esquerda (particularmente comunistas, anarquistas e trotsquistas), que resistiram, o quanto puderam, ao controle de seus sindicatos pelo Ministério do Trabalho. Ao mesmo tempo, a fragilidade e imaturidade das classes dominantes fizeram com que a burocracia estatal, em suma, o Estado, ocupasse um papel protagonista, um verdadeiro “Piemonte” na contra-revolução permanente da burguesia brasileira. Como no caso da região do Piemonte no processo de unificação italiana, o Estado brasileiro substituiu as débeis classes dominantes que não tinham a capacidade de se tornar dirigentes, tornando-se ele, o Estado, “o dirigente do grupo que, ele sim, deveria ser dirigente”, substituindo-os na “função de dirigir uma luta de renovação”.⁵⁶ Essa autonomização do

⁵⁵ Sobre a importância do positivismo na formação das classes dominantes gaúchas e no conteúdo das políticas estatais, BOSI, Alfredo. “Arqueologia do Estado-Providência.” In. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.273-307.

⁵⁶ Sobre a função do Piemonte no *Risorgimento* italiano como um dos aspectos da revolução passiva, Gramsci discute o seguinte: “um Estado, mesmo limitado como potência, seja o ‘dirigente’ do grupo que deveria ser dirigente e possa pôr à disposição deste último um Exército e uma força político-diplomático. Pode-se fazer

Estado frente às classes sociais caracteriza a revolução passiva tanto no Brasil quanto na Itália, mas, partindo disso, Carlos Nelson Coutinho faz uma ponderação que merece ser levada em conta.

“Decerto existe uma diferença fundamental entre o *Risorgimento* italiano e o caso brasileiro: enquanto na Itália um Estado particular, o Piemonte, desempenha o papel decisivo na construção de um novo Estado nacional unitário, o Estado que desempenha no Brasil a função de protagonista das revoluções passivas é já um Estado unificado. Mas essa diferença, ainda que não negligenciável, parece-me passar para segundo plano o fato de que o Estado brasileiro teve historicamente o mesmo papel que Gramsci atribui ao Piemonte, ou seja, o de substituir as classes sociais em sua função de protagonista dos processos de transformação e o de assumir a tarefa de ‘dirigir’ politicamente as próprias classes economicamente dominantes.”⁵⁷

A esta autonomização do Estado frente à sociedade, este *bonapartismo*,⁵⁸ somava-se a via prussiana, de uma modernização que se fizera sem a resolução do problema agrário, já que no compromisso contara-se com a colaboração das frações agrárias das classes dominantes, de nenhuma forma interessada na reforma da propriedade da terra. A isto também se liga o fato do impulso industrializante ter sido feito pelo Estado – notadamente após 1937, também por pressão das cúpulas militares, em razão de interesses estratégicos de “segurança nacional” –, que redistribuiu para o setor secundário os recursos oriundos da produção agrícola, através do confisco cambial.⁵⁹ Transitou-se, assim, para a forma decisiva de objetivação do capitalismo no Brasil, com a subsunção real do trabalho ao capital.

referência àquilo que foi chamado de função do ‘Piemonte’ na linguagem político-histórica internacional.” (...) “O importante é aprofundar o significado que tem uma função como a do ‘Piemonte’ nas revoluções passivas, isto é, o fato de que um Estado substitui os grupos sociais locais, ao dirigir uma luta de renovação. É um dos casos em que estes grupos têm a função de ‘domínio’, a não a de ‘direção’: ditadura sem hegemonia. A hegemonia será de uma parte do grupo social sobre todo o grupo, não deste sobre outras forças para fortalecer o movimento, radicalizá-lo etc., segundo o modelo ‘jacobino’. GRAMSCI, caderno 15, *Cadernos do cárcere*, vol.5., p.329-330.

⁵⁷ COUTINHO, “As categorias de Gramsci e a realidade brasileira.” Op. cit., p.203-204.

⁵⁸ O que significa uma dominação indireta da burguesia, ou seja, uma forma de dominação classista sem a participação direta da burguesia nos postos de comando do aparelho estatal, que por isto mesmo, possui grande autonomia frente às classes sociais.

⁵⁹ OLIVEIRA, F. op. cit., p.40-47. MENDONÇA, Sônia. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p.25-38.

Com base neste compromisso, formou-se o bloco-histórico⁶⁰ que marcou a política brasileira de 1930 a 1964, ao qual certa leitura consagrada deu o nome de populismo.⁶¹ Expressando a incapacidade dos setores industriais em exercer a hegemonia e liderar a revolução burguesa nos moldes clássicos (jacobinos), forjou-se o “Estado de compromisso”, que ao invés de representar os “interesses gerais da Nação”, tinha como conteúdo social o bloco de poder oligárquico-industrial. Nesse sentido, René Dreifuss define o populismo como

“o bloco histórico construído pelas classes dominantes dentro das condições particulares do Brasil, isto é, a integração e articulação de diferentes classes sociais sob a liderança de um bloco de poder oligárquico-industrial.”⁶²

Embora recentemente o conceito tenha sido alvo de acalorada controvérsia nos meios acadêmicos,⁶³ fazendo com que alguns tenham propugnado sua substituição por outros termos,⁶⁴ o fato é que o debate sobre a validade do conceito de populismo está longe da conclusão.⁶⁵ É fato que a controvérsia tem girado em torno das imagens de passividade supostamente atribuídas às classes trabalhadoras no período, coisa que os estudos recentes têm mostrado serem falhas.⁶⁶ Um exemplo é o trabalho de Mattos sobre o sindicalismo

⁶⁰ Gramsci define o conceito de bloco-histórico como “unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos.” GRAMSCI, A. Caderno 13, *Cadernos do cárcere*, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.26. Gramsci realiza os estudos mais importantes sobre o tema quando discute o *Mezzogiorno* e analisa o bloco agrário meridional. Cf. “Alguns temas da Questão Meridional.” In. GRAMSCI, Antonio. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.135-165. Uma boa discussão sobre as controvérsias nos usos do conceito está em BIANCHI, *O Laboratório de Gramsci*, op. cit., p.136-138.

⁶¹ Trabalhamos aqui com as formulações de Otávio Ianni e Francisco Weffort, tal como podem ser apreendidas em IANNI, O. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. IANNI, O. *A formação do Estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. WEFORT, F. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

⁶² DREIFUSS, René Armand. *1964, a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981, p.43, nota 55.

⁶³ cujo marco é o livro de Ângela de Castro GOMES, *A invenção do trabalhismo* (São Paulo: Vértice, 1988). Ver a obra coletiva de Jorge FERREIRA (org.), *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁶⁴ É o caso de Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes que propõe a substituição do termo por “trabalhismo”. Ver FERREIRA, J. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira.” In. FERREIRA, J (org.). op. cit., p.59-124. e GOMES, A. C. “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória do conceito.” In. FERREIRA, J (org.), op. cit., p.17-57.

⁶⁵ Como atesta a própria pioneira na crítica, Ângela de Castro Gomes, que chamou o conceito de um “gato de sete vidas”. GOMES, “O populismo...”, op. cit., p.49-53.

⁶⁶ Ver. SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa: os operários das docas de Santos, direitos e cultura da solidariedade (1937-1968)*. São Paulo: Hucitec; Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1995. MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro: 1955-1988*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998. FRENCH, op. cit. Todos os trabalhos presentes na coletânea FORTES, Alexandre et. al.. *Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho*. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.

carioca, que no período de meados dos anos cinquenta até o golpe de 1964 encontrou uma série de “greves participativas, organizadas a partir do local de trabalho e com integração visível entre demandas políticas gerais e bem sucedidos encaminhamentos de reivindicações econômicas”,⁶⁷ portanto em contraste com as formulações sobre o “sindicalismo populista”. Todavia, pelos limites que nos propomos nesta dissertação, cabe apenas comentar que a revisão do conceito de populismo tem sido em muitos casos guiada por viés claramente conservador,⁶⁸ cujo propósito tem sido nada mais que uma positivação do padrão de relações entre as classes sociais no período, tendo sido negligenciadas as formas autoritárias e violentas com que as relações entre as classes se processaram sob aquele regime, seja em sua fase mais claramente “bonapartista” (1937-1945), seja no período liberal (1945-1964). Sobre este ponto, cabe lembrar o comentário feito por Marcelo Badaró Mattos, autor que, criticando a mesma noção de passividade dos trabalhadores nas interpretações clássicas do populismo, observa que certos historiadores revisionistas acabam

“por enredar-se na mesma polarização política da época, embora no pólo oposto, ao defender abertamente os argumentos usados pelos ‘acusados’ de populistas, ou seja, de que na verdade eram legítimas lideranças populares e progressistas, acusados por uma elite conservadora que não se conformava com a entrada dos trabalhadores na cena política.”⁶⁹

O marco importante desta problematização do conceito de populismo está no trabalho de Ângela de Castro Gomes, *A invenção do trabalhismo*,⁷⁰ em que a autora procurou criticar a noção de “passividade da classe trabalhadora no pacto populista”, que estaria presente em autores como o próprio Weffort e seguidores,⁷¹ tentando entender os trabalhadores brasileiros como sujeitos de sua própria história e que teriam feito “escolhas” a partir de um “campo de possibilidades” que resultaram na conformação de acordo com o

⁶⁷ MATTOS, *Novos e velhos sindicalismos*, op. cit., p.219.

⁶⁸ CALIL, Gilberto. “O Populismo e Hegemonia Burguesa na América Latina.” *História & Luta de Classes*. Ano 3, nº4, julho de 2007, p.27.

⁶⁹ MATTOS, Marcelo Badaró. *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca (1945-1964)*. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ. 2003, p. 28-29.

⁷⁰ GOMES, A. C. *A invenção do trabalhismo*, op. cit.

⁷¹ Com honestidade intelectual, a autora reconhece que na interpretação de Weffort, em algumas passagens, este chega a falar de uma relação mais equilibrada, em que o populismo se apresentava como uma forma particular de manifestação das demandas das classes trabalhadoras no Brasil, mas Gomes advoga da idéia de que tal perspectiva teria sido abandonada pelo próprio Weffort, sendo mais constante a noção de passividade. Ver. GOMES, “O populismo e as ciências sociais no Brasil”, op. cit.

Estado, dando origem ao “trabalhismo”. Um acordo entre atores “desiguais”, diga-se de passagem, mas com a dificuldade de tratar o próprio Estado como um sujeito (este ponto será discutido mais à frente). Entretanto, alguns autores têm problematizado a própria idéia de “trabalhismo”, que Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes propõem como substitutivo para o conceito de populismo. John French, por exemplo, afirma ter inexistido no importante Estado industrial de São Paulo algo similar a tal ideologia trabalhista.⁷² Sem falar no fato de que, mais do que uma *ideologia*, o conceito de populismo versa sobre uma forma de *regime político*, encontrada em algumas sociedades latino-americanas em meados do século XX, ligado ao nome de algumas lideranças nacionalistas burguesas, como Vargas, Perón e Cárdenas, constituindo uma das variantes históricas do fenômeno “cesarista”.⁷³ Outro problema encontrado é decorrente de, no afã de valorizar aquela experiência histórica dos trabalhadores brasileiros, isentar-se de discutir os limites da mesma. Sobre este ponto, Virgínia Fontes pronunciou o seguinte comentário:

“O louvável intuito redunda, entretanto, em outra dificuldade, ao valorizar positivamente o que antes era criticado como “passividade”, agora traduzia numa espécie de “consciência possível” e, portanto, desejável, dos trabalhadores brasileiros, expressa no trabalhismo.”⁷⁴

Assim, o que antes era entendido como exemplo de “limites” ao desenvolvimento da consciência de classe dos trabalhadores brasileiros é agora *positivado*, como “estratégias da classe trabalhadora”, “estratégias” estas que não visavam, de nenhum modo, superar o estranhamento das relações capitalistas. Como se a condição de trabalhador na sociedade capitalista fosse algo “feliz”.⁷⁵ Com este esquecimento, instituiu-se um populismo *na* historiografia brasileira (ou seria *da* historiografia brasileira?), que, do ponto de vista da valorização da conciliação de classes, formula uma interpretação particular da história brasileira no período de 1930-1964. Essa revisão não deve ser subestimada, pois, a partir dela modificou-se decisivamente a forma como boa parte dos historiadores têm visto as

⁷² Entrevista do autor publicada em FORTES, *Na luta por direitos*, op. cit., p.189-190.

⁷³ Sugerido a partir da conceituação presente em GRAMSCI, Antonio. Caderno 13, *Cadernos do cárcere*, vol.3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.76-79. O tema do “cesarismo” no Brasil será tratado mais à frente.

⁷⁴ FONTES, “Que hegemonia? Peripécias de um conceito no Brasil.” op. cit., p.211.

⁷⁵ Este debate remete pelo menos a elaborações de juventude de Marx sobre o proletariado como a classe que encarna em si, como negatividade, todas as opressões do gênero humano. Ver a *Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel* e *Os manuscritos econômicos e filosóficos*, ambos de 1844.

relações entre o Estado e as classes sociais no período de 1930-1964. Um exemplo disto é que esta revisão se abstém de propor outra caracterização social do período. Sendo assim, tem-se o primeiro governo Vargas caracterizado como *O tempo do nacional-estatismo* e o período de 1945-64 como *O tempo da experiência democrática*.⁷⁶ Por outro lado, algumas pesquisas recentes têm apontado a riqueza de dimensões teóricas presentes no conceito de populismo, o que de certa forma tem posto em evidência sua utilidade.⁷⁷ Mas, se alguns argumentos dos revisores do conceito de populismo devem ser levados em conta – especialmente no que diz respeito à idéia de “sindicalismo populista” –, o ponto que nos interessa neste trabalho continua sendo válido, a saber, o fato daquele regime basear-se em um compromisso entre classes; pela incapacidade de qualquer das frações das classes dominantes em exercer a sua dominação direta, o que deu origem ao “Estado de compromisso”, estando este em crise no início dos anos 60, como veremos ainda neste capítulo.

Mas antes de passarmos aos elementos efetivos da crise dos anos 60, cabe ainda apontar algumas das características constituintes do regime surgido após o fim do Estado Novo. Se há um certo consenso quanto à idéia de que o golpe do Estado Novo significou uma modificação da política estatal em favor da industrialização, cabe verificar como isto se desenvolveu na etapa posterior. A redemocratização surgida no pós-Guerra possibilitou, entre outras coisas, que as oligarquias agrárias reconquistassem uma representação política no Congresso Nacional. A maior parte delas se organizaria no Partido Social Democrático (PSD), em nada similar aos seus homônimos europeus, estando baseado também na imensa máquina burocrática criada no período anterior e nos interesses agrários da fração subalterna da classe dominante. Já outra parte do setor agrário, ligado aos interesses do comércio internacional e com forte ligação ao capital estrangeiro, aliada a certa burguesia

⁷⁶ Estes são os títulos de uma obra coletiva organizada por Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado em que se expõe a mais “nova periodização” sobre a história republicana do Brasil. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Livro 1. *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo*. Livro 2. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Livro 3. *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura*. Livro 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁷⁷ Ver por exemplo, DEMIER, Felipe. *Do movimento operário para a academia: Leon Trotsky e os estudos sobre o populismo brasileiro*. Dissertação de mestrado. UFF, 2008. (Mimeo.), onde analisa a incorporação da problemática do desenvolvimento desigual e combinado às elaborações do conceito feitas por Weffort e Ianni. Ver também, FONTES, Virgínia. “Que hegemonia? Peripécias de um conceito no Brasil.” *Reflexões impertinentes: história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005, p.217-218, onde a autora aborda a importância do conceito de “crise de hegemonia” na formulação do conceito, feita pelos mesmos autores.

compradora, empunhando os ares do “neoliberalismo” que marcou o período,⁷⁸ organizou-se na União Democrática Nacional (UDN), partido que, ao longo do regime, assumiu o tom de opositor veemente do varguismo, desembocando regularmente em uma prática golpista.⁷⁹ Com base na burocracia do Ministério do Trabalho formou-se o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), cujo intuito era disputar a liderança do movimento operário com o Partido Comunista (PCB), então extremamente ativo após sua reorganização ainda nos últimos anos do Estado Novo,⁸⁰ e que então conhecia rápido crescimento. No sistema partidário ainda poderia ser mencionado o caso do Partido Social Progressista (PSP), mais influente em São Paulo e ligado ao populista de direita Ademar de Barros, e o Partido Democrata Cristão (PDC), que compunha, ao lado da UDN e do PSD, o dispositivo partidário conservador da cena política instituída com a constitucionalização de 1946. Em estudo hoje clássico, Maria do Carmo Campelo de Souza defende a hipótese de que este era um sistema pouco institucionalizado, formado por “pseudo-partidos”,⁸¹ no que estamos de pleno acordo. Assim, o que se chamou de democracia populista (1945-1964) teve este espectro no sistema partidário.

Outra característica importante deste regime era a continuidade das estruturas sindicais corporativas, surgidas para controlar o movimento operário através do Ministério do Trabalho, e que tiveram guarida na nova ordem liberal. O exemplo mais patente seria a assinatura, por Dutra, do Decreto-lei nº 9070, de 13 de janeiro de março de 1946, antes da aprovação do texto constitucional, que restringia e quase inviabilizava o direito de greve. Por outro lado, deve-se advertir que tal continuidade não se faria sem dificuldades, já que a conjuntura do pós-guerra favoreceu a eclosão de importantes movimentos grevistas, além da, já referida, volta à legalidade, ainda que breve, do PCB, que atuou com força em tais

⁷⁸ Não se trata aqui da doutrina oriunda de autores como Friedrich von Hayek, Von Mises e Milton Friedman, que se organizariam no período na Sociedade do Mont Pèlerin, mas a onda de liberalização política que atingiu parte dos países que se coligaram contra as potências do Eixo na conflagração mundial. Nunca é demais lembrar que, ao mesmo tempo, uma onda de revoluções socialistas e descolonizações também marcariam o período do pós-guerra.

⁷⁹ A UDN chegou a contar em sua fundação com uma ala à esquerda, a Esquerda Democrática, que logo em seguida originaria o Partido Socialista Brasileiro (PSB), de viés social-democrata. O golpismo udenista se expressou especialmente na recusa por parte desta agremiação em aceitar as sucessivas vitórias eleitorais de Vargas e seus herdeiros, além da participação de seus militantes em conspirações ao lado de militares conservadores.

⁸⁰ Cite-se a importante Conferência da Mantiqueira de 1943, que conseguiu reorganizar o PCB depois das crises resultantes do fracasso do levante de 1935, da prisão dos seus principais dirigentes – Luís Carlos Prestes inclusive – e da cisão de Hermínio Sachetta, dirigente paulista que aderiu ao trotsquismo em 1938.

⁸¹ SOUZA, M. C. C. *Estados e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, p.32.

movimentos. Em posição crítica, Francisco Weffort⁸² defende que os comunistas tiveram atuação no sentido de dar vida àquela estrutura sindical corporativa, criando entidades sindicais ditas “paralelas”. Temos enormes reservas quanto a esta posição, nos parecendo mais adequada a de Luiz Werneck Vianna,⁸³ que observa na criação do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) em 1945 e na tentativa de criação da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB) no ano seguinte, uma política contrária à estrutura corporativista, ainda que possam ser levantados os limites de tais iniciativas. Em meados dos anos 50 até os idos dos anos 60, como trataremos mais à frente, a política de criação de entidades extralegais (ditas “paralelas”) aparecerá novamente como política impulsionada pelos comunistas, constituindo um dos elementos centrais da crise na década seguinte, o que acaba corroborando a tese defendida por Vianna. Na verdade, o fulcro da interpretação de Weffort está baseado na posição conciliatória assumida pelo PCB no processo de transição para o regime liberal – na política de “Assembléia Constituinte com Vargas” – em que ficaram célebres algumas declarações de Luis Carlos Prestes em meio às mobilizações crescentes do movimento operário: “Apertem os cintos, a desordem só interessa ao nazi-fascismo!”⁸⁴ Por outro lado, como os estudos recentes têm demonstrado, os líderes sindicais comunistas tiveram forte atuação nas campanhas salariais mesmo antes do fim do Estado Novo,⁸⁵ e assim, tem sido mais prudente tentar entender a atuação dos comunistas no movimento sindical brasileiro buscando investigar as contradições entre as posições da direção partidária e as praticadas pelos militantes de base.

O que é certo é que tal controle do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos não impediu que lutas de classe se expressassem ao longo do período entre o fim do Estado Novo e o golpe de Estado de 1964, como atestam inúmeras greves importantes a partir dos anos cinquenta, como a dos 300 mil em 1953, realizada no segundo governo Vargas, a

⁸² “Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura após-guerra).” *Estudos Cebrap*, nº 4, São Paulo, 1973, p.65-105.

⁸³ *Liberalismo e sindicato no Brasil*, op. cit., capítulo 6, p.243-288.

⁸⁴ Estas e outras idéias são também desenvolvidas por Weffort em “Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964.”, artigo publicado em três partes, a *Revista de Cultura Contemporânea*, n.1 e 2, São Paulo (1978), e na *Revista de Cultura e Política*, n.1, São Paulo (agosto de 1979).

⁸⁵ Isto, além de outro lugar comum sobre a atuação do movimento sindical no período tem sido alvo de importante revisão nos últimos tempos, como a idéia de que os líderes não teriam trabalhado nas bases de fábrica, o que estes estudos têm demonstrado ser um engano. Sobre a conjuntura do pós-guerra, ver. COSTA, Hélio. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Escrita, 1995.

greve dos 700 mil em 1957, a “greve da paridade” de novembro de 1960, as greves da Legalidade de 1961, as greves gerais políticas de 1962, a greve dos 700 mil em São Paulo em 1963, só para citar aquelas de impacto nacional.

Mas, como no Brasil o *presente* paga pesado tributo ao *passado*, todas as formas de decadências sociais típicas da época imperialista do capitalismo – como a estatização dos sindicatos – aparecem no país sem que este tenha de percorrer o longo caminho permitido a países pioneiros do capitalismo, como a Inglaterra, em que a classe operária contou com um período de reconhecimento de sua institucionalidade pelo Estado, mantendo-se, contudo, os sindicatos independentes. Este período de sindicalismo independente do Estado correspondeu à fase do capitalismo concorrencial; com o início da época de decadência imperialista do capitalismo – onde surgem os fenômenos da aristocracia operária e a burocracia sindical, mas também dos partidos operários de massa, como a social-democracia alemã e o trabalhismo inglês – não é mais permitido ao Estado simplesmente tolerar os sindicatos.⁸⁶ É necessário controlá-los incorporando-os ao aparelho estatal. Nos países de capitalismo hiper-tardio como o Brasil, o reconhecimento por parte do Estado da existência jurídica da classe trabalhadora como sujeito coletivo é feito após 1930, mas isto só pode ser conseguido *saltando-se a etapa* do sindicalismo independente reconhecido pelo Estado. Em nosso caso, além do tributo ao *passado*, o *presente* é contemporâneo da forma mais evoluída do modo de produção capitalista, não tendo o Brasil que realizar a modernidade capitalista repetindo a mesma trajetória dos países europeus. Isto explica a necessidade da estrutura sindical corporativista no Brasil quando da etapa decisiva de industrialização a partir dos anos 1930.

Esta reflexão está baseada na análise que Leon Trotsky faz no texto “Os sindicatos na época de decadência capitalista”,⁸⁷ quando analisa como as direções sindicais reformistas capitularam e transformaram a estrutura sindical dos países centrais do capitalismo em colaboradores diretos do imperialismo. O sujeito social deste processo era a

⁸⁶ Esta questão remete à problemática gramsciana de ampliação do Estado no período de passagem do capitalismo para a fase monopolista (imperialista), onde à classe dominante torna-se necessário empreender uma ação pedagógica no sentido de se tornar também dirigente do consenso das massas ao regime. Uma boa discussão sobre tema pode ser lida em NEVES, Lúcia Maria Wanderley & SANT’ANNA, Ronaldo. “Introdução: Gramsci, o Estado educador e a nova pedagogia da hegemonia.” In. NEVES, L. M. W. (org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005, p.19-39.

⁸⁷ TRÓTSKY, Leon. “Os sindicatos na época de decadência imperialista.” In. *Escritos sobre sindicato*. São Paulo: Kairós, 1978, p.101-109.

formação daquilo que Lênin chamou de “aristocracia operária”, um setor da classe operária dos países imperialistas que tinha parte de sua remuneração proveniente do sobre-trabalho dos países periféricos. No mesmo texto Trotsky analisa como, em países hiper-tardios como o México, o processo de estruturação do sindicato corporativista foi feito nas condições peculiares do desenvolvimento desigual e combinado daquela formação social, que permitiu a emergência do governo Cárdenas. Este governo (1934-1940) era resultado contraditório da luta de classes naquele país, que desde 1911 viveu processo revolucionário que derrubou a forma de dominação oligárquica. Preservou, entretanto, as dimensões repressivas do processo, expresso numa presença importante das Forças Armadas na vida política do México, tal como demais formações sociais da América Latina. No caso mexicano, onde o movimento operário tinha tradições e o movimento comunista era forte, o governo de Cárdenas – ele próprio, um General – teve de contar com o apoio destes, e o Partido Comunista chegou a ocupar a pasta da Educação por um breve período.⁸⁸ Em estudo recente, Felipe Demier discute as análises que Leon Trotsky fez sobre as formações sociais capitalistas, apontando que a América Latina foi um dos últimos pontos de observação que animou as formulações do revolucionário russo, para nós, de alto valor heurístico.⁸⁹

Lançando mão da categoria de bonapartismo, e em diversos estudos feitos a partir desta categoria por Marx e Engels, Trotsky observou esta forma de dominação política como uma constante nas formações sociais latino-americanas submetidas à influência decisiva dos imperialismos inglês, em decadência, e norte-americano, em ascensão. A forma de dominação democrática teria assim grandes dificuldades de se realizar em países como o México, Brasil e Argentina. Ao mesmo tempo, com a disputa inter-imperialista se acirrando, e a guerra civil internacional (segundo Marcuse, desde 1917), pôde-se formar um tipo de governo que manobra com as massas para “golpear” o imperialismo, e assim manter a dominação do próprio imperialismo em seu território nacional; entretanto, assumindo um controle estatal de empresas estratégicas, concedendo certa legislação social, não sem impor aos sindicatos o controle corporativo do Estado.⁹⁰ Cárdenas promoveu uma reforma agrária para camponeses pobres, e fez campanhas pela nacionalização do petróleo e das

⁸⁸ Por pressão de setores católicos, o Partido Comunista foi excluído deste ministério.

⁸⁹ DEMIER, Felipe. *Do movimento operário à academia: os escritos latino-americanos de Leon Trotsky e os estudos sobre o populismo*. op. cit..

⁹⁰ Processava-se, nestes termos, mais uma revolução passiva na América Latina.

linhas férreas. Deste ponto de vista, representava uma variante “semi-democrática” dos governos bonapartistas *sui generis*, referida por Trotsky em seus manuscritos latino-americanos.

Se aqui coubesse introduzir as elaborações de Antonio Gramsci sobre o fenômeno do chamado “cesarismo”, talvez pudéssemos avançar numa comparação entre o regime político do México e no Brasil, algo de grande importância na caracterização do bloco-histórico populista. Assim, pretende-se caracterizar a natureza do varguismo, como fenômeno histórico que expressou o nacionalismo burguês no Brasil. O caráter bonapartista do varguismo, discutido por diversos autores, deve ser agora aprofundado com a reflexão que se segue.

Em seus estudos no cárcere, Gramsci buscou compreender o significado histórico dos regimes cesaristas,⁹¹ que segundo ele era algo como uma forma universal de “autoritarismo”,⁹² – da qual o bonapartismo é sua forma de manifestação sob o capitalismo – que se expressou na Roma imperial, mas também com Napoleão, Luis Bonaparte e Bismarck. Mas o sentido social destas formas cesaristas não é sempre o mesmo. Pois, para Gramsci o caráter *progressista* ou *regressivo* de tais regimes políticos está ligado a que força social é beneficiada no quadro de uma forma de desenvolvimento *pelo alto*. Nesse sentido, Napoleão (1799-1814) representou um grande progresso social, pois consolidou as bases vitoriosas da revolução burguesa iniciada em 1789, porque efetivou a transição do Estado absolutista para o Estado liberal-burguês, enquanto que o governo de Luís Bonaparte (1848-1870) representou uma forma *regressiva* de cesarismo, já que se fez derrotando a classe operária em 1848 – cuja presença na cena política representava o anacronismo da sociedade burguesa –, mas que desenvolveu fortemente o capitalismo industrial, como reconheceria mais tarde o próprio Marx, operando, entretanto, sob a mesma forma social de Estado.⁹³

⁹¹ GRAMSCI, Caderno 13, *Cadernos do cárcere*, vol.3, op. cit., p.76-79.

⁹² As aspas são para que este raciocínio não seja confundido com a disjuntiva da vulgata liberal: autoritarismo *versus* democratismo.

⁹³ Esta consideração está presente no seu texto *A guerra civil na França* (1872) e no Prefácio à edição alemã de 1872 do *Manifesto Comunista*, onde se comenta “o desenvolvimento colossal da indústria nestes últimos vinte e cinco anos”, período dentro daquilo que Eric J. Hobsbawm denominou de *Era do capital*.

Por este raciocínio o período de Getúlio Vargas no poder (1930-45) teria sido marcado por um cesarismo regressivo, já que feito nas condições da “via colonial”, para usar a expressão de Chasin, em que a classe operária foi desorganizada e as próprias liberdades burguesas não puderam ser toleradas, especialmente no período do Estado Novo. Tomando-se em conta a periodização proposta por Florestan Fernandes, também é possível verificar que o caráter regressivo do varguismo é decorrente do fato deste não exprimir a transição de uma forma estatal a outra, tendo as bases do Estado nacional brasileiro sido lançadas já no processo de emancipação política. Tal enunciado também é válido se tomarmos como referência outra periodização como a de Décio Saes, que localiza a formação da superestrutura jurídico-político burguesa com o fim da escravidão e a proclamação da República.⁹⁴ Autor a utilizar este conceito de Gramsci para caracterizar o varguismo é João Quartim de Moraes⁹⁵ em texto dos anos de 1980. O autor propõe a seguinte periodização para caracterizar o caráter do cesarismo de Vargas:

“O regime oriundo da Revolução de 1930, embora se apoiando num Exército comprometido com seus objetivos essenciais (primado do ponto de vista nacional sobre o regionalismo das oligarquias da República Velha, centralização orgânica do aparelho estatal, promoção pelo Estado do desenvolvimento industrial etc.) assumiu, na medida em que consolidou o poder e o prestígio pessoal de Getúlio Vargas, o caráter de um “cesarismo progressista” no estrito sentido de Gramsci (criação de um novo tipo de Estado, compatibilizando forças sociais em conflito não-antagônico e abrindo caminho para as tendências progressistas no movimento histórico). A partir de 1935, no entanto, o impulso progressista aberto pelo combate dos ‘tenentes’ e vitorioso em 1930, deslocou-se para a Aliança Nacional Libertadora, portadora de um projeto de reformas sociais avançadas. Para contê-la, Vargas recorreu a medidas repressivas e provocadoras, às quais os dirigentes da ANL responderam com uma aventura insurrecional

⁹⁴ A hipótese de Décio Saes é extremamente instigante, pois parte da compreensão, em nossa opinião correta, de que uma das características do Estado capitalista e que o difere de todas as formações estatais pré-capitalistas, é o de seu caráter universalista, em oposição ao caráter particularista destes últimos, que nunca se apresentaram como expressão da “vontade geral”, ou algo parecido. Assim, enquanto não se aboliu a escravidão, manteve-se o Estado brasileiro nos quadros do particularismo pré-capitalista. Ver SAES, D. *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. São Paulo: Paz e Terra, 1985. A favor da tese de Saes poderíamos mobilizar Marx, que afirma ser necessário para o funcionamento da lei do valor, e conseqüentemente da lógica da valorização do valor, que a igualdade entre os indivíduos – típica da ordem jurídica burguesa – tenha a força de uma “crença popular”. “O segredo da expansão do valor, a igualdade e a equivalência de todos os trabalhos, porque e na medida em que são trabalho humano em geral, somente pode ser decifrado quando o conceito de igualdade humana já possui a consciência de um preconceito popular.” MARX, *O capital*, Livro I, volume I, capítulo I, op. cit., p.187.

⁹⁵ MORAES, João Quartim de. “O argumento da força.” In. OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de, et. al. *As forças armadas no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço & Tempo, s.d.

tragicamente fracassada. Vitorioso e mais poderoso do que nunca, o César acentuou a virada de seu regime no rumo do “cesarismo policial”, institucionalizando, dois anos mais tarde, o Estado Novo. (...) Mas a singularidade do destino histórico do cesarismo varguista está em sua nova virada, desta vez no sentido progressivo, que o conduziu a fazer do sindicalismo corporativista de Estado sua principal base de apoio político. Evolução que não foi aceita pelas cúpulas militares que o haviam ajudado a instaurar o ‘Estado Novo’.”⁹⁶

A longa citação impõe alguns desafios, como o de estabelecer uma justa relação entre o varguismo como ideologia nacionalista burguesa que é animada pela idéia de que deve ser estabelecido um compromisso entre as “elites” e o “povo”, que deve ser “integrado à comunidade cívica nacional”, resolvendo “a grande contradição entre um país que já tinha Estado desde do XIX, mas ainda não possuía o *povo*”, que teve sua aparição tardia na história do Brasil em razão da chaga da escravidão etc. Na verdade o varguismo pode ser entendido de outra forma, como uma ideologia que expressa as contradições da revolução passiva no Brasil. Seguindo a sugestão de Quartim, é necessário, entretanto, levar em conta o conceito de cesarismo, tomando o caráter progressivo ou regressivo historicamente, como partes de um par dialético conceitual. Em suma, talvez seja mais produtivo explorar o caráter ao mesmo tempo “progressista” e “regressivo” do cesarismo varguista, entendendo como tal contradição interna foi um dos elementos de sua superação histórica como forma burguesa de dominação política, no quadro da revolução passiva nos idos dos anos 1960.

Tomar o período iniciado em 1930 como simplesmente “progressista” não é procedimento capaz de explicar as lutas operárias contrárias ao controle dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, muito menos o surgimento e popularização da frente popular expressa na Aliança Nacional Libertadora (ANL). Os elementos regressivos se combinavam àqueles “progressistas” apontados por Quartim. A outra dificuldade é acreditar na possibilidade do estabelecimento de uma forma de compatibilizar os conflitos sociais como não-antagônicos em países periféricos de formação capitalista hiper-tardia, em que a classe trabalhadora é super-explorada pelo imperialismo. Em suma, não é possível esquecer os limites de um cesarismo nas condições de uma revolução passiva na periferia, onde as alianças entre burocracia de Estado e classe trabalhadora devem sempre ser pensadas como parte de uma estratégia de contra-revolução preventiva

⁹⁶ *Idem*, p.33.

das classes dominantes brasileiras. Mais ainda, devem ser pensadas como parte de um fato histórico típico das revoluções passivas, o transformismo, originalmente concebido para uma situação em que elementos de oposição são incorporados molecularmente ao grupo moderado dominante, ficando as massas populares decapitadas e não absorvidas no âmbito do novo Estado resultante da revolução passiva.⁹⁷ Duas coisas devem ser ditas a respeito da particularidade do caso brasileiro do transformismo nesta fase: 1) a decapitação das massas populares foi resultado do recrudescimento da repressão após o fracasso do levante da ANL, sobre as principais lideranças populares da esquerda;⁹⁸ 2) a inclusão parcial de interesses das classes subalternas, a sua incorporação no âmbito do Estado com a legislação social (formando o mercado nacional da força de trabalho), excluiu a população rural, recolocando as condições para a continuidade de formas extra-econômicas de extração do sobre-trabalho social.

Assim, resolvemos tomar o conceito de bonapartismo *sui generis* de Trotsky, utilizando algumas considerações presentes no conceito de cesarismo de Gramsci para caracterizar o conteúdo social deste partido nacionalista burguês: o varguismo.⁹⁹ A caracterização para nós é estratégica, pois foi sob o governo do principal herdeiro político de Getúlio Vargas que se processou o processo histórico objeto desta dissertação: a campanha pelo plebiscito revogatório do parlamentarismo. O varguismo é certamente o partido dominante no bloco-histórico populista, mas as contradições sob as quais se conformou não podiam ser controladas durante um longo tempo, como o fim do Estado Novo e o fim trágico do governo Vargas em 1954 já haviam deixado claro. Nestes dois momentos se expressou a face mais progressista do cesarismo varguista, com alianças com as classes trabalhadoras, utilizando-se da estrutura sindical corporativista, e quando se processaram certas contradições com o capital estrangeiro. Destas, talvez a mais ousada tenha sido a da nacionalização do petróleo, que desembocou na criação da Petrobrás (1953). Mais simbólica talvez tenha sido a curta gestão de João Goulart à frente do

⁹⁷ Em Gramsci o conceito de transformismo diz respeito à trajetória do Partido da Ação, e sua incorporação ao campo do Partido Moderado. “O chamado ‘transformismo’ é tão somente a expressão parlamentar do fato de que o Partido da Ação é incorporado molecularmente pelos moderados e as massas populares decapitadas, não absorvidas no âmbito do novo Estado”. GRAMSCI, Caderno 19, *Cadernos do cárcere*, op. cit., p.93.

⁹⁸ No Brasil tal decapitação foi muito menos metafórica que no contexto italiano.

⁹⁹ Esta relação entre os conceitos de Trotsky e Gramsci está sendo estudada por Felipe Demier em pesquisa de doutorado no PPGH-UFF: “Varguismo e “autonomização relativa do Estado”: *bonapartismo* e *cesarismo* nos estudos sobre o período 1930-1945 da república brasileira”, Niterói, outubro de 2007 (projeto de doutorado).

Ministério do Trabalho, dramaticamente pressionado a entregar a pasta ante a ofensiva de oficiais conservadores das Forças Armadas que redigiram o “Manifesto dos Coronéis”, forçando Vargas a demiti-lo, não sem antes garantir um aumento de 100% no salário mínimo. O suicídio e a carta testamento de Vargas, que se tornariam a simbologia da mística trabalhista, seriam os instrumentos para que seu espectro continuasse a rondar na cena política brasileira, servindo de combustível à consolidação desta ideologia nacionalista.¹⁰⁰ Neste marco, Goulart e o sindicalismo trabalhista se apresentariam como face mais próxima da vertente progressista do cesarismo varguista.

Mas aqui caberia um comentário sobre a natureza do que afirmamos ser “progressivo” no cesarismo varguista, pois se Goulart de fato representou uma forma diferenciada de tratamento das questões trabalhistas por parte do governo Vargas, sua gestão durou apenas de 15 de junho de 1953 até 22 de fevereiro de 1954. No restante do governo, os titulares da pasta do Trabalho foram Danton Coelho (janeiro a setembro de 1951) e Segadas Vianna (setembro de 1951 até junho de 1953), que perseguiram os comunistas no movimento sindical e nunca deixaram de tratar as questões sociais como “caso de polícia”. Sobre isto, John French, dialogado com certa historiografia recente, fez um comentário definitivo:

“A disposição do governo Vargas em tolerar por tanto tempo ministros que praticavam esta política trabalhista lastimável [tratando as greves como caso de polícia!] exige que aprimoremos nossos julgamentos sobre o próprio Vargas, sobre o trabalhismo e o populismo. Fatos como este demonstram, no mínimo, que era baixa a sensibilidade aos interesses dos trabalhadores e sindicalistas no que diz respeito às prioridades políticas de Getúlio Vargas, ao menos quando ele retornou ao poder. Também sugere fortemente que os historiadores devem ser cautelosos ao tratar Vargas como se ele realmente fosse um reformador social coerente e consistente. Tal ingenuidade poderia somente levar à falsa conclusão de que os populistas como Vargas eram “a favor dos trabalhadores”, de forma ativa e intencional, em vez de serem forçados a atuar em um estilo favorável a estes em certas conjunturas, devido a uma combinação de auto-interesse e pressão vinda de baixo.”¹⁰¹

As ambigüidades do nacionalismo burguês ficariam mais evidentes quando da gestão de Juscelino Kubitschek (1955-1961), liderança mineira ligada aos compromissos

¹⁰⁰ Se naquela quadra histórica tal ideologia poderia apresentar alguns traços progressivos, atualmente, ante a crise estrutural do capital ela só pode apresentar o sentido de uma “utopia reacionária”. Se há um momento em que o projeto socialista deve apresentar toda a sua atualidade, este certamente é o momento da crise do capital.

¹⁰¹ FRENCH, *Afogados em leis*, op. cit., p.50.

varguistas e que por isto mesmo trouxe como vice nada mais que o ex-ministro do Trabalho de Vargas, Goulart. Ao mesmo tempo, dando coesão ao bloco-histórico,¹⁰² uma série de intelectuais reunidos no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB),¹⁰³ ligado ao Ministério da Educação e Cultura, trabalhariam a difusão de uma explicação da sociedade brasileira movida por uma idéia dualista, segundo a qual no Brasil encontravam-se, em contradição insolúvel, elementos arcaicos *versus* elementos modernos. Tal formulação, fortemente influenciada pela Comissão Econômica de Planejamento da América Latina (CEPAL) e autores como o uruguaio Raúl Prebisch e o brasileiro Celso Furtado, era análoga à compreensão que o Partido Comunista tinha do Brasil, onde haveria uma contradição entre estruturas feudais arcaicas (ligadas ao imperialismo) e as forças capitalistas nacionais, com quem deveria se aliar o proletariado.¹⁰⁴ Não por acaso, Nelson Werneck Sodré, oficial militar e historiador, ligado ao PCB, Hélio Jaguaribe, de perfil mais conservador e tecnocrático, e Álvaro Vieira Pinto, intelectual mais refinado e próximo a uma posição mais esquerdista que o próprio Sodré, seriam quadros do ISEB. A emergência do governo Kubitschek expressava então um compromisso que parecia ser a forma mais desenvolvida do populismo, conciliando como base de apoio, desde os setores mais vinculados aos interesses do capital monopolista, quanto os comunistas e trabalhistas, que garantiam o apoio na área sindical. E seria sob sua gestão que começaria a emergir um novo bloco-histórico no Brasil, que articularia uma nova composição entre as frações das classes dominantes, formando um novo bloco no poder. Este é o tema do ponto a seguir.

A monopolização e crise da economia brasileira

Em meados dos anos 50 acontece um dos processos estruturais mais importantes atravessados pela sociedade brasileira no século XX: a monopolização da economia capitalista no Brasil, que teria impacto decisivo na crise da década seguinte. No imediato pós-Segunda Guerra, o capitalismo conhece o início de uma fase expansiva que ficou

¹⁰² Segundo Gramsci o papel dos intelectuais – os “funcionários da superestrutura” – é o de “cimentar” o bloco histórico, fazendo a mediação entre a base e a superestrutura de uma dada formação social. GRAMSCI, A. Caderno 12, *Cadernos do cárcere*. vol.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.20-21.

¹⁰³ Sobre o ISEB utilizamos o estudo de Caio Navarro de TOLEDO. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1978.

¹⁰⁴ Esta leitura, que aqui apresentamos como uma caricatura, foi a ortodoxia a embasar a política do PCB desde do fim dos anos de 1920 até passado recente.

conhecida como “Época de ouro”,¹⁰⁵ que duraria até o início dos anos 1970. Baseando-nos em alguns estudos de Ernest Mandel, entendemos que o capitalismo conheceu uma onda longa ascendente a partir de 1947, onde aprofundaram-se as expansões da forma capital pelo mundo através dos seguintes fatores: a terceira revolução tecnológica, com o controle generalizado das máquinas por meio de aparelhagem eletrônica e a gradual introdução da energia nuclear; a destruição da agricultura camponesa pela Revolução Verde nos países periféricos (recolocando as condições primárias para a acumulação capitalista¹⁰⁶); e a colonização das esferas da Natureza e da Cultura pela lógica da valorização do valor.¹⁰⁷ Após a “Era da catástrofe” (1914-1945), com as duas conflagrações inter-imperialistas e a crise de 1929, consolida-se nos países centrais do capitalismo um regime de acumulação fordista/keynesiano,¹⁰⁸ ancorado em políticas anti-cíclicas e forte interferência estatal, aliado a uma forma de compromisso entre a classe operária e as burguesias nos países centrais.

Com a reconstrução da Europa concluída, o capital internacional passa a observar alguns países da periferia como o Brasil, que se tornam extremamente atrativos para seus novos investimentos. Como observou Sônia Mendonça,

“Concluídos os planos de reconstrução do pós-guerra, os centros capitalistas adquiriram um certo grau de estabilidade econômica que os levou a buscar

¹⁰⁵ Trabalhamos aqui com a periodização proposta por Hobsbawm para o século XX. HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹⁰⁶ São estas as condições para a reprodução social através da lei do valor, com a existência de duas classes bem diferentes de possuidores de mercadorias, como nos diz Marx em seu célebre capítulo sobre a chamada acumulação primitiva de capital: “duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de defrontar-se e entrar em contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que se propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante compra de força de trabalho alheia: do outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho. Trabalhadores livres no duplo sentido, porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos etc., nem os meios de produção lhes pertencem, como, por exemplo, o camponês economicamente autônomo etc., estando, pelo contrário, livres, soltos e desprovidos deles. Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista. A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apóie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente. Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados.” MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1, Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p.340.

¹⁰⁷ Nesta periodização, baseada na idéia de onda longa do economista russo Kondratief, utilizamos o uso feito por Ernest Mandel em seu livro *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

¹⁰⁸ HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1993, 121-134.

novas oportunidades lucrativas de exportação de capitais. ‘Redescobriram’ os países periféricos.’¹⁰⁹

Um outro aspecto importante deste processo é o aumento da velocidade das inovações tecnológicas ligadas ao sistema produtivo, que encurtava o tempo de rotação do capital fixo nas economias centrais, levando a que estas exportassem para certos países periféricos os equipamentos obsoletos. A forma de modernização empreendida pelo Brasil acabava por criar as condições para que unidades produtivas dos centros fossem para aqui deslocadas, no que foram favorecidas por certa legislação, a exemplo da Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), aprovada ainda no governo de João Café Filho (1954-55), e que permitia às corporações multinacionais a importação de equipamentos por um preço 45% abaixo das taxas oficiais e isentas da cobertura cambial exigida, como norma, para a importação de maquinário; um privilégio, já que o benefício não foi estendido aos empresários brasileiros, exceto àqueles que se associavam a capitais estrangeiros. É com base neste elemento que se forma uma das partes fundamentais do chamado tripé do modelo de desenvolvimento industrial brasileiro: a do capital estrangeiro,¹¹⁰ que se forma no investimento no setor de produção de bens duráveis, o Departamento III. Ao capital nacional cabe a continuidade de seu predomínio nos chamados ramos tradicionais da indústria, ligados à produção de bens de consumo popular (Departamento II), ficando ao capital estatal o papel de investidor no ramo das indústrias de base (Departamento I), onde o tempo de rotação e o volume das inversões é maior. A alta composição orgânica¹¹¹ do Departamento III impedia que pequenos capitalistas tivessem capacidade de investimentos, e o estímulo oferecido pela legislação mencionada acima, atraindo o capital estrangeiro e obrigando os capitais nacionais a se associarem, desembocou na rápida monopolização do setor. Segundo Maria Moraes,

¹⁰⁹ MENDONÇA, op. cit., p.55.

¹¹⁰ Isto não quer dizer que date desta época a presença de investimentos estrangeiros, que desde cedo se fizeram presentes na economia brasileira. Apenas que este é um momento em que este capital é investido largamente no setor produtivo, pois até então sua presença mais forte era nos setores comercial e bancário.

¹¹¹ No processo de reprodução ampliada, o capital investido produtivamente é decomposto em duas partes: capital constante e capital variável. O primeiro refere-se ao capital investido em meios de produção e matérias primas; o segundo, no pagamento do valor da força de trabalho, nos salários. Quanto maior for a parte alíquota do capital constante, maior é sua composição orgânica. Um empreendimento com alta composição orgânica, significa um setor que só pode ser passível de investimentos a grandes massas de capital. Ver. MARX, *O capital*, op. cit., capítulo XXIII, p245-246.

“Na verdade, as novas inversões, ao exigirem maiores massas de capital – por se tratar de ramos de mais alta composição orgânica e de tecnologia mais sofisticada – colocam barreiras técnicas e financeiras à entrada de capitais de menor porte, possibilitando a estrutura monopolista do setor.”¹¹²

O aumento do peso do capital estrangeiro na economia brasileira teve como corolário uma nova forma de dependência na economia brasileira, pois se “uma parcela da mais valia extorquida internamente pelo capital estrangeiro [era] reinvestida, não podemos nos esquecer que outra parcela [era] remetida para o exterior sob a forma de lucros, juros e dividendos”.¹¹³ Tornou esse o eixo dinâmico da economia a partir de então, construiu-se com base nele o modelo de desenvolvimento dependente-associado.¹¹⁴

Antes da década de 1950 o capital multinacional já havia se estabelecido nos ramos de serviço, extração e comércio agrícola; em menor medida, tinha realizado investimentos industriais, como, por exemplo, na incipiente indústria automobilística. Sobre esta última é importante verificar que o impulso relevante só se deu com o Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek, mesmo que antes disso a Ford e a General Motors norte-americanas já estivessem operando no país. Outro dado importante diz respeito ao fato de ter sido o capital com sede na Europa (na conjuntura de emergência do Mercado Comum Europeu), e do Japão os pioneiros nos investimentos nesta fase da economia brasileira. A economia capitalista hegemônica, a norte-americana, só se faria mais atuante após o golpe de Estado de 1964, mesmo que sua presença anterior não deva ser subestimada. Sobre este ponto, Francisco de Oliveira esclarece:

“Tomando-se, por exemplo, os países ou as empresas internacionais que concorreram à execução do Plano de Metas, verifica-se que a *participação inicial* de empresas do país capitalista hegemônico – os Estados Unidos – era irrisória: elas não estiveram presentes na indústria de construção naval, que se montou com capitais japoneses, holandeses e brasileiros, na indústria siderúrgica, que se montou basicamente com capitais nacionais estatais (BNDE) e japoneses (Usiminas), nem sequer tinham participação relevante

¹¹² MORAES, M. “Considerações sobre a crise de 1964.” In: MANTEGA, G & MORAES, M. *Acumulação monopolista e crises no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p.27-28.

¹¹³ *Idem, Ibidem*, p.28.

¹¹⁴ CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo. *Desenvolvimento e dependência na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. Pensado este processo também em outros países da América Latina, estes dois autores assim definiram esta nova forma de dependência: “A vinculação das economias periféricas ao mercado internacional se dá, sob esse novo modelo, pelo estabelecimento de laços entre o centro e a periferia que não se limitam apenas, como antes, ao sistema de importações-exportações; agora as ligações se dão também através de investimentos industriais diretos feitos pelas economias centrais nos novos mercados nacionais.” *Idem*, p.125.

na própria indústria automobilística que se montou com capitais alemães (Volkswagen), franceses (Simca) e nacionais (DKW, Mercedes-Benz); as empresas norte-americanas que já estavam aqui desde há muito tempo, como a General Motors e a Ford, não se interessaram pela produção de automóveis de passeio senão depois de 1964, e a empresa americana que veio para o Brasil, a Willys-Overland, era não somente uma empresa marginal na produção automobilística dos Estados Unidos, como basicamente montou-se com capital nacional, público (do BNDE) e privado (através do lançamento de ações ao público e a associação com grupos nacionais como Monteiro Aranha).”¹¹⁵

Ainda segundo Oliveira, tal processo se deu porque o país capitalista hegemônico ainda estava preso à antiga divisão internacional do trabalho, em que o Brasil aparecia apenas como exportador de *commodities* agrícolas.¹¹⁶

O governo Kubitschek marca também uma modificação na forma de financiamento do processo de industrialização brasileira, que no período anterior havia sido feito com o mecanismo do confisco cambial (da agro-exportação, especialmente do café), passando agora a recorrer, entre outras coisas, a recursos externos e a inflação. Além da Instrução 113, se contaria ainda com empréstimos externos de curto prazo, mecanismo favorecido pela conjuntura de grande liquidez do mercado internacional de capitais. Outro instrumento fundamental foi a inflação, que desaguava na formação de uma poupança forçada penalizando os assalariados, o que acabaria, no período posterior, constituindo um dos elementos da crise do sistema de dominação baseado no compromisso populista.¹¹⁷

A aceleração do processo de acumulação capitalista se fez acompanhar também pelo aumento global da taxa de emprego, o que de certa forma servia como contrapeso a outro dado do período, que é o aumento da taxa de exploração. Ao mesmo tempo ocorre o processo de mercantilização da renda das classes subalternas, que passam a contar com cada vez mais bens industrializados em seu consumo, e a entrada mais forte de mulheres no mercado de trabalho. Como é sabido, tais elementos contribuem na desvalorização do valor da força de trabalho, aumentando a taxa de exploração.¹¹⁸

¹¹⁵ OLIVEIRA, op. cit., p.76. Ver também MENDONÇA, op. cit., p.55-56 e MORAES, op. cit., p.27.

¹¹⁶ OLIVEIRA, op. cit., p.76. Ver também o trabalho de BOITO JR., Armando. *1954: a burguesia contra o populismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980, em que o autor discute as tentativas frustradas de Vargas (1951-1954) em atrair investimentos estrangeiros à produção fabril do país.

¹¹⁷ MEDONÇA, op. cit., p.55-57.

¹¹⁸ Neste sentido, é com certa reserva que se pode admitir a crítica feita por Maira Moraes a Francisco de Oliveira, que, segundo ela, veria todo o período da democracia populista (1945-1964) como marcado pelo aumento da taxa de exploração (MORAES, op. cit., p.31), quando é o próprio Oliveira que não absolutiza este

Os dados do crescimento da economia brasileira no quinquênio JK, dos “cinquenta anos em cinco”, são indicadores da aceleração do processo de acumulação capitalista no país. Segundo Sonia Mendonça, o crescimento verificado superaria mesmo os objetivos traçados no Plano de Metas:

“Enquanto se previra a construção de 10 mil km de novas rodovias, elas estenderam-se por mais de 20 mil km. Enquanto a potência hidrelétrica em 1955 era de 3 milhões de kw, em 1961 a capacidade instalada atingia 4,75 milhões de kw. Muito mais expressiva foi a rapidez do crescimento da produção petrolífera, que saltou dos 2 milhões de barris/ano em 1955, para 30 milhões em 1960. Também no setor de bens de produção houve ganhos notáveis, em particular na siderurgia, cuja produção passou de 1,15 milhão de toneladas de aço (1955) para 2,5 milhões em 1960.”¹¹⁹

Este forte crescimento acabou constituindo a base de certa memória construída posteriormente de “grande estabilidade” e “êxitos magníficos” do governo Kubitschek, que acabam por contaminar visões acadêmicas que simplesmente saltam por cima dos efeitos deletérios que tal modelo traria pelo aprofundamento da subordinação do país ao controle de capital monopolista. É o caso, por exemplo, de autores que trabalham na perspectiva teórica neo-institucionalista, como Kathryn Sikkink,¹²⁰ que, embora levante um elemento importante para o êxito do Plano de Metas, que é a existência de estruturas burocráticas meritocráticas (BNDE, Petrobrás),¹²¹ não tece qualquer comentário acerca da monopolização da economia brasileira e muito menos dos resultados posteriores de tal

aspecto, levando em conta a capacidade de resistência dos trabalhadores e o jogo político: “podem-se perceber claramente três fases no comportamento do salário mínimo real: a primeira, entre os anos 1944 e 1951, *reduz pela metade* o poder aquisitivo do salário; a segunda, entre os anos de 1952 e 1957, mostra recuperações e declínios alternando-se na medida do poder político dos trabalhadores: é a fase do segundo Governo Vargas, que se prolonga até o primeiro ano do Governo Kubitschek; a terceira, iniciando-se no ano de 1958, é marcada pela deterioração do salário mínimo real, numa tendência que se agrava pós-1964, com apenas um ano de reação, em 1961, que coincide com o início do Governo Goulart” (OLIVEIRA, op. cit., p.78).

¹¹⁹ MENDONÇA, op. cit., p.63.

¹²⁰ SIKKINK, K. “Las capacidades y la autonomia del Estado en Brasil y la Argentina: un enfoque neoinstitucionalista.” *Desarrollo economico – revista de ciencias sociales*, Buenos Aires, vol. 32, nº 128, enero-marzo 1993, p.543-574.

¹²¹ A autora fala da importância das reformas administrativas feitas por Vargas, com a criação do DASP e de uma burocracia de carreira, que a autora conceitua como “burocracia ilhada”. Sikkink atribui a esta, que ascendeu aos aparatos burocráticos das autarquias e empresas estatais (BNDE, Petrobrás etc.), o êxito do Plano de Metas. *Idem*, p.545. Na verdade, as teorias sobre uma “burocracia ilhada” e sua importância na administração JK remetem pelo menos as análises de Celso LAFER (*The Planning Process and the Political System in Brazil: A Study of Kubitschek's Target Plan*, Tese de Doutorado, Cornell University, 1970, trabalho que peca pelo mesmo “acriticismo”. Do mesmo autor, ver. “Premissas operacionais do Plano de Metas.” *Dados*, n.9, 1972.

modelo, na eclosão da crise da década posterior, que veremos a seguir. Ao contrário, preferimos entender estas estruturas burocráticas não como portadoras de uma ação técnica supostamente apolítica, mas como elementos ligados a fortes interesses classistas.¹²²

Este aspecto está ligado diretamente ao que ficou conhecido como “administração paralela” durante o governo Kubitschek, que significou, entre outras coisas, um reforço do poder Executivo, já que esta parte da burocracia desenvolvia projetos ligados ao Plano de Metas que não precisava enfrentar os lentos meandros do Legislativo. Ainda segundo Sonia Mendonça, esta “administração paralela” era formada por “Grupos de Trabalho e os Grupos Executivos, subordinados ao recém-criado Conselho de Desenvolvimento”.¹²³

As transformações ocorridas nos anos cinquenta levaram à emergência de novos interesses classistas que logo se tornariam hegemônicos no aparelho de Estado com o golpe de 1964. Estudando a ascensão deste grupo capitalista, René Dreifuss observou que este buscou primeiro uma acomodação com o bloco de poder populista. A política *desenvolvimentista* do governo JK favoreceu a conformação dos interesses deste “novo bloco histórico”, que até a crise de agosto de 1961 atuou dentro das “regras do jogo”. Para atuar junto ao regime populista formaram-se determinadas estruturas que alguns analistas chamam de “anéis burocráticos-empresariais, escritórios técnicos e centros burocráticos e militares de doutrinação e disseminação ideológica”, que atuavam “sem quebrar o sistema e o regime populista”.¹²⁴ A esta primeira etapa de desenvolvimento do capital monopolista, Dreifuss chama de fase do “transformismo molecular”,¹²⁵ que, grosso modo, vai de 1948 até a renúncia de Jânio Quadros (agosto de 1961). Em seguida a esta crise, o grupo passa a atuar no sentido de pôr termo ao regime político populista, assentado no compromisso já descrito acima, que, por isto mesmo, impunha limites ao livre desenvolvimento do capital monopolista no Brasil. Esta segunda fase se combina com o início da crise econômica

¹²² Uma pesquisa recente que vai na contramão destas leituras apologéticas do quinquênio JK é o livro de Lúcio Flávio de ALMEIDA. *A ilusão do desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: UFSC, 2006. Por sinal, neste trabalho o autor discute as raízes da ideologia atrás da qual se escondem esta perspectiva de valorização de estruturas burocráticas supostamente apolíticas da ação estatal, remetendo às teorizações dos intelectuais autoritários Alberto Torres e Oliveira Viana. Cf. p.23-28.

¹²³ MENDONÇA, op. cit., p.62. Entre os principais Grupos Executivos se destacavam o Grupo Executivo de Maquinaria Pesada (GEIMAPE), Grupo Executivo para a Indústria Automobilística (GEIA) e o Grupo Executivo para a Construção Naval (GEICON).

¹²⁴ DREIFUSS, op. cit., p. 106.

¹²⁵ É curiosa a forma como Dreifuss apropria-se do instrumental gramsciano, em especial nas categorias de “bloco histórico” e “transformismo”. Em Gramsci o “novo bloco histórico” é o resultado da ação da Frente Única do operariado com as demais forças populares, que no caso italiano seria especialmente o campesinato. Seria, assim, idêntico à formação social socialista. Sobre o “transformismo”, conferir nota 97, supra.

(1962-1967), que afetou enormemente as bases materiais do regime populista, favorecendo a conspiração empreendida pelas classes dominantes para a derrubada do Executivo nacional-reformista de João Goulart e do próprio regime populista.

Sobre a crise econômica existem pelo menos três visões importantes, que têm como elemento comum o reconhecimento da perda de dinamismo do processo de acumulação do capitalismo brasileiro em princípios dos anos de 1960. A primeira das hipóteses trabalha com a idéia da crise de realização (subconsumo), baseada na incapacidade do mercado absorver a produção ligada ao Departamento III, e pode ser verificada nos trabalhos de Maria da Conceição Tavares e Celso Furtado.¹²⁶ Trabalha-se aqui com a idéia de esgotamento do processo de substituição de importações. Outro corolário desta visão da crise dizia respeito à necessidade enunciada de “criação de novas classes médias” capazes de absorver a produção dos bens de consumo duráveis. De certa forma tal visão se coaduna com as análises dos mais importantes atores políticos da época, que, entre outras coisas, entendiam a necessidade de reformas de base – notadamente a reforma agrária – para a criação de um mercado consumidor interno, capaz de destravar os gargalos criados pela estrutura arcaica do campo.

Tal visão foi duramente criticada por outros autores que se dedicaram a diagnosticar a crise econômica a partir de registro teórico distinto, como Francisco de Oliveira e Maria Moraes, nos trabalhos aqui comentados. Numa crítica mais geral ao arcabouço dualista que informa a teoria da industrialização por substituição de importações, o primeiro observou que tal modelo teria se baseado nas necessidades do consumo e, ao contrário deste enunciado, “a industrialização se dá visando, em primeiro lugar, atender às necessidades da acumulação, e não as do consumo”; a substituição de importações “é apenas a forma dada pela crise cambial” ao processo de industrialização.¹²⁷ Outro problema é apontado por Moraes e diz respeito à idéia de que “hoje [1974], e com maior razão no início dos anos 60, o processo de produzir internamente bens até então importados está longe de ter se esgotado”,¹²⁸ e, portanto, a idéia de fim da etapa fácil do processo de substituição de importações deveria ser problematizada. São justamente estes dois autores que em nossa

¹²⁶ Ver, por exemplo, TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. e FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

¹²⁷ OLIVEIRA, op. cit., p.50-51.

¹²⁸ MORAES, op. cit., p.22.

opinião apresentam as melhores hipóteses para a compreensão daquela crise, ainda que entre eles existam importantes diferenças, como veremos a seguir.

Francisco de Oliveira rejeita a idéia de que aquela foi uma crise clássica de realização (de subconsumo). Observa que

“o consumo de bens produzidos principalmente pelos novos ramos industriais, bens duráveis de consumo (automóveis, eletrodomésticos em geral), era assegurado pelo mesmo caráter concentracionista, que se gesta a partir da redefinição das relações trabalho-capital e pela criação, como requerimentos da matriz técnica-institucional da produção, das novas ocupações, típicas da classe média, que vão ser necessárias para a nova estrutura produtiva.”¹²⁹

No entanto, o mesmo autor verifica uma crise de realização nos ramos industriais tradicionais (Departamento II), cujo mercado consumidor era formado fundamentalmente pelas classes trabalhadoras, cujo salário assistia a uma intensa desvalorização decorrente da escalada inflacionária. Partindo da constatação de que a marca geral do período – e que se aprofunda no período ditatorial – é o aumento da taxa de exploração, Francisco de Oliveira assim caracteriza a crise:

“A crise que se gesta, repita-se, vai se dar no nível das relações de produção da base urbano-industrial, tendo como causa a assimetria da distribuição dos ganhos da produtividade e da expansão do sistema. Ela decorre da elevação à condição de *contradição política principal* da assimetria assinalada: serão as massas trabalhadoras urbanas *que denunciarão* o pacto populista, já que, sob ele, não somente não participavam dos ganhos como viam deteriorar-se o próprio nível da participação na renda nacional que já haviam alcançado.”¹³⁰

É assim *política* a natureza da crise que se gesta na economia brasileira nos idos dos anos de 1960, com o rompimento político dos trabalhadores com o pacto populista.

“A luta reivindicatória unifica as classes trabalhadoras, ampliando-as: aos operários e outros empregados, somam-se os funcionários públicos e os trabalhadores rurais de áreas agrícolas críticas. Tal situação alinha em pólos opostos, pela primeira vez desde muito tempo, os contendores até então mesclados num pacto de classe. A luta que se desencadeia e que passa ao primeiro plano político se dá no coração das relações de produção. Pensar que, nessas condições, poder-se-iam manter os horizontes do cálculo econômico, as projeções de investimentos e a capacidade do Estado de atuar

¹²⁹ OLIVEIRA, op. cit., p.87. Em outro momento, retoma a mesma crítica: “(...) não havia a crise de realização porque o próprio modelo concentracionista havia criado seu mercado, adequado, em termos de distribuição da renda, à realização da produção dos ramos industriais mais novos.” *Idem*, p.92, nota.

¹³⁰ *Idem*, p.88. Grifos do autor.

mediando o conflito e mantendo o clima institucional estável, é voltar ao economicismo: a inversão cai *não porque não pudesse realizar-se economicamente, mas sim porque não poderia realizar-se institucionalmente.*”¹³¹

Embora o autor apresente uma série de elementos reais da crise, aos quais dedicaremos maior atenção ao longo deste capítulo, nos parece demasiado extravagante reduzir a crise econômica à impossibilidade institucional de realização de novos investimentos. Até porque, ao admitir a crise de realização no Departamento II da economia, no mínimo teria que se avançar na caracterização de uma crise de desproporcionalidade inter-setorial. Nesse sentido nos parece adequada a caracterização daquela como uma *crise de superacumulação*, típica do ciclo do capitalismo monopolista, tal como faz Maria Moraes. A autora também encontra certa dose de exagero na formulação de Oliveira sobre a luta política do movimento de massas ter se chocado com as relações de produção vigentes, fazendo uma sugestiva comparação com a situação do Chile sob o governo da Unidade Popular (1970-1973).¹³² Neste caso, de fato a luta de classes chegou a um patamar superior, com fábricas ocupadas e os cordões industriais; formou-se ali uma situação típica de duplo poder. No Brasil, como veremos, as classes subalternas apenas ousaram ultrapassar os limites corporativistas do controle do Ministério do Trabalho sobre o movimento sindical e promover a sindicalização dos trabalhadores rurais e a reforma agrária, ações que formalmente não ultrapassavam os limites da sociedade burguesa. As lutas de classe de fato não colocaram *diretamente* em xeque a continuidade do processo de acumulação capitalista. Por outro lado, é preciso verificar que o golpe de Estado de 1964 foi dado de forma preventiva – mais um capítulo de nossa contra-revolução permanente! –, para justamente impedir que as lutas assumissem um contorno anticapitalista, como também discutiremos no momento adequado desta dissertação. Por agora, cabe destacar o grande

¹³¹ *Idem*, p.91-92, grifos do autor.

¹³² “Indiscutivelmente o acirramento da luta política constitui o principal obstáculo para a continuidade da reprodução capitalista. Basta lembrar como a instabilidade das ‘condições institucionais’ pesou decisivamente no ritmo da acumulação, no caso do Chile, sob a Unidade Popular (quando, apesar das altas taxas de lucro em muitos setores, os capitalistas não investiam). Sem embargo, é preciso levar em conta a situação concreta da sociedade e da economia brasileira no período em estudo. Por um lado, nos parece equivocado considerar que o movimento popular, naquilo que tinha de mais significativo e numericamente mais expressivo, estivesse colocando em questão as relações de produção existentes. Da mesma maneira, seria desmedido supor que o Estado capitalista não pudesse conter o movimento de massas apesar da denúncia do pacto populista. Inúmeros outros países, com um nível de organização e combatividade das classes trabalhadoras bem superior ao caso brasileiro, são exemplos de uma certa dose de exagero na afirmativa de F. de Oliveira.” MORAES, op. cit., p.32-33.

mérito de Maria Moraes em buscar compreender o processo imanente daquela crise da economia brasileira. Diz a autora:

“Uma situação como a que viemos de descrever corresponde a uma crise de superacumulação de capital, entendida como a impossibilidade, para o conjunto do capital social, de valorizar-se a taxas que não fossem decrescentes ou, mesmo, de valorizar-se.”¹³³

Já em 1962 observa-se uma sensível diminuição da taxa de inversões privadas, levando a que no ano seguinte a taxa de crescimento industrial fosse negativa (- 1,7%). A autora afirma que já em 1962, uma parte importante do capital social total não se valorizou, escapando da reprodução ampliada. Inúmeros elementos indicam a modalidade da crise.

Em primeiro lugar, no início dos anos de 1960 a economia brasileira vivia uma fase descendente do ciclo industrial, com um declínio considerável da taxa de crescimento da produção, o que em si já abria uma possibilidade de crise. Para compreender como esta possibilidade se tornou efetiva, a autora centra a análise em dois elementos principais: o papel econômico do Estado e a situação política do país. Além da importância do setor produtivo estatal, o Estado era também importante em outras esferas fundamentais da atividade econômica, como o financiamento público da produção, através dos bancos estatais (BNDE, etc.), no controle da entrada do capital estrangeiro no país e na fixação do preço da força de trabalho. Isto dava ao Estado um papel fundamental na economia do país, e, não por acaso, os investimentos realizados por este até 1962 haviam evitado uma queda geral no nível das atividades produtivas. Uma série de fatores, como o déficit crescente e a pesada dívida externa, leva a que o Estado tivesse perdido a capacidade de investir e manter estes níveis produtivos já em 1963, quando a crise se agrava.

Uma dos elementos mais importantes para entender a crise é o papel cumprido pelos organismos financeiros internacionais, que condicionavam a concessão de novos empréstimos à adoção de políticas antiinflacionárias de caráter recessivo. A situação política do país também retraiu o investimento externo, que, em meio ao clima de radicalização internacional da Guerra Fria, via no Brasil um perigo de “comunização” – ainda que a estratégia dos comunistas estivesse longe de um projeto de expropriação da propriedade privada. De qualquer modo, era assim que as classes dominantes percebiam a escalada dos movimentos sociais. Um grande indicador da justeza desta análise é dado pela

¹³³ *Idem*, p.44.

prova empírica da retomada dos investimentos externos após o golpe de Estado, mesmo quando a situação econômica ainda não fosse das mais favoráveis. É também o avanço na capacidade organizativa das classes trabalhadoras, que veremos com mais detalhe ainda neste capítulo, o que impedia as tentativas de atender às exigências dos credores internacionais, o que na prática significava que os trabalhadores deveriam pagar a conta da crise. O malogro do Plano Trienal tentado em 1963, de forte caráter recessivo, se deveu especialmente à recusa do movimento sindical organizado em aceitar a contenção salarial nele embutida.

Outro dado importante apontado por Maria Moraes diz respeito à crise do setor agrícola, lembrando que este ainda era o setor mais importante na geração de divisas e na fixação do valor da força de trabalho, já que produz os gêneros alimentícios da cesta básica. A autora apresenta os seguintes dados:

“Do ponto de vista do desempenho global do setor agrícola temos que, no período 1950/1970, enquanto a taxa média anual de crescimento do produto industrial atingiu 8,9%, o produto agrícola crescia à taxas medíocres de 4,4%. E, particularmente nos anos da crise (1963 e 1964), o produto agrícola cresce em 1,0% e 1,3%, isto é, a taxas inferiores ao crescimento demográfico.”¹³⁴

Assim, este desempenho do setor acarretou: 1) um aumento no custo de reprodução da força de trabalho; 2) aumento nos preços de insumos industriais de origem agrícola; 3) além de não permitir a captação de divisas para contrabalançar a tendência ao déficit da balança comercial. Por fim, conclui a autora, a crise é resultado de uma unidade de determinações econômicas e políticas.

Todavia, um elemento da crise que escapou da avaliação dos dois autores, e que é lembrado por Moniz Bandeira¹³⁵ – que trabalha com a mesma avaliação da monopolização da economia brasileira –, é a Instrução 204 da SUMOC decretada pelo governo de Jânio Quadros, que teve um sentido recessivo e de atendimento aos interesses do capital financeiro internacional. Tratou-se de uma política ortodoxa de combate à inflação, com base na “compressão dos salários, a contenção do crédito e outras medidas, que sacrificariam os trabalhadores, as classes médias e os setores mais débeis do empresariado”.

¹³⁴ *Idem*, p.46.

¹³⁵ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 7ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Ed.UNB, 2001, p.44.

Certamente, em que pese o curto período de Jânio no poder, a política se liga por afinidade a outros pacotes recessivos, como o Plano Trienal – que já comentamos – e o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) do primeiro governo ditatorial,¹³⁶ mas também à gestão de Lucas Lopes na pasta da Fazenda de Kubitschek (1959), quando tentou levar a fundo uma política monetarista, o que teria provocado um conflito que resultou no rompimento do país com o Fundo Monetário Internacional (FMI), em junho de 1959. Pelo peso que o capital internacional possuía na economia brasileira, tal agenda demonstrava certa tendência do FMI em pressionar para uma política que ampliasse tanto a recessão, quanto o poder interno do capital multinacional e associado. Nesse sentido, tal política econômica esteve ligada também à quebra de dinamismo da acumulação brasileira, no momento em que o país conheceria a sua primeira longa recessão, entre os anos de 1962 e 1967.

Pretendemos agora avançar na compreensão das outras determinações da crise dos anos 60, entendendo que estas não podem ser reduzidas a simples epifenômenos da estrutura econômica, mas operam em temporalidades próprias, sendo a história o cruzamento destes tempos discordantes.¹³⁷ Assim, para a continuidade deste mapeamento, seguiremos a orientação de Antonio Gramsci expressa no trecho a seguir:

“Pode-se excluir que, por si mesma, as crises econômicas imediatas produzam eventos fundamentais; podem apenas criar um terreno mais favorável à difusão de determinados modos de pensar, de pôr e de resolver as questões que envolvem todo o curso subsequente da vida estatal.”¹³⁸

Crise orgânica e crise política

Para abordar a natureza da crise política é necessário advertir que entendemos *a política* como uma arena da luta de classes. Assim deve-se começar por investigar o comportamento das classes e de suas representações políticas naquela quadra histórica.¹³⁹ Ao mesmo tempo, achamos necessário explicitar nosso entendimento do Estado – objeto

¹³⁶ Francisco de Oliveira fala de uma semelhança formal entre o Plano Trienal e o PAEG. OLIVEIRA, op. cit., p.93.

¹³⁷ Tal hipótese foi desenvolvida por Daniel Bensaïd, em sua brilhante leitura da obra de Karl Marx. Ver BENSAÏD, Daniel. *La discordance des temps: essais sur les crises, les classes, l'histoire*. Paris: Les Éditions de la Passion, 1995. BENSAÏD, Daniel. *Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, na primeira parte, especialmente no capítulo 3, “Uma nova escuta do tempo”, p.103-137.

¹³⁸ GRAMSCI, Caderno 13, *Cadernos do cárcere*, vol. 3, op. cit., p.44.

¹³⁹ O modelo clássico de tal perspectiva teórica são as três obras de Marx destinadas à história da França, *As lutas de classe na França (1848-1850)*, *O 18 do Brumário de Luís Bonaparte* e *A guerra civil na França*.

por excelência da reflexão sobre o *político* – como um construto de classe, e não como um “sujeito” que operaria a partir, simplesmente, de uma racionalidade própria.

Este comentário é importante, pois tem sido o padrão hegemônico de análise da história do Brasil conceber o Estado como o “sujeito”,¹⁴⁰ o demiurgo da nossa formação histórico-social; uma herança da cultura política portuguesa.¹⁴¹ Ao mesmo tempo, não é possível negar a importância que o Estado teve no processo político brasileiro, seja atuando como “empresário” (criando empresas e bancos públicos), seja realizando intervenções no mercado de trabalho ou na restrição à vida política nacional, como nas ditaduras. Dentro desta perspectiva, quando se falar de “protagonismo do Estado”, ou do Estado como o Piemonte da revolução passiva no Brasil, isso não deve ser entendido como se o Estado fosse um “sujeito”,¹⁴² que tivesse uma “razão” em sentido literal do termo, e que estabelecesse uma relação – seja ela qualquer – com a sociedade como se esta também fosse um “sujeito”. Tal visão se completaria com a suposição de que na atividade cotidiana de produzir a vida material, o homem – em seu sentido genérico –, só pode reproduzir-se em uma região localizada em uma esfera apartada da vida social; que opera por uma irresistível lógica autônoma e que atende pelo nome de “mercado”. Nesse registro teórico, o mercado também operaria como um “sujeito”. Então, teríamos assim, um “Estado sujeito”, uma “sociedade” que é tratada como uma pessoa e também um “mercado sujeito”, que em tempos de crise nos acordaria, a todos, “nervoso” e com “enxaqueca”. Em nosso ponto de vista, a *política* só pode ser entendida como uma parte da vida social em que os homens se enfrentam e negociam o poder estatal, que em sua forma moderna deve ser sempre pensado como um poder de classe, posto que fruto de uma inconciliável contradição social. Assim, para analisar a crise política dos idos dos anos 60 é necessário iniciar pela investigação da

¹⁴⁰ Em importante estudo, Poulantzas aponta dois procedimentos muito comuns no tratamento do Estado na teoria política, uma como “coisa”, outra como “sujeito”. No primeiro caso trata-se de uma instituição ascética, pronta a assumir a forma dada pelo grupo social que ocupa suas estruturas, no segundo o Estado é tomado como possuidor de uma razão própria, não referida ao mundo social. POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

¹⁴¹ O mais importante clássico a utilizar esta hipótese é o trabalho de Raymundo Faoro, *Os donos do poder* (Porto Alegre: Globo, 1977). Os balanços sobre as teorias do Estado no Brasil que utilizamos neste trecho são os seguintes artigos: MENDONÇA, Sônia Regina de. “Introdução.” In. MENDONÇA, S. R. (org.) *O Estado brasileiro: agências e agentes*. Niterói: EDUFF; Vício de Leitura, 2005, p.7-17. e FONTES, Virgínia. “Estado e hegemonia no Brasil: alguns comentários sobre dificuldades conceituais.” In. MENDONÇA, S. R. (org.) *Estado e historiografia no Brasil*. Niterói: EDUFF, 2006, p.269-281.

¹⁴² Nicos Poulantzas chama isto de teoria do “Estado sujeito”, em brilhante problematização que é retomada por Virgínia Fontes e Sônia Mendonça na crítica de ambas aos trabalhos de Raymundo Faoro, José Murilo de Carvalho e Simon Schwartzman. FONTES, “Que hegemonia? Peripécias de um conceito no Brasil.” In. Op. Cit., p.215 e *passim*. MENDONÇA, “Introdução”, op. cit., p.8-9.

correlação de forças entre as classes sociais, e as formas como estas construíram os seus projetos, seja do ponto de vista de quem pretende manter a dominação, seja daqueles que em princípio não teriam qualquer motivo de continuar acreditando em sua imutabilidade.

Em suas notas sobre o tema, Gramsci inicia advertindo a necessidade de, na análise de uma determinada relação de forças em uma dada formação social, diferenciar entre os elementos orgânicos-estruturais daqueles chamados de conjuntura, como forma de encontrar uma justa relação entre ambos. É necessário também distinguir três ordens de momentos numa dada relação de forças. Em primeiro lugar estão as forças sociais objetivas, a estrutura econômica e suas determinadas classes sociais. O momento seguinte diz respeito às relações de forças políticas, tratando do grau de homogeneidade, autoconsciência e organização dos diversos grupos (classes e frações de classe). Trata-se, em suma, dos partidos, os “sistemas hegemônicos no interior dos Estados”. O grau de autoconsciência das classes é o elemento mais importante deste momento, porque diz respeito à capacidade dos grupos sociais se constituírem politicamente. Os níveis de consciência política são descritos por Gramsci em termos bastante sintéticos (e conhecidos de sua obra): 1) o mais elementar é o econômico-corporativo, onde “sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo”; 2) o seguinte é de solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, “mas ainda no campo meramente econômico”, 3) e o último é o nível propriamente político, onde se coloca a questão do partido e da hegemonia.¹⁴³ Por fim, Gramsci discute aquele que é o elemento “imediatamente decisivo em cada oportunidade concreta”, o da relação de forças militares, ou político-militares, que determina, em última instância a correlação de forças. Trata-se do momento em que o problema da revolução e da contra-revolução é resolvido em um dado momento histórico, em uma dada formação social.¹⁴⁴

É também necessário pontuar a forma como iremos tratar as representações das classes sociais em luta, em suma, seus partidos políticos, entendidos de uma forma mais ampla que a das organizações institucionais que atendem por este nome. Assim, seguindo

¹⁴³ GRAMSCI, Caderno 13, *Cadernos do cárcere*, vol. 3, op. cit., p.40-41.

¹⁴⁴ Álvaro Bianchi chama atenção para certas leituras sobre a análise de conjuntura em Gramsci, como a de Juan Carlos Portantiero, que ignora, “sem maiores explicações, esse terceiro grau da correlação de forças”, o que acaba cancelando o próprio momento da revolução. “A supressão analítica das relações de forças militares equivale à anulação daquele nível considerado por Gramsci o ‘imediatamente decisivo’.” BIANCHI, *O Laboratório de Gramsci*, op. cit., p.171.

as elaborações de Antonio Gramsci, segundo as quais no mundo moderno os partidos orgânicos, por necessidade da luta ou de qualquer outra razão, dividem-se em frações, chegando mesmo a assumir a forma de partidos independentes, iremos buscar entender as conexões entre estas organizações e os interesses classistas que as orientam, atentando também para a seguinte inferência do teórico italiano:

“muitas vezes o Estado-Maior intelectual do partido orgânico não pertence a nenhuma dessas frações, mas opera como se fosse uma força dirigente em si mesma, superior aos partidos e às vezes reconhecida como tal pelo público. Esta função pode ser estudada com maior precisão se se parte do ponto de vista de que um jornal (ou um grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas) são também ‘partidos’, ‘frações de partido’ ou ‘funções de determinados partidos’.”¹⁴⁵

Além da sugestão fecunda de buscar entender a imprensa como partido ou frações de um partido,¹⁴⁶ a formulação gramsciana serve também para entender as organizações da sociedade civil – em especial aquelas das classes dominantes – e sua ação hegemônica para tornar interesses de Estado seus interesses corporativos. Nesse sentido, esta forma de entender o problema ajuda a esclarecer o tipo de crise encontrado no Brasil no início da década de 1960: a crise orgânica. Mas, em que consiste a crise orgânica? Segundo Gramsci:

“Em um certo ponto de sua vida histórica, os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, *não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe.*”¹⁴⁷

Assim, se o partido é uma representação de classe, por outro lado não contraiu um “matrimônio insolúvel” com a classe que representa. É sempre uma relação que em momentos críticos se consoma com uma ruptura. É o caso, por exemplo, da análise que faz Marx em seu *18 Brumário* sobre o comportamento da burguesia francesa, representada no Partido da Ordem. Neste partido¹⁴⁸ estavam representadas as duas grandes frações da

¹⁴⁵ *Idem.*, p.350.

¹⁴⁶ Pista que tem sido seguida em importantes pesquisas recentes, como SILVA, Carla. *Veja: o partido neoliberal imprescindível*. Tese de doutorado, 2005, UFF. FLÁVIO, *Uma ilusão de desenvolvimento*, op. cit.

¹⁴⁷ GRAMSCI, Caderno 13, *Cadernos*, vol.3, op. cit., p.60, grifos nossos.

¹⁴⁸ É bom lembrar que não se tratava de partidos modernos burocráticos das democracias parlamentares, mas da tomada de partido por certas idéias e posições sociais. É por isto que Marx em o *18 Brumário* caracteriza determinados jornais como organizadores de classes e frações de classe, partidos, como o *National* que organizava a fração industrial da burguesia francesa.

burguesia francesa: uma, a Casa de Orleães, representava a aristocracia financeira; outra, a Casa de Bourbon, representava a grande propriedade territorial. Com a revolução de 1848, todas as frações monárquicas da burguesia francesa se juntam no Partido da Ordem. No entanto, diante da crise de hegemonia da classe dominante, que segundo Marx teria perdido a “capacidade de governar”, esta prefere entregar o poder político a um aventureiro, Luís Bonaparte; a burguesia francesa “prefere abrir mão da coroa para não ter de abrir mão da bolsa”. Este cenário se coaduna com outra elaboração de Gramsci sobre a crise orgânica:

“Quando se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos. Como se formam estas situações de contraste entre representantes e representados, que, a partir do terreno dos partidos (organizações de partido em sentido estrito, campo eleitoral-parlamentar, organização jornalística), reflete-se em todo o organismo estatal, reforçando a posição relativa do poder da burocracia (civil e militar), da alta finança, da Igreja e, em geral, de todos os organismos relativamente independentes das flutuações da opinião pública? O processo é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos-burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado constituem uma revolução. Fala-se de ‘crise de autoridade’: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto.”¹⁴⁹

A longa citação acaba oferecendo os subsídios teóricos para analisar o problema que pretendemos abordar. Pois, se a crise econômica compõe o cenário da crise orgânica, esta última só se efetiva se é seguida por fenômenos que obedecem a uma temporalidade distinta, e que perpassam questões relativas à subjetividade das classes sociais, seja porque decidiram romper com suas representações tradicionais, seja porque estas saíram da passividade e foram à disposição revolucionária, seja ainda porque não vêem mais no regime político existente uma forma adequada de manter a sua dominação social.

Existe, por outro lado, um vínculo importante entre a crise econômica e a crise política, já que a primeira mina as bases materiais sobre as quais o Estado capitalista constrói uma dominação hegemônica, seja totalmente hegemônica ou não. Logo a

¹⁴⁹ GRAMSCI, Caderno 13, *Cadernos*, vol.3, op. cit., p.60.

“absorção das demandas não antagônicas das classes subalternas, necessária para a constituição desse consenso, torna-se, assim, um processo árduo e raramente completado de maneira eficaz”.¹⁵⁰ Álvaro Bianchi observa que, escrevendo no contexto da crise do Estado liberal no pós-guerra mundial, Gramsci caracteriza a crise orgânica daquele contexto como resultado da mudança na correlação de forças entre as classes sociais e do conseqüente deslocamento da base histórica do Estado, decorrente da conformação de novos atores sociais, particularmente a diversidade de organizações operárias, social-democratas e comunistas, e a incapacidade do Estado liberal de incorporá-las. Acontece também a cisão entre as frações das classes dominantes, sem que nenhuma delas tenha a capacidade de resolver a crise de dominação política. A crise é orgânica também pela incapacidade das representações das classes subalternas imporem sua própria solução à crise de hegemonia. Em síntese:

“Colocando de tal maneira o problema, temos que a crise de hegemonia não é definida automaticamente pela crise econômica. A crise econômica, tomada em seu sentido amplo como crise de acumulação resultante da queda tendencial da taxa de lucro, pode ser pressuposta da crise de Estado. Mas ela não a põe, por si própria, a crise de hegemonia. Quando a crise econômica e a crise de hegemonia coincidem no tempo temos o que Gramsci chama de crise orgânica, uma crise que afeta o conjunto das relações sociais e é a condensação das contradições inerentes à estrutura social. Para a eclosão da crise orgânica é preciso a coincidência dos tempos dessa crise de acumulação com o acirramento do choque entre as classes, e no interior delas próprias entre suas frações.”¹⁵¹

A partir desta compreensão, é possível ver a semelhança entre tal conceito e aquele de “crise nacional”, discutido por Lênin como uma das condições que compõem uma crise revolucionária.¹⁵² O *locus* da discussão sobre crise ou situação revolucionária em Lênin está nos textos *A falência da II Internacional* e em *Esquerdismo: doença infantil do comunismo*. Neste último texto, existe uma definição do conceito de crise nacional, quando se diz que “a revolução é impossível sem uma crise nacional (tanto dos explorados como dos

¹⁵⁰ BIANCHI, Álvaro. “Crise, política e economia no pensamento gramsciano.” *Novos Rumos*, nº36, 2002, p.28-37.

¹⁵¹ *Idem*, p.36.

¹⁵² Para o debate sobre o tema da crise revolucionária, utilizamos BOITO JR. Armando. “O conceito de crise revolucionária: a França de 1789.” In. *Estado, política e classes sociais*. São Paulo: Ed.Unesp, 2007, p.109-136 e ARCARY, Valério. *As esquinas perigosas da História: situações revolucionárias em perspectiva marxista*. São Paulo: Xamã, 2004.

exploradores)”,¹⁵³ afirmação que, em nossa opinião, corresponde ao conceito de crise orgânica. Mas a definição mais precisa sobre a crise revolucionária – condição para que numa dada situação histórica possa acontecer uma revolução – está no texto *A falência da II Internacional*, onde, além do elemento enunciado acima, comparecem em Lênin ainda outros elementos importantes, como o aumento da miséria social e a existência de uma atividade independente das massas.

“Quais são, de maneira geral, os indícios de uma situação revolucionária? Estamos certos de não nos enganarmos se indicarmos os três principais pontos que seguem: 1) a impossibilidade para as classes dominantes manterem sua dominação de forma inalterada; crise da ‘cúpula’, crise da política da classe dominante, o que cria uma fissura através da qual o descontentamento e a indignação das classes oprimidas abrem caminho. Para que a revolução estoure não basta, normalmente, que a ‘base não queira mais’ viver como outrora, mas é necessário ainda que ‘a cúpula não possa mais’; 2) agravamento, além do comum, da miséria e da angústia das classes oprimidas; 3) desenvolvimento acentuado, em virtude das razões indicadas acima, da atividade das massas, que se deixam, nos períodos ‘pacíficos’, saquear tranquilamente, mas que, em períodos agitados, são empurradas tanto pela crise no seu conjunto como pela própria ‘cúpula’, para a ação histórica independente.”¹⁵⁴

Em suas análises sobre situações históricas concretas nos anos de 1930, Trotsky ampliou este marco conceitual de Lênin apontado a desigualdade de desenvolvimento no tempo entre os elementos que compõem uma situação histórica concreta, remetendo à discussão da correlação de forças para elaborar de forma mais precisa o que seriam situações pré-revolucionárias – onde, apesar da cisão entre as classes dominantes, não existiam condições subjetivas nas classes subalternas para uma ação histórica

¹⁵³ LENIN. *A doença infantil do ‘esquerdismo’ no comunismo*. Moscou: Edições Progresso, 1986, p.64.

¹⁵⁴ LENIN, V. I. *A falência da II Internacional*. São Paulo: Kairós, 1979, p.27-28. Os três pontos apresentados acima correspondem à *situação objetiva* necessária à eclosão de uma revolução. Mas é importante dizer que tal situação não necessariamente corresponde à revolução, que necessita da presença de uma *alteração subjetiva*. “Sem essas alterações objetivas, independentes não somente da vontade desses ou daqueles grupos e partidos, mas também dessas ou daquelas classes, a revolução é, como regra geral, impossível. É o conjunto dessas alterações objetivas que constitui uma situação revolucionária. (...) E por quê? Porque a revolução não surge em toda situação revolucionária, mas somente nos casos em que todas as alterações objetivas acima enumeradas vem juntar-se uma alteração subjetiva, a saber: a capacidade, no que respeita à *classe* revolucionária, de conduzir ações revolucionárias de massa suficientemente *vigorosas* para quebrar completamente (ou parcialmente) o antigo governo, que não ‘cairá’ jamais, mesmo em época de crise, sem ‘ser derrubado’.” *Idem*, p.28. Segundo Valério Arcary, com este texto Lênin “introduziu pela primeira vez no debate marxista, uma diferenciação entre a hierarquia dos fatores objetivos e subjetivos”. ARCARY, *As esquinas perigosas da história*, op. cit., p.64.

independente.¹⁵⁵ A existência de uma crise orgânica corresponde sem dúvida alguma a uma situação histórica concreta pré-revolucionária, que ainda segundo Trotsky, “tanto pode transformar-se em revolucionária como em contra-revolucionária”.¹⁵⁶

Após esta breve e necessária exposição teórico-conceitual, iremos discutir a situação do Brasil em princípios dos anos sessenta, utilizando o conceito de crise orgânica. Para isto, com base no que já desenvolvemos sobre o bloco histórico populista e o processo de monopolização e crise da economia brasileira, partiremos para considerações sobre as frações das classes dominantes e a escalada de mobilizações dos setores subalternos. Em seguida, discutiremos a crise orgânica do regime populista.

Alterações no interior das frações das classes dominantes

Começaremos por tomar as modificações ocorridas no interior da classe dominante. Do ponto de vista da análise de suas frações de classe, já observamos que sua composição é sensivelmente alterada após a entrada em cena dos interesses do capital monopolista no financiamento do setor de bens duráveis. Até então o bloco de poder era composto pelos interesses dos industriais coligados aos da burguesia ligada à exportação de bens primários. Sua face *cesarista* possuiu as ambigüidades descritas acima, ora reprimindo violentamente a classe operária, ora manobrando, aliando-se a ela para barganhar com o imperialismo. De outro lado, uma burguesia compradora, mais interessada em estabelecer relações mais liberais com o imperialismo.

Lembrando que o compromisso de 1930 foi fruto de uma crise de hegemonia, passaremos agora a discutir um dos desenvolvimentos políticos do processo, que é a do partido liberal-oligárquico, que no âmbito das contradições no interior das classes dominantes, era o partido rival. Representava a “nostalgia da República Velha”: do favorecimento do aparelho de Estado aos exclusivos interesses da agro-exportação. Era,

¹⁵⁵ “No processo histórico existem situações estáveis absolutamente não-revolucionárias. Existem também situações notoriamente revolucionárias. Há também situações contra-revolucionárias (é preciso não esquecer-lo!). Mas o que existe, sobretudo, em nossa época de capitalismo em decomposição são situações *intermediárias, transitórias*: entre uma situação não-revolucionária e uma situação pré-revolucionária, entre uma situação pré-revolucionária e uma situação revolucionária... ou contra-revolucionária. São precisamente estes estados transitórios que tem uma importância decisiva do ponto de vista da estratégia política.” TROTSKY, Leon. *Aonde vai a França?* São Paulo: Desafio, 1994, p.70, grifos do autor.

¹⁵⁶ *Idem*, p.68.

segundo Décio Saes,¹⁵⁷ uma burguesia comercial, que trazia atrás de si os profissionais liberais (com suas entidades corporativas) e os setores sociais médios assustados com a possibilidade da proletarização. Seu programa era também contrário à extensão da cidadania aos trabalhadores urbanos, ficando, aí, evidente o seu caráter antipopular. Este partido se expressou na insurreição restauracionista de 1932, no apoio ao golpe que derrubou Vargas em 1945 e o que o depôs (e o levou ao suicídio) em 1954 e na oposição mais histórica ao governo de Goulart. No sistema partidário, tinha na UDN seu mais fiel representante, mas também tinha como suas frações de partido as seguintes organizações da sociedade civil: o jornal *O Estado de São Paulo*, a revista *Anhembi* e o setor das Forças Armadas que no âmbito das disputas internas no Clube Militar se organizavam na Cruzada Democrática, além das associações comerciais. Poderíamos acrescentar outros órgãos da grande imprensa, como os jornais *O Globo*, o *Correio da Manhã*, a *Folha de São Paulo* e o *Jornal do Brasil*, todos de tendência liberal e anti-varguista.¹⁵⁸

O sentido de classe da ação deste partido fica evidente quando se observa que nos momentos em que o cesarismo de Vargas mais se aproximou da variante *progressista*, o partido liberal-oligárquico unificou a classe dominante na oposição. Foram, não por acaso, estes setores que desenvolveram campanha contrária ao monopólio estatal do petróleo e pela demissão de Goulart no ministério do Trabalho.¹⁵⁹ Comporiam, com as outras frações das classes dominantes, a linha de frente no combate ao governo Goulart e ao regime populista, quando a base social do cesarismo varguista é rompida. Para isto, contribui o processo de monopolização da economia brasileira, pelo qual, além da entrada de investidores estrangeiros, ocorreram associações com capitalistas nacionais. Ocorre, assim, uma simbiose deste novo setor com o partido liberal-oligárquico. Tal recomposição entre as classes dominantes ligava-se também ao recrudescimento das lutas sindicais – que queriam

¹⁵⁷ SAES, Décio. “Classe média e política no Brasil. 1930-1964.” In. *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano, Vol. 3. São Paulo: Difel, 1981, p.447-506.

¹⁵⁸ Não por acaso, Vargas financia Samuel Wainer para que este criasse o jornal *Última Hora*, que se tornaria o porta-voz do cesarismo varguista. Sobre o assunto, ver sua autobiografia: WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1988.

¹⁵⁹ Mas sobre o primeiro tema, o que há de mais curioso é que foi a UDN que apresentou o projeto mais à esquerda sobre o tema explosivo do petróleo, mostrando que a relação entre a classe e sua representação não é mecânica. Segundo Saes, “em julho de 1952, o deputado Bilac Pinto apresenta projeto de criação do monopólio estatal do petróleo (ENAPE), colocando a UDN ‘à esquerda’ do PCB e do governo federal”. Seria a primeira vez que a UDN se descolaria de sua base social, movida, segundo Saes, por cálculos de natureza eleitoral. SAES, “Classe média e política no Brasil”, op. cit., p.495. O mesmo Bilac Pinto se destacaria nos idos dos anos sessenta como um dos arautos do anticomunismo na Câmara dos Deputados, compondo com outros parlamentares a chamada “banda de música” da UDN.

uma “parte do bolo” do crescimento econômico –, o que forçava os limites do compromisso populista.

O sistema partidário da Carta de 1946, por sua vez, em que pese as suas debilidades crônicas, conseguia representar as classes dominantes, sendo o Parlamento uma arena onde as distintas frações da burguesia brasileira negociavam suas demandas. A questão é que, para conseguir isto, o sistema político apresentava fortes distorções em relação à representação eleitoral, com os estados menos populosos da federação sobre-representados, em detrimento dos estados mais desenvolvidos e industrializados. Isto levou a que Celso Furtado enunciasse sua tese de que naquele regime político havia uma forte contradição entre executivos progressistas e legislativos conservadores, que embora seja uma hipótese criticável, dá conta de pelo menos uma das aparências do processo. Nos legislativos, desde as mais débeis às mais modernas frações da classe dominante se faziam representar, enquanto o mesmo não pode ser dito em relação às classes subalternas. Com o Partido Comunista declarado ilegal já em 1947 e a restrição ao voto dos analfabetos (metade das pessoas com idade apropriada encontravam-se excluídos do corpo eleitoral), pode-se observar a permanência de certo elemento oligárquico naquele regime liberal, o que não tem sido observado em certas análises apologéticas daquela “democracia”.¹⁶⁰

Como já comentamos acima, se num primeiro momento os representantes do capital monopolista agiram dentro das “regras do jogo”, através dos “canais paralelos” etc., no momento posterior estes interesses econômicos-corporativos tornam-se “partido”, e é neste marco que emergem organizações como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), fundado em 1959, e, principalmente, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), criado em novembro de 1961. Caberia ainda incluir nesta lista a Escola Superior de Guerra (ESG), criada já em 1949, mas deixaremos para comentá-la mais à frente quando trataremos dos militares na crise dos anos 60. Seguindo o caminho aberto pelo trabalho de René Armand Dreifuss, iremos tratar estas organizações da sociedade civil (o complexo IPES/IBAD/ESG) como o partido político dos interesses do capital multinacional e associado.

Como aponta Dreifuss, enquanto no IPES funcionava como Estado-Maior intelectual, o IBAD ficava encarregado do trabalho sujo, com a aparição em ações mais

¹⁶⁰ Como aparece, por exemplo, na obra coletiva *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*, já discutida acima.

espetaculares. Do IPES participavam, com posição de destaque, intelectuais orgânicos do capital monopolista, como Roberto de Oliveira Campos, Mário Henrique Simonsen e Golbery do Couto e Silva, militar que entrou para a reserva após a posse de João Goulart em 1961. O instituto contava com fartos recursos oriundos do empresariado nacional e estrangeiro, destacando-se em uma série de campanhas de caráter nacional em oposição a Goulart, na divulgação do perigo da “comunização do país”,¹⁶¹ além de ter procurado disputar com o governo no seu próprio terreno: promovendo em princípios de 1963 um Congresso Brasileiro pela Definição das Reformas de Base, que formulou as diretrizes afinal implementadas pelo novo regime surgido, no ano seguinte, com o golpe de Estado. Tratou-se da elaboração de um programa contraposto do ponto de vista social às reformas pretendidas pelo bloco de forças populares, caracterizando estas últimas como “demagógicas”, “ineficientes” e “antieconômicas” e apresentado as reformas ipesianas como “progressistas” e “economicamente viáveis”, sob uma aura eminentemente “técnica”.¹⁶²

O autor faz uma periodização da história destes interesses no Brasil: se a pré-história do novo bloco de poder começa ainda sob o regime populista, através do mecanismo da administração paralela no governo JK, sua história inicia-se em abril de 1964, quando este conquista o Estado.¹⁶³ É neste marco que compreendemos que a conspiração golpista levada a cabo pelo complexo IPES/IBAD/ESG não visava simplesmente à derrubada do governo nacional-reformista de João Goulart, mas a derrubada do regime vigente e construção de um novo, mais adequado ao padrão de acumulação monopolista. Por outro lado, não se deve pensar que a crise dos anos 60 tenha sido fruto da ação exclusiva de uma fração da classe dominante, em meio à conjuntura da crise econômica, mas – também seguindo Dreifuss – entendemos aquela como uma crise resultante de um ataque bifrontal¹⁶⁴ ao regime populista, desferido também pelas classes subalternas, como discutiremos mais à frente. Se a análise do autor considerou as mudanças operadas no mundo da produção, com a entrada no país do capital multinacional e

¹⁶¹ Em recente dissertação de mestrado, DEUSDARÁ, Pâmella (*Vozes a favor do golpe*. Uerj, 2007.) levantou dados importantes sobre a campanha anticomunista e analisou discursos pró-golpe do IPES. Destacamos também o trabalho de ASSIS, Denise. *Propaganda e cinema a serviço do golpe – 1962/1964*. Rio de Janeiro: Mauad. 2001.

¹⁶² DREIFUSS, *A conquista do Estado*, op. cit., p.244.

¹⁶³ *Idem.*, p. 489.

¹⁶⁴ *Idem.*, p.141.

associado, a conquista do Estado pelo bloco de poder ligado a este não constitui “um mero reflexo da supremacia econômica”, mas “um resultado de uma luta política empreendida pela vanguarda destes novos interesses”.¹⁶⁵ Assim, o complexo IPES/IBAD, aliado ao aparato militar (em especial os membros da ESG), forma o verdadeiro *partido político* desta nova burguesia.

Por ora, cabe comentar que este *partido* conseguiu unificar as distintas frações da classe dominante em sua ação golpista no princípio dos anos 60, ainda que possamos observar que, logo após a conquista do Estado, as dissidências no interior da própria classe dominante não tardariam a aparecer. Um exemplo notório da mudança de atitude dos setores tradicionais das classes dominantes em relação ao regime pode ser constatada na modificação da composição ideológica dos conferencistas chamados ao Fórum Roberto Simonsen – ligado à Federação das Industriais do Estado de São Paulo (FIESP) e ao Centro de Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) –, criado em 1955 para “formar e homogeneizar a opinião dos membros da classe”.¹⁶⁶ Se, no período inicial até o início da década seguinte, foi o corpo de intelectuais ligados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) que organizou as discussões no Fórum, “no pré-64 estes foram substituídos por conferencistas da Escola Superior de Guerra (ESG)”.¹⁶⁷ Com a implementação do programa de saneamento financeiro do ministro do Planejamento do governo ditatorial de Castelo Branco, Roberto Campos, o PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo), uma parcela mais frágil do empresariado nacional também pagou uma parte da conta.

Outra importante fração da classe dominante que participou ativamente da conspiração golpista, e que teve conflitos com o novo regime após 1964 foram os setores agrários, que se mobilizaram no início dos anos 60 contra a bandeira da reforma agrária e o desenvolvimento dos movimentos das classes subalternas no campo, como as Ligas Camponesas e o movimento de sindicalização rural. Como afirmamos acima, o compromisso com base no qual se formou o bloco-histórico populista tinha como pressuposto a não incorporação dos trabalhadores do campo ao mundo dos direitos sociais. É isto o que explica a oposição radical que os representantes da burguesia agrária brasileira

¹⁶⁵ *Idem.*, p. 482.

¹⁶⁶ MENDONÇA, op. cit., p.78.

¹⁶⁷ *Idem.*, p.79.

fizeram ao tímido projeto de reforma agrária do governo Goulart e, mais fortemente, a vasta mobilização dos trabalhadores rurais. Estudando as principais entidades representativas das classes dominantes agrárias brasileiras, Sônia Regina de Mendonça observou a oposição radical que tanto a paulista Sociedade Rural Brasileira (SRB), que congregava os setores mais modernos, quanto a fluminense Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), tiveram em relação ao projeto reformista, o que se liga à participação destas duas entidades na conspiração golpista.¹⁶⁸ Em meio à organização da mobilização camponesa, cuja maior expressão foram as Ligas Camponesas – que logo comentaremos –, a SNA, segundo Ruy Mauro Marini, passaria a “armar milícias”,¹⁶⁹ constituindo mais um exemplo da forma como as classes dominantes tratam os conflitos com os “menos iguais”.

Esta disposição das distintas frações da classe dominante em descartar aquela forma de dominação política, cujas razões são diversas, é um dos elementos constituintes da crise orgânica, que se liga de forma direta à própria crise do sistema partidário, que comentaremos no momento adequado. Mas, se o golpe como momento mais espetacular é um sintoma deste rompimento da classe dominante com seus representantes tradicionais – e neste ponto cabe lembrar a sorte de elementos como Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek, ambos apoiadores do golpe de Estado, e posteriormente excluídos do regime ditatorial –, devemos abordar agora a outra face do rompimento com o compromisso, o das classes subalternas, para que apareçam os elementos mais importantes do ataque bifrontal ao regime populista.

As classes subalternas e a crise dos anos 60

Nos anos de 1960 o debate político nacional foi dividido entre aqueles que pretendiam e os que eram contrários a realizar uma reforma na estrutura agrária brasileira, de forma a interromper a continuidade da via prussiana de modernização. Assim, este era um dos temas explosivos da agenda política de então, constituindo um dos elementos centrais da crise. Neste marco, nunca é demais ressaltar a importância da *questão agrária* no quadro geral daquela crise, o que nos leva a considerar o movimento de camponeses e

¹⁶⁸ MENDONÇA, S. R. “1964: o duplo golpe no campo.” *Outubro*, n.10, p.31-48.

¹⁶⁹ MARINI, Ruy Mauro. “Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil.” In. *A dialética da dependência*, op. cit., p.40.

trabalhadores agrícolas, as Ligas Camponesas e a campanha de sindicalização rural, como algumas das mais importantes contradições deste processo.

Nascida em 1954 no Engenho da Galiléia, município de Vitória de Santo Antão (PE), a 60 km da capital pernambucana, a organização camponesa surgiu sob a liderança de José dos Prazeres, antigo militante do Partido Comunista na região. O nome de “ligas camponesas” foi cunhado pela imprensa, numa referência à organização homônima surgida sob a iniciativa dos comunistas no fim do Estado Novo, e também desbaratada no ano seguinte após a declaração de ilegalidade do PCB.¹⁷⁰ Logo no ano de 1955, o advogado e deputado pelo PSB Francisco Julião se tornaria a mais expressiva liderança do movimento. A luta pela desapropriação do Engenho da Galiléia se dá até 1959 quando, por uma série de fatores, entre eles, as peculiaridades do processo político local, é aprovado o projeto de lei de autoria do deputado socialista Carlos Luiz de Andrade e sancionado pelo governador Cid Sampaio, da UDN.¹⁷¹ Na verdade, este fora alçado ao Executivo estadual por uma aliança com as esquerdas pernambucanas, que já em 1955 haviam conquistado a prefeitura de Recife com Pelópidas Silveira (PSB). Este se tornaria vice da chapa de Cid Sampaio, o que explica seu compromisso com o processo da Galiléia.

O movimento das Ligas se espalhou por todo o Nordeste, atingindo o estado de Minas Gerais e a região Sul do país. Ainda em 1960, sob influência do governador Leonel Brizola, foi conformado o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MASTER) no Rio Grande do Sul. Com o apoio de setores progressistas da Igreja católica e de pastores protestantes, como Manoel da Conceição (Maranhão) e João Pedro Teixeira (Paraíba), ocorreram iniciativas no sentido de sindicalizar e alfabetizar os trabalhadores do campo. Através da utilização do método formulado pelo educador Paulo Freire, uma ampla parcela da população que estivera excluída do pacto populista ingressava ao mesmo tempo no mundo dos direitos e da política, cujos termos são bem delineados por Roberto Schwarz no seguinte trecho:

“Este método [Paulo Freire], muito bem sucedido na prática, não concebe a leitura como uma técnica indiferente, mas como força no jogo de dominação social. Em consequência, procura acoplar o acesso do camponês à palavra escrita com a consciência de sua situação política. Os professores, que eram

¹⁷⁰ BASTOS, Elide Rugai. *As ligas camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984, p.18-20.

¹⁷¹ A desapropriação valeu protestos do jornal *O Estado de São Paulo*, em editorial – “Demagogia e Extremismo” – que denunciou a atitude como uma violência contra a propriedade privada. *Apud* BASTOS, op. cit., p.85.

estudantes, iam às comunidades rurais, e a partir da experiência viva dos moradores alinhavam assuntos e palavras-chave – “palavras geradoras”, na terminologia de P. Freire – que serviriam simultaneamente para discussão e alfabetização. Em lugar de aprender humilhado, aos trinta anos de idade, que o vovô viu a uva, o trabalhador rural entrava, de um mesmo passo, no mundo das letras e no dos sindicatos, da constituição, da reforma agrária, em suma de seus interesses históricos.”¹⁷²

Ao mesmo tempo, a influência do processo da Revolução Cubana, vitoriosa em 1959 e declarada socialista já em abril de 1961, aliado ao processo da Revolução Chinesa (1949) – revoluções em que o campesinato se apresentara como “sujeito social” –, constituíam uma importante fonte de inspiração para estes movimentos. Esta percepção não era só de parte das esquerdas, lideranças das Ligas e setores da intelectualidade, mas, também, dos órgãos de imprensa do imperialismo e das classes dominantes brasileiras, que faziam comparações entre o Nordeste e Cuba antes da revolução.

“nos Estados Unidos a opinião pública e a classe política, abaladas pela experiência da Revolução Cubana, são atingidas com o grave problema do Nordeste. O *New York Times* publica, em primeira página, artigos sobre as Ligas Camponesas. A cadeia de televisão ABC apresenta o dramático documentário – ‘The Troubled Land’ –, no qual um ‘coronel’ aparece no vídeo empunhando uma arma, destinada a eliminar todos os camponeses que, em sua propriedade, tentassem se organizar. Kennedy, recentemente eleito, pronuncia-se: ‘nenhuma região merece maior e mais urgente atenção do que o vasto Nordeste brasileiro’. Pouco depois, uma missão da USAID instala-se em Recife.”¹⁷³

Neste diapasão teve lugar o 1º Congresso dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, em novembro de 1961, na capital do estado de Minas Gerais. Ao encontro não compareceram apenas elementos das ligas, que eram apenas 215 num universo de 1600 delegados de base e 5000 participantes. No entanto, foram as Ligas que hegemonizaram o encontro, definindo as linhas gerais do conteúdo da “declaração de Belo Horizonte”. Em vez de uma proposta gradualista, o documento defende a necessidade de uma reforma agrária radical. A linha política contrariava a designação do Partido Comunista, que, desde a “Declaração de março de 1958”, propugnava o caminho pacífico para a revolução

¹⁷² SCHWARZ, Roberto. “Cultura e política: 1964-1969.” In. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p.68-69.

¹⁷³ CAMARGO, Aspásia Alcântara de. “Autoritarismo e populismo: bipolaridade no sistema político brasileiro.” *Dados*, n.12, 1976, p.35-36.

brasileira. Sendo assim, pelo peso que o partido possuía no encontro, a vitória das teses radicais só poderiam ter se dado caso o próprio partido estivesse dividido. E ele estava! As contradições no interior da esquerda pegavam o PCB numa disputa com uma série de organizações rivais, como a Ação Popular (AP) originária da esquerda católica, POLOP, POR-T e os elementos ligados a Brizola, organizações que pareciam mais afinadas com o clima revolucionário cubano. Mesmo a minoritária POLOP seria capaz, segundo Moniz Bandeira – então militante da organização –, de hegemonizar o movimento das Ligas em Minas Gerais.¹⁷⁴ Constituindo fração mais moderada, entretanto majoritária das esquerdas,¹⁷⁵ o PCB precisava caminhar de forma a não perder sua influência de massas. No clima de radicalização, não poderia simplesmente conciliar. Assim, em decorrência desta dissidência interna, a posição da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), que promoveu o encontro e era dirigida pelo PCB, passou a ser: “reforma agrária, na lei ou na marra!”

Outra peculiaridade do encontro estava ligada à conjuntura nacional conturbada após a posse de Goulart na presidência da República, em 1961. O próprio Goulart participou do encontro, ao lado de outras lideranças políticas nacionais, como o primeiro-ministro Tancredo Neves (PSD) e o governador de Minas, Magalhães Pinto (UDN). Esta presença de políticos dos mais diversos matizes – lembrando que o governador mineiro seria um dos principais articuladores do golpe de Estado de 1964 –¹⁷⁶ é uma das expressões da saída conciliatória dada à crise da Legalidade e do compromisso que deu origem ao parlamentarismo e ao gabinete de Tancredo Neves. Era também uma forma do movimento buscar um compromisso com as mais diferentes forças do espectro político quanto à necessidade da reforma agrária.

¹⁷⁴ BANDEIRA, *O governo Goulart e as lutas sociais no Brasil*, op. cit., p.17.

¹⁷⁵ Pode-se afirmar que a hegemonia da esquerda estava com o PCB, pois era seu programa – com sua análise dualista da realidade brasileira – que informava a ação das principais forças de esquerda. Pode-se mesmo dizer que entre os principais grupos a polêmica se passava em torno do grau de radicalidade necessário para levar a cabo as reformas de base. Por outro lado, pode ser levantada a hipótese de que os intelectuais isebianos também fariam leitura dualista da formação histórica brasileira, sendo necessário atribuir-lhes importância. No campo da esquerda, a exceção ficaria por conta da POLOP, organização que analisaria a formação social brasileira na chave do desenvolvimento desigual e combinado. Dante Pelacani (PTB), vice-presidente do CGT, assim comentou a hegemonia comunista no movimento sindical: “O PTB tinha muito mais recursos que o Partido Comunista para arrebatar, entre os dirigentes sindicais, um número maior de adeptos. Mas os dirigentes arrebanhados pelo PTB eram líderes de categorias pouco expressivas e sem tradição de luta.” Depoimento reproduzido em MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989, p.37.

¹⁷⁶ Contraditoriamente, Magalhães Pinto apoiou Goulart na campanha do Plebiscito, o que constitui tema enfrentado nos próximos capítulos desta dissertação.

Uma parte importante da intelectualidade já havia assumido a bandeira, como Celso Furtado que, de acordo com seu diagnóstico da crise – tratado acima –, entendia a necessidade de ampliação do mercado consumidor interno e o aumento da produção de alimentos, de modo a resolver os problemas da realização interna. Além disto, Furtado lidera a comissão técnica que, ainda no governo Kubitschek, havia avaliado a situação econômica do Nordeste – nossa “questão meridional” segundo Otto Maria Carpeaux –,¹⁷⁷ dando origem ao “relatório Furtado”, que fundamentou o projeto de Lei da SUDENE.¹⁷⁸ Em artigos na grande imprensa, Antônio Callado fora o primeiro a divulgar nacionalmente as Ligas Camponesas em 1959, onde apresentara a contraposição entre os “galileus” de Pernambuco e a “indústria da seca” dos interesses de setores das classes dominantes locais que canalizavam os recursos do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) para a especulação fundiária. Por outro lado, organizações tradicionalistas ligadas às alas mais conservadoras da Igreja, lideradas por Plínio Correa de Oliveira e sua Tradição Família e Propriedade (TFP), promoviam forte campanha contrária à reforma agrária, identificando-a como uma “ante-sala da comunização do país”. Ao mesmo tempo, outra parcela da Igreja, ligada a alguns bispos nordestinos, como D. Hélder Câmara e D. José Maria Pires, promoviam em Campina Grande (PB) um Encontro dos Bispos do Nordeste, ainda em 1956, tendo significado uma importante inflexão política destes intelectuais tradicionais¹⁷⁹ para o campo das lutas populares.

Ainda no governo de Jânio Quadros é enviado ao Congresso um projeto de reforma agrária, e no governo de João Goulart esta figuraria como parte das “reformas de base”. A efetivação da reforma agrária implicava na alteração do parágrafo 16 do artigo 141 da Constituição Federal, que exigia indenização em dinheiro para “terras desapropriadas por interesse social”. Um fato de grande repercussão nacional e que aumentou a pressão em favor da reforma agrária foi o assassinato do líder João Pedro Teixeira, da Liga Camponesa em Sapé (PB), a maior do Brasil, em abril de 1962, tendo posteriormente virado tema do

¹⁷⁷ Carlos Nelson Coutinho lembra que foi Carpeaux o primeiro a apontar a semelhança entre a questão do *Mezzogiorno* italiano discutida por Gramsci e o Nordeste do Brasil, em artigo dos anos sessenta. COUTINHO, C. N. “Nota à edição brasileira.” GRAMSCI, *A questão meridional*, op. cit., p.9

¹⁷⁸ FURTADO, C. *Operação Nordeste*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.

¹⁷⁹ Utilizamos aqui a famosa distinção gramsciana entre intelectuais orgânicos e tradicionais, para apontar como ao bloco da esquerda se aglutinaram estes intelectuais tradicionais eclesiásticos. GRAMSCI, *Caderno 12, Cadernos do cárcere*, vol.2, op. cit., caderno 12, p.15-53.

filme *Cabra marcado para morrer*, de Eduardo Coutinho.¹⁸⁰ No final de 1962 é criada a Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA), e em março do ano seguinte o Congresso Nacional aprova o “Estatuto do Trabalhador Rural”. Estas iniciativas se ligavam à estratégia dos setores moderados da esquerda de brechar a ascensão das Ligas com a sindicalização rural, favorecidas pela ação do Ministério do Trabalho sob a gestão de Almino Afonso (PTB-AM), que regulamentou a extensão da legislação trabalhista ao campo. O crescimento dos sindicatos de trabalhadores rurais e a formação de federações estaduais culminam na criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) em fins de 1963, seguindo o padrão corporativista de organização previsto na legislação sindical – num momento em que o próprio movimento sindical urbano estava ultrapassando esta mesma estrutura, como logo veremos. A entidade teve em sua fundação a direção da aliança do PCB com a AP, tendo frustrado as movimentações da militância orgânica ipesiana para ganhar aquela entidade corporativa.¹⁸¹ A divisão no movimento dos trabalhadores rurais foi também uma marca da luta de classes naquele período. Sua sorte foi a mesma dos outros setores das classes subalternas, golpeadas e decapitadas em 1964.

Por outro lado, mesmo que a movimentação que culminou na CONTAG tivesse sido feita nos marcos do regime – buscando expandir uma instituição corporativista – o compromisso prussiano entre as classes dominantes brasileiras, que afinal era o conteúdo social daquela forma de dominação, impedia que estas suportassem alterar o padrão de acumulação no mundo agrário brasileiro. Mesmo que sua funcionalidade no processo de acumulação interna tenha perdido parte da importância, desde que ocorrera a monopolização da economia brasileira – que modificou a forma de financiamento em razão de recursos externos e a poupança forçada via inflação –,¹⁸² a agricultura, em que pese a sua própria crise econômica (já discutida acima), continuava gerando divisas. Mas a questão tem também dimensões políticas e ideológicas, pois é certo que o clima revolucionário em diversos quadrantes do globo, combinado ao horror das classes dominantes a qualquer

¹⁸⁰ Participando do movimento do Centro Popular de Cultura da UNE, através de um projeto itinerante (a UNE-Volante), Eduardo Coutinho conheceu Elizabete Teixeira, viúva de João Pedro Teixeira, e assim, decidiu filmar a história do líder. Entretanto, o golpe colocou um hiato no projeto do cineasta, que só conseguiu terminar o longa nos anos de 1980, já na crise da ditadura.

¹⁸¹ Segundo Dreifuss, na formação da (e disputa pela) CONTAG, a direita é derrotada pelos nacional-reformistas. Mostrando-se incapaz de hegemonizar o movimento camponês, a elite orgânica foi procurar outros meios de detê-lo. DREIFUSS, op. cit., p.305.

¹⁸² MENDONÇA, *Estado e economia no Brasil*, op. cit., p.56.

processo de mobilização popular – uma das marcas da revolução passiva no Brasil –, impedia que estas se dispusessem a realizar esta tarefa da revolução burguesa. Para a desilusão de certa esquerda, a chamada “burguesia nacional” não possuía qualquer ímpeto revolucionário. Preferiu a associação com o imperialismo a uma “aventura nacionalista”.¹⁸³

Já a classe operária e os trabalhadores urbanos, que desde o segundo governo Vargas (1951-1954) vinham apresentando uma escalada de suas lutas sindicais, se constituíram como um dos principais elementos de contradição na crise daquele regime. Do ponto de vista do compromisso de 1930 – em que devem ser sempre lembrados os expedientes repressivos utilizados na sua integração ao pacto social –, o recrudescimento das greves e a conformação de entidades sindicais “paralelas” significavam o rompimento com aquele acordo. Em que pese o fato, apontado por inúmeros autores, das entidades “paralelas” serem conformadas com base na estrutura sindical corporativa, nos propomos a entender isto como parte das condições reais – e não ideais – a partir das quais as lideranças sindicais combativas lançaram mão como forma de burlar a legislação sindical repressiva.¹⁸⁴ Em suma, trata-se de tomar as condições reais nas quais ocorrem as lutas de classes.

É sintomático o fato de que a greve dos 300 mil de 1953 – que pode ser tomada como marco na retomada destas lutas – ter sido feita a despeito do Decreto-lei nº 9070, que como afirmamos acima, impedia (na prática) o recurso à greve. Na verdade, como apontou José Álvaro Moisés, os líderes sindicais entendiam o próprio decreto como inconstitucional.¹⁸⁵ Além da repercussão nacional da greve, que, no entanto, só conseguiu contagiar o proletariado do estado de São Paulo, o movimento paredista teve como legado para o momento posterior dois elementos: 1) a formação de uma entidade paralela, o Pacto

¹⁸³ FERNANDES, op. cit. MARINI, op. cit.

¹⁸⁴ Francisco Weffort defende a hipótese de que a estrutura sindical entre 1945-1964 teria sido marcada por uma dualidade, onde os aparatos corporativos e as entidades paralelas formariam a base do sindicalismo populista. Segundo Weffort, “no plano da orientação, subordina-se à ideologia nacionalista e se volta para uma política de reformas e de colaboração de classes; no plano da organização, caracteriza-se por uma *estrutura dual* em que as chamadas ‘organizações paralelas’, formadas por iniciativa da esquerda, passam a servir de *complemento à estrutura sindical oficial*, inspirada no corporativismo fascista como um apêndice da estrutura do Estado; no plano político, subordina-se às vicissitudes da aliança formada pela esquerda com Goulart e outros políticos fiéis à tradição de Vargas.” WEFFORT, F. *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco 1968*. São Paulo: Cebrap, 1972, p.67, grifos nossos. Em nossa opinião, tal hipótese não ajuda a esclarecer a crise dos anos sessenta e, muito menos, a saída violenta dada pela burguesia com o golpe de Estado, pois como uma instituição do regime burguês pode ser algo temerário à classe dominante?

¹⁸⁵ MOISÉS, José Álvaro. *Greve de massa e crise política (estudo da Greve dos 300 mil em São Paulo – 1953-54)*. São Paulo: Polis, 1978, p.83-84.

de Unidade Intersindical (PUI), com base no Comitê Intersindical de Greve, que dirigiu a mobilização; 2) a reforma ministerial feita dois meses depois do fim do movimento, que levou à pasta do Trabalho João Goulart, político gaúcho já muito influente na estrutura sindical oficial e apadrinhado político do próprio Vargas. É preciso lembrar também que, no ano anterior, os trabalhadores cariocas (particularmente os do setor têxtil) tinham cruzado os braços e dado origem a uma outra organização intersindical, a Comissão Intersindical Contra a Assiduidade Integral (CISCAI),¹⁸⁶ denotando a forma como os trabalhadores brasileiros entendiam as oportunidades abertas com a volta de Vargas ao Executivo Federal, possibilitada pelas eleições de 1950.

Alguns anos depois o PUI serviria de base para a criação do Pacto de Unidade e Ação (PUA), uma das entidades paralelas mais dinâmicas e um dos pilares do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que comentaremos mais à frente. Vitoriosa em vários pontos, pois as categorias negociaram reajustes que, no mínimo, conseguiram repor as perdas decorrentes da escalada inflacionária, a greve dos 300 mil demonstrou também os limites da estrutura corporativa em controlar o movimento sindical: no calor dos acontecimentos, o pelego histórico Deocleciano de Holanda Cavalcanti, então dirigente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), tentou desmontar o movimento, tentando fechar um acordo com a FIESP em detrimento da representação do Comitê Intersindical de Greve. Todavia, ainda segundo Moisés, “os seus esforços foram praticamente ignorados pelos grevistas e, até o final do conflito, pouco ou nada mais se soube sobre ele”.¹⁸⁷ Apesar da desmoralização, tal personagem continuaria à frente da CNTI até o ano de 1961, quando a chapa da esquerda (trabalhistas de esquerda e comunistas) venceria as eleições da entidade, modificando seus rumos.

Ainda nos anos cinqüenta, seriam formadas novas entidades paralelas de grande importância, como o Fórum Sindical de Debates, de Santos, e o Conselho Permanente de Organizações Sindicais (CPOS) da Guanabara, este último criado ainda em 1958 e onde se destacava o histórico militante comunista Roberto Morena. Os trabalhadores gaúchos, por sua vez, no bojo de uma série de mobilizações contra o aumento do custo de vida,¹⁸⁸

¹⁸⁶ MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002, p.54.

¹⁸⁷ MOISÉS, *Greve de massa e crise política*, op. cit., p.86.

¹⁸⁸ Sobre o movimento sindical em Porto Alegre utilizamos JAKOBY, Marcos André. *A organização sindical dos trabalhadores metalúrgicos de Porto Alegre no período de 1960 a 1964*. (Dissertação de mestrado,

construiriam na virada para os anos sessenta duas importantes entidades sindicais paralelas: o Comando Sindical de Porto Alegre e o Conselho Sindical dos Trabalhadores Gaúchos. Vale lembrar ainda o Pacto de Ação Conjunta (PAC), que em 1963 dirigiu a importante greve dos 700 mil em São Paulo, englobando 14 categorias profissionais. Todas estas entidades surgiram como parte e resultado das mobilizações sindicais que se avolumavam. As principais correntes políticas a impulsionar este processo foram os comunistas e os setores mais à esquerda do PTB, que construiriam um campo político de compromissos desde a morte de Vargas. Ao mesmo tempo em que apoiavam o Executivo de Kubitschek – denunciando a ala “entreguista” do governo – a esquerda sindical mobilizava os trabalhadores para que estes lutassem pela repartição das rendas oriundas do nacional-desenvolvimentismo. Enfrentavam-se no terreno sindical com o grupo chamado “ministerialista”, do qual faziam parte Deocleciano de Holanda Cavalcanti, Ari Campista e consortes,¹⁸⁹ que recusavam o recurso à greve e a organização da representação sindical dos trabalhadores brasileiros em uma entidade nacional. Em suma, eram os pelegos. Muitas das confederações sindicais estavam nas mãos deste grupo ainda em meados dos anos 1950. No entanto, mesmo a mais rígida das instituições da burocracia sindical não poderia passar incólume pelo avanço das lutas operárias e da formação das entidades paralelas. Antes mesmo de ganhar a CNTI em fins de 1961, a esquerda sindical já havia conquistado a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (CONTEC), onde estavam ligados os combativos sindicatos dos bancários e cujo presidente era o militante comunista Armando Ziller. Em 1964 a esquerda sindical já dominava quatro das seis confederações da estrutura sindical corporativa; além da CNTI, CONTEC e CONTAG (já referidas), a Confederação Nacional dos Trabalhadores Marítimos, Fluviais e Aeronáuticos (CNTMFA). Até o golpe de 64, os ministerialistas dominavam ainda a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio (CNTC) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Terrestre (CNTTT). A esquerda sindical então desligou as estruturas sindicais da Organização Regional Interamericana do Trabalho (ORIT), onde se articulavam os interesses do Departamento de Estado dos EUA para o movimento sindical

PPGH-UFF). Niterói, 2008.

¹⁸⁹ Este grupo pode ser chamado também de “trabalhistas de direita”, por sua filiação ao PTB.

latino-americano, e filiou tais entidades à Federação Sindical Mundial (FSM), onde militavam os sindicatos influenciados pelos partidos comunistas.¹⁹⁰

Aquecendo a conjuntura, foi realizada em 1960 a chamada “greve da paridade”, quando trabalhadores marítimos, portuários e ferroviários procuraram estender aos funcionários civis da União um aumento salarial concedido aos militares. Como resultado da paralisação, foi criada a entidade paralela Pacto de Unidade e Ação (PUA), uma das mais dinâmicas do movimento sindical. Neste mesmo ano é realizado no Rio de Janeiro o III Congresso Sindical Nacional, onde a força da esquerda sindical se mostra evidente quando é votada por ampla maioria a tese de criação de uma Central Sindical. O grupo ministerialista liderado por Holanda Cavalcanti, extremamente minoritário, simplesmente abandonou o congresso. Estariam lançadas as bases para a constituição em agosto do ano de 1962 do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a mais importante organização paralela até então constituída pelo sindicalismo brasileiro.¹⁹¹ Entre estes dois momentos, o movimento sindical brasileiro vivenciaria importantes lutas que marcaram decisivamente a cena política do início dos anos 1960.

O primeiro “teste de fogo” foi a defesa da Legalidade em agosto de 1961, quando seriam realizadas inúmeras greves para garantir a posse de João Goulart.¹⁹² Enquanto a esquerda sindical se destacou em inúmeras mobilizações pela posse de Goulart, muitos ministerialistas apoiaram (na prática) a declaração dos ministros militares contra esta posse.

Segundo Marco Aurélio Santana,

“Durante a crise, seguindo as orientações da conservadora Organização Regional Interamericana do Trabalho (ORIT),¹⁹³ cujo congresso se reunia na época da crise no Rio de Janeiro, os “pelegos” assumiram uma postura de conter as mobilizações que se desenrolaram também em suas bases.”¹⁹⁴

¹⁹⁰ Todavia, como parte da tática de manter a aliança com a esquerda do PTB, os comunistas indicaram o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, o trabalhista Benedito Cerqueira, como representante do Brasil na direção da FSM.

¹⁹¹ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Comando Geral dos Trabalhadores do Brasil (1961-1964)*. Petrópolis: Vozes, 1986, p.41-43.

¹⁹² Em pesquisa recente, Marcos André Jakoby encontrou evidências do protagonismo do movimento operário gaúcho na campanha da Legalidade. Segundo o autor, o movimento sindical gaúcho tomou iniciativas antes mesmo da reação do governador daquele estado, Leonel Brizola. JAKOBY, op. cit., p.134-145.

¹⁹³ Dreifuss mostrou que a ORIT era um braço da inteligência do Departamento de Estado dos EUA na América Latina. Ver. DREIFUSS, op. cit., p.313.

¹⁹⁴ SANTANA, M. A. “Bravos companheiros: a aliança comunista-trabalhista no sindicalismo brasileiro (1945-1964).” In. FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil (vol.2): nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.266.

Isto acaba por explicar o apoio explícito do governo para a chapa da esquerda sindical à diretoria da CNTI; mas certamente não explica sua vitória, pois seria desconsiderar a escalada de mobilizações sindicais que vínhamos comentando. A chapa vitoriosa, *Renovação e Unidade*, era encabeçada por Dante Pelacani (presidente da Federação Nacional dos Gráficos) e Clodsmith Riani, ambos militantes do PTB e apoiados pelos comunistas.¹⁹⁵ A Confederação foi importante base de apoio para o CGT e para os movimentos paredistas de 1962, ano em que se vive o ápice da espiral grevista, quando se realizam duas greves gerais bem sucedidas e onde a classe trabalhadora vê aprovado o direito ao 13º salário e inúmeras outras conquistas materiais, como reajustes e alguns direitos específicos para cada categoria profissional.¹⁹⁶ A primeira greve geral, em 5 de julho de 1962, ligou-se à crise sucessória aberta com a renúncia do primeiro gabinete parlamentarista, que tinha Tancredo Neves (PSD de Minas) como presidente do Conselho de Ministros, e a recusa do Congresso em aprovar o nome de San Tiago Dantas, indicado por Goulart. Na segunda greve, em 15 de setembro do mesmo ano, o objetivo político foi a antecipação da realização do plebiscito sobre o sistema de governo, previsto na Emenda Constitucional nº 4, que instituiu o parlamentarismo, para acontecer nove meses antes do fim do governo de Goulart. Como parte da campanha pela realização do plebiscito, objeto deste estudo, comentaremos de forma mais pormenorizada os eventos ligados a estas duas greves no capítulo seguinte.

Aqui cabe apenas apontar que estas greves são representativas de algo muito distinto das imagens de um sindicalismo subordinado aos interesses das elites políticas, que levaram alguns autores, como Francisco Weffort, a propor a idéia de uma “intimidade palaciana” entre os sindicalistas de esquerda e o governo. Nos dois casos das greves gerais supracitadas, os poderes do Estado foram mobilizados para tentar sustar o movimento paredista. Nos dois casos o movimento sindical denotou grande autonomia. O outro tema a enfrentar é aquele sugerido por autores como Kenneth Paul Erickson, que atribui a eficiência das greves de 1962 à existência de um “dispositivo sindical-militar”, onde tais

¹⁹⁵ Ver a notícia da eleição em *Bancário* (Jornal do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro), 19 de dezembro de 1961. *Novos Rumos*, 19 a 25 de janeiro de 1962.

¹⁹⁶ Marcelo Badaró Mattos estudou a conquista por parte do sindicato dos bancários do fim do trabalho aos sábados e do salário profissional, ambas neste período. MATTOS, M. B. *Novos e velhos sindicalismos*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1988.

greves teriam cobertura de oficiais militares.¹⁹⁷ Também neste caso a hipótese parece partir de certo exagero, pois, no caso das greves, o aparato de repressão utilizado foram as forças públicas estaduais e as Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS).¹⁹⁸ Neste ponto, cabe investigar uma outra ordem de determinações da crise dos anos sessenta ligadas à dinâmica das Forças Armadas na política brasileira, necessário tanto para começar a responder com mais precisão à controversa hipótese de Erickson – discutida com mais fôlego no capítulo 2 desta dissertação –, como para entender a crise daquele regime.

A crise militar

Não é possível apanhar a história do processo político brasileiro em sua totalidade sem se referir às Forças Armadas, tal a importância de suas intervenções na cena política. Uma parte destas intervenções, por seu caráter espetacular, denota tal evidência, como nos golpes de Estado, no tenentismo e no regime ditatorial (1964-1988). Outras, por sua vez, são mais sutis, mas nem por isso ineficientes, como no papel que certos generais tiveram na implantação das indústrias de base e na campanha pelo monopólio estatal do petróleo. Em primeiro lugar, parte-se aqui do entendimento das Forças Armadas como parte do aparelho de Estado encarregada de manter a ordem social pela força. É uma das mais importantes instituições encarregadas do aspecto coercitivo da dominação social, ao lado da justiça e do sistema penitenciário, mas diferentemente destas, possui o monopólio da força em todo o território nacional.

Mas constatar que as Forças Armadas exercem uma função no aparelho de Estado não é uma perspectiva teórica exclusiva do materialismo histórico e dialético, como demonstram as teorias sistêmicas. Destas, sobre as Forças Armadas destacaremos duas pela importância que tiveram na compreensão do papel político da caserna na política brasileira. A primeira delas é a de Samuel Huntington,¹⁹⁹ que parte da problemática da teoria da modernização de Rostow para afirmar que, na passagem da sociedade tradicional para a sociedade moderna na América Latina, as Forças Armadas foram uma força

¹⁹⁷ Tal dispositivo teria vigido até o fim do ano de 1962, quando setores legalistas das Forças Armadas passariam a atacar o CGT e a condenar as rebeliões dos subalternos da caserna. ERICKSON, K. P. *Sindicalismo no processo político brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1979, capítulos VI e VII.

¹⁹⁸ As informações sobre estruturas repressivas estatais anteriores e sua conformação no DOPS podem ser consultadas em MATTOS, M et al. *Greves e repressão...*, op. cit., p.81.

¹⁹⁹ HUNTINGTON, Samuel P. *A ordem política nas sociedades em mudança*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária; São Paulo: Edusp, 1975.

modernizadora. Huntington discute isto a partir de um viés segundo o qual em sociedades “poucos institucionalizadas”, como as latino-americanas, haveria o que o mesmo chama de “pretorianismo”, que corresponde ao fato de que instituições e grupos sociais como a Igreja e a “classe estudantil”, por exemplo, se comportem como atores políticos. É o caso também das intervenções dos militares na política, o que poderia ser evitado caso as Forças Armadas destes países passassem por um processo de modernização calcados numa ideologia profissional; as intervenções militares, comuns nas repúblicas do “Terceiro mundo”, seriam o resultado de um déficit de profissionalização. Cabe comentar que a reflexão do autor, feita antes da onda de golpes de Estado e ditaduras militares, foi posta em descrédito após estes eventos, especialmente porque o caráter moderno das Forças Armadas chilenas, uruguaias e brasileiras – consideradas as mais profissionais da América Latina – não impediu que estas protagonizassem ações extremamente violentas no processo político de seus respectivos países, instituindo governos ditatoriais.

A outra vertente é encontrada no trabalho do cientista político Alfred Stepan,²⁰⁰ que vê o papel das Forças Armadas como “moderadoras” do sistema político brasileiro até a intervenção de 1964, quando teriam rompido este padrão.²⁰¹ Até então, toda vez que o sistema político encontrava-se em crise, os militares intervinham no jogo político; mas logo em seguida, devolviam o poder aos civis. Isto teria sido patente entre 1945 (quando um golpe de Estado depõe Vargas, curiosamente feito pelas mesmas forças que o haviam ajudado na instauração do Estado Novo em 1937) e em 1955 (quando o “golpe preventivo” do general Henrique Teixeira Lott garantiu a posse de JK). O problema neste caso (marca comum também em Huntington) é que o Estado aparece como ator político neutro, desprovido de conteúdo classista, sendo descartada a investigação sobre os interesses sociais que direcionavam estas intervenções políticas. No entanto, a despeito desta e outras limitações,²⁰² Stepan aponta um elemento importante, qual seja, o da importância da Escola

²⁰⁰ STEPAN, A. *Os militares na política: mudanças nos padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

²⁰¹ O autor trabalha com uma metáfora da teoria do “poder moderador”, formulada pelo suíço Benjamin Constant. Em princípios do século XIX, Constant propugnou a necessidade, no sistema político liberal, além da divisão em três poderes defendida por Montesquieu, da instituição de um “quarto” “poder moderador”, que regulasse e garantisse o equilíbrio entre os três poderes, garantindo a “governabilidade”.

²⁰² Uma boa crítica ao trabalho de Stepan pode ser lida em MORAES, João Quartim de. *Liberalismo e ditadura no cone sul*. Campinas: ICHF/UNICAMP, 2001. p.57-109.

Superior de Guerra (ESG) na formulação da ideologia modernizante-conservadora que informou a ação das Forças Armadas na instauração do regime ditatorial em 1964.

Mas, talvez o que seja mais importante apontar sobre o papel das Forças Armadas no processo político brasileiro é sua autonomização no interior do aparelho de Estado, como faz João Quartim de Moraes,²⁰³ que liga tal aspecto ao cesarismo, em nossa compreensão a forma política típica da revolução passiva no Brasil. Trabalhando em registro teórico diverso, José Murilo de Carvalho²⁰⁴ discute que no período do primeiro governo Vargas as Forças Armadas teriam consolidado um projeto de “intervencionismo controlador”, cujo arauto teria sido o General Góis Monteiro. Segundo este autor, o “intervencionismo controlador” consistiria no seguinte:

“o conteúdo concreto da intervenção, particularmente em seus aspectos nacionalizantes, industrializantes e de contenção política, revela-se compatível com a ordem burguesa industrial que se gestava no país, embora fosse a antítese da liberalismo político”

Em nossa opinião, tal caracterização se coaduna com a característica cesarista do bloco histórico populista que apresentamos acima. As Forças Armadas seriam algo como um Partido da Ordem; ator político decisivo da contra-revolução permanente no Brasil.

Este ponto remete à necessidade de estudar as correntes políticas no interior das Forças Armadas, os “partidos militares”, como no conceito desenvolvido por Alain Rouquié,²⁰⁵ já que é sabido que o ideal modernizante-conservador da ESG referido por Stepan não atraía uma parcela importante da oficialidade militar, como o grupo nacionalista que se envolveu nas campanhas pelo monopólio estatal do petróleo, do qual faziam parte nomes como os generais Horta Barbosa e Newton Estillac Leal. O cientista político Antonio Carlos Peixoto, trabalhando na mesma *démarche* de Rouquié, observa que nos quadros oficiais não existiam grupos anti-industrialistas relevantes. Sobre os grandes temas que dividiram a política nacional de 1945-1964, uma das questões que cindiam a instituição militar em partidos distintos era o papel do capital estrangeiro no desenvolvimento industrial do Brasil, além da questão da política externa. Segundo Peixoto, a origem do

²⁰³ MORAES, João Quartim de. “O argumento da força”, op. cit.

²⁰⁴ CARVALHO, J. M. “Forças Armadas e política (1930-1945).” In. *A Revolução de 30: Seminário Internacional*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV; Brasília: Ed.UNB, 1980, p.109-187.

²⁰⁵ Ver a coletânea organizada pelo próprio Rouquié, *Os partidos militares no Brasil* (Rio de Janeiro: Record, s.d.), onde este e diversos autores (Antonio Carlos Peixoto, Eliezer Rizzo de Oliveira e Manuel Domingos Neto) trabalham com tal conceito.

partido militar antinacionalista remete à participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, através da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e sob o comando militar dos EUA, onde os oficiais militares teriam o primeiro contato orgânico com os valores liberais da cultura norte-americana. Uma parte importante destes oficiais viajaria aos EUA, tendo se impressionado com o modelo de desenvolvimento industrial baseado na livre empresa. Ao mesmo tempo, este ponto de vista estava ligado a uma concepção geopolítica que, no marco da polarização do sistema internacional de Estados do “Ocidente contra a ameaça soviética”, o Brasil deveria ser um aliado incondicional dos EUA. Este partido militar constituirá logo no ano de 1949 a Escola Superior de Guerra (ESG), concebida sob os moldes da War School norte-americana, e que se destinará a formar o “Estado-maior” deste partido, tendo como público alvo não só oficiais militares, mas também líderes empresariais e burocratas.²⁰⁶ Nesse sentido, rivalizava com o ISEB na formação de intelectuais orgânicos. A corrente antinacionalista não era só contra a intervenção estatal na economia, e tal como a ala civil do partido liberal-oligárquico, tinha concepções elitistas que tomavam a participação popular na política como algo temerário.

Estes partidos militares tinham um grande compromisso com a hierarquia da corporação, por isto, suas disputas políticas não poderiam acontecer na caserna. Para isto, uma entidade recreativa como o Clube Militar tornar-se-ia palco da disputa entre estes partidos militares. A instituição aparentemente servia para manter de pé a concepção enunciada pelo general Góis Monteiro, de afastar as discussões políticas do exército; “não fazer política no Exército, mas a política *do* Exército!”. Afastando as disputas das estruturas da instituição estatal, as eleições no Clube Militar expressariam a correlação de forças entre os partidos militares no interior da instituição; expressaria a “opinião militar” sobre os temas da política nacional. Assim, para acompanhar a posição deste ator político, tem sido fecundo o estudo das disputas entre os partidos militares no Clube.²⁰⁷

Na disputa das eleições para a presidência do Clube Militar, os antinacionalistas se organizariam na Cruzada Democrática, que por suas relações políticas e identidades ideológicas, seria conhecida também como “UDN militar”. O general Juarez Távora, que participou do movimento tenentista, da Revolução de 1930, chegando a ocupar a pasta da

²⁰⁶ O tema também é discutido por Eliézer Rizzo de OLIVEIRA, *As forças armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1976.

²⁰⁷ Por exemplo, CARDOSO, Rachel Motta. *Depois, o golpe: as eleições de 1962 no Clube Militar*. (Dissertação de mestrado). PPGHIS-UFRJ, 2008.

Agricultura de Vargas, era um dos principais animadores de tal corrente. Seria candidato à presidência da República pela UDN, na eleição que elegeu Kubitschek. Se não podem ser reduzidas aos interesses agrário-exportadores, o que os distingue de muitos civis, este partido militar antinacionalista será tomado aqui como “ala fardada” do partido liberal-oligárquico. Nesse mesmo sentido, tomaremos o grupo descrito por Peixoto como “nacionalista” como a ala fardada do cesarismo varguista, a corrente principal do Partido da Ordem formado no período de 1930-1945.

No desenvolvimento do processo político entre 1945-1964 algumas tendências político-ideológicas se fortaleceriam de forma antagônica no interior da caserna. Se é verdade que a cisão no Partido da Ordem do cesarismo varguista esteve diretamente ligada à experiência da FEB, a primeira polarização neste período decorreu da controvérsia sobre a nacionalização do petróleo. O tema já havia sido alvo do relatório do general Horta Barbosa sobre a defesa nacional, base sob a qual seria criado o Conselho Nacional do Petróleo. O Clube Militar, no início do segundo governo Vargas, expressaria a opinião militar favorável à nacionalização e criação da Petrobrás. No entanto, a radicalização política destes anos levou a que entre os anos de 1952-1956 o Clube fosse dirigido pela Cruzada Democrática. Posteriormente, em meio à crise provocada pela tentativa de impedir a posse de Kubitschek, e do contragolpe de general Lott, seria fortalecida a tendência legalista no interior da caserna, levando a que o anti-nacionalismo fosse identificado com o “golpismo”. Sob o curto governo de Jânio Quadros, subiriam aos postos de comando das Forças Armadas os elementos ligados à Cruzada Democrática, estando aqui uma das determinações para compreender o veto dos ministros militares à posse de Goulart.²⁰⁸ Nas eleições para o Clube em 1962, a entidade voltaria às mãos da ala fardada do partido liberal-oligárquico, tendo sido um dos elementos que favoreceram o sucesso do golpe de

²⁰⁸ Sobre a “crise da Legalidade” o trabalho mais interessante é o de Moniz Bandeira, *O 24 de agosto de Jânio Quadros*, escrito no calor dos acontecimentos (em setembro de 1961), contudo de um refinamento teórico surpreendente. Só para se ter uma idéia, neste texto Bandeira defende a hipótese de que Jânio pretendia dar um golpe e voltar com super-poderes, o que se mostrou ser certo e admitido pelo próprio alguns anos depois, mas que no momento não figurou como percepção majoritária dos principais atores políticos, alguns dos quais achavam que Jânio havia sido deposto. O texto pode ser consultado em BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré-64*. São Paulo: Brasiliense, 1979. No capítulo seguinte, voltaremos a ele.

Estado em 1964, quando uma parte dos legalistas – temendo a radicalização dos subalternos (sargentos e marinheiros) – passaria para o campo do golpe.²⁰⁹

Note-se a contradição entre a tendência política à frente do Clube e o governo, tanto na crise do segundo governo Vargas, quanto na crise dos anos Goulart. Nos dois casos a Cruzada Democrática era a “opinião militar”; nos dois casos o resultado foi a derrubada dos respectivos governos por uma ação do partido liberal-oligárquico. Entretanto, no primeiro caso a mobilização popular que se seguiu ao suicídio de Vargas impediu que os liberais colhessem a vitória de forma plena; no segundo caso, Goulart “frustrou a nação” e entregou o poder sem resistir. Para entender esta modificação é necessário agora investigar um dos principais elementos da crise daquele regime: as mobilizações dos subalternos das Forças Armadas, que elevaram o patamar da crise, já que não se trata mais de uma simples disputa entre partidos militares formados por oficiais.

Os protestos dos subalternos das Forças Armadas remetem pelo menos à Revolta da Chibata (1910), quando o marinheiro João Candido liderou o motim contra os castigos corporais. Tomando de assalto um encouraçado atracado na Baía da Guanabara, o movimento acabou com uma anistia aos revoltosos, sendo logo seguida pela prisão e a morte de muitos deles. Seria mais uma “prova” daquilo que José Honório Rodrigues chamou da forma dos “mais iguais” tratarem os conflitos com os “menos iguais”, e que aqui compreendemos ser mais uma marca de nossa revolução passiva. Em 1935, o levante promovido pela Aliança Nacional Libertadora (ANL) teve como membros vários militares de baixa patente, como o cabo Giocondo Dias (Natal-RN), o sargento Gregório Bezerra (Recife-PE) e o cabo David Capistrano (Rio de Janeiro-RJ). Em torno a tal evento foi construída uma das mais fortes mitologias no interior das Forças Armadas: a dos comunistas como “traidores, que agem sob as ordens de Moscou e que são capazes de assassinar os camaradas de armas, na calada da noite”.²¹⁰ Mas ainda que se possa falar da importância destes movimentos, não é possível apanhar uma linha de continuidade entre os dois, tal como é possível fazer com a história do movimento operário.

²⁰⁹ Sobre o tema, ver DEMIER, Felipe. “A ‘legalidade’ do golpe: o controle dos trabalhadores como condição para o respeito às Leis”. *Revista História & Luta de Classes*. nº 1, abril de 2005, p.29-41.

²¹⁰ Entre outros, ver. VIANA Marly. *Revolucionários de 1935*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. PRESTES, Anita Leocádia. *Da insurreição armada (1935) à “união nacional” (1938-1945)*. São Paulo: Paz e Terra, 2001. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

Estudioso do assunto, Parucker²¹¹ aponta que após o Estado Novo os clubes dos sargentos em várias unidades da Federação tornar-se-iam espaços de articulação política. O mesmo autor afirma que, embora não constituísse novidade no cenário nacional, os sargentos só voltariam a figurar, “ainda em um plano bastante secundário”, no movimento conhecido como “Novembrada”: do contragolpe preventivo do general Lott.²¹² Mas é justamente na crise de 1961 que os subalternos militares aparecem com força na cena política, tendo uma ação autônoma, alinhada ao partido militar nacionalista, mas não controlado totalmente por ele. Para Parucker

“No quadro da intensa turbulência política, as cisões no seio das Forças Armadas não tardaram. Mas, diferentemente de outros momentos, não se restringiram às esferas militares superiores.”²¹³

Na Crise da Legalidade, os subalternos militares reagiram às ordens do ministro da Guerra (general Denys) a pára-quedistas para que fechassem o Congresso Nacional.²¹⁴ Mas muitas outras teriam sido as ações dos praças neste episódio, como aquela em conjunto com os suboficiais da Base Aérea de Gravataí (RS), que impediu que, sob as ordens do major Cassiano, o Palácio Piratini – centro da resistência legalista no Rio Grande do Sul, onde se encontrava Brizola – fosse bombardeado. Ainda sobre a Crise da Legalidade, Parucker aponta que os sargentos e suboficiais da Aeronáutica da Guarnição de Brasília teriam sido decisivos no desbaratamento da “Operação Mosquito”, onde um grupo de oficiais da FAB pretendia derrubar o avião que trouxe Goulart ao território nacional. Estes episódios tiveram importância nos meses posteriores, tendo sido um marco na politização destes setores até o golpe de Estado, quando são alvos – ao lado dos sindicalistas e líderes camponeses – dos expurgos do novo regime. Então, a partir de 1961 pode-se falar de um “movimento dos sargentos”, que no plano ideológico e político se identificou com as esquerdas e as reformas de base, e no plano de seus interesses corporativos com a campanha pela elegibilidade, por melhores condições materiais e até pelo direito de casar.

Parucker narra como, em algum momento no ano de 1962, os sargentos realizaram uma Convenção no Rio de Janeiro para escolher um candidato à Câmara dos Deputados nas

²¹¹ PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. *Praças em pé de guerra: o movimento político dos subalternos militares no Brasil, 1961-1964*. (Dissertação de mestrado.) PPGH – UFF, Niterói, 1992, p.42.

²¹² *Idem*, p.49.

²¹³ *Idem*, p.52.

²¹⁴ *Idem*, p.54.

eleições de outubro. Foi escolhido o sargento Antônio Garcia Filho, que apresentou plataforma eleitoral largamente identificada com a esquerda nacional-reformista, cujo slogan foi “Sargento também é povo!” Colocava-se assim o problema elegibilidade dos subalternos das Forças Armadas e sua identidade popular. Garcia foi eleito em décimo-primeiro lugar na Guanabara. Foi candidato da Aliança Socialista-Trabalhista (PSB-PTB), onde figuraram nomes como Leonel Brizola, que em outubro de 1962 foi o deputado mais votado no Brasil. O sargento superaria a votação dada ao oficial antinacionalista Juarez Távora, membro da Cruzada Democrática e que então se candidatou pela pequena legenda do Partido Democrata Cristão (PDC).

Desde o período eleitoral para o pleito de 1962, foi levantada a questão do direito dos subalternos das Forças Armadas a concorrer a cargos eletivos, já que a participação de oficiais no processo político brasileiro foi uma marca também na República de 1946. Na Carta constitucional era dúbio o texto em relação ao tema; o movimento dos sargentos queria, então, resolver as contradições do texto através de sua práxis. A questão foi tão relevante no período que o próprio Garcia Filho seria eleito presidente da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), onde as forças políticas identificadas com o nacional-reformismo se organizavam no Congresso Nacional para se contrapor à Ação Democrática Parlamentar (ADP), que era a frente através da qual os interesses do IPES e do partido liberal-oligárquico se faziam representar. Então, quando da posse de Garcia Filho, foi organizada uma série de manifestações em que participaram os subalternos fardados para o respeito ao resultado do pleito de outubro. Tal situação levou a fortes reações na cúpula das Forças Armadas.

“Na Marinha, o Ministro Araújo Suzano determinou a repressão, pelo Comandante do Grupamento de Fuzileiros Navais, aos manifestantes. No Exército e na Aeronáutica houve transferências para fora de Brasília, sobretudo de integrantes da Comissão de Defesa da Elegibilidade dos Sargentos (CODES). Essa entidade, ligada ao Clube dos Suboficiais, Subtenentes e Sargentos das Forças Armadas e Auxiliares, teria organizado a manifestação após a decisão de sua assembléia: considerando a posse um ato cívico e não político, entenderam não haver problemas disciplinares quanto a irem fardados.”²¹⁵

²¹⁵ PARUCKER, op. cit., p.66.

Em setembro de 1963, em reação à decisão tomada pelo Tribunal Superior Eleitoral que julgou inelegíveis os subalternos militares, ocorreu a insurreição dos sargentos em Brasília, liderada por Antônio de Prestes Paula (Aeronáutica), um dos momentos mais dramáticos da crise do regime. No dia 13 do mesmo mês, um dia após a revolta, tanto Prestes Paula como os outros participantes e lideranças dos movimentos dos sargentos em todo o território nacional foram presos.

No mês de março de 1964, marinheiros e fuzileiros navais amotinaram-se na sede do Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara, com a reivindicação de que sua Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB)²¹⁶ fosse reconhecida, o que foi considerado um dos estopins para a precipitação do golpe de Estado, ao lado do Comício da Central do Brasil (13 de março). Só aos oficiais militares estava reservado o atributo de quebrar a hierarquia da corporação, já que o partido militar antinacionalista conspirava contra o Executivo de João Goulart, do mesmo modo que havia conspirado contra Vargas. As mobilizações dos subalternos militares foram interpretadas como séria ameaça à hierarquia militar, levando a que oficiais legalistas, como o general Pery Constant Bevilaqua, passassem para o campo do golpismo. Um dos protagonistas da rebelião, o então marinheiro Avelino Bioen Capitani – naturalmente cassado após o golpe – conta, em suas memórias,²¹⁷ que a AMFNB passou de um perfil assistencialista para um mais politizado, sendo contaminado pelas lutas populares e pelo movimento pelas reformas de base. Rompia-se assim o círculo restrito dos interesses corporativos e se passava a uma forma organizativa que refletia o avanço da consciência no sentido político. Isto deve ser explicado, em parte, pelo papel que os partidos da esquerda cumpriram no período, pois não só o PCB, mas também a POLOP e o grupo em torno de Brizola, possuíam importante trabalho junto aos subalternos militares. Por outro lado, foi revelada também a importância da assistente social Erica Bayer in Roth na organização dos marinheiros e na politização dos mesmos.²¹⁸

²¹⁶ Fundada em 1962.

²¹⁷ CAPITANI, A. B. *A rebelião dos marinheiros*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

²¹⁸ RODRIGUES, Flávio Luis. *Vozes do mar: o movimento dos marinheiros e o golpe de 64*. São Paulo: Cortez, 2004. VIEGAS, Pedro. *Trajatória rebelde*. São Paulo: Cortez, 2004. CARLONI, Carla Guilherme. “A esquerda militar no Brasil (1955-1964).” In. FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (org.). *As esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007, p.279-308.

À frente da AMFNB estava o cabo José Anselmo dos Santos, o “cabo Anselmo”, que ficou conhecido no imaginário da esquerda como um agente infiltrado da CIA, que durante o regime ditatorial ajudou os aparelhos de repressão a desbaratar uma série de organizações revolucionárias. Foi Anselmo quem proferiu o conhecido discurso em 25 de março, na assembléia comemorativa do segundo aniversário da AMFNB, que revoltou a alta cúpula militar. Segundo Karla Guilherme Carloni,

“O discurso nacionalista do presidente da Associação, que alguns afirmam ter sido escrito com a ajuda de militantes de esquerda, como Carlos Marighela, foi um dos mais radicais – saudava o presidente da República e o marinheiro João Candido, líder da Revolta da Chibata que, em 1910, convulsionou a Marinha Brasileira; exaltava a luta nacionalista contra o imperialismo e o latifúndio; e convocava o ‘povo fardado’ a lutar, se preciso fosse, pela realização das reformas de base que libertariam da miséria ‘os explorados do campo e da cidade, dos navios e dos quartéis’. Ressaltava a luta a ser travada ‘para que nossa bandeira verde e amarela possa cobrir uma terra livre onde impere a Paz, a Igualdade e a Justiça Social’, e também contemplava reivindicações específicas em relação à marinha de guerra: reforma do regulamento disciplinar; não-interferência do Conselho do Almirantado nos negócios internos da AMFNB; anulação das faltas disciplinares que visassem intimidar os integrantes da associação; estabilidade para os cabos, marinheiros e fuzileiros; ampla e irrestrita anistia aos participantes da Revolta dos Sargentos.”²¹⁹

Personalidades da esquerda, como o velho-dirigente comunista Luís Carlos Prestes, Leonel Brizola, o então deputado Hércules Corrêa (também dirigente do CGT) e o “Almirante Negro”, o marinheiro João Cândido,²²⁰ compareceram à solenidade. Antes do início da assembléia, os presentes assistiram ao clássico filme de Sergei Eisenstein, *O encouraçado Potemkim*, que narra o motim dos marinheiros russos que desencadeou a revolução russa de 1905. O ministro da Marinha, almirante Silvio Motta, resolveu mandar a Polícia do Corpo de Fuzileiros Navais reprimir os marinheiros amotinados no Sindicato dos Metalúrgicos, mas estes aderiram à confraternização com as esquerdas. O comando da Marinha, que

²¹⁹ CARLONI, op. cit., p.298-299. A mesma historiadora defende que “Anselmo não era um agente cooptado pela direita, como muitos ainda crêm e por isso relegam a Revolta dos Marinheiros à categoria de movimento manipulado por forças golpistas que queriam uma justificativa para a tomada do poder, e, portanto, ação desprovida de consciência e legitimidade”. *Idem*, p.297. De nossa parte, reafirmamos que não se dispendo de evidências confiáveis em sentido contrário, não há porque descartar a idéia de que agentes da CIA adentraram nos movimentos populares durante a crise dos anos sessenta, e sendo o movimento dos subalternos das Forças Armadas um dos mais sensíveis pontos de atrito, certamente tal tática está plenamente de acordo com a estratégia de desestabilização do regime e do governo Goulart.

²²⁰ Que, curiosamente, apoiou a ditadura militar.

planejava bombardear o local, não conseguiu reprimir o movimento, pois Goulart mandou um Batalhão do Exército para proteger o Sindicato. Embora os discursos que provocaram a ira da cúpula da Marinha fossem de apoio a João Goulart – presidente constitucional e eleito –, a ação de Goulart é que foi interpretada como “intromissão” nos assuntos da corporação e fomento à quebra da hierarquia, servindo de pretexto para o golpe. Mais uma vez, trata-se de uma questão de ponto de vista, pois como apontou de forma arguta Nelson Werneck Sodré,²²¹ a hierarquia estava sendo rompida a partir do momento em que um setor da oficialidade militar conspirava para a derrubada do Executivo de Goulart, que afinal era o chefe constitucional das Forças Armadas. Mais uma vez, valida-se a observação de José Honório Rodrigues quanto ao tratamento diferenciado que os “mais iguais” desferem sobre “menos iguais”: os marinheiros foram um dos setores mais prejudicados pelo golpe, e, é conveniente lembrar que, até hoje, não foram contemplados com qualquer tipo de anistia. Por fim, na compreensão da crise dos anos sessenta, a quebra da hierarquia nas Forças Armadas, seja qual for o ponto de vista adotado, aponta um dos elementos da crise orgânica do regime: uma crise na principal instituição encarregada das funções de coerção do Estado capitalista. Expressa também, de forma dramática, o esgotamento do bloco-histórico populista e o rompimento da burguesia brasileira com o cesarismo varguista. Mais uma vez esta abria mão do poder político direto para não ter de ver ameaçada a propriedade privada, antes mesmo que esta ameaça se inscrevesse no campo de possibilidades.

A crise do regime

Como forma de avançar na compreensão da crise orgânica, apresentaremos mais um elemento na caracterização do regime populista em sua fase democrática, tomando a questão da institucionalização dos conflitos e a relação entre o aparelho de Estado e a luta de classes. Em suma, a forma da ampliação do Estado e sua base social. Para isto, realizaremos uma breve comparação entre estas bases no regime brasileiro com aquelas das sociedades centrais do capitalismo, atentando para as importantes diferenças entre elas.

²²¹ Este aspecto é lembrado pelo historiador em seu livro *História militar do Brasil* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, pp. 393-394), o que deve servir para apreender algo que em geral é negligenciado nas análises.

Diferentemente dos EUA, onde o operariado, apesar de ter protagonizado importantes lutas, não conseguiu construir um *moderno príncipe*,²²² na Europa ocidental as representações da classe operária (social-democratas, socialistas, trabalhistas e os próprios comunistas) tornar-se-iam os principais interlocutores dos pactos de estabilidade do pós-guerra. Isto configurava a forma de regime democrático-liberal construído na Europa e sua distinção em relação aos EUA. Utilizando o conceito de pequena e grande política definido por Gramsci,²²³ podemos dizer que nas eleições na Europa ocidental as massas votavam em diferentes projetos de sociedade, que continham, quando o voto era à esquerda, um elemento de desnaturalização do capitalismo, ainda que isto fosse pensado majoritariamente a partir de um viés gradualista. Diversamente, nos EUA a agenda eleitoral – que é uma das formas do regime chamar a adesão das massas a ele – era destituída de elementos da grande política, já que entre os seus principais partidos (Democrata e Republicano) não há nenhum elemento da grande política, ou seja, ambos partilham da mesma visão de mundo e os partidos de esquerda, socialistas e comunistas, nunca conseguiram se viabilizar como contendores relevantes no terreno eleitoral. Apenas na virada para o século XX, o partido socialista conseguiu alguma expressividade eleitoral, sem, no entanto, compor qualquer força de proporções nacionais. Foi parte daquilo que Gramsci denominou “americanismo” destruir tal organização, assim como também os fortes sindicatos de base territorial, impondo o modelo corporativista da AFL-CIO. Nos anos da grande depressão houve certo crescimento da esquerda, em particular dos comunistas e da dissidência trotsquista, mas tal situação não resistiu à guerra e ao período do machartismo nos anos cinquenta. Na Europa Ocidental a situação é distinta em países como a Itália, França, Inglaterra, Suécia etc., onde social-democratas, comunistas e trabalhistas disputaram a cena eleitoral do pós-Guerra como contendores de peso.

²²² Nos termos discutidos por Antonio Gramsci para definir o partido político (o “moderno Príncipe”), o proletariado norte-americano não conseguiu se constituir em um sujeito político da sociedade de massas, que só pode assumir a forma de um partido político. Ver, GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*, vol. 3. op. cit., p.16. Sobre as peculiaridades do desenvolvimento dos EUA, e como para impor tal situação foram destruídos os sindicatos de base territorial, Gramsci discute o assunto no seu caderno 22 (“Americanismo e fordismo”). GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Vol.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.239-282.

²²³ “A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre diversas frações de uma mesma classe política. Portanto, é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política (...).” GRAMSCI, Caderno 13, *Cadernos*. op. cit., p.21.

Por outro lado, mesmo sendo a democracia europeia diferente da americana, ambas possuem como elemento comum o fato de serem assentadas sobre a existência da propriedade privada e a mercantilização da força de trabalho. Em suma, são todas formas burguesas de dominação política. É possível, inclusive, com algum tipo de critério de valoração, dizer que as democracias europeias tinham bases mais amplas que a dos EUA, mas isto não apaga o essencial: o caráter de classe daqueles regimes políticos. De qualquer forma, este não é um aspecto menor do problema quando analisamos o Brasil e podemos observar que os movimentos das classes subalternas nos idos dos anos de 1960 tinham como sentido a ampliação daquela limitada democracia. É aqui onde reside um dos elementos da crise do regime, da crise orgânica inclusive similar àquela que animou algumas das reflexões originais de Gramsci, quando o regime italiano do pós-Primeira Guerra se mostrou incapaz de incorporar as representações do movimento operário e popular em seus quadros. No marco da revolução passiva no Brasil, o regime democrático-populista só incorporava as classes subalternas urbanas nos marcos corporativos, estando sua mais importante representação política, o PCB, excluída do jogo eleitoral. Restaria apenas o PTB, surgido a partir das estruturas do Estado Novo, além de uma miríade de pequenas legendas trabalhistas e o Partido Socialista (de caráter social-democrata e originário das classes médias).

Mesmo levando-se em conta o fato do próprio PCB estar nesse momento vivendo sua fase reformista, com o papel de ponta no movimento pelas reformas de base, há de se notar que fazia isto mobilizando os trabalhadores para pressionar o governo Goulart para a esquerda, num movimento definido pelo teórico revolucionário francês Marceau Pivert como de “Frente Popular de Combate”.²²⁴ Como foi visto, o PCB possuía uma penetração considerável no movimento popular, sendo a única organização a ter um trabalho de peso nos principais movimentos das classes subalternas: o operário, o camponês, dos militares de baixa patente e o estudantil. É por isto que o peso da derrota de 1964 caiu sobre seus

²²⁴ Cabe apenas apontar que para Pivert o sentido de empurrar o governo de Frente Popular para a esquerda significava dar-lhe um conteúdo anticapitalista, sendo importante pontuar que, no caso de aplicação do conceito à prática do PCB, é preciso lembrar que, de acordo com a tática adotada pelo PCB desde a “Declaração de Março de 1958” e endossada pelo V Congresso de 1960, retomando as formulações da revolução por etapas, o partido definia aquele momento como de luta pelo desenvolvimento nacional autônomo, ficando o socialismo para um momento futuro e indefinido. Sobre o tema da Frente Popular de combate, conferir a exposição crítica do conceito feita por Nahuel Moreno em *As frentes populares na história*. São Paulo: Sudermann, 2002, no capítulo “A traição da OCF”.

ombros. Os movimentos pela legalização do partido, as entidades paralelas e as greves políticas, além da luta pelo voto dos analfabetos e pela elegibilidade dos subalternos das Forças Armadas, pretendiam reformas que – mesmo estando nos marcos da ordem burguesa – países periféricos não poderiam pôr em prática, sob pena da mobilização social avançar para o terreno do questionamento da propriedade privada. Por outro lado, desde o governo Kubitschek, os comunistas conseguiriam relativa liberdade para atuar, com imprensa semanal e a utilização de outras legendas para participar do jogo eleitoral. Nas eleições de outubro de 1962, quando a crise orgânica se aprofundava, o secretário-geral do PCB declarou que “17 dos 409 deputados federais eleitos pertenciam ao PCB”,²²⁵ denotando que a campanha pela legalização da legenda tinha conseqüências muito práticas, com a imediata ampliação do espectro partidário no Congresso Nacional.

Este debate também é importante, pois tem sido uma forte tendência na historiografia condenar os movimentos das classes subalternas no início dos anos de 1960, liderados pelos comunistas e demais setores da esquerda, como golpistas. Alguns autores chegam a propor a idéia de que o próprio golpe teria sido uma reação aos propósitos golpistas de Goulart e aliados, como é o caso de Marco Antônio Villa,²²⁶ que, no entanto, não apresenta qualquer prova factual disto.²²⁷ Este foi, aliás, um dos argumentos dos golpistas para a intervenção de 1964, também muito repetido na imprensa e na academia por ocasião da passagem dos quarenta anos do golpe.²²⁸ Ao contrário, o movimento das reformas de base é aqui entendido como iniciativa para ampliar os marcos do regime,²²⁹ criando assim uma democracia mais próxima à européia, onde, além de alguns direitos sociais, a resolução da questão agrária e a ampliação do corpo eleitoral, um importante partido operário ocupa um lugar relevante no sistema partidário. É neste sentido que entendemos a ação das esquerdas no ataque ao regime populista: atacavam o que este tinha de oligárquico e “prussiano”. Esboçavam criar uma via alternativa à revolução passiva, embora suas forças majoritárias propugnassem a manutenção do invólucro burguês.

²²⁵ SANTANA, “Bravos companheiros...”, op. cit., p.128.

²²⁶ VILLA, M. A. *Jango: um perfil (1945-1964)*. Porto Alegre: Globo, 2004.

²²⁷ Esta crítica foi feita por Caio Navarro de Toledo no artigo “As falácias do revisionismo”, *Crítica Marxista*, n.19, 2004.

²²⁸ Em outro lugar já tratamos deste assunto. MELO, Demian. “A miséria da historiografia.” *Outubro*, n.14, 2006, p.111-130. Ver também MATTOS, Marcelo Badaró. “Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia.” *História & Luta de Classes*, nº 1, abril de 2005, p.7-18.

²²⁹ O tema está presente em FERNANDES, Florestan. “Revolução ou Contra-Revolução?” In FERNANDES, F. *Brasil: em compasso de espera*. São Paulo: HUCITEC. 1980, p. 113.

Mas o elemento decisivo para a compreensão da crise do regime é o rompimento das classes dominantes com ele, um dos principais elementos da crise orgânica, que as leva a apoiar um movimento militar contra o governo e o próprio regime. Este rompimento é, no entanto, desigual, sendo a emergência do novo bloco histórico (com a monopolização da economia brasileira) o fenômeno que criou as bases materiais do colapso do regime.²³⁰ Todavia, como demonstrou Dreifuss em seu estudo, muitos foram os percalços no caminho para que este novo “bloco de poder”²³¹ fizesse seus interesses coincidirem com os do aparelho de Estado. Para que isto se efetivasse, contribuiu o convencimento de uma série de oficiais militares para o golpe de Estado, e neste caso, as rebeliões dos subalternos militares contribuíram de forma importante.

O cesarismo varguista, que havia resistido ao golpe de 1954, dado pelas forças do partido liberal-oligárquico (fardado e civil) em conluio com o imperialismo, continuou a rondar como um espectro a vida nacional – em sua forma híbrida com o governo Kubitschek –, até que, ante o inesperado ato de renúncia de Jânio Quadros, voltou à frente do Executivo com João Goulart. Este, que havia sido capaz de estabelecer uma relação de diálogo com o movimento operário – em contraste com a truculência costumeira dos ministros do Trabalho –, quis se apresentar como capaz de conter os movimentos das classes subalternas, manobrando com ele para fazer ressuscitar o cesarismo varguista. Assim, como “cesarismo sem César” no dizer de Gramsci, Goulart representou a face mais progressiva do cesarismo varguista, num tempo em que a própria burguesia de um país periférico como o Brasil não tinha a menor chance de embarcar numa “aventura nacionalista”.²³² Ainda que possa ser levado em conta o fato do movimento por sua posse ter sido feito por um amplo arco de setores sociais que se opuseram ao golpismo dos ministros militares, de que participaram inclusive setores da UDN, João Goulart não se mostrava confiável aos olhos da burguesia interna, muito menos do imperialismo, que estava sob o efeito da Revolução Cubana de 1959 e do seu caminho socialista a partir de

²³⁰ Esta conexão proposta por Otávio Ianni em seu clássico *O colapso do populismo* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968) continua a ter grande atualidade, ainda que o autor não utilize o conceito gramsciano de “bloco-histórico”, como faz Dreifuss.

²³¹ “Bloco de poder” é um conceito cunhado por Nicos Poulantzas que diz respeito à correlação de forças no interior da classe dominante na sociedade capitalista, onde sempre uma fração do capital predomina sobre as outras. Dreifuss utiliza este conceito para discutir o predomínio do capital monopolista no novo bloco de poder.

²³² FERNANDES, *A revolução burguesa no Brasil*, op. cit., capítulo 7, p.289-366.

1961. As lições cubanas foram interpretadas de forma mais tardia pela esquerda, ainda que estas tivessem logo se entusiasmado, pois ficou patente que as tarefas nacionais dos países periféricos não poderiam ser resolvidas no terreno estritamente burguês, tendo a revolução se encaminhado para medidas socialistas. Já o imperialismo, que nunca gostou dos nacionalismos na América Latina, tinha uma razão a mais para tomar todas as “medidas de precaução”, como, por exemplo, desestabilizar governos através do corte de investimentos externos e empréstimos, apoiar conspirações, golpes de Estados, além de endossar a perseguição, tortura e morte de elementos considerados “subversivos”.

Mas os movimentos das classes subalternas não se dispuseram a limitar suas reivindicações e conter suas lutas, facilitando a vida de Goulart. A experiência histórica acumulada das lutas desde os anos 1950 já tinha mostrado que sem mobilização independente era impossível manter as conquistas anteriores; muito menos avançar para novas. Assim, levando em conta que a subida de Goulart abriu o campo para as esquerdas, estas já vinham galgando espaços importantes desde a década anterior. As entidades extralegais (paralelas), diferentemente de comporem em conjunto com a estrutura oficial um sistema dual do sindicalismo brasileiro, foram a mais importante iniciativa a dinamizar as lutas dos trabalhadores no período, fazendo com que os mesmos rompessem o ciclo restrito de suas reivindicações corporativas e se vissem como ator político naquela quadra histórica. Com tal legado, não seria fácil a Goulart controlar o movimento sindical, como demonstraram de forma evidente as greves políticas de 1962, que discutiremos no capítulo seguinte. Não por acaso, no ano de 1963 Goulart tenta criar uma corrente sindical fiel, a União Sindical Trabalhista (UST), com os velhos pelegos ministerialistas, para disputar com a esquerda sindical organizada no CGT, criando uma base própria de apoio.²³³

Conforme discutida neste capítulo, a crise dos anos sessenta é a combinação de uma série de crises: agrária, econômica, sindical, política e militar, que acabou resultando na crise de dominação política, do regime, orgânica, tendo no pré-64 se configurado uma situação pré-revolucionária no Brasil,²³⁴ já que a iniciativa independente das massas apenas

²³³ No campo, sua política é mais ousada, e com a aprovação da proposta de sindicalização rural do ministro do Trabalho Almino Afonso, os setores mais radicais das Ligas Camponesas perdem espaço para o PCB e para a AP, que conformariam a CONTAG, como já vimos acima.

²³⁴ Jacob Goreneder aponta que em princípios de 64 abriu-se uma situação pré-revolucionária no Brasil, onde houve uma ameaça real “à classe dominante brasileira e ao imperialismo” e assim “o golpe direitista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter contra-revolucionário preventivo”. Isto se deveu porque “o período de 1960-1964 marca o ponto alto das lutas dos trabalhadores brasileiros” no século XX. GORENEDER, Jacob. *O*

começava a se esboçar, e mesmo assim sob a direção política de uma esquerda que fazia uma leitura errada do caráter da revolução brasileira e, caso não acertasse o rumo – o que parecia improvável – levaria, se tivesse tido tempo, o movimento das classes subalternas para um impasse. Antes que tal alternativa se esboçasse no horizonte histórico, veio o golpe empresarial-militar de 1964, que por isto mesmo foi uma ação contra-revolucionária preventiva das classes dominantes em conluio com o imperialismo. Então, é sob o signo de um regime em crise e de um governo não confiável aos olhos da burguesia, que estudaremos o plebiscito de 6 de janeiro de 1963, evento que o próprio Goulart chamaria de “sua verdadeira eleição para presidente da República”.

Destarte, caracterizar este como um período de crise não implica em dizer que estes foram tempos de pouca criatividade nacional –²³⁵ no plano cultural estes são tempos da bossa nova e do cinema novo –, pois sob Goulart o debate político no Brasil foi o da grande política. Roberto Schwarz comentando estes anos afirma que o “país estava irreconhecivelmente inteligente” e, comparando com o período pós-golpe em que escreve (1970), afirma que o

“debate público estivera centrado em reforma agrária, imperialismo, salário mínimo ou voto do analfabeto, e mal ou bem, resumira, não a experiência média do cidadão, mas a experiência organizada dos sindicatos, operários rurais, das associações patronais ou estudantis, da pequena burguesia mobilizada etc. Por confuso e turvado que fosse, referia-se a questões reais e fazia-se nos termos que o processo nacional, de momento a momento, aos principais contendores.”²³⁶

Uma saída típica da revolução passiva na periferia interrompeu a escalada dos movimentos das classes subalternas e sustou a possibilidade de que a situação, certamente pré-revolucionária, evoluísse para uma situação revolucionária, definindo seu signo para a contra-revolução. Mas a saída golpista para a crise também mostra os limites da burguesia brasileira, que preferiu a associação com o imperialismo à independência nacional.²³⁷ Ainda

Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987, pp. 66/67.

²³⁵ Em seu estudo sobre o conceito de “crise” na obra madura de Karl Marx, Jorge Grespan chama atenção para o fato de que “o uso generalizado e corriqueiro da expressão ‘crise’ no vocabulário atual banalizou e tornou impreciso o significado dela”. GRESPLAN, Jorge. *O negativo do capital: o conceito de crise na crítica de Marx à economia política.* São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1999, p.27.

²³⁶ SCHWARZ, “Cultura e política...” op. cit., p.69-71. Sobre o tema, RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV.* Rio de Janeiro: Record, 2000.

²³⁷ MARINI, Ruy Mauro. “Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil.”, op. cit.

nos anos sessenta, mesmo após a derrota da esquerda, ocorreria uma importante reativação dos movimentos sociais, particularmente do movimento estudantil, que conseguiu se reorganizar logo em 1966 e protagonizou importantes lutas nacionais contra a ditadura no ano de 1968. O movimento operário, decapitado de suas principais lideranças com o golpe, conheceria uma breve reorganização a partir do governo de Costa e Silva (1967), tendo isto contribuído para a eclosão das greves de Contagem e Osasco, nos meses de abril e julho de 1968, respectivamente. O AI-5 fecharia de vez o novo regime instituído em 1964.

Passemos agora ao fio dos acontecimentos do governo Goulart.

Capítulo 2 – A campanha pela antecipação do plebiscito

O processo político: da renúncia de Jânio ao parlamentarismo

O ato de renúncia de Jânio Quadros significou uma tentativa de alterar o regime constitucional em prol de uma forma de bonapartismo civil,²³⁸ como muito bem apontou Moniz Bandeira em texto escrito ainda no ano de 1961.²³⁹ Em sua eleição, Jânio havia sido o presidente da República a receber o maior número de votos, seis milhões – só comparável ao número de votos dado ao presidencialismo em 6 de janeiro de 1963, que superou a marca dos nove milhões. Foi mesmo surpreendente para muitos círculos políticos seu ato de 25 de agosto,²⁴⁰ mas é importante lembrar que no dia anterior alguns rumores já haviam vazado na televisão.²⁴¹ Era Dia do Soldado, e em meio às tradicionais solenidades ocorridas na caserna, com a participação do próprio presidente da República na parte da manhã, circularia logo em seguida sua carta de renúncia. Tentava – como foi admitido pelo próprio Jânio posteriormente, em livro escrito em conjunto com Afonso Arinos de Melo Franco –,²⁴² forçar o Congresso a delegar-lhe poderes extraordinários, manobrando com o apoio dado pelos setores da cúpula militar de seu governo, todos ligados à Cruzada Democrática,

²³⁸ O bonapartismo é um termo ligado a uma forma de regime e/ou uma forma de governo caracterizado pela autonomização do aparelho de Estado frente às classes sociais, inclusive a classe dominante. Remete diretamente à personalidade histórica de Napoleão Bonaparte. No bonapartismo, uma parte da burocracia estatal assume as funções do Executivo, como das ditaduras militares latino-americanas, mas o fenômeno pode comportar a presença de lideranças políticas (civis ou militares) que exercem uma ditadura. É neste último sentido que entendemos o conceito de bonapartismo civil.

²³⁹ A edição original é BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O 24 de agosto de Jânio Quadros*. Rio de Janeiro: Melson, 1961, mas utilizamos a re-publicação do texto em BANDEIRA, L. A. M. *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré-64*. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1979, p.19-62. Trabalhando em outro registro teórico, Hélio Jaguaribe vê em Jânio a tentativa de implantação de uma alternativa “neo-bismarkiana”, uma forma de autoritarismo constitucional seguindo o figurino de Charles De Gaulle na França depois de 1958. JAGUARIBE, Hélio. “A renúncia do presidente Jânio Quadros e a crise política brasileira.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Belo Horizonte, vol.1, novembro de 1961.

²⁴⁰ Sobre isto ver VICTOR, Mário. *Os cinco anos que abalaram o Brasil: de Jânio Quadros ao Marechal Castelo Branco*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p.315. SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.253-254.

²⁴¹ Carlos Lacerda, que até o dia 24 de agosto participará da montagem do dispositivo golpista de Jânio, resolveu delatar o esquema – buscando se desembaraçar dele –, fazendo uma declaração na TV. BANDEIRA, *A renúncia de Jânio*, op. cit., p.50. Todavia, é importante atentar para os limites da circulação desta informação, pois os aparelhos de TV eram um bem que não constava nos ativos da maior parte da população, sendo o rádio o grande veículo de massificação das informações neste momento. As declarações de Lacerda estão reproduzidas na revista *O Cruzeiro*, de 9 de setembro de 1961.

²⁴² QUADROS, Jânio & MELO FRANCO, Afonso Arinos. *História do povo brasileiro*. Vol. VI (“O Brasil contemporâneo, crises e rumos”). São Paulo: Jânio Quadros Editores Culturais, 1967, p.236-246.

os ministros das três armas, marechal Odylio Denis (Exército), o almirante Sílvio Heck (Aeronáutica) e o brigadeiro Gabriel Grün Moss (Marinha), além do chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, e o golpista histórico, general Cordeiro de Farias – os mesmos que se pronunciariam em desacordo com a posse de Goulart. Desejava, como é bem conhecido, criar um impasse sucessório, já que seu vice-presidente, no momento da renúncia, encontrava-se em missão diplomática na República Popular da China, fato utilizado para aumentar o temor que determinadas camadas sociais possuíam de um líder político que, entre outras coisas, tinha trânsito fácil entre os comunistas.

Após o fim do governo Kubitschek o regime populista já apresentava sinais de crise, em compasso com o esgotamento do modelo de desenvolvimento econômico. Um dos pilares deste regime era o sistema partidário, que sempre apresentou debilidades institucionais,²⁴³ sendo a própria eleição de Jânio Quadros – um *outsider*, candidato pelo pequeno Partido Democrático Cristão (PDC), mas apoiado pela UDN – uma expressão contundente desta situação.²⁴⁴ Assim, Quadros se apresentou como um candidato acima dos grandes partidos: além do PSD e do PTB – que, grosso modo, constituíam o campo varguista – e da própria UDN, que, no entanto, sentia-se finalmente ocupando a situação política. Como se não bastasse, as debilidades do sistema eleitoral brasileiro levaram a que fosse possível a eleição descolada entre as chapas de presidente e vice-presidente da República, sendo eleito, em vez do vice da chapa de Jânio, Milton Campos (UDN), aquele da chapa encabeçada pelo marechal Henrique Teixeira Lott (PSD), João Goulart (PTB). Como já discutimos no capítulo anterior, Jango era o representante mais progressista da corrente do cesarismo varguista, alvo de uma forte desconfiança de amplas frações das classes dominantes, como é o caso daqueles organizados pelos jornais *O Globo*, *Tribuna da*

²⁴³ SOUZA, *Estados e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*, op. cit.

²⁴⁴ Nesse sentido, consideramos algo extravagante que uma parte da historiografia recente venha corroborando a hipótese de Antônio Lavareda, segundo a qual o sistema político brasileiro no início dos anos sessenta “estava em marcha acelerada para a consolidação”. LAVAREDA, A. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo/IUPERJ, 1991, p.31. Lavareda tira tal conclusão de dados colhidos à época pelo IBOPE. Alguns trabalhos da historiografia recente que utilizam esta hipótese são: FIGUEIREDO, Argelina. “Estrutura e escolhas: era o golpe de 1964 inevitável?”. In. *1964-2004: 40 Anos do Golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: Faperj/7Letras. 2004. REIS FILHO, Daniel Aarão. “O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita.” In FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001. FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”. In FERREIRA, J. & DELGADO, Lucilia Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Imprensa e O Estado de São Paulo, que não por acaso se opuseram veementemente à posse de Goulart, mesmo quando organizações empresariais conservadoras, como a CONCLAP,²⁴⁵ e a uma parte da UDN e do PSD, além dos jornais *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*,²⁴⁶ decidiram apoiar a investidura deste no Executivo federal. O jornal *O Estado de São Paulo*, em editorial do dia seguinte à renúncia, expressando as idéias centrais do partido liberal-oligárquico, recuperou o clima da crise política dos anos cinquenta:

“Voltaríamos à situação em que o Brasil se viu quando, numa flagrante deturpação dos princípios que inspiraram a revolução de 29 de outubro de 1945,²⁴⁷ o ditador Getúlio Vargas, sob a capa constitucional, voltou a subir as escadas do poder.”²⁴⁸

Fazendo clara alusão à sua participação na campanha que levou a deposição e suicídio de Vargas, o jornal sinalizava sua tradicional participação no dispositivo golpista, pedindo aos militares que interviessem para “salvar a Nação”.²⁴⁹ No entanto, mesmo elementos partidários ligados ao bloco liberal-oligárquico e favoráveis a uma participação do capital estrangeiro no desenvolvimento econômico se pronunciaram favoráveis à posse de Goulart, o que revela a pouca articulação dentro deste campo político, situação logo revertida com a fundação do IPES.²⁵⁰

Com o veto dos ministros militares à posse de Jango, o presidente da Câmara dos Deputados Ranieri Mazzili (PSD-SP), que já havia assumido a presidência interina, reafirmou a “absoluta inconveniência, por motivos de segurança nacional, do regresso ao

²⁴⁵ Conselho das Classes Produtoras (CONCLAP) criado em 1955, “como uma organização guarda-chuva nacional com o intuito de proporcionar um fórum militante para o bloco de poder empresarial modernizante-conservador”, foi, segundo Dreifuss, “a expressão mais sofisticada da presença política da classe dominante no período anterior a 1964”. DREIFUSS, *A conquista do Estado*, op. cit., p.97.

²⁴⁶ Ver os editoriais do fim de agosto destes dois jornais, particularmente o de 26 de agosto de 1961 do *Correio da Manhã* e de 29 de agosto de 1961 do *Jornal do Brasil*.

²⁴⁷ A leitura do partido liberal-oligárquico para a queda de Vargas em 1945 como uma “revolução”, é mais um dos exemplos em que na história do Brasil o termo é utilizado para significar justamente sua antítese, a contra-revolução. Assim, 1945 constituiu-se em mais um capítulo da revolução passiva no Brasil.

²⁴⁸ *O Estado de São Paulo*, 26 de agosto de 1961. Comentando a posição do periódico paulista, Thomas Skidmore a explicou da seguinte forma: “O que haviam ganho os antigetulistas pela intervenção do Exército em 1945, o que haviam perdido na eleição de Getúlio em 1950, ganho outra vez pelos militares em 1954, outra vez perdido em 1955 (tanto pela eleição, como pelo golpe de Lott) e aparentemente ganho pelas urnas em 1960, estava agora novamente perdido.” Sendo descontentada uma não compreensão dos partidos militares por Skidmore, e também destes com a luta de classes, o autor apresenta um importante aspecto do processo.

²⁴⁹ “Está em suas mãos [das Forças Armadas] o futuro da nacionalidade.” *O Estado de São Paulo*, 26 de agosto de 1961.

²⁵⁰ Em novembro de 1961. Ver, DREIFUSS, *A conquista do Estado*, op. cit., p.163-164.

país do Vice-Presidente João Belchior Marques Goulart”,²⁵¹ aumentando o impasse na vida nacional. Os eventos ligados à chamada Campanha da Legalidade,²⁵² e a posse de Goulart, mereceriam um estudo à parte, já que, para muitos dos que se dedicaram ao tema, como o próprio Moniz Bandeira, se colocou pela “primeira vez na história do Brasil” a possibilidade concreta de uma revolução popular.²⁵³ Mas é claro que alguns aspectos destes fatos se ligam de forma íntima ao nosso objeto de estudo, pois aí se gestou o sistema parlamentarista.

Para os setores das esquerdas, que haviam se mobilizado, como os estudantes ligados à UNE – que realizaram uma greve geral – e o sindicalismo de esquerda – que se não realizaram uma greve geral, inúmeros foram os setores que realizaram “greves pela legalidade”, atingindo os principais estados da federação – a saída parlamentarista foi um “golpe branco”. Um exemplo eloqüente pode ser visto no posicionamento do Comando de Greve do Rio de Janeiro, nesta notícia publicada no jornal *Última Hora*:

“O comando de greve reunido em um ponto qualquer do Estado do Rio, decidiu aguardar o pronunciamento do Congresso Nacional sobre a emenda parlamentarista.

Declarando-se contrário ao cerceamento das atribuições presidenciais e exigindo a posse de Jango, eleito duas vezes consecutivas à Vice-Presidência da República (...), resolveu decretar greve estadual de todas as classes trabalhadoras, a qualquer instante, caso a Constituição seja modificada. Enquanto isso, várias greves parciais se desenrolam nos municípios fluminenses.

1 – Os trabalhadores de Volta Redonda estão prestes a entrar em greve pela posse de Jango.

2 – Os operários navais continuam em greve total reunidos na sua entidade.

3 – Ferroviários de Campos organizaram ontem à tarde grande concentração na Praça São Salvador, quando decidiram repudiar o silêncio do Governador Celso Peçanha em torno da posse de Jango.”²⁵⁴

O PCB, através de seu órgão semanal *Novos Rumos*, denunciou a manobra conciliatória do parlamentarismo,²⁵⁵ mas logo em seguida, aceitando, de certa forma, o fato

²⁵¹ Declaração de Ranieri Mazzili, Arquivo Etelvino Lins/ CPDOC/ FGV, 61.08.28.

²⁵² Ver. VICTOR, *Os cinco anos que abalaram o Brasil*, op. cit., p.287 e passim.

²⁵³ Ver também, LABAKI, *A 1961: a crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense, 1986. Com diferenças na avaliação dos eventos que fogem aos limites deste trabalho, existe o artigo de FERREIRA, Jorge. “A legalidade traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961.” *Tempo*, Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1997, p.149-182.

²⁵⁴ *Última Hora*, 1 de setembro de 1961.

²⁵⁵ *Novos Rumos*, 1 setembro de 1961.

consumado, passou a fazer campanha por um “gabinete nacionalista e democrático”.²⁵⁶ Leonel Brizola, que liderou a campanha legalista e alcançou grande prestígio nacional, ficaria inconformado com a postura de Goulart em aceitar a emenda parlamentarista. Em entrevista a Moniz Bandeira em 1978, Brizola assim se referiu ao evento:

“Considerarei e continuei considerando que o Congresso violou a Constituição, ao votar a emenda parlamentarista. Por este motivo entendia que o III Exército, juntamente com a Brigada Militar e corpos de voluntários que pudéssemos armar, deviam avançar na direção do centro do País e da Capital da República. Estava convencido de que não haveria maior resistência, podendo Goulart assumir a Presidência da República sem considerar quaisquer restrições ao seu mandato. A única medida excepcional que eu advogava era a dissolução do Congresso, por ter violado a Constituição, e a convocação simultânea de uma Assembléia Constituinte para dentro de 30 ou 60 dias no máximo.”²⁵⁷

O mesmo pode ser dito dos demais setores da esquerda nacionalista. Estes foram os setores que mais se empenharam pelo retorno ao sistema presidencialista, vendo a possibilidade de ter realizadas por João Goulart as reformas de base.²⁵⁸

O que é certo é que a saída conciliatória para garantir a posse constitucional de Goulart apresentava um sentido explicitamente contraditório com as necessidades do regime populista em crise. Em vez de uma alteração constitucional que reforçasse o poder Executivo²⁵⁹ em face do Legislativo, instituiu-se um parlamentarismo, sistema de governo em que notadamente o Legislativo possui muitas atribuições. Veremos como, nas manobras de Goulart pela reversão ao sistema presidencialista, combinaram-se ações dos presidentes do Conselho de Ministros – que em nossa experiência parlamentarista correspondeu ao cargo de Primeiro-Ministro – no sentido da aprovação pelo Congresso da “delegação de poderes extraordinários”. Mas cabe ainda comentar alguns aspectos da gênese do parlamentarismo – ainda que escape deste trabalho um estudo detalhado da campanha da Legalidade –, estabelecendo certos elementos institucionais do mesmo.

²⁵⁶ Ver todas as edições de *Novos Rumos* de 3 a 9 de novembro de 1961 até agosto de 1962. Por sua vez, a proposta de um “governo nacionalista e democrático” fez parte das resoluções do V Congresso do PCB (1960).

²⁵⁷ BANDEIRA, M. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p.84-85.

²⁵⁸ Sobre o tema, ver MENANDRO, Heloísa. “Reformas de Base.” DHBB, CD-rom.

²⁵⁹ Que, aliás, já era uma marca do próprio regime populista, legada do Estado Novo.

A idéia do parlamentarismo surgiu ainda no dia da renúncia, quando o deputado conservador Mendes Gonçalves (PSD/MT), após a leitura da carta de Jânio na Câmara, exclamou: “Vamos adotar imediatamente o regime parlamentarista, com o objetivo de evitar que a aventura tome conta deste país!”²⁶⁰ O sinal para alteração do sistema de governo também já havia sido dado pelo deputado Ranieri Mazzili, em seu parecer sobre a crise da Legalidade, neste trecho exemplar da percepção por parte dos políticos conservadores do esgotamento (crise) daquele regime:

“Um regime em que, normalmente, só podem atingir os mais altos postos da administração, não os mais preparados, mas aqueles que têm maiores condições pessoais de impressionar as massas é regime sujeito ao permanente e crescente divórcio entre o funcionamento dos poderes Executivo e Legislativo.”²⁶¹

Mas foi o senador udenista Afonso Arinos de Melo Franco quem buscou articular com os setores militares insurgentes a saída parlamentarista,²⁶² como atesta o depoimento do general Cordeiro de Farias, um dos participantes do esquema golpista de Jânio (e, logo em seguida, ativo conspirador contra o governo de Goulart):

“Nosso encontro [deste com Afonso Arinos] no aeroporto foi casual, mas de qualquer forma o assunto foi ventilado e eu tomei uma série de providências de apoio à idéia parlamentarista. O PSD encampou logo a sugestão. Tudo estava calmo. Mas aí surgiu o movimento rebelde de Brizola, no Sul, com o apoio de Machado Lopes, comandante do III Exército.”²⁶³

Os parlamentares da UDN e do PSD lançaram mão de um projeto de lei elaborado pelo parlamentarista histórico Raul Pilla (PL-RS).²⁶⁴ No dia 28 agosto formou-se uma comissão

²⁶⁰ BANDEIRA, *A renúncia de Jânio*, op. cit., p.60.

²⁶¹ “Parecer do presidente do Congresso Ranieri Mazzili sobre a “crise da legalidade” e a defesa da adoção do parlamentarismo.” Arquivo Gustavo Capanema/CPDOC/FGV, 61.08.21. Microfilmado, rolo 116.

²⁶² Não foi a primeira vez que Afonso Arinos defendeu a hipótese de implantação do parlamentarismo no Brasil. Em 1955, quando o seu partido, UDN, iniciava uma campanha contra a posse de Juscelino Kubitschek (por este não ter conseguido maioria absoluta dos votos e ter recebido o apoio do PCB), Afonso Arinos defendeu o apoio à reapresentação da emenda parlamentarista de Raul Pilla, fato curioso pois foi o próprio Afonso Arinos o autor do parecer contrário à chamada “emenda Pilla” em 1949. Ver LEMOS, Renato (atualização). “Afonso Arinos.” DHBB, CD-Rom.

²⁶³ CAMARGO, Aspásia & GÓES, Walder. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981, p.530.

²⁶⁴ Desde o processo de constitucionalização em 1945, Raul Pilla, deputado federal pelo Partido Libertador do Rio Grande do Sul, vinha apresentando sucessivas propostas para a adoção do sistema parlamentar. Em março de 1949, Pilla conseguiu o apoio de 110 deputados para que sua emenda fosse apreciada, mas a mesma foi

mista de deputados e senadores, presidida pelo senador Jefferson Aguiar (PSD-ES), com o intuito de emitir um parecer sobre a mensagem de renúncia de Jânio.²⁶⁵ Da comissão também fizeram parte Oliveira Brito (PSD-BA) (relator), Padre Calazans (UDN-SP), Heribaldo Vieira (PST-SE), Paulo Fernandes (PSD-RJ), Plínio Salgado (PRP-PR), Paulo Lauro (PSP-SP), Alô Guimarães (PSD-PR), Argemiro Figueiredo (PTB-PB), Nogueira Gama (PTB-MG) e Eloy Dutra (PTB-GB), que votou em separado de forma contrária ao parecer.²⁶⁶ No documento recomenda-se a adoção do sistema parlamentarista:

“Não importa indagar das causas dessas perturbações, nem a premência de tempo em que este parecer é redigido me permitiria descer a outras considerações. O que desejo ressaltar é a profunda anormalidade das instituições republicanas sob o regime presidencial e concluir que outra alternativa não nos resta senão a de mudarmos o sistema, fazendo a experiência do regime parlamentar, adaptado às condições peculiares à estrutura política do País e à experiência recolhida pelas Nações mais adiantadas no campo do Direito Constitucional.”²⁶⁷

Apesar do caráter evidentemente contra-revolucionário da emenda parlamentarista, o jornal pertencente ao governador da Guanabara Carlos Lacerda, *Tribuna da Imprensa*, se opôs ao novo sistema de governo, afirmando que o parlamentarismo era a proposta dos comunistas.²⁶⁸ O jornal *O Estado de São Paulo* também se declarou contrário ao parlamentarismo alegando que o mesmo era incapaz de solucionar os problemas do Estado moderno,²⁶⁹ mas o carioca *O Globo* apoiou a medida.²⁷⁰

Além do chamado “grupo compacto” do PTB²⁷¹ e dos poucos deputados socialistas, o então Senador Juscelino Kubitschek (PSD-GO) se opôs ao parlamentarismo. Dois dias após a aprovação da emenda parlamentarista, o ex-presidente fez a seguinte declaração:

rejeitada após o parecer do deputado Afonso Arinos, e nem chegou a ser votada em plenário. Ver LEMOS, Renato. “Raul Pilla.” DHBB, CD-Rom.

²⁶⁵ “Parecer da Comissão mista designada na sessão conjunta de 28/08/1961 a fim de se pronunciar sobre a Mensagem n 471, de 1961, do Sr. Presidente da República”, de 29 de agosto de 1961. Arquivo Etelvino Lins (61.08.28) CPDOC/FGV.

²⁶⁶ Em seu voto em separado, lê-se: “Não somos infensos à apresentação em plenário da emenda parlamentarista, desde que sejam respeitados os direitos constitucionais do Presidente João Goulart, cujo pensamento a respeito o Partido Trabalhista revelará oportunamente ao Congresso Nacional.” *Idem*.

²⁶⁷ *Idem*.

²⁶⁸ *Tribuna da Imprensa*, 4 de setembro de 1961.

²⁶⁹ *O Estado de São Paulo*, 17 de setembro de 1961.

²⁷⁰ *O Globo*, 5 de setembro de 1961.

²⁷¹ Formado pelos parlamentares de esquerda do PTB, como os deputados Almino Afonso e Sérgio Magalhães.

“Não posso deixar de fixar minha posição de Senador da República e meu estado de espírito no momento em que voto contra a instalação em nosso país do regime parlamentarista. Em primeiro lugar, reitero agora que, se tivesse dependido de minha vontade, a Constituição teria sido respeitada, assumindo o Poder, no regime presidencialista, o cidadão João Belchior Marques Goulart, eleito em pleito livre exatamente para substituir o Presidente em seus impedimentos ou em sua falha definitiva.”²⁷²

Finalizou o ex-presidente dizendo que: “Só o povo pode e deve decidir sobre o seu destino. Por isto, mudar o regime sem consulta ao povo é um erro. O povo não foi ouvido. A mudança é fruto de pressão inaceitável no nosso regime. Por isso, voto contra.”²⁷³ Como veremos, Kubitschek empenhou-se nas manobras para minar o sistema parlamentar, apoiando a antecipação do plebiscito, sendo um dos principais articuladores da emenda Capanema-Valadares (que fixou a data do plebiscito a 6 de janeiro de 1963). No entanto, o presidente do seu partido, o PSD, senador Amaral Peixoto, se declarou contrário a qualquer forma de consulta popular,²⁷⁴ “julgando-o prematuro, uma vez que o parlamentarismo deveria passar por um período mais longo de experiência”.²⁷⁵ A questão do parlamentarismo, segundo o estudo de Hippolito sobre a agremiação, constituiu o fator que levou à primeira divisão séria nas hostes pessedistas.²⁷⁶

A declaração de algumas lideranças políticas ligadas ao bloco liberal-oligárquico, como a de Munhoz da Rocha (UDN-PR), que havia sido governador do Paraná e ocupado a pasta da Agricultura do governo Café Filho (1954-1955), revela com todas as letras o caráter conciliador (e contra-revolucionário) da solução parlamentarista:

“Não votei no Sr. João Goulart, não lhe admiro o estilo político. Votei para a Vice-Presidência no Sr. Milton Campos e trabalhei por sua vitória. Sinto-me, portanto, à vontade para defender a quem nada conquistou com o meu voto, mas a quem assistem direitos políticos inalienáveis. *Venho dizer, então, que, sem abrir mão das minhas convicções políticas, aceitarei a emenda parlamentarista como solução de emergência, a fim de evitar que o Brasil pegue fogo, que a guerra civil sacuda a nossa Pátria.*”²⁷⁷

²⁷² *Última Hora*, 4 de setembro de 1961.

²⁷³ *Idem*.

²⁷⁴ *Correio da manhã*, 13 de setembro de 1961.

²⁷⁵ HIPPOLITO, Lúcia. *PSD, de raposas e reformistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p.215.

²⁷⁶ *Idem*, p.216.

²⁷⁷ VICTOR, *Os cinco anos que abalaram o Brasil*, op. cit., p.402, grifo nosso.

A emenda parlamentarista foi aprovada no dia 2 de setembro, e dois dias depois os ministros militares, vendo-se impossibilitados de unificar as Forças Armadas na ação golpista, apoiaram a medida, tendo o Congresso tomado conhecimento da posição através de uma carta lida pelo presidente da Câmara federal, o deputado Ranieri Mazzilli (PSD-SP), que ocupava a presidência da República interinamente. O hibridismo do novo sistema era a expressão do casuísmo que lhe havia dado origem, pois, por pressão dos ministros militares golpistas, o artigo 24 do Ato Adicional, que além de prever a extensão do parlamentarismo aos estados da federação – o que criava uma indisposição dos governadores estaduais com o novo sistema –, versa sobre a garantia do mandato dos parlamentares eleitos,²⁷⁸ tirando de Goulart um atributo comum ao parlamentarismo, que é a possibilidade do chefe de Estado de dissolver a Câmara e convocar novas eleições. Assim, longe de constituir um compromisso das “forças democráticas”, como sugere Argelina Figueiredo,²⁷⁹ o parlamentarismo foi o “golpe possível” articulado pelas forças mais conservadoras, mas feito de forma tão improvisada que desagradou não só as esquerdas e Goulart, mas um amplo espectro político.

Podemos verificar, por parte dos partidos burgueses, uma posição favorável ao reforço do poder Executivo, a partir das alternativas que encaminhavam para resolver a crise. Em meio à conjuntura turbulenta provocada pela Revolução Cubana (1959), que predisps o imperialismo norte-americano a agir de forma mais contundente para garantir sua hegemonia continental, reavivaram-se projetos de colaboração, como a Aliança Para o Progresso (ALPRO),²⁸⁰ e também de pressão, como a do Fundo Monetário Internacional (FMI) para que o Brasil aplicasse o receituário ortodoxo, com a contenção dos salários e do crédito, como única forma de deter a crise econômica.²⁸¹ Tais medidas exigiriam que a forte ativação dos movimentos das classes subalternas fosse contida, particularmente a escalada de greves por reajustes salariais. As lutas aparentemente “econômicas” dos trabalhadores

²⁷⁸ O Congresso já era considerado “envelhecido”, estando sua renovação prevista para ocorrer nas eleições de outubro de 1962.

²⁷⁹ FIGUEIREDO, *Democracia ou reformas?*, op. cit., p.38-50.

²⁸⁰ Feita a partir da elaboração de teóricos da CEPAL, de representantes da Organização dos Estados Americanos e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a proposta da “Aliança para o Progresso” foi lançada na reunião da OEA em *Punta del Este*, em 1961. Prontamente denunciada por diversas lideranças da esquerda revolucionária, entre elas o próprio Ernesto Che Guevara, como parte das estratégias de contra-insurgência do imperialismo norte-americano no continente latino-americano, a proposta foi identificada com a gestão de John F. Kennedy na Casa Branca.

²⁸¹ A Instrução 204, baixada pelo governo Jânio Quadros – e já comentada no capítulo anterior –, foi resultado destas pressões.

brasileiros se colocavam em rota de colisão com os interesses do capital. Assim, Jânio tentou aplicar as receitas do FMI, ao mesmo tempo em que confundia diversos setores sociais com a “política externa independente” (com direito às conhecidas condecorações ao astronauta soviético Yuri Gagarin e ao líder revolucionário cubano Ernesto Che Guevara). Para efetivar esta política econômica, Jânio requeria que o Congresso lhe desse superpoderes. Sua principal base de apoio no Legislativo, os membros do partido liberal-oligárquico (particularmente da UDN), não constituía maioria, mas como apontou Moniz Bandeira, Jânio estava na verdade “satisfeito” com esta situação, pois uma maioria lhe seria muito “dispendiosa”.²⁸² O seu desígnio bonapartista de governar sem o Congresso não era uma segunda opção, mas a primeira.

Mas as medidas antipopulares do receituário do FMI não eram apanágio do liberalismo-oligárquico e dos intelectuais orgânicos do capital monopolista – que neste momento já compunham uma força política única, cujo Estado-Maior era o complexo IPES/IBAD/ESG. O cesarismo varguista, em que pese sua agenda das “reformas de base”, também apresentou medidas ortodoxas como saída para a crise econômica, como denota o conteúdo do Plano Trienal.²⁸³ É isto o que leva Ruy Mauro Marini a defender a idéia de que a burguesia brasileira vislumbrou ter com Goulart uma forma de controlar o movimento de massas – que é um aspecto do bonapartismo –,²⁸⁴ e é só assim que se pode entender que uma parte das classes dominantes tenha apoiado a posse do presidente constitucional, ainda que no marco do parlamentarismo, e posteriormente o tenha apoiado na reversão ao sistema presidencial. Entretanto, após as revelações feitas pela pesquisa de René Dreifuss, quanto à existência de um partido do capital monopolista conspirando pela derrubada de Goulart (e do regime político) desde novembro de 1961, quando é fundado o IPES, é prudente ir com mais atenção com a hipótese de Marini. Na verdade, as duas hipóteses se coadunam, já que o trabalho de Dreifuss trata justamente da ação deste partido do capital monopolista, a “elite orgânica”, no convencimento do conjunto da classe dominante brasileira para a derrubada do governo e do regime. Assim, é provável que, antes disto, algumas frações da burguesia brasileira tenham testado a alternativa Goulart + controle do movimento de

²⁸² Em português claro, uma forma qualquer de corrupção que envolvesse grandes somas de dinheiro para comprar os eminentes legisladores brasileiros.

²⁸³ Cf. SINGER, Paul. “Análise crítica do Plano Trienal.” In. SINGER, P. *Desenvolvimento e crise*. São Paulo: Difel, 1968, p.101-137.

²⁸⁴ MARINI, Ruy Mauro. “Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil.” op. cit.

massas. É assim que se explica o fato de que não só sua posse, como a campanha pelo retorno do presidencialismo, tenham sido tocadas por um bloco de classes que poderíamos, correndo o risco de um uso inadequado do termo, chamar de “Frente Popular”.²⁸⁵

O Ato Adicional que instituiu o parlamentarismo²⁸⁶ previa a realização de um *referendum* nove meses antes do final do mandato de Goulart, para que fosse endossado ou não o novo sistema de governo. Diz o texto:

“Art.25 – A lei votada nos termos do art. 22²⁸⁷ poderá dispor sobre a realização de plebiscito que decida da manutenção do sistema parlamentar ou volta ao sistema presidencial, devendo, em tal hipótese, fazer-se a consulta plebiscitária nove meses antes do termo do atual período presidencial.”²⁸⁸

Assim, ficava aberta a possibilidade de retorno ao presidencialismo. Todavia, se Jango desejasse aproveitar os atributos do sistema presidencial, deveria empenhar-se na antecipação do *referendum*. Desde o seu discurso de posse, em 7 de setembro de 1961, João Goulart deixou clara a sua intenção de lutar pela volta ao sistema presidencialista, antecipando a consulta popular, como podemos ver no trecho abaixo:

“Cumpre-nos, agora, mandatários do povo, fiéis ao preceito básico de que todo poder dele emana, devolver a palavra e a decisão à vontade popular que nos manda e nos julga, para que ela própria dê seu *referendum* supremo às decisões políticas que em seu nome estamos solenemente assumindo neste momento.”²⁸⁹

²⁸⁵ Como resultado de uma resolução do VII Congresso da Internacional Comunista (1935), foi instituída a “tática de Frente Popular”, uma aliança entre partidos operários (comunistas, social-democratas, socialistas, trabalhistas etc.) e partidos burgueses que, no contexto da emergência dos movimentos e governos fascistas nos anos trinta, se dispusessem a combater tais movimentos. Suas primeiras aplicações remetem à formação da Aliança Nacional Libertadora no Brasil, e das Frentes Populares na França e na Espanha no ano de 1936. Para os membros da Oposição de Esquerda Internacional ligados a Leon Trotsky, a tática representava uma capitulação de Moscou a acordos com a burguesia dos países imperialistas. Na crítica elaborada por este, o conceito foi estendido a todo o tipo de governo de colaboração de classes, como o de Cárdenas no México (1934-1940) e, mesmo, o de Kerenski na Rússia em 1917.

²⁸⁶ Emenda Constitucional nº 4, de 2 de setembro de 1961. O texto da lei está reproduzido em CARONE, Edgar. *A Quarta República (1945-1964)*. I – Documentos. São Paulo; Rio de Janeiro: Difel, 1980, p.185-190.

²⁸⁷ “Art.22 - Poder-se-á complementar a organização do sistema parlamentar de governo ora instituído, mediante leis votadas, nas duas Casas do Congresso Nacional, pela maioria absoluta dos seus membros.” *Idem*, p.189.

²⁸⁸ *Idem*, p.190.

²⁸⁹ ANDRADE, *Um Congresso contra o arbítrio*, op. cit., p.108.

Em sua “Mensagem ao Congresso Nacional”, na abertura das atividades legislativas do ano de 1962, Goulart reiterou seu desejo de antecipar o *referendum*, como pode ser aferido no trecho abaixo:

“Reconhecendo o patriotismo do Congresso na solução da crise [de agosto/setembro de 1961], reitero a convicção, expressa no discurso de posse perante Vossas Excelências, de que o Parlamento saberá devolver à soberania do pronunciamento popular a decisão política que em instante de perigo tomou em suas mãos para uma transformação do regime.”²⁹⁰

Não nove meses antes do fim de seu mandato, mas pouco mais de quatorze meses após a sua posse, Goulart reverteria os poderes tirados pelo Ato Adicional. Em 6 de janeiro de 1963, por esmagadora maioria (9.457.488 contra 2.073.582 votos, num eleitorado de 18.565.277),²⁹¹ o eleitorado brasileiro optou pelo retorno ao sistema presidencial. Não é por acaso que, em entrevista a Moniz Bandeira, pouco antes de morrer, João Goulart lhe revelou que considerava a vitória no plebiscito sua verdadeira eleição para presidente da República,²⁹² afinal sua votação foi também superior àquela dada ao próprio Jânio Quadros.

Entre a sua posse e o retorno ao presidencialismo, que só se efetivaria formalmente em 22 de janeiro de 1963, realizou-se a campanha que iremos descrever e analisar neste e no próximo capítulo. A campanha envolveu duas greves gerais, a articulação entre oficiais nacionalistas – que em 1962 perderiam as eleições do Clube Militar para a Cruzada Democrática – que realizaram pronunciamentos pela imediata marcação da data do plebiscito, um encontro entre os governadores, realizado em junho em Araxá (MG) e, não menos importante, a habilidade de João Goulart para construir uma frente com políticos dos mais diferentes matizes, como o governador mineiro Magalhães Pinto (UDN), o baiano Juraci Magalhães (UDN) e Juscelino Kubitschek (PSD).²⁹³ Já a frente parlamentarista era extremamente débil e não conseguiu apresentar-se à altura dos acontecimentos. Como veremos no último capítulo, quando discutiremos o debate intelectual em torno ao tema do

²⁹⁰ GOULART, João. *Mensagem ao Congresso Nacional*. Brasília: Imprensa Nacional, 1962, p.8-9.

²⁹¹ Tal eleitorado perfazia 22,18% de uma população de 70.070.457 habitantes. Dados referentes ao senso de 1960, consultados em *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, p.35 e 37.

²⁹² BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 7ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan; Distrito Federal: Ed.UND, 2001, p.99.

²⁹³ Interessado em voltar ao Executivo federal nas eleições de 1965, sem ter de enfrentar o incômodo de um sistema parlamentarista, caso este se institucionalizasse.

referendum, os parlamentaristas não tiveram coragem de defender aquela experiência, o “parlamentarismo realmente existente”, se contentando em fazer teorizações e a lembrar, com certa nostalgia, do período parlamentarista do Segundo Reinado,²⁹⁴ além de tentar sabotar a própria realização do referendo. No entanto, alguns deputados da UDN, repetindo sua tradicional recusa em reconhecer os pronunciamentos eleitorais, ainda tentaram impedir a volta do sistema presidencialista mesmo após a divulgação do resultado do plebiscito, como informam as reportagens feitas pelo jornalista parlamentar Carlos Castelo Branco em sua coluna do *Jornal do Brasil*.²⁹⁵ É este mesmo jornalista que levanta, já em janeiro de 1963, a idéia de que a aliança entre Magalhães Pinto e o Executivo nacional-reformista de Goulart fora logo desfeita após o plebiscito, tendo o governador mineiro se colocado prontamente na oposição. O mais curioso é que não foi menos importante a colaboração deste à campanha do presidencialismo, já que seu sobrinho, o banqueiro José Luís Magalhães Pinto, associado ao IPES, foi um dos principais pilares financeiros da campanha presidencialista, como afirma, entre outros, o trabalho de Dreifuss.

“É interessante salientar que, ao tentar reverter ao regime presidencial, João Goulart recebeu apoio aparentemente paradoxal do bloco modernizante-conservador. Um dos mais importantes articuladores e apoiadores financeiros dessa operação foi José Luís Magalhães Pinto, associado ao IPES, sobrinho e homem-chave de José Mahalhães Pinto, ele próprio um candidato presidencial para 1965.”²⁹⁶

Numa pesquisa feita por Heloisa Starling sobre a conspiração do IPES em Minas Gerais – orientada e seguindo os passos teórico-metodológicos de Dreifuss – foi encontrada a evidência de que o governador mineiro possuía muitos conflitos com o IPES-MG.²⁹⁷ Mas tal situação não o impediu de ter participado como uma “eminência parda” nos acontecimentos de março/abril de 1964. Todavia, para o nosso propósito, o dado relevante é

²⁹⁴ É sintomático que tenhamos encontrado no arquivo de Gustavo Capanema uma série de telegramas de monarquistas empolgados com uma notícia, que depois se descobriu ser falsa, que Capanema e o PSD apoiariam a volta da monarquia para institucionalizar o parlamentarismo. Voltaremos a este assunto a seguir.

²⁹⁵ A compilação dos artigos do jornalista está no volume BRANCO, Carlos Castelo. *Introdução à Revolução de 1964*. 2 tomos. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. Até o fim de 1962 a chamada *Coluna do Castelo* era escrita no jornal *Tribuna da Imprensa*, passando depois ao *Jornal do Brasil*.

²⁹⁶ DREIFUSS, *A conquista do Estado*, op. cit., p.149, nota 26.

²⁹⁷ STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1984, p.128-140.

a sua articulação junto a Goulart na campanha pelo retorno do presidencialismo. A informação é também referendada no trabalho de Lúcia Hippolito sobre o PSD:

“A coordenação financeira da campanha ficou a cargo do procurador-geral da República, Antonio Balbino (PSD-BA). Do lado dos financiadores, o coordenador foi José Luís Magalhães Pinto, diretor do Banco Nacional de Minas Gerais e sobrinho de Magalhães Pinto, que através de seu banco forneceu boa parte dos recursos para financiar a campanha.”²⁹⁸

Também ao lado de Antônio Balbino, esteve presente o chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Hugo de Faria – que no passado havia substituído Goulart na pasta do Trabalho de Vargas (1954). Mas Balbino ainda teria outra função chave na coordenação da campanha pelo presidencialismo no Norte e no Nordeste do Brasil.²⁹⁹ No caso dos dois últimos citados, eram elementos ligados diretamente ao grupo de forças políticas em torno de Goulart, mas no caso de Magalhães Pinto e seu sobrinho é completamente diferente. Como explicar tamanho paradoxo?

Um gabinete de conciliação nacional

O primeiro gabinete parlamentarista foi presidido pelo líder político mineiro Tancredo Neves, ministro da Justiça de Vargas em 1954 e candidato derrotado às eleições para o governo de Minas Gerais (1960), quando Magalhães Pinto foi eleito. Neves assumiu o posto de Presidente do Conselho de Ministros numa composição de forças que expressava o compromisso que instituiu o parlamentarismo. Do primeiro gabinete participaram líderes dos grandes partidos conservadores, o PSD, com Antônio de Oliveira Brito (Educação), Armando Monteiro Filho (Agricultura), Ulisses Guimarães (Indústria e Comércio) e o próprio Neves (na presidência do Conselho), a UDN, com Virgílio Távora (Viação e Obras Públicas) e Gabriel Passos (Minas e Energia), enquanto o PTB, partido de Goulart, ocupava o mesmo número de ministérios que a UDN, com San Tiago Dantas³⁰⁰ (Relações Exteriores) e Estácio Souto Maior (Saúde). Fariam parte ainda, pelo PDC, Franco Montoro (Trabalho) e na pasta da Fazenda o banqueiro Valter Moreira Sales (sem partido). O

²⁹⁸ HIPPOLITO, *PSD*, op. cit., p.221, nota.

²⁹⁹ Ver COUTINHO, Amélia. “Antônio Balbino.” In. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Versão CD-ROM.

³⁰⁰ Originalmente um integralista, Dantas logo se converteria ao grupo varguista.

Ministério da Guerra foi ocupado pelo general Segadas Viana. O almirante Ângelo Nolasco (Marinha) e o brigadeiro Clóvis Travassos (Aeronáutica) completavam o quadro do gabinete de Tancredo Neves. Como é evidente, a composição do primeiro ministério parlamentarista era de conciliação nacional.

Logo após a adoção do sistema de gabinete, formou-se uma comissão parlamentar destinada a elaborar uma legislação complementar para institucionalizar o novo sistema, da qual participaram Etelvino Lins, Nelson Carneiro e Hélio Cabral (PSD); Pedro Aleixo e Nestor Duarte (UDN); Tristão da Cunha (PSP); Chagas Freitas (PST); e Almino Afonso e Wilson Fadul (PTB), estes últimos, na verdade, mais interessados em correr por dentro o novo sistema. O primeiro gabinete chefiado por Tancredo Neves propugnava conseguir mais instrumentos administrativos e por isto pressionava o Legislativo para que aprovasse a “delegação de poderes extraordinários”. Em 10 de novembro de 1961 esta comissão emitiu um parecer que deu origem ao “Projeto de lei complementar n. 1”, que deveria ser aprovado nas duas casas do Congresso Nacional. No texto, fruto de acordos políticos entre as diversas forças políticas, uma série de artigos versava sobre a questão da “delegação de poderes” para o presidente do Conselho de Ministros. Em sua parte III é dito:

“Art.22 – O presidente do Conselho de Ministros pode solicitar do Congresso Nacional delegação de poderes para legislar.

Art.23 – A delegação deverá ser dada em lei aprovada por maioria absoluta dos membros das duas Casas do Congresso Nacional.”³⁰¹

Esta era naturalmente uma questão a ser resolvida, dado o grau de hibridismo do novo sistema: a questão da autoridade para legislar. As dificuldades apresentadas para o aumento de atribuições do Conselho de Ministros – que deveria especificar o objetivo e a abrangência do poder, sendo ainda necessária a aprovação por maioria absoluta das duas Casas – certamente contribuíram para que o trajeto deste projeto de lei no Congresso fosse tortuoso. Só no final de dezembro o texto seria aprovado na Câmara dos Deputados, e no Senado só no fim de maio de 1962. Mas aí o texto recebeu adendo de um novo item, levando a que o mesmo tivesse de voltar a ser discutido na Câmara, só sendo aprovado em

³⁰¹ Arquivo Etelvino Lins (1961.09.01) CPDOC/ FGV, 10/11/1961.

julho, após a queda do gabinete de Tancredo Neves. Posteriormente, Neves lamentaria tal intempérie:

“Fui presidente do Conselho de Ministros durante quase dez meses. Durante este período, tivemos que trabalhar quase sem instrumentos operacionais de governo. Basta considerar que a lei complementar, que institucionalizou o novo sistema, delimitando a área de competência e eliminando controvérsias e atritos, só foi sancionada após desincompatibilização do primeiro Gabinete que me coube presidir. Tivemos que improvisar e inovar na base um entendimento com o presidente da República e o Congresso.”³⁰²

Vários parlamentares, como os deputados Etelvino Lins (PSD-PE), Gustavo Capanema (PSD-MG), José Joffily (PSD-PB) e Sérgio Magalhães (PTB-GB), em fevereiro daquele ano,³⁰³ afirmavam que seria “muito difícil delegar poderes ao gabinete em 1962, por ser um ano eleitoral e pelo fato de o Congresso não ter sido eleito com esta missão”.³⁰⁴ Mas estas dificuldades só podem ser compreendidas se é levado em conta que a maior parte dos atores políticos que ocuparam postos relevantes, a começar pelo próprio Goulart, estava bem mais interessada em inviabilizar o parlamentarismo e reverter ao sistema presidencial, do que de institucionalizá-lo. No entanto, as pressões para o aumento dos poderes do Executivo são um importante sintoma de que o compromisso parlamentarista foi na contramão das necessidades da dominação burguesa.

No dia primeiro de maio de 1962, falando à classe operária de Volta Redonda, João Goulart fez um discurso em que apontou uma série de elementos que fariam parte da campanha pela antecipação do plebiscito, como o problema da extensão do parlamentarismo às unidades federativas, fato que intranquilizava os governadores. O presidente buscava ligar a volta ao presidencialismo com a implementação das reformas de base, proposta extremamente popular entre os trabalhadores. Em certo trecho, suas palavras foram as seguintes:

“Quero deixar consignado neste primeiro de maio, ao falar aos trabalhadores brasileiros, o meu apelo ao Congresso Nacional, para que complete a sua obra, deferindo ao futuro Congresso o poder de reexaminar, à luz da experiência desses oito meses e da experiência bem mais vasta destes últimos quinze anos, as bases e as condições do nosso regime de governo.

³⁰² *Correio da Manhã*, 28 de julho de 1962.

³⁰³ *Jornal do Brasil*, 22 de fevereiro de 1962.

³⁰⁴ HIPOLITO, *PSD*, op. cit., p.216, nota.

O presidencialismo teve defeitos e vantagens e o pouco que temos vivido no parlamentarismo também mostra que este tem uns e outros. O tempo de hoje não é mais talvez de soluções constitucionais extremadas, mas de fórmulas sabiamente combinadas, que corrigem os excessos e se procura robustecer a autoridade, dando-lhe ao mesmo tempo limites e responsabilidades definidas.

O que queremos para o Brasil é um regime que garanta eficiência administrativa, tranqüilidade nas horas de transmissão de mandatos e segurança de que a vontade do povo será respeitada.”³⁰⁵

Mas seria entre os meses de junho e setembro deste ano que aconteceriam os principais lances da campanha de Goulart pela antecipação do referendun: a reunião dos governadores, as mudanças nos gabinetes, as declarações públicas de oficiais militares e, principalmente, as duas greves gerais.

A reunião dos governadores em Minas Gerais

Em 8 de junho, reunidos por iniciativa do governador do estado de Minas Gerais, os governadores de todas as unidades da federação compareceram a uma reunião política em Araxá (MG). Em pauta, a crise política nacional e os graves problemas estruturais por que passava o país. A Declaração do encontro envolvia desde as tradicionais defesas do sistema democrático frente aos “totalitarismos” – comunismo e fascismo – até resoluções sobre a questão agrária do seguinte teor:

“A reforma agrária que, orientada por órgão federal e executada pelos Estados, se faça através do estabelecimento de política que assegure à agricultura a necessária rentabilidade e a trabalhadores melhores condições de vida. A reforma objetivará impedir a permanência do atual regime de trabalho, estender a legislação social ao homem do campo, com as adaptações convenientes e assegurar ao trabalhador rural o acesso à terra, admitida a desapropriação, mediante indenização em títulos do Estado e ações de empresas públicas ou de economia mista.”³⁰⁶

Tocando nos temas das reformas de base, a reunião de Araxá serviu também para sondar o descontentamento dos governadores com o parlamentarismo. O governador do estado do

³⁰⁵ *O Globo*, 2 de maio de 1962.

³⁰⁶ *Folha da manhã*, 12 de junho de 1962.

Rio de Janeiro, Celso Peçanha, expressou a opinião de que havia chegado “a hora da união de todas as forças democráticas para que se realize de pronto o plebiscito previsto no Ato Adicional”.³⁰⁷ Em sua declaração no encontro, o governador pedia a antecipação do plebiscito para coincidir com as eleições de outubro de 1962, num trecho sintomático da compreensão “democrática” das classes dominantes brasileiras:

“Sem uma definição precisa e segura sobre o regime político, *as instituições democráticas correm o risco de submergir sob a pressão das necessidades populares*, agravadas por uma série de explorações de caráter ideológico ou de paixões liberticidas.”³⁰⁸

A declaração da reunião de Araxá finalizava com recomendações sintomáticas do desconforto dos governadores com aquela modalidade de dominação política:

“1 – ao presidente da República que a escolha do primeiro-ministro recaia num grande nome nacional que inspire confiança às principais correntes de opinião e de comprovada folha de serviços; 2 – ao Conselho de Ministros que envie imediatamente ao Congresso Nacional os projetos consubstanciando as reformas acima indicadas e 3 – ao Parlamento que as vote mesmo antes do pronunciamento popular sobre as modificações instituídas no regime pelo Ato Adicional n 4.

Declara finalmente a conveniência de que a Conferência de Governadores se realize pelo menos uma vez por ano, designando-se um Conselho de cinco membros, que funcionará como órgão permanente de consultas no intervalo das conferências.”³⁰⁹

Todavia, a maior importância da reunião foi mesmo a de medir a impopularidade do parlamentarismo entre os governadores, levando a que os mesmos aprovassem – com exceção do governador da Guanabara, Carlos Lacerda – a iniciativa de Magalhães Pinto de antecipar a data de realização da consulta popular sobre o parlamentarismo. Isto levou o governador mineiro a realizar uma consulta ao Tribunal Superior Eleitoral para saber da constitucionalidade de sua iniciativa, como pode ser aferido em notícia no jornal *Correio da Manhã*.

³⁰⁷ “Conferência dos Governadores de Araxá. Declaração do Governador Celso Peçanha, do estado do Rio de Janeiro.” Fundo Juracy Magalhães, CPDOC/FGV, 06/1962.

³⁰⁸ *Idem*, grifos nossos.

³⁰⁹ *Folha da manhã*, 12 de junho de 1962.

“Foi encaminhado hoje ao Tribunal Superior Eleitoral, pelo governador Magalhães Pinto, de Minas Gerais, com um estudo jurídico feito pelo advogado geral do Estado, professor Caio Mário, uma consulta sobre a aplicação do plebiscito, baseada na indicação aprovada pela Conferência de Governadores, de Araxá. A matéria foi distribuída ao ministro Hugo Auler, que passará o dia de amanhã e domingo estudando os autos, devendo redigir o seu voto na segunda-feira próxima, de modo a tê-lo pronto na quarta-feira vindoura, por ocasião da sessão daquela Corte Eleitoral.”³¹⁰

Mas entre a reunião de Araxá e a consulta do governador mineiro ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), outra articulação política se desenvolvia na cena brasileira. O gabinete chefiado por Tancredo Neves teve que se dissolver em junho, já que seus membros pretendiam participar do pleito de outubro,³¹¹ abrindo o debate no governo sobre o nome que deveria substituí-lo. Como as ações de Goulart estavam voltadas para a estratégia de retornar ao sistema presidencial, a escolha do nome deveria obedecer esta lógica.

A greve de 5 de julho de 1962

Em 6 de junho de 1962 Tancredo Neves foi obrigado a renunciar, posto que a demora na aprovação da legislação complementar criava uma situação nada comum à prática tradicional do sistema parlamentarista: com eleições previstas para outubro do mesmo ano, aqueles que desejassem participar do pleito teriam que se desincompatibilizar dos cargos públicos. Era o caso do próprio Tancredo Neves,³¹² e, assim, o debate público durante o mês de junho esteve ligado ao nome que deveria sucedê-lo. Para compor o novo gabinete, Goulart inicialmente escolheu o nome de San Tiago Dantas, que, à frente do

³¹⁰ Ver *Correio da Manhã*, 07 de julho de 1962. Como veremos, o TSE se julgará incompetente para deliberar sobre a matéria, deixando a decisão para o Legislativo.

³¹¹ Uma manobra feita por Kubitschek no Senado impediu que fosse aprovada legislação complementar ao Ato Adicional que permitisse a elegibilidade aos ocupantes de postos públicos. Certamente tal ação deve ser compreendida como orientada para a desmoralização do sistema parlamentarista. O próprio Kubitschek, em janeiro deste ano, havia dirigido consulta ao TSE pleiteando que o plebiscito coincidisse com as eleições de outubro, buscando, assim, retirar a soberania da decisão do Legislativo.

³¹² Neves havia perdido a eleição para o governo de Minas Gerais para Magalhães Pinto (UDN) em 1960, e foi logo indicado por Juscelino Kubitschek para a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), cargo que ocupou até março de 1961. Tornou-se presidente do Conselho de Ministros no momento em que não exercia qualquer cargo público, embora tenha comparecido como eminência parda da saída parlamentarista. RAMOS, Plínio de Abreu & CAMPOS, Patrícia. “Tancredo Neves”. In. *Dicionário Histórico-Biográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Versão CD-ROM.

Ministério das Relações Exteriores, havia conseguido prestígio junto às esquerdas, por defender, no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), uma posição neutra do Brasil quando da crise dos EUA com Cuba. Pelo mesmo motivo, Dantas era rejeitado pela direita, tendo a campanha contra o seu nome sido objeto da militância, seja da direita parlamentar, da Ação Democrática Parlamentar (ADP) – basicamente a UDN e setores majoritários do PSD –, seja extraparlamentar, como o Movimento Anti-Comunista (MAC), a Tradição Família e Propriedade (TFP), a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), entre outros. Enfim, apesar dos 111 votos a favor, uma maioria de 172 deputados vetou o nome de Dantas para o cargo de primeiro-ministro.

Pois foi em meio a esta crise sucessória que o movimento sindical brasileiro realizou a sua mais importante greve geral do período, em 5 de julho de 1962.³¹³ Com a recusa do Congresso Nacional em aprovar o nome de San Tiago Dantas, João Goulart decidiu, em clara manobra para causar um impasse, indicar o nome do Senador Auro Moura Andrade (PSD) ao cargo. Moura Andrade era ligado aos setores mais reacionários da política brasileira – havia ficado contra a posse do próprio Goulart em 1961 e, não por acaso, apoiaria o golpe de Estado que o depôs em 1964. A direita do espectro político apoiou ostensivamente o nome do senador, mas surgiram rumores de que Goulart exigiria de Andrade o compromisso com a antecipação do plebiscito para 7 de outubro. Andrade desconversou o assunto.³¹⁴ Em meio à controvérsia, o governador Magalhães Pinto afirmara a propósito que Andrade “pode[ria] realizar o Programa de Araxá”.³¹⁵ O Congresso aprovou o nome de Moura Andrade (223 a 47), que a esta altura era apoiado por diversos setores das classes dominantes, como o conjunto das associações comerciais, através da declaração de seu presidente Rui Gomes de Almeida,³¹⁶ que também era elemento proeminente do IPES no Rio de Janeiro.³¹⁷ Como se ficou sabendo no período, Goulart possuía uma carta de renúncia do senador pessedista, e antes mesmo que Moura Andrade pudesse apresentar seu

³¹³ Neste trecho contamos com a colaboração inestimável da professora Maria Elisa Wildhagen Guimarães (Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, Unidade Humaitá), que realizou importante levantamento na imprensa do PCB no período por nós estudados. Entretanto, as possíveis incorreções são de minha total responsabilidade.

³¹⁴ *O Globo*, 02 e 03 de julho de 1962.

³¹⁵ *O Globo*, 03 de julho de 1962.

³¹⁶ *O Globo*, 04 de julho de 1962. O título da reportagem foi “As classes produtoras aplaudem a escolha do novo primeiro-ministro”. É importante observar que, tal como discutimos no capítulo precedente, as associações faziam parte do partido liberal-oligárquico e, poderíamos acrescentar, agora já estavam em franca simbiose com os interesses do capital monopolista.

³¹⁷ DREIFUSS, *A conquista do Estado*, op. cit., p.179.

novo ministério, o público tomou conhecimento do seu conteúdo.³¹⁸ À aprovação do nome de Andrade, o movimento sindical respondeu com a greve geral de 5 de julho. Os acontecimentos se precipitaram de forma dramática, e antes do início da greve, o senador pessedista renunciou ao cargo, o que levou a que emissários do governo tentassem impedir o movimento paredista. Como evidência da relativa autonomia do movimento sindical em relação ao governo, as lideranças sindicais mantiveram de pé a proposta da greve geral. A imprensa daria destaque às tentativas do governo em deter o movimento paredista, como pode ser visto no trecho abaixo:

“Não sendo bem sucedido nos entendimentos que manteve, pessoalmente, com os grevistas, o sr. Gilberto Crockatt de Sá teve sua missão reforçada pelo presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, o sr. Leocádio Antunes. Este chegou à CNTI, por volta das 17hs, mantendo conferências, a portas fechadas, até as 18hs e 45min. O sr. Leocádio Antunes tentou em vão persuadir os articuladores da greve. Travou-se, então, o seguinte diálogo entre a autoridade e o sr. Pelacani, coadjuvado pelo sr. Roberto Morena.

L.A.: “Não se justifica o movimento, desde que a situação evoluiu, com a renúncia de Auro.”

P.: “A sustação da greve desmoralizará os trabalhadores.”

M.: “A ordem da greve já está nas ruas e os trabalhadores não poderão compactuar com nova conciliação.”

L.: “Não haverá conciliação, pois o Auro já renunciou. Seu gesto foi consequência da nota do general Osmino e, logo, após, pela ratificação da mesma, pelo general Machado Lopes. O Auro tem um gênio violento, mas se curvou à realidade militar.”

P.: “Nós queremos a volta do presidencialismo e esta greve tem, como o governo reconhece, outras finalidades.”³¹⁹

No entanto, para entender o sucesso desta greve é necessário considerar as iniciativas já adotadas pelas organizações sindicais extralegais (paralelas) antes da indicação de Moura Andrade. Em junho de 1962 foi lançado pela esquerda sindical um manifesto na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) que colocava a possibilidade de deflagração de uma greve geral pela formação de um gabinete nacionalista. Já no início do mês de junho, os comunistas se posicionariam criticando Goulart e a possibilidade de substituir o gabinete de Tancredo por outra fórmula conciliatória. Comunistas e trabalhistas

³¹⁸ BANDEIRA, *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil*, op. cit., p.77.

³¹⁹ *Correio da Manhã*, 05 de julho de 1962. Neste dia o periódico teve duas edições, sendo a referida reportagem encontrada na sua segunda.

de esquerda queriam um gabinete com elementos da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) que tivessem compromisso com as reformas de base.³²⁰ Nesse sentido, o nome de San Tiago Dantas ajustava-se bem a este propósito, embora fosse difícil que um Congresso de maioria conservadora aprovasse seu nome. O jornal *O Seminário*, órgão da FPN, durante o mês de junho fez a campanha pela instauração de um gabinete chefiado por Dantas, e defendia uma prática presidencialista por parte de Goulart. Em um artigo sobre a exigência de um gabinete nacionalista, lê-se:

“O povo sabe que, com ou sem revisões constitucionais destinadas a reintegrá-lo na plenitude de seus poderes, com ou sem *repliques* no Ato Adicional de 7 de setembro de 1961 (sic), com ou sem voltas completas ou a meias ao regime anterior, o Presidente, ou por questão de habilidade, ou por questão de prestígio popular, ou ainda por fraqueza do Ministério e do Congresso, se tornou em menos tempo do que se esperava, o verdadeiro centro do sistema planetário governamental.”³²¹

É sintomático que nesse órgão da representação dos setores nacionalistas não existam referências às movimentações dos sindicalistas na organização da greve geral, exceto na edição do próprio dia 5 de julho, quando se lê apenas a questão da “ameaça” de uma paralisação geral.³²² Isto está em profunda contradição com a percepção comum da imprensa conservadora – como se verá a seguir –, segundo a qual o movimento teria sido obra do próprio Goulart e do grupo de forças políticas que o apoiavam, como era o caso evidente da Frente Parlamentar Nacionalista. No entanto, a greve foi posteriormente reivindicada pelo mesmo periódico como uma “data histórica da luta da classe operária”.³²³

O Pacto de Unidade e Ação (PUA) convocou uma Assembléia Permanente e a União Nacional dos Servidores Públicos chamou a mobilização em defesa da democracia.³²⁴ Desde junho, então, começa-se a preparar a greve geral, convocada pela CNTI, CONTEC, CNTMFA e outras entidades, por um “gabinete nacionalista capaz de pôr fim a crise de abastecimento [que trataremos logo adiante] e efetuar as reformas”.³²⁵ No final de junho, foram realizadas manifestações que combinaram lutas econômicas, lutas contra a carestia, pelas reformas de base e por um gabinete nacionalista. No dia 25 de junho

³²⁰ *Novos Rumos*, 1 a 7 de junho de 1962, p.1.

³²¹ *O Semanário*, 21 de junho de 1962, p.2.

³²² *O Seminário*, 5 de julho de 1962, p.6.

³²³ *O Semanário*, 12 de julho de 1962, p.7.

³²⁴ *Novos Rumos*, 15 a 21 de junho de 1962, p.8.

³²⁵ *Novos Rumos*, 22 a 28 de junho de 1962, p.8.

ocorreu um comício na Praça da Sé (SP) com cerca de 10 mil pessoas. No dia seguinte uma passeata na Guanabara e, neste mesmo dia, centenas de sindicalistas foram a Brasília reclamar do Congresso a aprovação do abono de Natal e do salário família, aproveitando a ocasião para expressarem sua posição ante a formação do novo gabinete.³²⁶ Também era forte na esquerda sindical a idéia de que era possível conseguir a aprovação de um décimo-terceiro salário para os trabalhadores brasileiros.³²⁷ Será a greve de julho um momento decisivo para a assinatura por Goulart da lei do 13º salário, posteriormente objeto de luta dos trabalhadores pela sua execução por parte do patronato. Um dia antes da eclosão da greve foi noticiada uma manifestação de sindicalistas no Palácio do Itamarati, liderados por Oswaldo Pacheco, presidente do PUA. Este, em declaração, falou “da inconformidade dos trabalhadores com um Conselho de Ministros indicado à revelia das forças populares e progressistas”, e arrematou dizendo que

“estamos vigilantes e a preparação de uma greve geral está na ordem do dia para ser desencadeada no momento em que julgarmos oportuno, a fim de assegurarmos um Conselho de Ministros democrático e nacionalista, e conquistarmos nosso programa de reivindicações populares e progressistas”.³²⁸

O líder sindical conclui sua intervenção atacando a Aliança para o Progresso e aconselhando o subsecretário Renato Archer a prosseguir na posição de apoio ao povo, “para que os trabalhadores estejam ao seu lado”.

Combinando-se às mobilizações que antecederam a greve, nos estados do Rio de Janeiro e Guanabara houve um clima de tensão, principalmente devido à crise de abastecimento, com a alta inflacionária afetando o custo de vida e com a depreciação do poder de compra dos salários. No início do primeiro semestre a escassez de alimentos – provocada também pela especulação – já havia levado a ondas de saques no Nordeste, especialmente em Pernambuco, onde o então governador Cid Sampaio (UDN) fora

³²⁶ *Novos Rumos*, 29 de junho a 5 de julho de 1962.

³²⁷ Desde o início do ano o movimento sindical, através de um manifesto da Comissão Permanente de Organizações Sindicais (CPOS) encaminhado ao presidente da República, ao Conselho de Ministros, ao Congresso Nacional, ao Supremo Tribunal Federal e ao Tribunal Superior Eleitoral, apresentou a reivindicação pelo 13º salário. *Novos Rumos*, 12 a 18 de janeiro de 1962, p.2. Já o projeto de lei do 13º salário, tramitava na Câmara desde 1955, através da proposta do deputado Aarão Steinbruch (PTB-RJ).

³²⁸ *Correio da Manhã*, 04 de julho de 1962. O título da reportagem é “Pelegos invadem salão nobre do Itamarati”, sintomático da atitude das classes dominantes frente à mobilização dos subalternos.

obrigado a fazer desapropriações para garantir o abastecimento das cidades.³²⁹ Esta era mais umas faces da crise social que se alastrava pelo país, e que atingia grandes centros como São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e o próprio Rio de Janeiro. Nos dias que antecederam à greve, explodiram conflitos no Rio e em Niterói, com saques de massa em diversos pontos, num clima que continuaria mesmo após a greve. Assim comentou o jornal *Última Hora* estes conflitos:

“A revolta popular em Niterói contra a falta de gêneros de primeira necessidade atingiu, às 14 horas de ontem, o seu “clímax”, quando populares revoltados invadiram diversos estabelecimentos comerciais da cidade, depredando-os e saqueando-os. Entrando em ação, policiais do DOPS e choques da PM, armados de cassetetes e metralhadoras, promoveram autêntico massacre, durante o qual quatro pessoas tombaram gravemente feridas. O movimento de revolta eclodiu após a passeata realizada ao Palácio do Ingá, onde as donas de casa desde as primeiras horas da manhã na fila, decidiram pedir providências.”³³⁰

“(…) Contingentes policiais passaram a guardar, desde ontem, as filas do abastecimento contra qualquer motim, do tipo dos que ocorreram no dia anterior e chegaram a esboçar-se em São João de Meriti.

Ontem, as grandes firmas varejistas que decidiram colocar à venda um daqueles produtos tiveram de pedir auxílio da polícia, a fim de que a multidão não fizesse, como em Niterói, um verdadeiro saque aos estoques existentes. O grave problema não oferece nenhuma perspectiva de solução imediata, o que faz prever a eclosão de incidentes sérios, a qualquer momento, como conseqüência do desespero popular.”³³¹

Em decorrência de uma declaração sua, por ter exortado os trabalhadores a realizar saques em estabelecimentos comerciais, o governador do Rio de Janeiro Celso Peçanha é chamado na imprensa de “Nero”.³³² Este e outros acontecimentos acabariam o levando à renúncia, poucos meses antes do fim de seu mandato.

A greve geral foi afinal decretada às 15:30 hs do dia 4 de julho, em reunião na sede da CNTI, decisão que contagiou sindicatos do Brasil inteiro. Na reunião que decidiu pela

³²⁹ “Os conflitos no Nordeste alcançaram maior amplitude. Enquanto na Paraíba, tropas do Exército, por ordem do general Arthur da Costa e Silva, reprimiam, violentamente, uma passeata de milhares de lavradores, que protestavam contra o assassinio de um de seus líderes, o camponês João Pedro Teixeira, a mando dos fazendeiros da região, no interior de Pernambuco multidões famintas saquearam mercados e armazéns, compelindo o governador Cid Sampaio a desapropriar os estoques de feijão, milho e farinha, para garantir o abastecimento das cidades.” BANDEIRA, *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil*, op. cit., p.76.

³³⁰ *Última Hora*, 03 de julho de 1962, p.2.

³³¹ *Última Hora*, 04 de julho de 1962, p.2.

³³² *Correio da Manhã*, 04 de julho de 1962.

greve-geral, houve uma certa polêmica entre os sindicalistas, pois alguns defendiam um movimento indefinido até a conquista de toda a plataforma, enquanto outros defendiam uma greve geral de advertência de 24 horas, proposta que acabou prevalecendo. Segundo o jornal *Última Hora*,

“A reunião que decidiu pela greve geral de 24 horas iniciou-se às 13hs de ontem, sob a presidência do sr. Dante Pelacani da CNTI, e caracterizou-se por uma divergência entre os mais prestigiosos líderes sindicais sobre a duração do movimento paredista. Enquanto uns defendiam a realização da greve e a sua manutenção até a conquista dos objetivos dos trabalhadores, e de todas as forças progressistas civis e militares – um Conselho de Ministros democrático e nacionalista, comprometido com a realização das reformas de base, outros, entre os quais o sr. Osvaldo Pacheco, do Pacto de Unidade e Ação, defendiam a greve geral de advertência de 24 hs, visando aquele mesmo objetivo. Os que pugnavam pela greve limitada acentuavam, contudo que a parede poderia ser estendida a critério do Comando Geral de Greve. Posta em votação, venceu a proposta de greve de 24hs.”³³³

Com o desencadeamento do movimento, foram inúteis as tentativas de Goulart, através de seus emissários, San Tiago Dantas, Gilberto Crockatt de Sá (assessor sindical de Goulart), Leocádio Antunes (presidente do BNDE) e o General Osvaldo Ferreira Alves (comandante do I Exército), em sustar o movimento.³³⁴ Na ocasião, o então presidente da CNTI, Dante Pelacani, afirmou a Leocádio Antunes que: “Nós estamos do lado do Presidente João Goulart, mas não sob seu comando.”³³⁵ Ao sair da reunião, irritado, o presidente do BNDE teria declarado: “O momento não é de greve. É de ordem.”³³⁶ Também na sede do CNTI, tentando evitar o movimento, esteve o deputado estadual e intelectual nacionalista do ISEB Roland Corbisier (PTB-GB). O subsecretário do Trabalho, Paulo Lacerda, chegou mesmo a declarar na imprensa que havia conseguido “sustar a greve geral dos trabalhadores, anunciada para as primeiras horas de hoje, mediante reformulação de apelo dirigido à Nação pelo Presidente João Goulart”.³³⁷ Durante mais de quinze minutos, falou ao telefone com Dante Pelacani, o sr. Luis Costa Araújo, do Gabinete Civil da Presidência da República, também tentando impedir a eclosão do movimento paredista. Contrariando estes apelos, o movimento foi a maior manifestação grevista até então

³³³ *Última Hora*, 05 de julho de 1962, p.2.

³³⁴ *Última Hora*, 05 de julho de 1962, p.4.

³³⁵ *Jornal do Brasil*, 05 de julho de 1962.

³³⁶ *O Globo*, 05 de julho de 1962, p.6.

³³⁷ *Última Hora*, 05 de julho de 1962, capa.

realizada e, diferentemente das greves ocorridas pela Legalidade no ano anterior, isoladas e setoriais, esta foi nacional e coordenada por um Comando Geral de Greve.³³⁸

“Os trabalhadores de todo País realizaram à noite passada movimentadas assembléias extraordinárias, decidindo-se pela decretação de uma greve geral de 24 horas, de advertência contra quaisquer tentativas golpistas. O movimento é de apoio intransigente ao Presidente João Goulart, face à renúncia do Primeiro-ministro escolhido na madrugada de terça-feira última pelo Congresso: Auro Moura Andrade.

Os trabalhadores, através de seus líderes, advertem às polícias que, caso se verifiquem violências contra operários, o movimento paredista ontem iniciado tenderá a se estender indefinidamente. Os primeiros sindicatos a se declararem solidários ao Presidente João Goulart foram: Metalúrgicos, Bancários, Marítimos e Portuários, têxteis e trabalhadores na indústria petrolífera.”³³⁹

Na Guanabara e no Estado do Rio de Janeiro a greve foi total, tendo sido acompanhada de ondas de saques na Baixada Fluminense, especialmente Caxias e São João de Meriti, onde o saldo foi de quarenta mortos e setecentos feridos.³⁴⁰ Os ferroviários da Estação Leopoldina foram a primeira categoria a entrar em greve: às 19:40 hs do dia 4 de julho.³⁴¹ O então dirigente comunista Jover Telles, referindo-se à greve em livro sobre a história do movimento sindical, editado ainda em 1962, assim se referiu ao sucesso da paralisação:

“A partir da meia-noite do dia 4, conforme ordenara o Comando Nacional, as ruas ficaram desertas de ônibus e lotações, os trilhos tornaram-se inúteis, o aeroporto vazio e as fábricas em silêncio. E uma grande alegria iluminava os lares humildes dos operários. Tinham conseguido paralisar toda a atividade do estado, numa demonstração de que a classe operária fortalece sua unidade e se afirma na posição de vanguardeira das lutas de nosso povo contra os imperialistas e os latifundiários.”³⁴²

³³⁸ Ver. TELLES, Jover. *O movimento sindical no Brasil*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981, capítulo 13, “O movimento operário na primeira metade de 1962”, p.125-173. ERICKSON, *Sindicalismo no processo político brasileiro*, op. cit., p.149-154. COSTA, Sérgio Amad. *O CGT e as lutas sindicais brasileiras (1960-1964)*. São Paulo: Grêmio Politécnico, 1981. DELGADO, *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil (1961-1964)*, op. cit., p.56-57 e p.187-190.

³³⁹ *Última Hora*, 05 de julho de 1962, p.2.

³⁴⁰ *Jornal do Brasil*, 06 de julho de 1962; ERICKSON, op. cit., p.151.

³⁴¹ *O Globo*, 05 de julho de 1962.

³⁴² TELLES, op. cit., p.165. A edição original do livro é TELLES, J. *O movimento sindical no Brasil*. Rio de Janeiro: Vitória, 1962. Escrito ainda sob o impacto da greve geral de 5 de julho, é possível entender certo impressionismo na afirmação de Telles sobre a capacidade do proletariado brasileiro influir decisivamente na correlação de forças sociais.

No Rio Grande do Sul a greve foi no dia 6, parando comércio, cinemas e transportes, sendo total em Porto Alegre, com exceção de alguns serviços essenciais. Toda a indústria paralisou. Também neste caso houve a tentativa de impedir a deflagração do movimento, através de apelos do governador Leonel Brizola dirigidos ao Comando Sindical:

“O presidente do Comando [Sindical] reuniu imediatamente a direção sindical. Dos debates resultou uma resposta negativa, alicerçada no argumento de que a greve era parte de um esquema nacional. Mais tarde uma comissão visitou o sr. Leonel Brizola, quando disse que a decisão não implicava em desconsideração à sua autoridade.”³⁴³

“O sr. Leonel Brizola informou aos representantes dos diversos sindicatos classistas da conveniência do movimento paredista ser adiado, de vez que este era o desejo do sr. João Goulart e do próprio governo do Rio Grande do Sul. Disseram os representantes sindicais ao governador que a decisão adotada, na noite de quarta-feira, era irrecorrível.”³⁴⁴

Já em Pernambuco, onde a esquerda, incluindo o PCB, era muito forte,³⁴⁵ a capital parou, com a suspensão das atividades do porto (portuários, estivadores, conferentes, arrumadores e marítimos), dos ferroviários, bancários, motoristas e estudantes. No Ceará a greve foi geral em Fortaleza (bancos, comércio, porto, repartição públicas, transportes urbanos), contando com o curioso apoio do governador do estado, para o desagrado das classes dominantes locais. O episódio foi descrito pela imprensa do PCB nestes termos:

“Na mesma hora do comício, uma comissão das chamadas ‘classes produtoras’ (...) visitava o Governador Parfísal Barroso, solicitando providências ‘contra possíveis saques e depredações’ para que fosse reaberto o comércio (...) O Governador respondeu que nada poderia resolver, antes de ouvir o comando central de greve. E imediatamente mandou emissário aos presidentes dos sindicatos operários, pedindo que comparecessem ao Palácio. Atendido pela direção do movimento, o Governador expôs as ‘razões’ das classes dominantes, apavoradas com a demonstração de unidade e organização da classe operária. Estavam temendo a subversão da ordem (...) Então Beleza, o presidente do Pacto Sindical, respondeu ao Governador que o susto das ‘classes produtoras’ era infundado e que ninguém melhor do que as massas trabalhadoras para manter a ordem. O sr. Parfísal Barroso

³⁴³ *Última Hora*, 07 de julho de 1962. Apud JAKOBY, *A organização sindical dos trabalhadores metalúrgicos de Porto Alegre no período de 1960 a 1964*, op. cit., p.146-147.

³⁴⁴ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 06 de julho de 1962, Apud JAKOBY, op. cit., p.147.

³⁴⁵ Convém lembrar que é neste ano que os pernambucanos elegem Miguel Arraes ao governo do estado, ainda que o complexo IPES/IBAD, com acessoria direta da CIA, tenha agido para favorecer o usineiro João Cleofas (UDN).

concordou com os dirigentes sindicais cearenses, acrescentando que apoiava sinceramente a greve política pela constituição de um gabinete nacionalista. Em seguida, s. excia. voltou à presença das ‘classes produtoras’ informando que o comércio continuaria fechado, por decisão inarredável do comando de greve, e que este assegurara garantir a ordem na cidade.”³⁴⁶

No Pará, aderiram os petroleiros. Em Santa Catarina a greve foi, tal como no Rio Grande do Sul, no dia 6, e pararam os estivadores, conferentes, rodoviários e trabalhadores da indústria. Na Bahia a Petrobrás e o porto paralisaram suas atividades no dia 5 de julho. Nos estados de Minas e São Paulo a paralisação foi parcial: em Minas houve greve na Mannesman e na Cidade Industrial (Contagem), com depredações em Além Paraíba. Já em São Paulo a paralisação foi total em Santos (portos, fábricas, oficinas, funcionalismo, operários da refinaria de Cubatão), com a realização de comícios, paralisação de empresas na capital e no ABC. Segundo Fernando Teixeira da Silva,³⁴⁷ a greve de 5 de julho foi "coroadada de êxito", diferentemente do que havia ocorrido em agosto de 1961, quando os sindicalistas ligados a Jânio Quadros conseguiram desorientar o movimento na cidade. Segundo o jornal *Correio Paulistano*, em notícia colhida pelo historiador,

“a cidade de Santos encontrava-se praticamente às moscas, sem bonde e ônibus, e até mesmo sem serviço de táxi, cujos motoristas resolveram cessar as suas atividades por falta de garantias. As indústrias não funcionaram no dia de hoje [5 de julho de 1962] por medida de segurança. O comércio de um modo geral cerrou as portas. Nem mesmo restaurantes e bares, no centro comercial, estiveram em atividade. Segundo constatamos, apenas algumas casas de pasto, em número bastante reduzido, no bairro do Gonzaga e no Macuco, ofereciam pequenos lanches a visitantes e turistas. Ainda hoje à tarde, os cinemas estavam ameaçados de não realizarem as suas costumeiras sessões vespertinas, visto que piquetes de grevistas estavam em ação, a toda a força impedindo o seu funcionamento. Os estudantes aderiram ao movimento grevista, não funcionando as escolas.”³⁴⁸

Os destaques nacionais foram as categorias mobilizadas pelo PUA (ferroviários, marítimos, portuários e estivadores), além dos aeronautas e aeroviários. A grande exceção foi a cidade de São Paulo, onde não houve nenhuma categoria mobilizada.

³⁴⁶ *Novos Rumos*, 20 a 26 de julho de 1962, p.8.

³⁴⁷ SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa: os operários das Docas de Santos: direitos e cultura da solidariedade (1937-1968)*. São Paulo: Hucitec; Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1995, p.177.

³⁴⁸ *Correio Paulistano*, 06 de julho de 1962, apud SILVA, op. cit., p.177.

Para diversos analistas o êxito da greve é atribuído à proteção dada pelas unidades militares nos locais do movimento, neutralizando a repressão levada a cabo pelas forças públicas estaduais. Erickson, que sistematiza tal hipótese na sua tese do dispositivo sindical-militar, nos diz o seguinte:

“O apoio do General Osvino Ferreira Alves, nacionalista que comandava o I Exército no Rio, foi vital para a operação e o êxito da greve. Os líderes sindicais atuaram com cuidado até que as afirmações de Osvino sugeriram que este os apoiaria. Em uma fala às tropas, dez dias antes da greve geral, denunciou a ofensiva da extrema-direita que pretendia estabelecer uma ditadura e comparou-a ao nazismo alemão e ao fascismo italiano. Somente depois que Osvino repetiu sua decidida defesa em favor de Goulart, porém, a 4 de julho, os grevistas deram a palavra de ordem para o dia seguinte.”³⁴⁹

O apoio destes militares nacionalistas não pode ser minimizado no balanço desta greve geral, afinal, estes identificavam os mesmos opositores e conformavam junto aos sindicalistas e demais setores da esquerda, uma frente única que se expressou, neste período, na formação de uma Frente de Libertação Nacional, de vida efêmera.³⁵⁰ Paulo Schilling, homem ligado a Leonel Brizola, também defensor da tese do apoio militar decisivo à greve geral, diz o seguinte: “Quando a polícia reprimia os grevistas, o Exército intervinha, libertando os líderes sindicais que haviam sido presos.”³⁵¹ A hipótese não é descabida. Por exemplo, no dia da greve, na capa do jornal *Última Hora* existe uma foto de militares na rua de prontidão em frente a uma estação ferroviária, em que se lê na legenda a notícia da paralisação desencadeada pelo PUA: “Patrulhas do Exército mantêm-se vigilantes, como se vê, garantindo a ordem e a tranqüilidade.”³⁵² No entanto, como o próprio Erickson admite, a repressão das polícias estaduais não foi menos incisiva no episódio, sendo realizadas inúmeras prisões de manifestantes em diversos pontos do país, em especial na Guanabara, governada pelo linha-dura civil Carlos Lacerda.

³⁴⁹ ERICKSON, op. cit., p.152.

³⁵⁰ Sobre este tema localizamos o texto de CHAVES NETO, Elias. “Frente de Libertação Nacional.” *Revista Brasiliense*, n.42, julho-agosto de 1962, p.387-396. A experiência da Frente de Libertação Nacional irá malograr após as eleições de 7 de outubro, mas constituirá numa das bases para a formação da Frente de Mobilização Popular em 1963. Da Frente de Libertação Nacional faziam parte Leonel Brizola, o governador de Goiás Mauro Borges, Miguel Arraes, o nacionalista Barbosa Lima Sobrinho, o presidente da UNE Aldo Arantes, entre outros.

³⁵¹ SCHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder*. Vol.1 (Os protagonistas). São Paulo: Global, 1979, p.158.

³⁵² *Última Hora*, 05 de julho de 1962, capa.

Tanto nesta quanto na greve de setembro, que logo comentaremos, os trabalhadores continuavam mobilizados após o encerramento do paredão, com o fito de libertar as lideranças grevistas presas. O apoio de setores da caserna a tais movimentos só pode ser entendido no quadro da crise do regime populista. Mas tanto a greve como seu êxito não podem ser entendidos sem que se levem em conta os avanços organizativos da esquerda no movimento sindical. Por fim, as fontes só confirmam o apoio do I Exército do general Osvino à greve, não podendo tal situação ser estendida aos demais quadrantes do Brasil onde a greve teve êxito e o partido militar oligárquico liberal chefiava a unidade, como é o caso patente do IV Exército, localizado no Nordeste e chefiado pelo general Costa e Silva.

Apesar da renúncia já ter se consumado antes da eclosão da greve geral, não é possível minimizar sua importância na definição do novo gabinete. Em poucos dias, Goulart indicaria Brochado da Rocha, jurista gaúcho que ocupava a secretaria do Interior do governo de Brizola no Rio Grande do Sul. Desconhecido do cenário nacional, o nome de Brochado foi aprovado com uma larga margem de votos, 217 a 59. O novo gabinete teve na pasta do Trabalho Hermes Lima (PSB-BA), o que agradou as lideranças sindicais, que, no entanto, continuavam a denunciar a presença de elementos reacionários no governo. No fim do mês de junho, o PCB declarou oposição ao novo gabinete, em decorrência da presença de elementos conservadores, como Renato Costa Lima, presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), que ocupou o Ministério da Agricultura e do banqueiro Valter Moreira Salles, no Ministério da Fazenda.³⁵³

Em seu primeiro pronunciamento como primeiro-ministro, Rocha deixou clara sua intenção de antecipar a realização do plebiscito:

“Se me for outorgada a faculdade de organizar o novo Conselho de Ministros, espero que o Congresso, na sua sabedoria e discernimento, compreenda a conveniência e a necessidade de formular a consulta plebiscitária, que restaure no país a plenitude das prerrogativas democráticas.”

“(…) É possível e desejável que, realizada a consulta popular, possamos, Legislativo e Executivo, em plena harmonia, na fase constituinte do Congresso, fixar, em definitivo, um regime parlamentar ou presidencial de governo, de feição tipicamente brasileira, que responda, de forma

³⁵³ *Novos Rumos*, 20 a 26 de julho. Na página 3 desta edição há a declaração do secretário-geral Luis Carlos Prestes sobre a posição dos comunistas.

autêntica, aos anseios de uma nação que avança para o futuro e precisa ter, no sistema orgânico de suas autoridades, meios que a impulsionam, a libertam, e jamais pesados mecanismos que a retardem ou imobilizem”³⁵⁴

Todavia, os setores mais conservadores da UDN, como o deputado Menezes Côrtes (GB), protestaram de forma veemente, apontando que muitas dificuldades ainda seriam encontradas pelos setores interessados na antecipação do plebiscito.

“O deputado Menezes Côrtes, líder da UDN, disse a O GLOBO que a realização de um plebiscito, agora, para decidir se deve ou não permanecer o parlamentarismo, só poderia ser possível através de emenda à Constituição, para cuja aprovação seriam necessários dois terços da Câmara e dois terços do Senado. E acrescentou:

- O pensamento dominante, não só na UDN, mas na maioria da Câmara, é de que o sistema parlamentar de Governo não chegou sequer a ser praticado como deve, para permitir um julgamento sereno de suas virtudes ou deméritos. O plebiscito desnecessário, inoportuno e sem condições de ser aprovado atualmente, pelo Congresso, transforma-se, por isso mesmo, em tese subversiva ou de agitação.”³⁵⁵

Não é por acaso que este órgão do partido liberal-oligárquico em estreita aliança com o capital monopolista, que é o jornal *O Globo*, também se posicionará contra a antecipação do plebiscito, defendendo a idéia de que o parlamentarismo estaria em processo de institucionalização. No editorial do dia seguinte à greve geral, após descrever as idas e vindas da escolha do novo primeiro-ministro, afirma-se:

“Houve, também, o problema do fortalecimento do parlamentarismo, verificado, precisamente, quando o sr. João Goulart, segundo consta, pensava submetê-lo à prova do plebiscito, que seria antecipado. Não só a esta antecipação se opuseram as grandes e pequenas bancadas (com a só exceção dos trabalhistas e socialistas), como o sr. Moura Andrade afirmou que não comprometeria com a idéia o Governo que pretendia organizar. Simultaneamente a Câmara aprovou a lei complementar ao Ato Adicional, dando ao sistema em vigor a estrutura que lhe faltava. Do apelo ao Supremo Tribunal, para a declaração de inconstitucionalidade da Emenda n 4 (Ato Adicional), não se cogitava, apesar de que em dez meses de aplicação da mesma houve tempo suficiente para isto.”³⁵⁶

³⁵⁴ *Correio da Manhã*, 10 de julho de 1962.

³⁵⁵ *O Globo*, 07 de julho de 1962, p.2.

³⁵⁶ *O Globo*, 06 de julho de 1962, p.1.

Por outro lado, a posição dos membros da Frente Parlamentar Nacionalista era a de que a tese do plebiscito deveria ser conectada à das reformas de base, sem a qual esta seria desprovida de interesse para as necessidades do povo.³⁵⁷ Ainda no mês de julho, o deputado José Joffily, presidente da FPN, advertia: “Plebiscito com reformas, sim! Plebiscito sem reformas, não!”, e arrematava dizendo “queremos reformas com ou sem plebiscito”³⁵⁸

Como balanço da greve geral temos um fortalecimento da influência do movimento sindical, que, além do mais, criara o Comando Geral de Greve para coordenar a paralisação. Tal organização seria o embrião do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), fundando durante o IV Encontro Sindical Nacional, entre 17 e 19 de agosto em São Paulo. A partir deste ponto, até o golpe de Estado, os trabalhadores passariam a contar com um importante instrumento de unificação das lutas e de pressão, o CGT, a mais importante organização “paralela” do sindicalismo rebelde. A hegemonia incontestável do PCB na definição das diretrizes da nova entidade fazia com que os acertos e, especialmente, os erros – muitos dos quais só entrariam na conta dos balanços políticos no período posterior à derrota de 1964 – da entidade fossem creditados à sua orientação política.

Mas a greve geral também possuiu outros significados, como pode ser aferido quando são analisados os posicionamentos de diversos setores das classes dominantes. Este foi um dos principais momentos em que, naqueles anos de crise, soou com força do sinal de alarme das classes dominantes. Uma parte desta observaria que, dado o radicalismo da greve, João Goulart não era mais capaz de controlar o movimento sindical.³⁵⁹ É claro que também houve as ações da imprensa no sentido de desqualificar os líderes sindicais de esquerda, chamados de “pelegos”. Um exemplo eloqüente pode ser visto na notícia também publicada em *O Globo*, que busca vincular as ondas de saques em Nova Iguaçu com os eventos da greve:

“O Delegado Rogério Mont Karp aponta como principais provocadores das desordens, em Nova Iguaçu, os elementos Pedro Rodrigues e Paulo Coutinho, pertencentes ao ‘Comando de Greve’. Pedro Rodrigues foi preso duas vezes, ontem, e, ao ser libertado, foi advertido pelo Delegado Mont Karp de que, se não se articulasse com seus companheiros para acabar com

³⁵⁷ *O Semanário*, 12 de julho de 1962, p.2.

³⁵⁸ *O Semanário*, 19 de julho de 1962, p.1.

³⁵⁹ Em sua atuação à frente do Ministério do Trabalho de Vargas, Jango conseguiu desmontar uma série de greves, não sem antes estabelecer alguma negociação com as lideranças sindicais. Ver o assunto no capítulo anterior.

as depredações, ocuparia policialmente a sede do sindicato a que pertence.”³⁶⁰

Que a notícia seja verdadeira ou não, isto é o que menos importa. Aliás, é possível que as lideranças do Comando Geral de Greve tenham buscado combinar a greve geral com a onda de saques, afinal seria combinar uma ação política, a greve geral, com uma reação tipicamente popular para enfrentar a fome. Daí a necessidade deste periódico, cujos leitores eram constituídos basicamente da classe média letrada e da classe dominante, criar o estigma de baderneiros nas lideranças sindicais da esquerda. A própria forma como *O Globo* apresentou a greve foi objeto de crítica da imprensa sindical e da esquerda nacionalista,³⁶¹ já que no dia 5 pode-se ler a manchete “Tentativa de greve geral”, numa clara ação para circunscrever o movimento a um grupo restrito e sem capilaridade social. Nesta mesma edição há a notícia de que:

“O presidente da Resistência Democrática dos Trabalhadores Livres, Sr. Floriano da Silveira Maciel, seguiu ontem a tarde para São Paulo, a fim de articular com o presidente da Federação dos Empregados do Comércio de São Paulo, Sr. Antonio Pereira Magaldi, e os dirigentes do Movimento Sindical Democrático, as providências necessárias para se opor ao movimento grevista.”³⁶²

Já aqui, se trata de trabalhar com a idéia de que existiam lideranças sindicais legítimas que se opunham à greve. Mas, no estudo de Dreifuss,³⁶³ fica muito claro como o Movimento Sindical Democrático e a Resistência Democrática dos Trabalhadores Livres eram nada mais que organizações ligadas à CIA, através da Organización Regional Interamericana de Trabajadores (ORIT) e da American Institute for Free Labor Development (AIFLD). O principal propósito de tais organizações era a defesa de uma concepção corporativa da estrutura sindical, excluindo a possibilidade da participação dos sindicalistas na vida política nacional e a colaboração/subordinação dos trabalhadores aos patrões. O modelo é a AFL-CIO norte-americana. Nesse sentido, os sindicalistas do MSD seriam um braço do complexo IPES/IBAD no movimento sindical.

³⁶⁰ *O Globo*, 06 de julho de 1962, p.2.

³⁶¹ *Novos Rumos*, 12 de julho de 1962, p.5; *Bancário*, órgão do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro e Espírito Santo, n.39, 11 de julho de 1962.

³⁶² *O Globo*, 05 de julho de 1962, p.6.

³⁶³ DREIFUSS, op. cit., p.313-319.

O jornal do combativo Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro e região (*Bancário*) noticiou que já no dia 4 de julho houve uma forte movimentação de correntistas às agências bancárias, tal era a certeza da população de que a greve era um movimento real. Ao comentar a manchete de O Globo no dia 5 de julho, assim de referiu o órgão sindical:

“O jornal do golpe “The Globe”, saiu-se com esta manchete: ‘TENTATIVA DE GREVE GERAL’!!! Populares, em torno das bancas de jornais, ridicularizavam a penúria do pasquim de luxo. Tentativa! – gracejavam, olhando as ruas vazias e as portas fechadas. ‘O Globo no Ar’ – que se diz porta-voz ‘do maior jornal do país’?, blasfemou: - ‘e atenção, atenção! Rio. Urgente. Contrariando a decretação da greve geral, funcionam normalmente na Guanabara cafés e bares. Também não aderiram ao movimento subversivo os restaurantes cariocas. As linhas internacionais de aviação (aviões estrangeiros, que nada tinham a haver com a greve) também decolam normalmente. Diante do ridículo, o jornal ‘The Globe’ ficou encalhado nas bancas; os possíveis compradores ou leitores exclamavam que o pasquim ‘estava por fora’.”³⁶⁴

Cotejando com a edição de *O Globo* do dia 5,³⁶⁵ pode-se observar que o periódico carioca queria esvaziar o movimento paredista, antecipando o final de semana e divulgando o roteiro gastronômico da Guanabara. Mas a efetividade da greve foi um fato que teve de entrar nos cálculos dos aparelhos privados de hegemonia da classe dominante, como a revista *Ação Democrática*, órgão da Ação Democrática Parlamentar (ADP). Segundo Dreifuss, a ADP era a caixa de ressonância do complexo IPES/IBAD³⁶⁶ no Congresso Nacional. A revista *Ação Democrática* publicaria um comentário sobre a greve geral³⁶⁷ caracterizando a mesma como parte de uma “crise pré-fabricada”, que teve o intuito promover a “subversão” e a escalada de homens ligados ao governador Brizola aos altos postos do governo, como era o caso do próprio Brochado da Rocha – que fazia parte do secretariado gaúcho quando foi indicado por Goulart. Também neste artigo repete-se a idéia de que a greve geral – esta mesma que escandalizou uma série de órgãos de imprensa – não teria sido totalmente bem sucedida, como se lê no trecho abaixo:

³⁶⁴ *Bancário*, órgão do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro e Espírito Santo, n.39, 11/07/1962.

³⁶⁵ *O Globo*, 5 de julho de 1962, p.4.

³⁶⁶ Para Dreifuss ao IBAD cabia o “trabalho sujo”; ao IPES o trabalho ideológico. *Idem*, p.164.

³⁶⁷ “Breve análise da crise pré-fabricada.” *Ação Democrática: publicação mensal do Instituto Brasileiro de Ação Democrática*. Ano IV, n.39, agosto de 1962, p.10-12 e 15. Fundo Paulo Assis Ribeiro, Caixa 133, Arquivo Nacional (RJ).

“Líderes sindicais, colocados em posições-chave pela influência da presidência da República, promoveram a greve geral, *que só não paralisou o país, porque houve resistência por parte de outros líderes que ainda não são escravos da União Soviética.*”³⁶⁸

Daí que para a *Ação Democrática* a onda de saques de gêneros alimentícios que se combinou à greve geral foi também fabricada pelo governo federal e pelo governador Brizola, sendo o movimento sindical um simples braço dos interesses destes.³⁶⁹ Como veremos posteriormente, o referido órgão será um forte opositor da realização do plebiscito, assim como da luta dos trabalhadores por melhores condições de vida através das greves.

Mas, a despeito das posições destes órgãos, uma série de outros setores da imprensa apoiaria a idéia de antecipação do plebiscito. É o caso do jornal *Correio da Manhã*, que em uma série de editoriais escritos durante a crise de sucessão do gabinete, já proclamava a necessidade de realização do plebiscito. Em editorial intitulado sintomaticamente “Plebiscito”, no dia 3 de julho – dois dias antes da greve geral –, lê-se o seguinte: “Não há outra alternativa: impõe-se realizar, simultaneamente com as eleições de outubro, o plebiscito a respeito do parlamentarismo.”³⁷⁰ A posição deste periódico é exemplar do grau de heterogeneidade dos setores interessados na realização do plebiscito, pois, trata-se de um órgão de oposição ao governo Goulart. No balanço da greve geral, por exemplo, o *Correio da Manhã* chama Goulart de “um conspirador convicto, cuja atividades sinistras acabam de culminar no ato de desenfrear o terrorismo”, “usurpador”, “embora eleito e legalmente empossado”.³⁷¹ Mas durante todo o mês de julho o jornal irá defender o plebiscito como única solução para deter a crise. No dia 15 – num exemplo notório do comportamento partidário da imprensa –, o editorial apresenta uma proposta de emenda constitucional para a realização do *referendum*. Diz o texto:

“Art.1º – A Câmara de Deputados e o Senado Federal, durante os seis primeiros meses da legislatura a ser iniciada em 1963, exercerão o poder de

³⁶⁸ *Idem*, p.10, grifos nossos.

³⁶⁹ A greve de 5 de julho é citada ainda nas memórias de dois eminentes direitistas opositores do governo Goulart: o intelectual orgânico do complexo IPES/IBAD Roberto Campos, para quem esta não passou de uma “ameaça”; e Auro Moura Andrade, que a atribui a “pelegos sindicais”. CAMPOS, Roberto. *A Lanterna na Popa*. Vol 1. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994, p.489. ANDRADE, A. M. *Um Congresso contra o arbítrio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p.119.

³⁷⁰ *Correio da Manhã*, 03 de julho de 1962.

³⁷¹ *Correio da Manhã*, 07 de julho de 1962.

emenda à Constituição, segundo as disposições desta emenda e as normas regimentais que elaborarem.

Art. 2º – Somente poderão ser objeto de emenda as seguintes matérias:

- I) As disposições constitucionais que não se ajustem a adoção dos itens aprovados por plebiscito realizado na forma desta lei.
- II) As disposições constitucionais concernentes ao sistema tributário da União, dos Estados e dos Municípios.
- III) A disposição constitucional cuja alteração se imponha para permitir a desapropriação da propriedade rural, mediante o pagamento de indenizações com terras de igual valor.

Art. 3º – No dia 7 de outubro de 1962, mediante plebiscito realizado em todo o território nacional, o povo manifestará a sua preferência sobre modalidades de governo presidencialista ou parlamentarista.

§1º – A escolha do governo presidencialista tornará obrigatória, na estruturação deste, a adoção dos seguintes itens:

- I) Exercício do Poder Executivo pelo presidente da República em competência conjunta com o Conselho de Ministros por ele presidido.
- II) Eleição nacional e direta do presidente da República.
- III) Nomeação dos ministros, pelo presidente da República, *ad referendum* do Congresso Nacional, e destituição dos mesmos pelo presidente da República, *ad nulum*, ou por deliberação do Congresso Nacional.
- IV) Planejamento de governo e deliberações referentes à política externa, à segurança e defesa do país, resolvidas pelo Conselho de Ministros, com a participação especial do Congresso Nacional e dos chefes do Estado-Maior das Forças Armadas.
- V) Responsabilização do presidente da República e ministros, por delitos graves e outras faltas mais graves, com suspensão de funções por efeito de decretação da acusação pela Câmara dos Deputados.

§ 2º – A escolha do governo parlamentarista tornará obrigatória, na estruturação deste, a adoção dos seguintes itens:

- I) Exercício do Poder Executivo pelo Conselho de Ministros, sob a presidência do primeiro-ministro, cabendo ao presidente da República o papel de chefe do Estado.
- II) Eleição indireta do presidente da República pelo Congresso Nacional.
- III) Nomeação dos ministros pelo presidente da República, dependente da indicação do primeiro-ministro e da aprovação pelo Congresso Nacional.

- IV) Planejamento de governo e deliberações referentes à política externa, à segurança e defesa do país, resolvidos na forma do § 1º, item IV, deste artigo.
- V) Destituição do governo, por expressão de desconfiança parlamentar, sem prejuízo de sua responsabilidade política e delituosa.

Art. 4º – A presente emenda entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o art.25 da Emenda Constitucional nº 4 e demais dispositivos em contrário.”³⁷²

Ao mesmo tempo, o jornal buscava se diferenciar da posição defendida na Conferência de Araxá, que defenderia “um plebiscito apenas sobre o Ato Adicional”, enquanto o *Correio da Manhã* apresenta uma posição de que o *referendum* deveria por em votação uma definição precisa dos sistemas parlamentarista e presidencialista, sendo que este último não deveria significar uma volta ao sistema da Carta de 1946, nem o primeiro deveria ser a manutenção daquele parlamentarismo híbrido.

“Ao povo, em sete de outubro, deve ser feita a consulta sobre a forma do regime. Essa consulta deve ter seus termos regulamentados pelo Congresso. Não se limita a questão em revogar ou manter o Ato Adicional, o que significaria a volta ao presidencialismo ou a manutenção do subparlamentarismo que outras crises têm dado ao país. Na lei que estabeleceu o plebiscito deverão ser definidos os princípios dos dois regimes, a fim de que o povo possa fazer uma escolha consciente.”³⁷³

O *Correio da Manhã* também apoiava a idéia do plebiscito a 7 de outubro, hipótese que, como veremos, não gozava de apoio de amplos setores dos partidos conservadores que temiam a vinculação direta de seus nomes com o parlamentarismo, que já era muito pouco popular. No trecho acima também é possível observar certa percepção da crise do regime, por parte de um instrumento de organização de certas frações das classes dominantes. Não se tratando em voltar ao presidencialismo da Carta de 46, *Correio da Manhã* expõe a necessidade de um “novo regime”.

O gabinete de Brochado da Rocha e luta pelo plebiscito: um Premier para o sacrifício

O gabinete de Brochado da Rocha teve como objetivo explícito a reversão ao sistema presidencialista, seguindo fielmente os interesses de João Goulart. Não só deste,

³⁷² *Correio da Manhã*, 15 de julho de 1962.

³⁷³ *Correio da Manhã*, 15 de julho de 1962.

pois muitos presidenciáveis às eleições previstas para 1965, como Juscelino Kubitschek, Juracy Magalhães e Magalhães Pinto, queriam se livrar o mais breve possível do incômodo sistema parlamentarista. Enquanto Kubitschek colocar-se-ia desde o princípio em oposição à emenda parlamentarista, o governador mineiro buscou, através de manobras junto ao Supremo Tribunal Eleitoral, caracterizar o novo sistema inconstitucional e depois antecipar a realização do plebiscito.³⁷⁴ Como já afirmamos acima, a consulta de Magalhães Pinto ao TSE foi resultado de resolução aprovada na reunião dos governadores de Araxá, à qual o tribunal respondeu que estava a decisão fora de seu escopo.

No dia 13 de julho, na coluna do jornalista Carlos Castelo Branco na *Tribuna da Imprensa*, o mesmo afirmara que o novo premier estaria empenhado em liquidar o Ato Adicional, tarefa cuja execução não teria outro recurso senão contar com “o amparo do sr. João Goulart e do *dispositivo militar e sindical* que este conseguiu mobilizar para compelir as maiorias da Câmara e dos partidos a se renderem diante de fatos consumados”.³⁷⁵ Em se tratando de um órgão de propriedade do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, ainda que possa ser levada em conta uma certa autonomia do jornalista parlamentar,³⁷⁶ a forma de exposição da notícia traz embutida a percepção dos setores mais conservadores sobre o processo político brasileiro, atribuindo à Goulart a greve geral, hipótese difícil de ser sustentada, como já discutimos acima. Mas o que interessa é que não escapavam aos analistas as intenções do novo premier.

Ainda no final de julho, Brochado da Rocha concedeu entrevista coletiva a jornalistas no Palácio do Planalto,³⁷⁷ onde ficaria clara a intenção do *premier* em antecipar a consulta plebiscitária. Reafirmando o conteúdo do discurso proferido quando da aceitação do cargo no plenário da Câmara dos Deputados, Brochado pôs como questão de primeira ordem a legitimidade do sistema parlamentar e a antecipação da consulta plebiscitária, além de reafirmar a necessidade de que o Congresso concedesse ao novo gabinete poderes especiais (a delegação de poderes), como forma de enfrentar as graves questões do desabastecimento e da carestia de vida na conjuntura da crise econômica.

³⁷⁴ *Correio da Manhã*, 7 de julho de 1962, capa.

³⁷⁵ BRANCO, *Introdução à revolução de 1964*, op. cit., p.22, grifos nossos.

³⁷⁶ No início de 1963, após o plebiscito, a coluna do Castelo se transferiu para o *Jornal do Brasil*.

³⁷⁷ A reprodução do colóquio está depositada no Arquivo Nacional, no fundo do Conselho de Ministros Parlamentarista 1T-05 (Gabinete Brochado da Rocha), “Entrevista concedida pelo Primeiro-ministro Brochado da Rocha aos jornalistas credenciados no Palácio do Planalto, em 27/7/1962, após a reunião do Conselho de Ministros.”

“De outra parte, sem a delegação legislativa, o Gabinete não estaria em condições de realizar obra capaz de minorar o sofrimento daqueles que sofrem os tremendos efeitos do excesso de liquidez existente no País. A moeda facilita a compra e a retenção de estoques. Enquanto a produção nacional de gêneros alimentícios, salvo o do feijão, é maior do que o consumo do nosso povo, faltam gêneros para alimentação deste povo. *Quero dar ênfase especial a esses dois pontos: o Gabinete condiciona, ou renova o propósito de condicionar a sua existência à realização do plebiscito e, de outra parte, também se acha vinculado à obtenção da delegação de poderes para que possa servir o nosso povo.* Falo como Presidente do Conselho, sob a responsabilidade que decorre do meu investimento nesta função. Falo depois de ter ouvido com todo o respeito o sábio conselho de meus eminentes colegas de Gabinete. O povo brasileiro poderá ter a certeza de que o programa do Primeiro-Ministro e o programa do Governo não se resumirão em simples palavras. O Gabinete tudo fará para transformá-los em realidade e não descansará enquanto não obtiver as condições legais que o habilitem a agir de forma apropriada. Esta é a matéria mais relevante que constou dos debates da reunião de hoje do Gabinete ministerial.”³⁷⁸

Outro ponto relevante na entrevista tem a ver com o argumento básico que acompanhará a argumentação de Brochado da Rocha, a saber, a questão da diferença entre a “legalidade” e a “legitimidade” do parlamentarismo. Nesta entrevista, respondendo a uma interpelação de um jornalista – “Sr. Ministro, o sr. considera o atual governo legítimo?” –, o premier respondeu: “Legal. Há uma questão de legalidade e uma questão de legitimidade. Legal é, inquestionavelmente legal. O ato do Congresso foi inquestionavelmente legal, a meu ver.”³⁷⁹ Posteriormente, no início de agosto, parlamentando na Universidade do Rio Grande do Sul, em presença de autoridades locais, como o reitor e o governador Leonel Brizola, Brochado da Rocha deu às claras qual distinção fazia entre “legalidade” e “legitimidade”:

“Sou dos que pensam que na crise de agosto o Congresso Nacional superou um episódio que talvez tivesse conseqüências catastróficas. O Congresso venceu com habilidade e patriotismo um ponto dos mais delicados da história do nosso País. Mas se assim foi, *se o Congresso exercitando os seus poderes legais, agindo pelo bem de nossa Pátria, esse Congresso tem, igualmente, o dever de devolver ao povo o direito que lhe pertence do exercício de todo o poder.* (Palmas).

Todo o poder – diz a nossa Constituição – emana e pertence ao povo e em seu nome é exercido.

Seus representantes, numa hora grave, ante a ameaça da guerra civil, poderão superar uma dificuldade e estabelecer uma nova forma governativa

³⁷⁸ *Idem*, p.2.

³⁷⁹ *Idem*, p.4-5.

para a Nação. Mas, *cessados os perigos que deram motivo a tal procedimento, esses representantes, se são representantes, devem consultar o povo, em plebiscito livre, que defina o que é o primeiro direito de um povo livre, o de dizer sob que regime governamental quer, efetivamente, existir.* (Palmas).

O governo que tenho a honra de presidir é absolutamente legal. Decorre do texto da Constituição, mas o governo que tenho a honra de presidir também tem o dever de pedir, de exigir que o povo se manifeste sobre a existência deste mesmo governo e fale quanto à sua *legitimidade*. (Palmas). Só o Poder Executivo que tenha sido eleito neste País, este Poder Executivo, emanação da vontade popular, é o atual Presidente da República que tem o seu mandato consagrado em urnas livres.

O Conselho de Ministros é um arco de ponto entre este Presidente e o Congresso Nacional que tem a vida no texto *legal*, mas sem, até agora, qualquer *legitimidade popular*. (Palmas).³⁸⁰

Ainda no fim do mês de julho, após a rejeição pelo TSE da representação do governador mineiro sobre a marcação da data do plebiscito, surgiram rumores de que Goulart utilizaria expedientes como pronunciamentos militares e mesmo uma nova greve geral, para arrancar do Congresso a antecipação da consulta.³⁸¹ No início de agosto já começariam a aparecer notícias de que os ministros militares tenderiam a criar uma interpretação própria da legalidade, reconhecendo na pessoa do Presidente da República a verdadeira encarnação da legalidade, já que o mesmo era formalmente o chefe de Estado e comandante constitucional das Forças Armadas.³⁸²

Com a proximidade das eleições de outubro, quando muitos parlamentares voltariam às suas bases eleitorais, previa-se um esforço concentrado no mês de agosto e início de setembro para que o Congresso aprovasse o maior número de matérias consideradas urgentes, como era o caso, para o grupo em torno de Goulart, da antecipação do plebiscito. Para isto era necessário que o próprio Brochado da Rocha colocasse para o Congresso a questão de confiança nestes termos: caso o Congresso recusasse a delegação de poderes e a convocação do plebiscito, o mesmo renunciaria. Ainda no início de agosto, o ministro da Guerra Nelson de Mello emitiria uma nota sobre a permanência da crise, fazendo a seguinte caracterização:

³⁸⁰ “Discurso pronunciado pelo primeiro-ministro Brochado da Rocha na Universidade do Rio Grande do Sul, no dia 2 de agosto de 1962.” Arquivo Nacional, fundo Conselho de Ministros Parlamentarista 1T-05 (Gabinete Brochado da Rocha), p.4-5, grifos nossos.

³⁸¹ Ver a coluna do Castelo de 27 de julho de 1962. CASTELO BRANCO, *Introdução à Revolução de 1964*, op. cit., p.27.

³⁸² *Idem*, p.28.

“O motivo das crises reside no fato de se ter mudado o sistema de governo sem que até agora o povo fosse chamado a opinar sobre a transformação tão radical. A continuar tal falha, estaria em causa a própria legitimidade do sistema de governo. É da mais alta oportunidade de que a Nação seja convocada para as urnas, para a realização do plebiscito.”³⁸³

Já o movimento sindical, que agora contava com a coordenação nacional de suas lutas através do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), declarando-se em oposição ao gabinete de Rocha, como já dissemos acima, substituiu a tese do “gabinete nacionalista” pela da antecipação do plebiscito para viabilizar as reformas de base, e da necessidade de que se formasse um “governo nacionalista e democrático” para o cumprimento de tal tarefa.³⁸⁴ Em manifesto do CGT divulgado em meados de agosto, pode-se ler o seguinte:

“Tendo em conta que todo o Poder emana do povo e em seu nome tem de ser exercido, somos favoráveis a uma consulta popular, porém declaramos à Nação que as medidas que o povo reivindica não dependem, fundamentalmente, desta consulta.” (...) “Como dirigentes da classe operária, temos o dever de alertar os trabalhadores que, por si só, sem conteúdo social e econômico, o plebiscito não dará solução nenhuma aos problemas que afligem ao nosso povo. Tanto assim que o ilustre sr. João Goulart, presidente da República e com quem lutamos ombro a ombro há muitos anos, deve vir a público assumir o compromisso de organizar um Governo nacionalista e democrático, caso o povo lhe devolva, pelo plebiscito, o Poder que lhe foi furtado em consequência do conluio entre entreguistas e inimigos da Pátria.”³⁸⁵

No início de setembro, em face das dificuldades no Congresso, o CGT declarou apoio à proposta do Primeiro Ministro de delegação de poderes e da tese do plebiscito. Já os comunistas, com peso incontestável no CGT, definiram posição favorável à antecipação do plebiscito, mas fazendo algumas ressalvas importantes, como a de que os problemas do povo brasileiros estariam para além da alternativa parlamentarismo *versus* presidencialismo, e de que o governo só poderia dar cabo dos problemas estruturais do país se cessasse a política de conciliação com o latifúndio e o imperialismo.³⁸⁶

³⁸³ *Diário de Notícias*, 07 de agosto de 1962, citado em BANDEIRA, *O governo João Goulart*, op. cit., p.235.

³⁸⁴ Observe-se que a substituição de “gabinete” por “governo” significava que a esquerda sindical não mais aceitava os limites do sistema parlamentarista e estava em franca campanha pelo retorno do presidencialismo por identificá-lo como o sistema mais adequado para a execução das reformas de base e de ganhos materiais para os assalariados.

³⁸⁵ Reproduzido em *Bancário*, n.44, 15 de agosto de 1962.

³⁸⁶ “O sr. João Goulart e outros representantes da burguesia alegam que o obstáculo à realização das reformas reside no sistema parlamentarista, porque este fraciona os poderes, dilui a autoridade governamental e

Em 18 de agosto parecia que o governo e a maioria conservadora da Câmara havia chegado a um acordo sobre o plebiscito, através da proposta de emenda constitucional apresentada por Oliveira Brito (PSD-BA). Segundo esta, a decisão sobre o plebiscito deveria ser atribuição do novo Congresso eleito nas eleições outubro, que passaria a possuir poderes de uma constituinte, podendo o plebiscito ser realizado em abril de 1963. A articulação em torno do acordo para a emenda Oliveira Brito, foi narrada à época desta forma:

“Cessou esta madrugada a resistência do chamado comando parlamentar udeno-pessedista, que durante o ano se opôs à realização do plebiscito em torno do Ato Adicional. Foi o Governador Magalhães Pinto, tão hostilizado por esse comando em face de suas iniciativas favoráveis ao atendimento da reivindicação do sr. João Goulart, o articulador e negociador final da solução de compromisso entre o Presidente, o Primeiro-Ministro e as lideranças parlamentares.

Os líderes do PSD, da UDN e do PSP concordaram em que a atual Câmara, e não a próxima, vote a emenda constitucional, a chamada emenda Oliveira Brito, acrescida de um dispositivo segundo o qual, se o futuro Congresso não modificar o Ato Adicional, será este submetido a plebiscito no dia 15 de abril de 1963 e, na hipótese de se realizarem modificações, o novo texto constitucional será igualmente submetido a consulta plebiscitária sessenta dias depois de sua aprovação.

A votação da emenda Oliveira Brito, acrescida, se dará, segundo o compromisso dos líderes, no próximo esforço concentrado, marcado para o período entre 10 e 15 de setembro próximo.”³⁸⁷

Mas, ao dar poderes constituintes ao novo Congresso, a emenda Oliveira Brito também abria possibilidades para uma demora ainda maior na realização da consulta, além de ser uma medida que fortaleceria o poder Legislativo. Isto levou a que o próprio Goulart procurasse rever o acordo.³⁸⁸ Também não é possível afirmar, como fazem Argelina

impossibilita a execução eficaz de um programa administrativo. Afirmam que, sem a antecipação do plebiscito e a volta ao presidencialismo, não pode haver reformas de base. Esse argumento, entretanto, destina-se a ocultar ao povo a essência do problema. Os comunistas são favoráveis à realização do plebiscito, no mais curto prazo, porque o povo deve ser consultado sobre a forma de governo, alterada sem o seu consentimento por uma maioria parlamentar reacionária. Mas a solução dos problemas nacionais não depende da escolha entre o parlamentarismo e o presidencialismo. O empecilho às reformas estruturais não está na forma de governo, mas na composição dos órgãos governamentais, na política de conciliação com o imperialismo e o latifúndio.” *Novos Rumos*, 31 de agosto a 6 de setembro de 1962, p.4.

³⁸⁷ CASTELO BRANCO, *Introdução à Revolução de 1964*, op. cit., p.45.

³⁸⁸ Ao mesmo tempo, segundo Paulo Schilling, o governador Leonel Brizola articulava um plano de “golpe progressista”, cujos aliados seriam os oficiais nacionalistas, como Osvino Alves e Jair Dantas Ribeiro, o CGT e o próprio Brochado da Rocha. A controversa versão é intrigante, tendo-se em conta que o próprio Schilling era elemento ligado a Brizola. Segundo o mesmo, todos os fatos da radicalização política no mês de setembro, que narraremos agora, estariam ligados a tal esquema golpista. Ver SCHILLING, *Como se coloca a direita*

Figueiredo³⁸⁹ e Lúcia Hippólito,³⁹⁰ que a emenda Oliveira Brito era muito mais interessante para encaminhar as reformas de base além de resolver a questão do plebiscito, pois é possível encontrar a opinião de que, ao contrário, a emenda institucionalizava o sistema parlamentarista além de considerar o plebiscito como secundário. O então ministro do Trabalho, Hermes Lima, assim se referiu ao projeto:

“A emenda, entretanto, dá ao Ato Adicional como já consagrado pela soberania popular. Tanto assim é que o toma como ponto de partida e de referência do labor constitucional do futuro Congresso. Mas a crise institucional decorre basicamente do fato de haver o Ato Adicional sido adotado sem que o povo sobre ele se pronunciasse.” (...)

“Na emenda Oliveira Brito, o plebiscito está inserido numa cláusula de caráter penal. O plebiscito, de que trata o art. 25 do Ato Adicional, só será realizado se o Congresso não concluir dentro de três meses a votação das matérias relativas ao Ato Adicional, nos termos do parágrafo único do art. 4 da emenda.

Desse modo, se o Congresso não houver começado a reforma, nada de plebiscito. Se a considerar concluída através de ligeiras alterações de somenos importância, nada de plebiscito.

De modo geral, a emenda Oliveira Brito é uma manobra para ganhar tempo. Ela não marca data certa para o plebiscito. Coloca o plebiscito apenas como mera penalidade. Ela visa oferecer ao futuro Congresso a oportunidade, que ele usará se quiser, de reforçar o dispositivo parlamentar contra as atribuições atuais do presidente da República.

Na letra e no espírito da emenda Oliveira Brito, a reforma constitucional será uma arma atribuída ao futuro Congresso na esperança de que ela sirva ao propósito udenista-pessedista de levar à renúncia do Presidente da República.”³⁹¹

Outro problema era a desconfiança de que o acordo entre os líderes das bancadas fosse descumprido pelas bases, além do fato da votação ter dificuldades em relação ao *quorum* no mês de setembro. Mas outros eventos se desenvolviam na cena política no início do mês de setembro, determinando o desfecho que acabou se impondo.

No dia 6 de setembro de 1962 houve o “Comício da Independência”, no Largo do Machado (GB), com Leonel Brizola, Aurélio Viana, Elói Dutra, Sérgio Magalhães e Oswaldo Pacheco entre outras lideranças da esquerda nacionalista, candidatos da Aliança Socialista e Trabalhista (PSB-PTB), às eleições de outubro. As reivindicações eram as

no poder, op. cit., p.234-238.

³⁸⁹ FIGUEIREDO, *Democracia ou reformas*, op. cit., p.80-81.

³⁹⁰ HIPOLITO, *PSD, de raposas e reformistas*, op. cit., p.219, nota.

³⁹¹ Documento depositado no fundo particular de Hermes Lima no arquivo do CPDOC/FGV, 62.09.00.

seguintes: 1) contra a espoliação imperialista; 2) pela reforma agrária radical; 3) contra o poder econômico; 4) por um governo nacionalista e democrático; 5) pelas reformas de base; 6) contra a carestia; 7) pela revisão do salário mínimo; 8) pelo plebiscito a 7 de outubro. O deputado Sérgio Magalhães terminou o seu discurso dizendo que “Somente o plebiscito pode dizer qual o regime em que desejamos viver”.³⁹² No mesmo sentido foi o discurso de Brizola, que ameaçou os congressistas:

“Agora é preciso alertar os deputados e senadores, que este é o momento em que o povo exige o direito de se pronunciar pelo regime que deseja. Que os deputados e senadores não neguem esse direito, porque, em caso contrário, ninguém se responsabilizará pelo que o povo irá decidir!”³⁹³

Em 11 de setembro, o CGT divulgou novo manifesto onde exigia a realização do plebiscito para coincidir com as eleições de outubro,³⁹⁴ tese rejeitada pela maioria conservadora do Congresso que temia ser penalizada por uma associação com o impopular parlamentarismo nas mesmas eleições. A notícia de que o CGT planejava outra greve geral era explícita nas declarações do comando à imprensa, e o fato chegou a ser pautado em uma das últimas reuniões do Conselho de Ministros chefiado por Brochado da Rocha. Na ata da reunião de 11 de setembro, o então ministro da Aeronáutica, brigadeiro Reinaldo de Carvalho, dá a seguinte declaração:

“Quería trazer ao conhecimento do Conselho um fato da maior gravidade, comunicado do Rio de Janeiro. É que o Sindicato dos Aeronautas e Aeroviários comunicou ao Diretor da Aeronáutica Civil que, se não for votado o plebiscito, eles entrarão em greve em 15 de setembro. Como esse fato é grave, e esse Sindicato tem ligações com outros Sindicatos, estou comunicando, inclusive já tendo tomado diversas providências preventivas.”³⁹⁵

Em seguida falou o ministro da Justiça, Cândido de Oliveira Neto:

“O Conselho ouviu a comunicação do Ministro da Aeronáutica, e parece que em matéria de greve devíamos delegar ao Ministro do Trabalho poderes para as providências indicadas.”³⁹⁶

³⁹² *O Semanário*, n.298, 13 de setembro de 1962, p.5.

³⁹³ *Idem*.

³⁹⁴ Manifesto reproduzido em *Bancário*, n.51, 12 de setembro de 1962.

³⁹⁵ “Notas taquigráficas da reunião do Conselho de Ministros realizada em 11 de setembro de 1962.” Fundo Conselho de Ministros Parlamentarista 1T-05 (Gabinete Brochado da Rocha), Arquivo Nacional (RJ), p.1.

³⁹⁶ *Idem*.

No que o titular da pasta do Trabalho, Hermes Lima, respondeu: “Tomei conhecimento da comunicação do Ministro da Aeronáutica.”³⁹⁷ Neste mesmo dia a imprensa divulgava a declaração do general Peri Constant Bevilaqua, que acabava de assumir a chefia do II Exército (SP): “Se a aspiração popular é pelo Plebiscito, o Congresso Nacional não deve negá-lo!”³⁹⁸ Líder do chamado “grupo compacto” do PTB, o deputado federal Almino Afonso também destacaria a necessidade do Congresso “dar ao povo o direito de decidir se esse caminho [a instituição do parlamentarismo] foi correto ou não”, aprovando o plebiscito para coincidir com as eleições de 7 de outubro.³⁹⁹

Brochado da Rocha resolveu então colocar a “questão de confiança” perante o Congresso em torno do problema da delegação de poderes e do plebiscito. Como é sabido, nos sistemas parlamentaristas a “questão de confiança” é uma atitude do premier face ao Parlamento, estando o próprio cargo de primeiro-ministro condicionado a aceitação ou não de sua demanda. Em suma, com a recusa do Congresso à “questão de confiança”, Brochado da Rocha renunciaria. Na dramática última reunião daquele Conselho de Ministros, a 13 de setembro, o premier colocou novamente a questão da ilegitimidade do sistema parlamentar em termos indicativos de que pretendia ir às últimas conseqüências em sua atitude:

“O regime é, sem dúvida, legal, mas é sem dúvida, ilegítimo. Os dias que decorrem entre a reunião informal do Ministério, realizada em Brasília e a realização do esforço concentrado, dediquei-me ao exame profundo da situação, verificando que não é possível, sem agravo, realizar as eleições para o novo Congresso, sem decidir o plebiscito. Esta é a norma geral que vigora em todos os países em que o povo é soberano, em todos os países em que o Governo, pela opinião esclarecida de seu povo...”⁴⁰⁰

Por sua vez, o comandante de III Exército (Rio Grande do Sul), general Jair Dantas Ribeiro, enviou um telegrama ao ministro da Guerra, Nelson de Mello, afirmando que não teria condições de manter a ordem pública no estado caso o Parlamento se recusasse a aprovar a realização do plebiscito. A 13 de setembro, mesmo dia em que foi rejeitada a emenda Oliveira Brito, foi publicada a seguinte declaração do general Dantas Ribeiro na imprensa:

³⁹⁷ *Idem*, p.2.

³⁹⁸ *Última Hora*, 11 de setembro de 1962.

³⁹⁹ *Idem*.

⁴⁰⁰ Notas taquigráficas da reunião do Conselho de Ministros realizada em 13 de setembro de 1962.” Fundo Conselho de Ministros Parlamentarista 1T-05 (Gabinete Brochado da Rocha), Arquivo Nacional (RJ), p.5.

“Face à intransigência do Parlamento... e tendo ainda em vista as primeiras manifestações de desagrado que se pronunciam nos territórios dos Estados ocupados pelo III Exército, cumpre-me informar a V. exa., como responsável pela garantia da lei, da ordem... e da propriedade privada deste território, que me encontro sem condições para assumir a segurança e êxito a responsabilidade do cumprimento de tais missões, se o povo se insurgir pela circunstância de o Congresso recusar o plebiscito para antes ou no máximo simultaneamente com as eleições de outubro próximo vindouro.”⁴⁰¹

Os generais Osvino Alves e Peri Constant Bevilaqua, comandantes do I e II Exércitos, respectivamente, solidarizaram-se com Dantas Ribeiro. Apenas o general Castelo Branco, comandante do IV Exército, recusou-se a apoiar a declaração. O ministro da Guerra, contrariado, considerou a declaração do comandante do III Exército uma manifestação de insubordinação, já que o mesmo tinha o dever constitucional de manter a ordem a qualquer custo. O movimento sindical resolveu solidarizar-se com Dantas Ribeiro e convocou uma greve nacional para exigir a antecipação do plebiscito.

Em 14 de setembro, Brochado da Rocha renunciou.⁴⁰² Na edição especial do semanário comunista *Novos Rumos*, quando se anunciava que o CGT preparava uma nova greve geral, aparecia a declaração do general Jair Dantas Ribeiro nos seguintes termos: “O povo é soberano no regime democrático. Negar-lhe o direito de pronunciamento sobre o sistema de governo que lhe foi imposto, é abominar o regime ou querer destruí-lo.”⁴⁰³ A greve geral estourou no dia seguinte, tendo uma adesão inferior à daquela realizada em julho, mas não foi menos radicalizada e importante. Nos bastidores, com o temor de que Goulart indicasse um novo gabinete cujo Ministério da Guerra seria ocupado pelo general Osvino Alves, o general Nelson de Mello, ao lado do então senador Juscelino Kubitschek,⁴⁰⁴ do deputado Gustavo Capanema (PSD-MG) e do líder do PSD Amaral Peixoto, articulou a aprovação de uma emenda do também senador pessedista Benedito Valadares (PSD-MG) ao projeto de Capanema que, originalmente era para a institucionalização do parlamentarismo, marcando a data do plebiscito e estabelecendo um

⁴⁰¹ *O Estado de São Paulo*, 13 de setembro de 1962.

⁴⁰² Doze dias após sua renúncia, no dia 26 de setembro, Brochado da Rocha faleceu em Porto Alegre.

⁴⁰³ *Novos Rumos*, 14 de setembro de 1962, capa.

⁴⁰⁴ Segundo relatou Afonso Arinos em entrevista a Aspásia Camargo e Maria Clara Mariani, posteriormente Kubitschek teria se arrependido de incentivar Goulart a sabotar o parlamentarismo. Juscelino teria dito a Afonso Arinos que inclusive utilizou palavras duras para que Jango tomasse providências, dizendo que “Seu filho vai ter vergonha de você quando crescer, porque você foi o único presidente que se deixou castrar” Entrevista publicada em *O intelectual e o político: encontros com Afonso Arinos*. Senado Federal: Dom Quixote; Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 1983, p.193.

prazo de noventa dias para a aprovação de uma emenda constitucional regulamentando o sistema escolhido pelos eleitores na consulta. Na madrugada do dia 15, fruto de um acordo em meio à polarização política e a conflagração de uma nova greve geral, por 169 votos a 83 foi aprovado o projeto que antecipava o *referendum* para o dia 6 de janeiro de 1963. No parágrafo segundo do projeto,⁴⁰⁵ se estabelecia que, caso o Congresso não aprovasse a emenda constitucional no prazo previsto, vigoraria automaticamente o resultado da consulta popular, continuando a valer a Emenda Constitucional N° 4 (Ato Adicional), ou voltando a vigorar a plenitude da Constituição presidencialista de 1946.

O balanço da greve geral de setembro

Um dos elementos que explicam a greve ter sido mais fraca que a de 5 de julho diz respeito ao dia da semana em que esta se realizou: um sábado, quando muitos trabalhadores já estariam de folga. No entanto, é preciso lembrar que algumas importantes categorias, como a dos bancários – sem falar nos trabalhadores em transportes –, ainda realizavam expediente aos sábados, tendo sido justamente neste ano em que conseguiram reverter este dia a mais em sua jornada de trabalho.⁴⁰⁶ Também nos trabalhos que narram esta greve aparece a hipótese de que seu êxito está ligado ao dispositivo sindical-militar.⁴⁰⁷

No estado da Guanabara muitas categorias começaram a paralisação já no dia 14, como os ferroviários da Leopoldina e Central do Brasil, que foram novamente a primeira categoria a encerrar as atividades. Também pararam os portuários, aeroviários, marítimos, motoristas de ônibus, professores, bancários etc. Ficaram paralisadas as refinarias de Manguinhos e de Duque de Caxias no estado do Rio de Janeiro. As barcas Rio-Niterói paralisaram suas atividades às 21:30 do dia 14.⁴⁰⁸ Em Minas Gerais 15 mil metalúrgicos pararam no dia 14 – sendo os trabalhadores da Mannesman os primeiros –, combinando o movimento com sua própria campanha salarial, mas muitas outras categorias só entraram em greve no sábado dia 15.⁴⁰⁹

⁴⁰⁵ Lei complementar n° 2, de 16 de setembro de 1962, ao Ato Adicional. Citado em BRANCO, *Introdução a Revolução de 1964*, op. cit., p.224.

⁴⁰⁶ Ver, MATTOS, *Novos e velhos sindicalismo*, op. cit., .

⁴⁰⁷ Sérgio Amad Costa, por exemplo, diz o seguinte: “Durante o movimento de 15 de setembro, as Forças Armadas deram apoio e proteção aos grevistas, pois a parede visava sobretudo conquistar a antecipação do plebiscito e a maioria dos militares era a favor do presidencialismo e também vinha pressionando o Congresso para a aprovação do plebiscito.” COSTA, S. A. *CGT e as lutas sindicais brasileiras*, op. cit., p.92.

⁴⁰⁸ *Correio da Manhã*, 15 de setembro de 1962.

⁴⁰⁹ *Correio da Manhã*, 15 de setembro de 1962, p.5.

Do mesmo jeito que na anterior, no caso da greve geral pelo plebiscito realidades regionais e paralisações parciais combinaram-se à greve nacional de 15 de setembro. Foi o caso, por exemplo, dos trabalhadores em carris urbanos da cidade de Santos, que, desde o dia 11 haviam entrado em greve por melhores salários. No dia seguinte, quando tudo indicava que a paralisação chegaria ao fim, os grevistas foram surpreendidos com a fuga do prefeito e a prisão de doze sindicalistas por policiais que realizavam um cerco na Prefeitura, o que levou a que diversas categorias entrassem em greve de solidariedade. Assim, quando o CGT decretou a greve geral, a cidade de Santos já estava quase inteiramente paralisada.⁴¹⁰ Outro dado importante é a atitude do MSD, braço sindical do complexo IPES/IBAD, de sabotar o movimento grevista. No balanço da greve, o Fórum Sindical de Debates de Santos divulgou nota com o seguinte dizer:

“A greve revelou, na prática, quais os adversários dos trabalhadores. Mostrou o papel intrigante e divisionista da corja agrupada em torno do Movimento Sindical Democrático [MSD] e do Movimento de Orientação Sindicalista, cuja função é entregar os operários aos seus inimigos.”⁴¹¹

O movimento sindical da cidade de Santos ficou mobilizado até o dia 18, quando os doze sindicalistas foram soltos. Novamente a cidade de São Paulo não aderiu à greve.

No Rio Grande do Sul, o mesmo MSD fez campanha ofensiva contra a greve, ao lado dos Círculos Operários do Rio Grande do Sul, organização direitista ligada às alas conservadoras da Igreja Católica.⁴¹² A Delegacia Regional do Trabalho, a imprensa e a Brigada Militar também fizeram campanha contra a greve. Com a decretação da greve, seguiu-se forte repressão. Segundo Marcos André Jakoby,

“Pela manhã, agentes do DOPS – sob a ordem do Chefe de Polícia –, acompanhados de integrantes da Guarda Civil e soldados da Brigada Militar reprimiram o piquete grevista que ocupava um caminhão com auto-falantes que conclamavam os trabalhadores em atividade a aderirem à greve. Aos menos onze manifestantes que integravam o piquete foram detidos. Na rua General Câmara, em frente ao Sindicato dos Gráficos, ocorreu um confronto entre os trabalhadores e a polícia. Um policial ficou com a mão fraturada e vários manifestantes ficaram feridos. Mais uma vez, alguns sindicalistas foram presos e levados ao DOPS, entre eles, Luís Vieira da Silva.”⁴¹³

⁴¹⁰ SILVA, *A carga e a culpa*, op. cit., p.178-179.

⁴¹¹ FSD & USOMS, “Ao Povo da Baixada Santista! Aos Trabalhadores!” *O Diário*, 18 de setembro de 1962, apud SILVA, *A carga e a culpa*, op. cit., p.179.

⁴¹² JAKOBY, *A organização sindical dos trabalhadores metalúrgicos de Porto Alegre*, op. cit., p.149-150.

⁴¹³ *Idem*, p.153.

Ainda segundo este autor, diversos dirigentes da esquerda sindical gaúcha fizeram críticas à direção do CGT por ter marcado a paralisação para um sábado, o que impediu um impacto maior da greve.⁴¹⁴ Ainda assim, um destes críticos, o vereador e líder metalúrgico José Mesquita Filho, fez um balanço positivo do movimento, enfatizando o sucesso no encaminhamento das reivindicações econômicas, como a assinatura por Goulart de um acordo para a revisão do salário mínimo.⁴¹⁵

No manifesto divulgado pelo CGT no dia seguinte à greve, com o balanço da mesma, lê-se o seguinte:

(...) “Reclamávamos a realização do plebiscito junto às eleições gerais porque achamos que o povo é que deve escolher as formas institucionais que julgar convenientes.” (...) “A greve, plenamente vitoriosa, foi mais uma demonstração pujante da poderosa unidade, organização e combatividade da classe trabalhadora, que assume, desta forma, o seu decisivo papel na vida nacional.

A classe trabalhadora e suas organizações sindicais sob a orientação e direção do Comando Geral dos Trabalhadores, cumpriram, mais uma vez, o seu patriótico dever. Com a greve derrotamos a intransigência de uma maioria parlamentar reacionária e retrógrada. O caminho do plebiscito foi aberto e, também ao presidente da República foram concedidas todas as condições para a constituição de um governo nacionalista e democrático.”⁴¹⁶

O movimento sindical também conseguiu arrancar do governo um compromisso de revisão dos índices do salário mínimo, lutando a partir daí para um aumento de 100%, como forma de recuperar as perdas acumuladas devido ao aumento da inflação. O aumento, entretanto, só viria no início de 1963, quando Goulart executaria sua manobra decisiva para obter o apoio dos trabalhadores no plebiscito de 6 de janeiro. Este e outros temas são o alvo de nosso próximo capítulo, que versa sobre a campanha pró-presidencialismo.

⁴¹⁴ *Idem*, p.160.

⁴¹⁵ *Idem*, p.157.

⁴¹⁶ O manifesto do CGT está reproduzido em *Bancário*, n.52, 18 de setembro de 1962, p.2.

Capítulo 3 – A liquidação do parlamentarismo: a “verdadeira eleição de Goulart”

O gabinete de Hermes Lima

No dia 18 de setembro, Goulart nomeou Hermes Lima (PSB-BA) como primeiro-ministro interino. Tratava-se de um gabinete cuja função era preparar a liquidação do sistema parlamentar e um Conselho de Ministros praticamente com “aviso prévio”, com data e hora para terminar quando do previsível resultado do plebiscito. Isto, de certa forma, contribuiu para que sua aprovação pelo Congresso fosse demorada, sendo sancionado mais de dois meses depois, no dia 6 de dezembro, com 137 votos a favor contra 27, e 3 abstenções.⁴¹⁷ Sobre esta demora na aprovação de seu gabinete, Hermes Lima escreveria mais tarde em suas memórias:

“É possível que, na idéia de muitos, o prolongamento do Gabinete provisório até a realização do plebiscito independente da aprovação parlamentar correspondesse à imagem antecipada do presidencialismo pelo qual se lutava; ou que se devia procrastinar até o resultado das urnas pelo receio de um voto contrário da Câmara, o que abriria, dentro da campanha antiparlamentarista, dificuldade inesperada.”⁴¹⁸

O que é certo é que seu gabinete funcionou na prática desde sua nomeação, tendo sua composição sofrido apenas uma alteração, que logo comentaremos. Na verdade a emenda Capanema-Valadares, que antecipou o plebiscito, também autorizava Goulart a constituir imediatamente um Conselho de Ministros provisório, sem a prévia autorização do Congresso.

Lima ainda acumulou a pasta das Relações Exteriores. O novo *premier* substituiu o general Nelson de Mello pelo general Amaury Kruehl⁴¹⁹ no Ministério da Guerra.

⁴¹⁷ *O Globo*, 7 de dezembro de 1962, *Correio da Manhã*, 7 de dezembro de 1962. Note-se que a maior parte das narrativas fala da aprovação do Gabinete de Hermes Lima no dia 29 de novembro, como no verbete de COUTINHO, Amélia. “Hermes Lima.” DHBB, CD-Rom. A confusão também aparece na imprensa da época, como na edição de 30 de novembro de jornal *Diário Carioca*, que noticiou a aprovação do gabinete.

⁴¹⁸ LIMA, Hermes. *Travessia: memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974, p.254.

⁴¹⁹ Amigo pessoal de Goulart, ironicamente Kruehl participou do esquema conspiratório contra seu governo e o regime populista. Praticamente todos os analistas do período desconhecem as ligações de Kruehl com a conspiração golpista. Existe uma interpretação consagrada que vê Kruehl como uma adesão de última hora, após o início das movimentações do general Olympio Mourão Filho no dia 31 de março de 1964. Dreifuss demonstra através da farta documentação que, desde a época em que ocupava o Ministério da Guerra de Goulart, Kruehl participava das reuniões dos conspiradores, como a realizada em Petrópolis em março de 1963,

Compunham ainda o novo ministério: João Mangabeira (Justiça e Negócios Interiores), Renato Costa Lima (Agricultura), Darci Ribeiro (Educação e Cultura), brigadeiro Reinaldo Joaquim Carvalho Filho (Aeronáutica), Eliseu Paglioli (Saúde), Otávio Augusto Dias Carneiro (Indústria e Comércio), Celso Furtado (Ministro Extraordinário)⁴²⁰ e o general Albino Silva (Chefe da Casa Militar).

João Pinheiro Neto, que tinha trânsito junto ao CGT – tendo, inclusive, participado do IV Congresso Sindical em São Paulo, que fundou a entidade, na qualidade de subsecretário do Trabalho e da Previdência Social, ligado diretamente a Hermes Lima – foi confirmado na pasta do Trabalho, o que agradou os sindicalistas, que esperavam encaminhar a demanda de revisão do salário mínimo em 100% e garantir o pagamento do 13º salário com base na remuneração do mês de novembro. As demandas dos sindicalistas eram parte do acordo para que estes apoiassem o governo na reversão ao sistema presidencial, e tais demandas foram motivo de uma série de manifestações do movimento sindical ainda no ano de 1962, além de greves e mobilizações de categorias particulares.⁴²¹ Tal como outros burocratas do governo, Pinheiro Neto também tentou impedir a greve geral de 15 de novembro, no que ofereceu em troca a negociação das demandas econômicas do movimento sindical.

Após a reformulação do gabinete em setembro, a cena política esteve tomada pelas eleições gerais de 7 de outubro de 1962. Nestas os eventos mais relevantes foram: os pesados investimentos ilegais feitos pelo IBAD na campanha de seus candidatos, o que provocou, no momento posterior, a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as “caixinhas secretas do IBAD”; e a eleição de uma série de candidatos ligados ao bloco nacional-reformista, com destaque para a votação espetacular de Leonel Brizola (243.951 votos) que concorreu pela Guanabara para a Câmara Federal. As esquerdas

ao lado do marechal Denys, o marechal Dutra e o almirante Heck, conforme consta no relatório da CIA de março de 1963. DREIFUSS, op. cit., p. 372. Moniz Bandeira também confirmou a participação de Kruehl na conspiração. Ver BANDEIRA, *O governo Goulart e as lutas sociais no Brasil*, op. cit., p.104.

⁴²⁰ Nesta pasta, Furtado foi encarregado de formular, junto com San Tiago Dantas, o programa de salvação da economia, o Plano Trienal.

⁴²¹ Entre as mobilizações de trabalhadores ainda em fins de 1962, destacam-se: a greve geral bancária, pelo pagamento do 13º e contra a proposta de reforma bancária de Daniel Faraco (em 6 de dezembro); e a greve dos trabalhadores marítimos (iniciada em 21 de dezembro e que durou 36 dias), que é declarada ilegal pelo próprio Hermes Lima e sofre dura repressão por parte do governo, com intervenções do aparelho de repressão para manter o transporte marítimo funcionando. Mas no caso desta última greve, como apontou Erickson em seu estudo, trata-se de um movimento liderado por elementos que não pertenciam à esquerda sindical, tendo inclusive o CGT condenado tal movimento. ERICKSON, *Sindicalismo no processo político no Brasil*, op. cit., p.160-161.

tiveram importantes vitórias nestas eleições. Segundo declarou à época Luís Carlos Prestes, 17 dos 409 deputados federais eleitos pertenciam ao PCB – naturalmente inscritos em outras legendas.⁴²² Na Guanabara a coligação Aliança Trabalhista-Socialista (PTB-PSB, e clandestinamente o PCB) ficou em primeiro lugar, com 408.602 votos, contra os 241.879 dados à UDN do governador Carlos Lacerda. Concorrendo para a Assembléia estadual, o líder comunista do CGT, Hércules Correa, foi o terceiro mais votado na Guanabara. O líder ferroviário comunista, Demistóclides Batista (o “Batistinha”), foi eleito para a Câmara federal pelo estado do Rio de Janeiro. Em Pernambuco, foi eleito Miguel Arraes (Partido Social Trabalhista), e o PTB duplicou sua bancada federal, tendo tido um crescimento considerável no Nordeste, fortalecendo a Frente Parlamentar Nacionalista na Câmara Federal.

Por outro lado, a “caixinha do IPES/IBAD” conseguiu arrecadar através do sistema bancário cerca de um bilhão de cruzeiros, contando para isso com a ajuda inestimável da CIA e do embaixador norte-americano Lincoln Gordon; e conseguiu eleger 110 deputados – representando um quinto da câmara à época –, porta-vozes do complexo IPES/IBAD no Congresso Nacional.⁴²³ Cabe observar que, segundo Dreifuss, os políticos favorecidos por estes fundos juravam maior fidelidade ao IBAD do que aos seus próprios partidos, constituindo este um dado eloqüente da crise orgânica. A polarização decorrente desta crise expressava-se no terreno eleitoral, mas era uma expressão distorcida, já que feita no terreno das próprias instituições formais do regime. Já a CPI do IBAD, como também apurou Dreifuss, contou desde o começo com “irregularidades, pois pelo menos cinco de seus nove membros haviam sido beneficiários desses fundos secretos”, e não conseguiu êxito em apurar responsabilidades, levando Goulart a assinar “um decreto suspendendo as atividades do IBAD e da ADEP por comportamento inconstitucional”.⁴²⁴ Mas a questão mais importante no que diz respeito à polarização havida nas eleições é que esta não alterou os compromissos da heterogênea frente antiparlamentarista, ainda que os conflitos entre tais

⁴²² A informação é confirmada no livro de VINHAS, Moisés. *O partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo: HUCITEC, 1982, p.189.

⁴²³ DREIFUSS, op. cit., p. 324-335.

⁴²⁴ *Idem*, p. 336. Na época, o caso escandaloso do IBAD foi alvo de uma publicação escrita pelo então deputado federal pelo PTB Eloy Dutra, membro destacado da Frente Parlamentar Nacionalista. DUTRA, E. *IBAD: sigla da corrupção*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

forças tenham sido freqüentes durante o fim do ano até o plebiscito, agravando-se no momento posterior.

Para conseguir o apoio na área trabalhista, Goulart contava com o ministro Pinheiro Neto, como já foi dito. Mas a autoridade que este possuía junto ao movimento sindical, particularmente ao CGT, para o apoio à campanha do NÃO, estava fundada no acordo feito quando da greve de setembro. A demora no encaminhamento destas demandas, particularmente da revisão do salário mínimo, colocava em risco o apoio do movimento sindical à campanha de Goulart e o assunto foi tema de uma reunião do Conselho de Ministros de 8 de novembro de 1962. Como é possível ler na ata, Pinheiro Neto declarou:

“O problema do salário mínimo é de uma seriedade que não posso, nem vou analisar, em todas as suas implicações. Trata-se de trabalho feito com seriedade e com a limitação normal deste órgão, do organismo do Ministério do Trabalho [Serviço de Estatística da Previdência e do Trabalho (SEPT)] e espero que possa servir de base de cálculos para que o Ministro da Fazenda possa trazer uma conclusão definitiva do problema.

Estamos numa reunião reservada, sujeita a exploração social e política. *Os trabalhadores têm uma impressão e idéias durante aquela greve de setembro em que se empenharam em determinadas conquistas de ordem política, no caso atual, o plebiscito. Ao terminarem a greve, eles obtiveram do Presidente da República a promessa que haveria uma revisão do salário-mínimo. Essa revisão deveria ser feita em 30 dias, e não foi, já se passaram dois meses. O problema sério é que os trabalhadores reivindicaram o salário-mínimo novo, ainda este ano.*

O Presidente da República e o Presidente do Conselho de Ministros fizeram ponderações ao Ministro do Trabalho e ponderei por diversas vezes aos trabalhadores. Ainda anteontem, quando tive contato com os trabalhadores, por determinação recebida do Presidente da República e do Presidente do Conselho de Ministros, o Comando Geral dos Trabalhadores reiterou o pedido, em termos mais veementes, que precisavam receber o [aumento do] salário mínimo ainda este ano.”⁴²⁵

Assim é possível observar que o apoio do CGT ao movimento presidencialista não era feito sem contrapartidas no atendimento ao interesse econômico de suas bases sociais, como certas imagens consagradas sobre o “sindicalismo populista” sugerem, a exemplo da idéia de “intimidade palaciana” de Weffort. Como se vê, não era ilimitada a autoridade do ministro do Trabalho junto ao CGT.

⁴²⁵ “Notas taquigráficas da reunião do Conselho de Ministros realizada em 8 de novembro de 1962.” Fundo Conselho de Ministros Parlamentarista IT-06 (Gabinete Hermes Lima), Arquivo Nacional (RJ), p.5, grifos nossos.

O nome de João Pinheiro Neto voltaria à cena política em 2 de dezembro do mesmo ano, em razão de duras críticas desferidas em um programa de televisão contra o embaixador norte-americano Lincoln Gordon, o embaixador do Brasil em Washington Roberto Campos e o diretor da SUPRA Otávio Gouveia de Bulhões, por serem os responsáveis em manter o país subordinado ao Fundo Monetário Internacional. O caso levou a que o mesmo fosse demitido em 4 de dezembro, gerando protestos do movimento sindical, que ameaçou realizar uma nova greve geral.⁴²⁶ Neste dia, representantes do CGT se reuniram com o *premier* Hermes Lima a fim de declararem sua contrariedade com a demissão do ministro,⁴²⁷ mas logo Goulart nomeou em seu lugar Benjamin Eurico, colaborador direto de Pinheiro Neto e então diretor do Departamento Nacional do Trabalho, o que acalmou os sindicalistas. No entanto, uma declaração do novo Ministro ainda em dezembro é indicativa de como são exageradas certas imagens de “tolerância” do governo em relação ao movimento sindical. Disse Benjamin Eurico que “este Ministério não pode abrigar a greve política!”⁴²⁸ A demissão de Pinheiro Neto se deu, portanto, antes da aprovação formal do Conselho de Ministros chefiado por Hermes Lima pelo Congresso Nacional, o que levou a que o PTB ameaçasse votar contra tal gabinete,⁴²⁹ o que acabou não se confirmando.

João Pinheiro Neto, depois de alguns dias, foi chamado por Goulart para o cumprimento da tarefa de conseguir o apoio resolutivo do movimento sindical à volta do presidencialismo.⁴³⁰ Na ocasião, o ex-ministro emitiu uma nota à imprensa, onde se pode ler o seguinte trecho:

“Confortou-me o presidente João Goulart com sua compreensão e solidariedade, honrando-me com o convite para chefiar a campanha do plebiscito junto aos sindicatos, levando à massa trabalhadora a mensagem presidencialista capaz de acabar com esse parlamentarismo caricato que avilta os esforços da Nação.”⁴³¹

⁴²⁶ *Jornal do Brasil*, 5 de dezembro de 1962, p.3. *Última Hora*, 5 de dezembro, p.1.

⁴²⁷ “Representantes do CGT avistar-se-ão às 10hs de hoje com o Primeiro-Ministro Hermes Lima, a fim de expressar o seu ponto de vista de que o sr João Pinheiro Neto não deve ser afastado da pasta do Trabalho. Em seguida, às 11:30, a delegação partirá para Brasília a fim de avistar-se com o sr João Goulart. De volta ao Rio, conhecido o ponto de vista do Presidente da República, os líderes sindicais deliberarão a fim de dar a palavra de ordem aos trabalhadores sobre o assunto.” *Última Hora*, 4 de dezembro de 1962.

⁴²⁸ *O Globo*, 8 de dezembro de 1962, p.2.

⁴²⁹ *Diário de Notícias*, 6 de dezembro, p.3.

⁴³⁰ *Jornal do Brasil*, 8 de dezembro de 1962, p.3.

⁴³¹ *Diário Carioca*, 8 de dezembro de 1962, capa.

Antes disso, o desencadeamento da chamada “crise dos mísseis” em Cuba no final de outubro, havia levado o Brasil a sentir as pressões do imperialismo norte-americano. Em 29 de outubro, o presidente John Kennedy denunciou a existência de um arsenal nuclear soviético na ilha cubana e, no mesmo dia, o embaixador dos EUA no Brasil, Lincoln Gordon, visitou Hermes Lima – que, como dissemos, também acumulava a pasta do Exterior – pedindo uma posição do governo sobre a crise. Desta conversa foi decidido que o governo brasileiro enviaria o chefe do Gabinete Militar, general Albino Silva, a Cuba para discutir com Fidel Castro o desarmamento cubano – o que afinal se efetivou – tendo Gordon garantido que, com isto, os EUA não interviriam na ilha. Após o ocorrido, o governo brasileiro pretendia enviar San Tiago Dantas aos EUA para negociar empréstimos norte-americanos e anunciava-se a vinda ao Brasil do procurador-geral dos EUA, Robert Kennedy,⁴³² que vinha discutir o pagamento das expropriações de empresas norte-americanas e a concessão de empréstimos para equilibrar a balança de pagamentos. Foi em meio a estas negociações e pressões do imperialismo que ocorreram as declarações de Pinheiro Neto contra Gordon, Campos e Bulhões, e que provocaram sua demissão. Talvez por mera coincidência, no mesmo dia em que anunciava a demissão do titular da pasta do Trabalho, Goulart iniciava oficialmente sua campanha do Plebiscito,⁴³³ buscando neutralizar os conflitos entre a esquerda e a direita na campanha pelo NÃO no referendo.

O conflito com os meios sindicais de certa forma atrapalhava os planos de Goulart, pois este queria se mostrar confiável aos olhos do imperialismo norte-americano – interessado em atrair o Brasil para a Aliança para o Progresso e distanciá-lo de Cuba – e desfazer impressões de esquerdismo perante a burguesia, especialmente porque estava em franca campanha, ao lado de setores conservadores, pela recuperação dos poderes presidenciais. Precisava também apresentar um plano para o resto de seu governo, o que encomendou ao ministro extraordinário Celso Furtado. Era simplesmente impossível compatibilizar todos os interesses contidos na frente antiparlamentarista, e a opção de Goulart ficou clara no conteúdo do Plano Trienal, que como já afirmamos acima, era

⁴³² Na penúltima edição do ano de *O Semanário* (n.314, 20 a 26 de dezembro de 1962), o órgão denunciava a interferência do imperialismo no plebiscito e a visita “surpresa” de Robert Kennedy ao Brasil, sem nenhuma comunicação prévia ao premier Hermes Lima. Como se vê, a versão de “visita surpresa” de *O Semanário* não se sustenta. Já a interferência do imperialismo nos negócios internos do Brasil, esta parece ser estrutural.

⁴³³ *O Globo*, 5 de dezembro de 1962, p.23.

recessivo, contendo salários e o crédito,⁴³⁴ todavia teve a oposição militante da direita e algumas associações das classes dominantes – como as Associações Comerciais, a Confederação Nacional do Comércio (CNC) e a Federação das Indústrias do Estado da Guanabara (FIEGA) – que o denunciavam como estatista e de cunho socializante. O articulista do jornal *O Globo*, Augusto Frederico Schmidt, o qualificou como um “plano subversivo para o empobrecimento do Brasil e a perda de sua independência”. E uma “tentativa de criação de um Estado totalitário”.⁴³⁵ Contudo, o Plano Trienal conseguiu o apoio inicial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS).⁴³⁶

Mas para conseguir o apoio dos trabalhadores, Goulart teria de adiar alguns pontos de tal plano – que só foi apresentado ao público no final de dezembro de 1962 –, e não é por acaso que no início de 1963, dias antes do plebiscito, majorou o salário mínimo, não em 100% como queria originalmente o CGT, mas em 75%, índice acima daquele apresentado por Pinheiro Neto. Ao se afirmarem como força relevante da cena política, as entidades organizativas extralegais, ditas paralelas, eram um fator que deveria ser levado em conta por Goulart. O estudo do SEPT propôs o aumento de 45,83%, mas Pinheiro Neto sugeriu 56,25% ao Conselho de Ministros na reunião de 8 de novembro. Por sua vez, os dirigentes do CGT queriam 80% a 1º de dezembro e o 13º com base no salário de novembro. O Conselho de Ministros já havia aprovado a proposta de Pinheiro Neto, quando Goulart mostrou quem é que dava as cartas e desconsiderou todos estes índices, numa manobra para conseguir o apoio incontestável dos trabalhadores no plebiscito.

⁴³⁴ Em sua *Crítica à razão dualista*, Francisco de Oliveira comparou o Plano Trienal ao PAEG, o plano econômico implementado pelo primeiro governo do regime ditatorial-militar de Castelo Branco, dizendo que há uma semelhança formal entre ambos, semelhança esta, comum aos planos antiinflacionários. OLIVEIRA, *Crítica à razão dualista*, op. cit., p.93.

⁴³⁵ *Diário de Pernambuco*, 30 de dezembro de 1962, capa.

⁴³⁶ Outra fonte de atrito entre o governo e os capitalistas era a Lei de Remessas de Lucros para o Exterior, que foi aprovada pelo Congresso ainda em setembro de 1962, só tendo sido sancionada por Goulart em janeiro de 1964. Tal lei restringia a remessa de lucros das multinacionais instaladas no Brasil a 10% do capital registrado, o que para os setores ligados ao capital monopolista significava um duro ataque. A demora de Goulart em sancionar tal lei certamente ligava-se ao caráter conciliador do governo que tentou implementar durante o ano de 1963, expresso no próprio conteúdo do próprio Plano Trienal.

O esquema dos governadores

No final de outubro, Magalhães Pinto e Goulart protagonizaram uma reunião com governadores, muitos deles recém-eleitos no pleito do mesmo mês, para discutir uma frente dos governadores pelo presidencialismo. Desta faziam parte os recém-eleitos pela UDN na região Nordeste: Petrônio Portela (Piauí), Virgílio Távora (Ceará) e Seixas Dória (Sergipe). Pinto coordenava uma frente de oito governadores favoráveis ao NÃO no plebiscito e empenhados em tal campanha. Embora favorável ao presidencialismo, o governador da Guanabara era o único a não querer compor a frente, já que supunha entendimentos com Goulart, algo impensável naquela quadra histórica.⁴³⁷

A ação de Magalhães Pinto provocou uma cisão na UDN, pois a maior parte de seus parlamentares, liderados por Herbert Levy, era parlamentarista e Magalhães Pinto tentou em vão convencer o líder da UDN na Câmara a considerar questão aberta a postura sobre o plebiscito.⁴³⁸ Ao contrário, entre os udenistas na Câmara circulava a tese de que o plebiscito não era suficiente para revogar o Ato Adicional, além de terem a expectativa de um baixo comparecimento às urnas. Em meados de outubro, por exemplo, o udenista Pedro Aleixo advogava a tese de que o comparecimento ao plebiscito não seria obrigatório, e numa votação sem nomes em torno de uma tese abstrata, o eleitorado não compareceria em massa ao referendo. Para ele, caso a “UDN e demais forças oposicionistas ou interessadas na sobrevivência do parlamentarismo fugirem às urnas no dia 6 e aconselhar a abstenção aos seus correligionários”, ficaria malograda, “nos seus efeitos práticos, a consulta popular”.⁴³⁹ Como veremos, este plano inicial dos setores da direita para boicotar o plebiscito malogrou assim que a Justiça Eleitoral decretou a obrigatoriedade do voto na consulta popular.

⁴³⁷ Já sob o segundo governo ditatorial, Goulart, Lacerda e Kubitschek – proscritos pelo novo regime – compuseram a “Frente Ampla” de oposição à ditadura, que a colocou em pouco tempo na ilegalidade. Tal fato é sintoma de como o novo regime ditatorial precisava expurgar uma série de elementos do regime populista (fossem eles de esquerda, direita ou de centro), como o estilo político “carismático”. Já outras estruturas, como os aspectos repressivos e corporativistas da legislação sindical, continuariam a ter funcionalidade sob a ditadura, e muitos deles até hoje. Não é por acaso que a atual proposta de reforma sindical e trabalhista do governo Lula busca combinar a flexibilização dos direitos trabalhistas com a manutenção da estrutura corporativista de cúpula. Sobre isto, ver, entre outros. DIAS, Edmundo Fernandes. “Reformas ou contra-revolução? O Governo Lula.” *Política brasileira: embate de projetos hegemônicos*. São Paulo: Sudermann, 2006, p.199-219.

⁴³⁸ *Última Hora*, 01 de novembro de 1962.

⁴³⁹ *Coluna do Castelo* de 16 de novembro de 1962. BRANCO, *Introdução à revolução de 1964*, op. cit., p.70.

O plebiscito sob perigo: a primeira tese de Mangabeira

Mas o mês de novembro ficou mais conturbado depois que o ministro da Justiça, João Mangabeira (PSB-BA), no dia 6, propôs a idéia de revogação imediata do parlamentarismo, através de um acordo entre as lideranças políticas na Câmara, já que era sabido que o presidencialismo era o franco favorito e o plebiscito demandaria muitos gastos.⁴⁴⁰ No dia seguinte o editorial do jornal *O Globo* defendeu a tese de Mangabeira, e em certo trecho da argumentação disse:

“Quando o Congresso achou de emendar a Constituição para adotar o sistema parlamentarista, o País pegava fogo.⁴⁴¹ O povo não foi ouvido, nem haveria tempo para isto. Aliás, naquela grave conjuntura, o Congresso nem poderia correr o risco de receber uma resposta negativa, pois o parlamentarismo poderia ser o último recurso para evitar uma guerra civil. Agora são outras circunstâncias e o mesmo Congresso que em [19]61 encontrou uma fórmula para evitar a conflagração interna deve encarregar-se de levar de volta o País às suas instituições, uma vez que o perigo já passou.”

(...) “Não há qualquer diminuição para o Legislativo, que assim como fez pode desfazer. Muito pior será receber diretamente do povo, a 6 de janeiro, um categórico NÃO para o Ato Adicional votado às carreiras.”⁴⁴²

A proposta de Mangabeira, assim, apresentava todas as credenciais conciliatórias capazes de promover uma saída mais negociada para a sorte do sistema parlamentar. O jornal *Diário Carioca*, por exemplo, publicou manchete afirmando que todos os partidos, com a exceção de “uma ala mais radical do PTB”, concordavam com a tese,⁴⁴³ o que logo se mostrou falso. Acontece que os parlamentares da “banda de música da UDN”, após algumas declarações desencontradas na imprensa, se opuseram ao “acordão”. Num primeiro momento divulgou-se que os líderes da UDN, PSD e PSP aceitavam a “tese de Mangabeira”.⁴⁴⁴ Posteriormente os líderes udenistas Pedro Aleixo e Bilac Pinto, em conversa com Hermes Lima, declararam-se contrários à revogação imediata do Ato Adicional. Também foi esta a opinião do senador pessedista Moura Andrade.⁴⁴⁵ A esquerda nacionalista, como Brizola e o deputado Sérgio Magalhães, caracterizava a tese de Mangabeira “como manobra anti-Jango que se quer fazer à sombra da figura ilustre do

⁴⁴⁰ *O Estado de São Paulo*, 06 de novembro de 1962. *O Globo*, 6 de novembro de 1962.

⁴⁴¹ O jornal *O Globo* sabia muito bem o que estava falando quando dizia que o país “pegava fogo”, pois como lembramos no capítulo anterior, se opusera veementemente à posse de Goulart.

⁴⁴² *O Globo*, 7 de novembro de 1962.

⁴⁴³ *Diário Carioca*, 8 de novembro de 1962, capa.

⁴⁴⁴ *Última Hora*, 8 de novembro de 1962.

⁴⁴⁵ *O Globo*, 10 de novembro de 1962.

Ministro da Justiça”.⁴⁴⁶ Mesmo o moderado San Tiago Dantas, que à época buscava negociar a situação financeira do país com Washington, dizia que a tese de Mangabeira era “juridicamente defensável, mas politicamente perigosa”.⁴⁴⁷ Também foi contrária a opinião do ex-governador baiano e presidenciável para 1965, Juracy Magalhães, pois tal tese “abria o precedente para que se deixasse de realizar eleições toda vez que seu resultado for considerado óbvio”.⁴⁴⁸

Além disso, a Frente Parlamentar Nacionalista e o PCB queriam o plebiscito justamente por seu caráter mobilizador, pois era uma oportunidade importante de associar o presidencialismo com as reformas de base. Diziam mesmo que não iriam ao plebiscito se não houvesse garantias da realização de três reformas: agrária, bancária e tributária.⁴⁴⁹ Já Juscelino Kubitschek previa dificuldades maiores nas negociações parlamentares da tese de Mangabeira e sabia que a legitimidade da consulta popular era algo que colocaria o Congresso “contra a parede” para revogar o Ato Adicional. O governador Magalhães Pinto também reforçou seu apoio à tese do plebiscito, e sua opinião importava junto aos oito governadores udenistas que liderava nas articulações pró-presidencialistas com Goulart. Após certa perplexidade causada pela proposta do ministro da Justiça, Goulart colocou a campanha do plebiscito a “todo vapor” nas ruas, resolvendo a contenda no Congresso de forma mais eficiente. Por volta do dia 21 do mesmo mês, pôde-se ler que a proposta do ministro da Justiça não teria condições de ser aprovada e que Goulart nem mais a levaria em consideração.⁴⁵⁰ Mas até o início de dezembro os senadores Jefferson Aguiar e Filinto Müller ainda tentaram ressuscitar a idéia de uma emenda constitucional que revogaria o Ato Adicional,⁴⁵¹ mas, também pelo adiantado do ano, já não havia mais tempo para negociações nas casas legislativas. Outro órgão da imprensa que apostou na tese de Mangabeira foi o *Jornal do Brasil*, que cobriu em detalhes as negociações em torno da tese.⁴⁵² Tal postura lhe valeu as críticas do jornal *Diário Carioca*, através de um artigo do

⁴⁴⁶ *Última Hora*, 13 de dezembro de 1962.

⁴⁴⁷ *Idem*.

⁴⁴⁸ *O Estado de São Paulo*, 5 de dezembro de 1962, p.4.

⁴⁴⁹ Ver *O Semanário*, n.308, de 8 de novembro de 1962, p.7. Mas outros, como Francisco Julião o PCdoB e a pequena organização trotsquista POR-T, pregaram o abstencionismo, denunciado-o como manobra de engodo das classes dominantes.

⁴⁵⁰ *Última Hora*, 21 de novembro de 1962. *O Globo*, de 21 de novembro de 1962.

⁴⁵¹ *Diário Carioca*, 30 de novembro de 1962. *Tribuna da Imprensa*, 1 e 2 dezembro de 1962, p.3.

⁴⁵² Ver as edições de 6 de novembro até o início de dezembro de 1962.

articulista João Respiga.⁴⁵³ Na verdade o *Diário Carioca* havia se colocado desde o início contra a tese do ministro da Justiça, afirmando que só atendia aos desejos daqueles que queriam esgotar o tempo para que o eleitorado fosse informado do plebiscito. Em editorial, Danton Jobim (proprietário do jornal) afirma:

“Desde a primeira hora fizemos tudo para abrir os olhos do governo, mostrando que essa tentativa de fuga ao *referendum* trazia água no bico. O que pretendiam os verdadeiros autores da manobra – a qual foi esposada por alguns parlamentares de boa fé – era obstruir o tempo destinado à propaganda da consulta, a fim de que se chegasse às vésperas de 6 de janeiro com o povo totalmente alheio ao objeto e à significação do ato para o qual foi convocado.”⁴⁵⁴

Mas as teses de Mangabeira surtiram efeito inesperado ao intervirem no debate sobre se o plebiscito era procedimento suficiente para revogar o Ato Adicional, hipótese contra a qual se batiam os parlamentares da “banda de música da UDN”. Logo em seguida ao malogro das negociações para votar sua tese, o ministro da Justiça proclamou a tese de que a vitória do NÃO no Plebiscito implicaria no retorno imediato do presidencialismo. A posição a respeito da nova tese de Mangabeira, obviamente apoiada por Goulart, levava também a mais uma cisão no interior do PSD. O grupo liderado pelo senador Amaral Peixoto (RJ) ficou contrário ao retorno imediato do presidencialismo, enquanto o senador Benedito Valadares, sendo o artífice da emenda que antecipou o plebiscito, ficou ao lado do governo e da tese da soberania incontestável do resultado da consulta popular.⁴⁵⁵ Kubitschek também defendeu tal tese, e acabou isolado no PSD.⁴⁵⁶

O clima político levou também a que o Supremo Tribunal Eleitoral determinasse a obrigatoriedade do voto no plebiscito, tendo centralizado as ações do judiciário através de uma reunião em Brasília com os presidentes dos tribunais eleitorais de todo o Brasil, presidida pelo procurador-geral da República, Evandro Lins e Silva, que posteriormente relatou o fato em entrevista.⁴⁵⁷ Segundo levantamos, a reunião em Brasília foi um almoço em homenagem ao ministro Ary Franco, do TSE, junto com os presidentes dos Tribunais

⁴⁵³ *Diário Carioca*, 23 de novembro de 1962, p.4.

⁴⁵⁴ *Diário Carioca*, 22 de novembro de 1962, capa.

⁴⁵⁵ Instigado por Goulart, Valadares disputaria sem êxito no ano seguinte a presidência nacional do PSD com Amaral Peixoto. Ver, HIPOLITO, *PSD: de raposas e reformistas*, op. cit.

⁴⁵⁶ *Diário de Notícias*, 1 e 2 de dezembro de 1962.

⁴⁵⁷ MOTTA, Marly Silva da; ALBERTI, Verena & ROCHA, Dora (orgs.) *O salão dos passos perdidos; depoimento ao CPDOC*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira/FGV, 1997, p.340.

Regionais Eleitorais para centralizar a idéia de que o voto era obrigatório e direcionar os encaminhamentos do referendo.⁴⁵⁸ No início de dezembro foi divulgada a determinação de que qualquer campanha contra o comparecimento ao plebiscito – como a defendida pela direita parlamentar – seria encarada como crime eleitoral. Segundo se encontra na imprensa,

“Os que pregarem abstenção de eleitores ao referendun serão enquadrados na Lei de Segurança Nacional’, anunciou novo presidente do TRE em entrevista ontem à imprensa. Declarou também, o Desembargador Bulhões de Carvalho, que ‘os eleitores omissos serão traidores e serão punidos conforme estabelece a lei eleitoral’.”⁴⁵⁹

A Agência Nacional (AN) buscou no dia 24 de novembro, através de carta-circular, convencer as emissoras de rádio e televisão a divulgar propaganda informativa do plebiscito, gratuitamente, fora do horário legal estabelecido pela Justiça Eleitoral. No texto, lê-se em trecho que:

“É a primeira vez que em nosso país se realiza uma consulta popular sobre sistema de governo, por isso é necessário que todos os brasileiros compreendam a importância desse pronunciamento para a consolidação do regime democrático.”⁴⁶⁰

O texto sugerido para divulgação nestes veículos era o seguinte: “O poder emana do povo e em seu nome deve ser exercido; somente com seu voto no plebiscito em 6 de janeiro esse poder será consolidado.” No entanto, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (ABERT) recusou-se a atender o pedido da AN.⁴⁶¹ Posteriormente, o TSE ampliou o prazo da propaganda do referendo em rádio e televisão, estendendo-a até as 12 horas do dia 5 de janeiro. Além disso, proibiu que na campanha fossem feitas críticas a pessoas e autoridades, “devendo a propaganda ser meramente doutrinária”.⁴⁶² Seguindo tal determinação os TREs regionais emitiram notas como esta, colhida na imprensa nordestina:

“as estações de rádio e televisão, em cadeia com a empresa *Jornal do Comércio*, estarão transmitindo a propaganda gratuita sobre o Plebiscito no horário compreendido entre 16:30 e 17:00 horas e 20:15 e 20:45, diariamente, a partir da próxima segunda feira [31 de dezembro].”⁴⁶³

⁴⁵⁸ *O Globo*, 12 de dezembro de 1962, p.13.

⁴⁵⁹ *Última Hora*, 13 de dezembro de 1962.

⁴⁶⁰ *Correio do Povo*, 6 de dezembro de 1962.

⁴⁶¹ *Idem*.

⁴⁶² *O Globo*, 14 de dezembro de 1962, p.16

⁴⁶³ *Diário de Pernambuco*, 29 de dezembro de 1962.

“Água benta” pelo referendo

Outra área de apoio importante que Goulart conseguiu garantir foi a Igreja católica, ou pelo menos parte substancial dela. Este fato não pode ser menosprezado, tal a importância dos católicos no processo político brasileiro. E particularmente pelo fato de ser também nesta época que o imperialismo norte-americano, em consórcio com as classes dominantes locais, promoveu a vinda para o Brasil do padre Patrick Payton, que realizou importantes pregações públicas, sob o lema “Família que reza unida, permanece unida!”, com forte conteúdo anticomunista. Ao lado da iniciativa de organizações como a Tradição, Família e Propriedade (TFP),⁴⁶⁴ tais orações públicas culminariam nas marchas “com Deus, pela Pátria e pela Família”, antes e depois do golpe de Estado de 1964. Todavia, por esta época, a chamada ala progressista da Igreja tinha ocupado importantes posições e conformado a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).⁴⁶⁵ Parte importante da cultura católica e cristã em geral são as datas “sagradas”, e o plebiscito estava marcado para coincidir com o “Dia de Reis”, o que deixou Goulart preocupado.⁴⁶⁶

Ainda em dezembro, por iniciativa de Hugo de Faria,⁴⁶⁷ Goulart realizou uma reunião com arcebispos que voltavam do Concílio Vaticano II, d. Hélder Câmara (Rio), ao lado dos arcebispos d. Vicente Scherer (Porto Alegre), d. José Newton (Brasília) e d. Luis Felipe (Uruguaiana).⁴⁶⁸ Logo em seguida a CNBB publicou documento circular orientando os católicos a participarem do referendo, “cumprindo com mais um dever para com a Nação”.⁴⁶⁹ Justificava a intervenção política como parte do dever “pastoral da Igreja”, sem qualquer “colorido político partidário”, fazendo um veemente apelo para “todos quantos tenham capacidade jurídica de participar do plebiscito”, mas sem expressar a orientação favorável ou não ao parlamentarismo. Mas isto era o que menos importava, já que era sabido que o franco favorito era o NÃO; logo, a nota da CNBB constituía na prática um apoio a Goulart em sua campanha pelo presidencialismo. No dia anterior e no dia do referendum a imprensa divulgou uma chamada com os dizeres “A Igreja recomenda:

⁴⁶⁴ A TFP foi fundada em 1960, por iniciativa do intelectual leigo Plínio Correia de Oliveira, como reação à conformação da CNBB e ao rumo politizante seguido pela entidade.

⁴⁶⁵ A CNBB foi fundada em 1952, sendo presidida durante anos por d. Hélder Câmara.

⁴⁶⁶ *Tribuna da Imprensa*, 26 de novembro de 1962, p.3.

⁴⁶⁷ *Tribuna da Imprensa*, 11 de dezembro de 1962, p.3.

⁴⁶⁸ *Diário de Notícias*, 11 de dezembro de 1962, capa.

⁴⁶⁹ *Última Hora*, 11 de dezembro de 1962, capa.

compareça ao plebiscito”, onde aparece a foto de D. Hélder Câmara e a cópia de trecho do documento circular da CNBB. O trecho reproduzido é o seguinte:

“A Nação está convocada, por lei, para comparecer ao Plebiscito de 6 de janeiro de 1963. Os Legisladores brasileiros assim o deliberaram, o Poder Executivo sancionou o que fora deliberado.”

“Fora e acima de qualquer colorido político partidário e na linha de uma preocupação pastoral, fazemos, pois, veemente apelo a todos quantos tenham capacidade jurídica de participar do plebiscito de janeiro próximo, para que compareçam a esse ato cívico da mais alta importância para o Brasil, depositando nas urnas o voto de sua convicção pessoal.”⁴⁷⁰

Assim, o plebiscito virou um “dever cristão”, e aqueles que pregavam o boicote deveriam dar explicações, especialmente se tivessem algum compromisso confessional. Ainda assim, alguns clérigos mais conservadores e tradicionalistas, contrariados com a ascensão das esquerdas e dos movimentos das classes subalternas no cenário nacional, condenariam a posição da CNBB, como é o caso do padre gaúcho Edgar Franca, que defendeu a imparcialidade da Igreja na política, ao mesmo tempo em que afirmou ser o plebiscito “uma armadilha do governo”, ironizando o fato do próprio governo ter financiado a ida de tais bispos a Roma, para participarem do Concílio Vaticano II,⁴⁷¹ encontro que foi combatido pela própria TFP.⁴⁷²

Os mais importantes intelectuais católicos se dividiram em face ao referendo. Enquanto Gustavo Corção, de posição mais conservadora, dizia que só iria votar no plebiscito por causa da obrigatoriedade,⁴⁷³ (não fazendo quaisquer referências às recomendações da CNBB), Alceu Amoroso Lima, voltando do Concílio Vaticano II, declarou à imprensa que votaria a favor do presidencialismo, com a seguinte argumentação:

“Sou pela volta do presidencialismo, porque só com um presidente forte, capaz de deter a inflação, estabilizando a nossa moeda e realizando ao mesmo tempo reformas essenciais para o verdadeiro progresso do Brasil, é

⁴⁷⁰ *O Globo*, 5 de janeiro de 1963, p.11.

⁴⁷¹ *Correio do Povo*, 13 de dezembro de 1962.

⁴⁷² O Concílio Vaticano II (1962-1965) foi realizado sob a iniciativa do Papa João XXIII, que em 1961 lançou a encíclica *Mater et Magistra*, que retomava a doutrina social da Igreja, expressa nas encíclicas anteriores, como a *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931), de forte conteúdo anticomunista. Sobre o significado do evento para o contexto político latino-americano, com ênfase maior no caso do Chile, ver. KALLÁS, Ana Lima. “Em nome da Ordem Democrática e da Reconciliação Nacional: Igreja Católica e imperialismo na América Latina – o caso chileno.” *História & Luta de Classes*, n.6, nov. 2008, p.45-52. A despeito de suas credenciais anticomunistas, o Concílio foi encarado de forma negativa por setores mais à direita da comunidade católica, como é o caso dos membros da TFP no Brasil, que censuravam a defesa da reforma agrária.

⁴⁷³ *Diário de Notícias*, 29 de dezembro de 1962, p.2.

que dissiparão esses boatos revolucionários.” (...) “Direi ‘não’ no dia 6, portanto, para a volta de um presidencialismo sadio.”⁴⁷⁴

A controvérsia expressava, antes de tudo, as posturas opostas de dois antigos colaboradores do Centro Dom Vital,⁴⁷⁵ tendo inclusive sido Alceu Amoroso Lima – ou Tristão de Ataíde, pseudônimo pelo qual era conhecido – um dos responsáveis pela conversão de Corção ao catolicismo. Este último se opôs veementemente à nova postura adotada pela Igreja Católica nos anos sessenta, de se aproximar da questão social, ficando em oposição às novas diretrizes do Vaticano, e assumindo uma postura conservadora e direitista que o levou a apoiar o golpe de 1964. Já Amoroso Lima, no contexto do governo Goulart, apesar de crítico à radicalização das esquerdas, apoiou as propostas de reformas de base, como fica evidente no trecho acima, onde declara o apoio ao presidencialismo.

A montagem das estruturas da campanha

No dia 10 de novembro, o chefe da Casa Civil da Presidência da República, Hugo de Faria, voltou de uma viagem à França onde foi aprender o *know how* da campanha plebiscitária feita por Charles De Gaulle, na qual este conseguiu 62% dos votos para lhe dar poderes para reformar a Constituição francesa e permitir a eleição direta para presidente da República.⁴⁷⁶ De Paris, Hugo de Faria trouxe os modelos de cartazes que sugeriam ao povo votar não: “*Não* contra a carestia. *Não* contra a inflação. *Não* à reação. *Não* no plebiscito e *sim* para as reformas de base”⁴⁷⁷. E não por acaso, foi este o estilo da campanha. Poucos dias depois, a revista *O Cruzeiro* associou o evento francês à conjuntura brasileira, integrando-se na campanha presidencialista de forma velada.⁴⁷⁸ Menos de dez dias depois já surgia a notícia de que a campanha do plebiscito estaria materialmente garantida, com o

⁴⁷⁴ *Diário Carioca*, 27 de dezembro de 1962, p.4.

⁴⁷⁵ O Centro Dom Vidal era uma instituição de leigos católicos fundada nos anos vinte, e que teve como um dos seus principais animadores Alceu Amoroso Lima. Gustavo Corção ingressou na mesma nos anos trinta, se afastando no ano de 1963.

⁴⁷⁶ Até então, a eleição para a Presidência da Quinta República era feita através de um colégio eleitoral formado por 80.000 prefeitos e autoridades locais. A opção no referendo era entre aceitar tal emenda constitucional ou a renúncia do próprio De Gaulle, uma manobra clássica de bonapartismo. Desde de sua volta ao poder em 1958, o general De Gaulle submeteu a nação francesa a inúmeros referendos, como o de julho de 1962, que selou a independência da Argélia, após as lutas da Frente de Libertação Nacional deste país, retratada no antológico filme de Gillo Pontecorvo, *Batalha de Argel*.

⁴⁷⁷ CASTELO BRANCO, *Introdução à Revolução de 1964*, op. cit., p.80.

⁴⁷⁸ *O Cruzeiro*, 17 de novembro de 1962. Posteriormente o compromisso da revista com o plebiscito foi mais explícito.

aluguel, no Rio de Janeiro, de “cinco grupos de salas num edifício da Esplanada do Castelo e assinados os contratos de publicidade com cinco empresas especializadas”.⁴⁷⁹

Na campanha pelo NÃO Goulart contou, como já afirmamos acima, com a coordenação financeira do banqueiro José Luiz Magalhães Pinto, sobrinho do governador mineiro e presidente do Banco Nacional de Minas Gerais, que contratou os serviços das seguintes agências de publicidade: Dennison (para a TV), Standard Propaganda (para a imprensa), Interamericana e MPM (para o rádio, jingles e músicas), e Publicibrás (para a coordenação política).⁴⁸⁰ Emílio Carlos, ex-locutor da BBC de Londres, gravou os tapes do plebiscito.⁴⁸¹ Um dos jingles da campanha tinha a seguinte mensagem:

“Você, que sabe que o Presidente da República tinha direitos adquiridos pela Constituição; você, que sabe que as regras do jogo foram mudadas depois da eleição; você, que está vendo que o parlamentarismo não funciona; você, que tem o direito de escolher o seu Presidente e o seu Governador; você, que não admite desrespeito à Constituição, compareça ao dia 6 e marque: NÃO, NÃO, NÃO, NÃO, NÃO...”⁴⁸²

Mas as propagandas que ganharam maior repercussão foram aquelas que apontavam como causa da inflação e da crise social o parlamentarismo, no que foi bastante criticada por diversos órgãos da imprensa conservadora.

Antônio Balbino ficou com a coordenação da campanha pelo presidencialismo no Norte e no Nordeste do Brasil, e Hugo de Faria deixou a Casa Civil para deslocar-se por vários estados da Federação.⁴⁸³ No início de dezembro o Grupo de Transporte da FAB disponibilizou cinco aviões para Presidência da República,⁴⁸⁴ tendo certamente, além do próprio Goulart e do Hugo de Faria, outros quadros do Executivo utilizado de tal meio para fazer a campanha em todo o território nacional. Além destes, Leonel Brizola, ainda governador gaúcho, e Kubitschek, que no final de outubro já havia combinado com Goulart o comprometimento com a campanha,⁴⁸⁵ se deslocaram por todo o país na pregação pró-

⁴⁷⁹ *Idem*, p.83.

⁴⁸⁰ *Tribuna da Imprensa*, 4 de dezembro de 1962, p.3.

⁴⁸¹ *Tribuna da Imprensa*, 18 de dezembro de 1962, p.4..

⁴⁸² Ver a reprodução do jingle da campanha do NÃO em http://www.franklinmartins.com.br/som_na_caixa_gravacao.php?titulo=nao-ao-parlamentarismo-de-1963-plebiscito# acessado em 26 de janeiro de 2009

⁴⁸³ *O Estado de São Paulo*, 29 de dezembro de 1962, p.6.

⁴⁸⁴ *Diário de Notícias*, 6 de dezembro de 1962, capa.

⁴⁸⁵ *Diário Carioca*, 24 de outubro de 1962.

presidencialista. Segundo Afonso Arinos de Melo Franco foi uma “grande e custosa campanha”.⁴⁸⁶

Um opositor da campanha do plebiscito, o senador Padre Calazans (UDN-SP), chegou a denunciar que teria presenciado Hugo de Faria exigindo dos membros da FIESP “300 milhões de cruzeiros para custear a campanha do plebiscito, em cheque ao portador”,⁴⁸⁷ mas outra fonte dá conta de que ele teria declarado, nesta mesma reunião na FIESP, que a campanha custaria 3 bilhões de cruzeiros, e que o governo só dispunha de um bilhão.⁴⁸⁸ O jornal antivarguista *Tribuna da Imprensa* divulgou notícia, ainda no fim de novembro, de que o governo gastaria Cr\$ 850 mil para custear propagandas na rádio, TV e jornais.⁴⁸⁹ Já o deputado udenista Herbert Levy, um dos elementos mais ligados ao complexo IPES/IBAD no Congresso Nacional e forte opositor do retorno do presidencialismo, denunciou que o SESI teria doado cem milhões de cruzeiros para a campanha, o que foi objeto de oposição de outros deputados direitistas.⁴⁹⁰ Em dezembro o TSE aprovou 133 milhões para despesas com o referendo,⁴⁹¹ e o Banco do Brasil liberou mais de cento e cinquenta funcionários para trabalhar na campanha.⁴⁹²

Para estimular a participação dos eleitores no referendo, o industrial fluminense Milton Ferreira Pinto, com o apoio do PTB, organizou um concurso no qual o eleitor que tivesse o mesmo número do título que o sorteado na Loteria Federal, ganharia 1 milhão de cruzeiros.⁴⁹³ O próprio ministro da Agricultura, o direitista Renato Costa Lima, viajou ao interior paulista para convencer a população a votar no referendo.⁴⁹⁴ Até o presidente do BNDE, Leocádio de Almeida Antunes, declarou ter se comprometido a realizar a campanha no Rio Grande do Sul.⁴⁹⁵ A Associação Brasileira dos Exportadores, com o slogan “Um dia de trabalho pela democracia”, convocou as “classes produtoras” para viabilizar condução grátis para eleitores no dia do referendo.⁴⁹⁶ Por fim, a Diretoria da Rede Ferroviária Federal

⁴⁸⁶ QUADROS, Jânio & MELO FRANCO, Afonso Arinos. *História do povo brasileiro*, op. cit., p.236.

⁴⁸⁷ *O Globo*, 13 de dezembro de 1962, p.12.

⁴⁸⁸ *Diário de Notícias*, 6 de dezembro de 1962, capa.

⁴⁸⁹ *Tribuna da Imprensa*, 30 de novembro de 1962, p.3.

⁴⁹⁰ *O Estado de São Paulo*, 29 de dezembro de 1962, p.4. *Correio do Povo*, 14 de dezembro de 1962. *Correio da Manhã*, 6 de janeiro de 1963.

⁴⁹¹ *O Estado de São Paulo*, 13 de dezembro de 1962, p.4.

⁴⁹² Segundo *O Estado de São Paulo*, que falava em 177 funcionários liberados, todos participantes ou líderes da última greve bancária. Ver, nesta edição, p.2.

⁴⁹³ *O Estado de São Paulo*, 12 de dezembro de 1962, p.3.

⁴⁹⁴ *Correio do Povo*, 9 de dezembro de 1962.

⁴⁹⁵ *Diário Carioca*, 20 de dezembro de 1962.

⁴⁹⁶ *O Estado de São Paulo*, 19 de dezembro de 1962, p.4.

determinou a todas as ferrovias a concessão de gratuidade aos eleitores que tivessem de se deslocar para votar.⁴⁹⁷

De fato, já havia a certeza de que era grande a insatisfação popular com o parlamentarismo, tendo o governo ciência de que venceria no plebiscito. Mas a questão era que, em primeiro lugar, era preciso garantir uma votação espetacular contra o parlamentarismo, significando na prática a “verdadeira eleição presidencial” de Goulart. O jornalista Carlos Castelo Branco, em sua coluna do dia 21 de novembro de 1962, assim se referiu ao propósito de Goulart de transformar o plebiscito em sua própria eleição:

“Estará confiante o Presidente da República em que os políticos não ousarão contestar senão a legalidade pelo menos a legitimidade (para voltarmos à terminologia do falecido *Premier* Brochado da Rocha) de uma decisão que se fundará na prévia manifestação do eleitorado. Pensa o sr. João Goulart que o plebiscito terá no seu caso a virtude de uma verdadeira eleição, por intermédio da qual espera consagrar-se na chefia do governo.”⁴⁹⁸

Segundo noticiou-se, veículos governamentais seriam postos à disposição em todo o território nacional para o transporte de eleitores do interior convencidos a votar pelo não,⁴⁹⁹ o que gerou protestos de parlamentares de direita, como o deputado Adauto Lúcio Cardoso (UDN-GB), que afirmou que “seu partido não permitirá que quaisquer recursos públicos sejam desviados para transporte e alimentação para os eleitores – o governo não pode custear a campanha do plebiscito”.⁵⁰⁰ Até os funcionários da Empresa de Correios e Telégrafos participaram da campanha, carimbando toda a correspondência particular com o dizer “Diga Não!”. Segundo relato do então funcionário da empresa, Antônio Camelo de Melo, que gentilmente nos concedeu entrevista, o mesmo “por orientação da empresa, levava malotes de correspondência particular para casa e, com a ajuda do filho mais velho, carimbou todas as cartas com “Diga não!”⁵⁰¹ Mas tal atitude teve logo resposta com a ação em sentido contrário feita por outros funcionários dos Correios, denunciada em *O Semanário* nos seguintes termos:

“Chamo a atenção dos leitores e das autoridades sobre uma curiosa forma de propaganda que vem sendo feita por funcionários dos Correios. É um carimbo colocado na correspondência, com os seguintes dizeres: “Todos as

⁴⁹⁷ *O Estado de São Paulo*, 29 de dezembro de 1962, p.4. *Correio do Povo*, 29 de dezembro de 1962.

⁴⁹⁸ CASTELO BRANCO, *Introdução à Revolução de 1964*, op. cit., p.85.

⁴⁹⁹ *O Estado de São Paulo*, 1 de novembro de 1962, *O Cruzeiro*, 1 de dezembro de 1962, p. 6.

⁵⁰⁰ *Tribuna da Imprensa*, 27 de novembro de 1962, p.3

⁵⁰¹ Entrevista concedida em 25 de maio de 2007, João Pessoa (PB).

urnas em 6 de janeiro, para a grande decisão: Continuará o Parlamentarismo? SIM – Voltará o Presidencialismo? NÃO.” Ao lado dessas palavras duas cruzes! Quem autorizou esses funcionários, certamente da reação, a fazer semelhante propaganda utilizando o Departamento dos Correios e Telégrafos? É proibido por lei. Quem tomará providências para acabar com isso e denunciar ao público os culpados? Aguardo resposta...”⁵⁰²

Tal fato é importante, pois é comum na historiografia a reprodução da opinião de Hermes Lima, em suas memórias, segundo a qual “nenhuma campanha pela manutenção do sistema parlamentar ocorreu”.⁵⁰³ Fatos como estes, referentes ao conflito entre funcionários dos Correios mostram que não é possível desconsiderar iniciativas favoráveis à manutenção do parlamentarismo – mas voltaremos a este ponto adiante. Outro fato importante relacionado às agências de Correios e Telégrafos eram os cartazes com recomendações de como votar no plebiscito,⁵⁰⁴ o que certamente deve ter acirrado os ânimos entre os funcionários mais direitistas.

Praticamente em todos os grandes jornais nacionais foi veiculada a campanha pelo plebiscito, que, na prática, confundia-se com a própria campanha pró-presidencialismo. Os jornais *O Globo*, *O Estado de São Paulo*, *Correio da Manhã*, *Tribuna da Imprensa*, todos fortes opositores do governo Goulart, e totalmente articulados ao complexo IPES/IBAD, divulgaram os cartazes, com as chamadas pelo plebiscito e pelo NÃO.⁵⁰⁵ Nas revistas semanais *O Cruzeiro*, *Manchete* e *Fatos e Fotos*, todas com distribuição nacional, foram divulgados os mesmos cartazes. Certamente se tratava de anúncios pagos, que versavam sobre matéria abstrata – um NÃO num plebiscito sobre o parlamentarismo –, e assim, tais cartazes não apresentavam qualquer assinatura, nem que fossem de quaisquer comitês pró-presidencialismo ou coisa parecida.

Contudo, no que diz respeito aos jornais direitistas, ao mesmo tempo em que divulgavam os cartazes, tais veículos não deixavam de empunhar um tom opositor e crítico ao governo Goulart e a própria forma como a campanha pró-presidencialismo estava sendo feita. É o caso de uma matéria do jornal *Correio da Manhã* cujo título é “Campanha do

⁵⁰² *O Semanário*, n.315, 27 de dezembro de 1962 a 2 de janeiro de 1963, coluna de Cícero do Rio, p.5.

⁵⁰³ LIMA, *Travessia*, op. cit., p.254.

⁵⁰⁴ *Tribuna da Imprensa*, 26 de novembro de 1962, p.3.

⁵⁰⁵ É irônico o fato de todos estes veículos terem sido a linha de frente nas denúncias dos gastos do governo com o plebiscito. Certamente os recursos para os espaços publicitários que ilustraram suas edições do mês de dezembro e início de janeiro do ano seguinte não foram recusados.

plebiscito começa com pichamento”, onde se denuncia o fato da cidade do Rio de Janeiro ter amanhecido com os muros, paredes e monumentos pichados com o slogan “Vote não”, com tintas vermelhas e pretas. Lamenta o jornal que, pela peculiaridade da campanha, existiam enormes dificuldades de punição aos responsáveis, já que o plebiscito não versa sobre indivíduos que concorrem a cargos eletivos. Os lugares mais pichados eram o Centro da cidade, o Castelo, e os bairros da Glória, Catete, Flamengo e Botafogo.⁵⁰⁶ Já o jornal *Diário Carioca*, francamente favorável à campanha pró-presidencialista, noticiou a divulgação da mesma em um tom bem diferente. Também em início de dezembro estampou em sua capa uma foto com um muro cheio de cartazes com os dizeres “Vote NÃO, pelo Brasil!”, com a seguinte legenda:

“Um edifício em construção no Flamengo, ao lado do prédio onde mora o governador Carlos Lacerda, foi um dos muitos lugares em que se colaram os cartazes de esclarecimento sobre o plebiscito, conclamando o povo a dizer ‘não’ ao parlamentarismo. Outros cartazes aproveitam uma frase do governador gaúcho, assim: “Brizola diz – o povo tem o direito a escolher seu presidente!”⁵⁰⁷

Mas o fato que mais chama atenção na campanha foi o comportamento da revista *O Cruzeiro*, que simulou o plebiscito, organizando urnas em três capitais do Sudeste (Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte), com o resultado divulgado um dia antes do referendo: 3.861 pelo SIM, e 45.564 pelo NÃO.⁵⁰⁸ A simulação foi anunciada já no início de dezembro e, até a divulgação do seu resultado, disputou os espaços da revista com os artigos sobre a política nacional, denúncias do “comunismo internacional” agindo no Brasil,⁵⁰⁹ além dos cartazes da própria campanha pelo NÃO. A votação na simulação também poderia ser feita pelo correio, já que vinha encartado na revista um modelo da cédula. A imprensa pernambucana, por exemplo, divulgou o plebiscito de *O Cruzeiro*.⁵¹⁰ O mesmo pôde ser divulgado na TV Tupi, e em Minas Gerais através da Rádio Inconfidência (Belo Horizonte - MG), Rádio Guarani e Rádio Mineira, além dos jornais *O Estado de*

⁵⁰⁶ *Correio da Manhã*, 1 de dezembro de 1962, p.3.

⁵⁰⁷ *Diário Carioca*, 2 de dezembro de 1962, capa.

⁵⁰⁸ *O Cruzeiro*, 5 de janeiro de 1963.

⁵⁰⁹ Como na reportagem sobre a descoberta de um foco de guerrilha em Dianópolis (então em Goiás, hoje em Tocantins), *O Cruzeiro*, 22 de dezembro de 1962. Em sua edição de 29 de setembro a revista já tinha demonstrado provas de seu anticomunismo militante com a reportagem “No vestibular de comunismo da UNE: agitação 10, aplicação 0”, cujo título dispensa comentários.

⁵¹⁰ Ver *Diário de Pernambuco*, nos dias 19, 20 e 21 de dezembro.

Minas e Diário da Tarde. Isto contribuiu para que em Minas o número de votantes fosse maior, chegando a 36.471, ficando bem à frente da Guanabara, com 8.094, que foi o segundo em termos de votantes. Até a final do Torneio Carioca de Futebol no Estádio do Maracanã, com o clássico Botafogo x Flamengo, foi palco da campanha de *O Cruzeiro*.⁵¹¹ Na última edição do ano, a revista foi ofensiva: além dos cartazes e notícias pró-plebiscito/presidencialismo, divulgou notícia de discursos de Goulart em São José do Rio Preto, no Automóvel Clube no Rio de Janeiro, e uma solenidade no Estádio do América, em que a Banda dos Fuzileiros Navais formou em fileiras a palavra NÃO, fato registrado em foto na reportagem.⁵¹²

A relação entre a revista *O Cruzeiro* e Goulart era intensa, e não por acaso no final do ano a revista ofereceu um jantar ao presidente da República e todo o ministério parlamentarista (que batia em retirada), com a presença dos diretores dos *Diários e Emissoras Associados*, fato não divulgado na própria revista.⁵¹³ Após a divulgação do resultado do plebiscito, o jornalista David Nasser escreveu uma matéria onde fazia forte defesa de Goulart e depositava esperanças na fase presidencialista de seu governo que se iniciava.⁵¹⁴

O ISEB e o plebiscito

Muitas vezes os conflitos durante a campanha pró-plebiscito não eram necessariamente decorrentes de elementos parlamentaristas. É o caso da atitude do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, opositor do parlamentarismo, mas que não se dispôs a seguir o caminho de seu correligionário Magalhães Pinto – que disputava com ele a indicação da UDN para a sucessão presidencial da 1965 –, e entrar em um acordo pontual com Goulart pelo retorno do presidencialismo. Isto a levou a desencadear suas tradicionais campanhas truculentas e terroristas contra as esquerdas que se mobilizaram pelo NÃO no plebiscito.

⁵¹¹ *O Cruzeiro*, 5 de janeiro de 1963. O placar foi Botafogo 3 x Flamengo 0. Garrincha fez 2 gols e Vanderlei, do Flamengo, fez um contra.

⁵¹² *O Cruzeiro*, 29 de dezembro de 1962, p.7.

⁵¹³ *Diário de Pernambuco*, 29 de dezembro de 1962, matéria de capa com foto.

⁵¹⁴ *O Cruzeiro*, 19 de janeiro de 1963.

Um fato que ilustra tal atitude do governador da Guanabara está ligado à apreensão de um panfleto do ISEB: *Por que votar contra o parlamentarismo no plebiscito?*.⁵¹⁵ Por iniciativa do Ministério da Educação, cujo titular era Darcy Ribeiro, o ISEB, entidade ligada à burocracia do ministério, foi encarregado de confeccionar um panfleto para o convencimento do público quanto à necessidade de reversão ao sistema presidencial. O resultado foi *Por que votar contra o parlamentarismo no plebiscito?*, assinado por Álvaro Vieira Pinto, diretor da entidade. O panfleto foi aprovado pela congregação de professores do ISEB no dia 24 de outubro. Quando começou a circular com mais vigor, em dezembro, gerou protestos de setores conservadores no Congresso, como o do senador Afrânio Lages (UDN/AL), que discursou no Senado denunciando o envolvimento indevido do Ministério da Educação naquela campanha, e atacando o panfleto como “injurioso e deprimente para o Congresso Nacional”.⁵¹⁶ Na mesma sessão do Senado, o panfleto também foi criticado pelo senador Padre Calazans (UDN-SP), que disse estranhar que o Ministério da Educação tenha entregado sua confecção ao ISEB, que, segundo ele, era “uma verdadeira trincheira russa dentro do Brasil”. É digno de nota que, em sua crítica ao panfleto, Calazans tenha se sentido à vontade para dizer que o mesmo “subverte toda a história nacional e faz desaparecer figuras como Rui Barbosa e Joaquim Nabuco”.⁵¹⁷ Dias depois, na Câmara federal, o deputado Pedro Aleixo, líder do bloco UDN-PL, afirmou sobre *Por que votar contra o parlamentarismo no plebiscito?* que “se não fosse, antes de tudo, corajosa peça em que se registram as maiores infâmias, não contra a religião, mas contra a ciência”, tal panfleto é um desserviço à pátria.⁵¹⁸

Mas, antes de tais declarações, o panfleto isebiano foi também alvo de campanha difamatória dos jornais conservadores. No início de dezembro, *O Globo* estampou a manchete “Dinheiro da Nação custeia propaganda comunista do ISEB”, e em reportagem afirmou tratar-se de um “manifesto vazado em termos perfeitamente harmônicos com a doutrina comunista”.⁵¹⁹ Dando seqüência à campanha difamatória contra o ISEB, *O Globo* publicou uma pequena reportagem, que vale a pena ser reproduzida:

⁵¹⁵ Um original de tal panfleto encontra-se depositado no Arquivo João Goulart, CPDOC-FGV [JG pr 1961.08.25].

⁵¹⁶ *O Globo*, 13 de dezembro de 1962, p.12.

⁵¹⁷ *Idem*.

⁵¹⁸ *O Globo*, 14 de dezembro de 1962, p.12.

⁵¹⁹ *O Globo*, 4 de dezembro de 1962, p.11.

“O diretor do ISEB, sr. Álvaro Vieira Pinto, declarou ontem a O GLOBO que a entidade se reserva o direito de não revelar a origem de sua brochura *Por que votar contra o parlamentarismo no plebiscito?*, que foi impressa sob encomenda do Ministro da Educação, Darcy Ribeiro.

A publicação está vazada em dialética tipicamente comunista, e tem sido amplamente distribuída em órgãos públicos, organizações estudantis, entidades e ao público em geral. Inquirido a respeito do custo da publicação, de que verba saiu o pagamento e se há outros trabalhos encomendados, disse o sr. Álvaro Vieira Pinto que, sendo o ISEB um órgão diretamente subordinado ao Ministro da Educação, a este competia a divulgação de fatos referentes à vida e atividades da entidade.⁵²⁰

Mas ao lado deste tipo de campanha ideológica, também tiveram vez ações mais extremadas contra o panfleto do ISEB e os próprios diretores da entidade, como as do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, e do DOPS local. Segundo *O Semanário*, o panfleto isebiano foi objeto de perseguição da Polícia Política da Guanabara.

“Está em curso no TRE, um pedido de *habeas-corporis* preventivo em favor do Diretor e da Congregação de Professores do ISEB, motivado pela tentativa da Polícia Política da Guanabara de confiscar a publicação [de *Por que votar contra o parlamentarismo no plebiscito?*], que é realmente muito informativa.”⁵²¹

Tanto Lacerda como os agentes do DOPS tentaram negar a prisão de Álvaro Vieira Pinto e a tentativa de apreensão do panfleto, mas o advogado de defesa do diretor do ISEB reafirmou a existência da ação arbitrária e a invasão da Gráfica Lux (onde foi impresso o panfleto), onde se tentou “apreender centenas de exemplares que lá se encontravam, bem como as matrizes tipográficas”.⁵²² Tal ocorrido motivou o órgão da Frente Parlamentar Nacionalista a publicar em primeira mão todo o panfleto. “Em primeira mão na imprensa do país o folheto proibido do ISEB”, assim noticiou *O Semanário* na capa de sua edição de número 315.⁵²³

O TRE acabou negando, por 3 votos a 2, o pedido de *habeas-corporis* requerido pelo ISEB, não favorecendo a distribuição livre do panfleto. Aqui poderia parecer um ato de incoerência por parte do TRE que acabara de receber a determinação de viabilizar ao máximo o plebiscito. Mas, como se trata de um tribunal regional, não é possível

⁵²⁰ *O Globo*, 5 de dezembro de 1962, p.7.

⁵²¹ *O Semanário*, n.315, 27 de dezembro de 1962 a 2 de janeiro de 1963.

⁵²² *O Estado de São Paulo*, 8 de dezembro de 1962, p.6.

⁵²³ O panfleto foi publicado nas edições 315 e 316 de *O Semanário*.

desconsiderar que o mesmo estivesse sob a pressão do próprio Lacerda e de *O Globo*. A outra questão importante é a própria caracterização do panfleto feita por estes, que o qualificaram como “comunista”, e como a frente antiparlamentarista era extremamente heterogênea, muitos eram os setores anticomunistas, de nenhuma forma interessados na identificação da opção majoritária pelo NÃO com um discurso à esquerda. No que diz respeito à percepção da direita sobre o panfleto, não vem ao caso discutir se o panfleto do ISEB era marxista ou não, o que logo faremos,⁵²⁴ mas sim verificar que os intelectuais orgânicos das classes dominantes, seus representantes no parlamento e na imprensa, o percebiam assim. Os próprios comunistas, por se constituírem de fato num partido nacionalista e antiimperialista,⁵²⁵ favoreciam a que os intelectuais orgânicos do novo bloco histórico emergente identificassem o discurso nacionalista como comunista. O ISEB era, como muito bem afirmou Caio Navarro de Toledo numa bela metáfora, uma “fábrica” desta ideologia nacionalista de esquerda, expressa tanto na produção intelectual do militar e comunista Nelson Werneck Sodré, como também na de Álvaro Vieira Pinto.⁵²⁶

Porém, cabe agora comentar o conteúdo do referido panfleto. Segundo a pesquisadora Alzira Alves Abreu, o mesmo foi na verdade redigido pelo chefe do Departamento de História do ISEB, Osny Duarte Pereira –⁵²⁷ um jurista nacionalista, identificado com as campanhas pelo petróleo e colaborador permanente de *O Semanário* –, sendo sua assinatura por Álvaro Vieira Pinto (diretor do ISEB) talvez uma estratégia para reafirmar que seu conteúdo era aprovado por todo o instituto. Trata-se de um documento dividido em trinta e seis pontos, iniciando com uma reflexão histórica sobre as formas de

⁵²⁴ O próprio Vieira Pinto não era um marxista, embora fosse um leitor atento desta tradição teórica. Mas cabe lembrar que, partindo da periodização de Caio Navarro de Toledo, nos anos sessenta o ISEB vivia sua terceira e última fase, sendo muito forte a influência de marxistas como Nelson Werneck Sodré, e tinha entre seus mais eminentes alunos os então marxistas Wanderley Guilherme dos Santos, Joel Rufino dos Santos, Jorge Miglioli, entre outros.

⁵²⁵ Seguimos aqui a caracterização feita por Anita Prestes, segundo a qual o PCB era um “partido progressista, movido por ideais nacionalistas e democráticos”. PRESTES, Anita Leocádia. *Sobre os 50 anos da “Declaração de março de 1958” do PCB*. 2008 (mimeo).

⁵²⁶ Como chama atenção o estudioso, é o ISEB também *locus* de intelectuais mais à direita, como Hélio Jaguaribe, de mentalidade mais tecnocrática. Era, assim, um “aparelho ideológico do Estado”, tal como no conceito de Louis Althusser. TOLEDO, *ISEB: fábrica de ideologias*, op. cit. Segundo Toledo, as fontes filosóficas do ISEB iam do marxismo, ao existencialismo de Sartre e Scheler, à fenomenologia de Jaspers, à sociologia do conhecimento de Mannheim, ao historicismo de Dilthey, até o culturalismo de Ortega y Gasset. TOLEDO, C.N. “Apresentação.” In. TOLEDO, C.N.(org.). *Intelectuais e políticos no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p.7.

⁵²⁷ ABREU, Alzira Alves. “Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb).” In. FERREIRA & AARÃO REIS, *As esquerdas no Brasil*, op. cit., p.409-432, a informação está na página 430.

governo, desde a Antigüidade clássica, passando logo em seguida pela China imperial, onde, segundo o autor, teria tido origem a idéia de divisão de poderes.⁵²⁸ Em seu conjunto, o panfleto se divide em argumentos antiparlamentaristas que envolvem uma justificativa ou *razão histórica*, uma *razão jurídica* e uma *razão política* na orientação do voto do leitor. A rigor, é possível observar certa interpretação marxista difusa na primeira parte do panfleto, especialmente a partir do terceiro ponto, onde é discutida a origem do sistema parlamentarista inglês, inserido-a no contexto da “época de transição do feudalismo para o capitalismo”;⁵²⁹ ou quando se caracteriza o Estado moderno como surgido das revoluções burguesas e do pensamento contratualista/iluminista, onde se afirma que tal estrutura possuía conteúdo classista.⁵³⁰ Comparecem categorias marxistas como “meios de produção”, “fase imperialista do capitalismo”,⁵³¹ “burguesia compradora” entre outras. Um trecho onde se podem ver elementos da teoria marxista é quando se discute a formulação da divisão dos poderes surgida no contexto do século XVIII a partir da lavra do Barão de Montesquieu. É assim descrita no panfleto:

“A teoria da divisão dos poderes, em legislativo, executivo e judiciário, apresentava-se, mais uma vez como *instrumento tático* da luta de uma classe – a burguesia – para introduzir-se no governo. Não significava isto nenhuma transformação para o povo propriamente dito, pois, este permaneceu miserável, desprotegido e submisso aos governantes que continuavam a explorá-lo com a mesma impiedade de antes. Os dados estatísticos levantados mostraram que a pauperização prosseguiu na mesma escala. Em França, como na Inglaterra, a “Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão” asseguraram a intocabilidade do direito de propriedade, como um dos postulados da Revolução Francesa, passado o período da derrubada das instituições feudais em 1789.”⁵³²

Afirma-se assim uma tese cara a todo pensamento socialista, a saber: o de que a ordem burguesa, surgida da liquidação do feudalismo e estruturas correspondentes, poria no lugar uma nova forma de opressão contra o povo. No entanto, ao adentrar na história do Brasil, a

⁵²⁸ *Por que votar contra o parlamentarismo no plebiscito?* Rio de Janeiro: ISEB, 1962, p.4. Consultado no Arquivo João Goulart, CPDOC-FGV [JG pr 1961.08.25].

⁵²⁹ *Idem*, p.5.

⁵³⁰ *Idem*, p.7.

⁵³¹ Ainda que o termo “imperialismo” fizesse parte do vocabulário de isebianos nacionalistas, como é o caso do próprio Álvaro Vieira Pinto e sua teoria da existência de setores burgueses alienados da Nação. Note-se aqui uma tese similar à defendida pelos comunistas, e não por acaso Vieira Pinto e PCB concordavam no essencial sobre a aliança de classes necessária para levar a cabo a “revolução brasileira”: a burguesia com compromisso com o mercado interno e o proletariado.

⁵³² *Idem*, p.8, grifo do autor.

matriz teórica do documento altera-se sobremaneira. São as próprias fontes teóricas que mudam, predominando um discurso baseado no Direito Constitucional e até em autores liberais e conservadores, como o suíço Benjamin Constant. É verdade que combinados a argumentações mais sociológicas e menos factuais – o que como vimos irritou os parlamentares conservadores, que “sentiram falta” de nomes como Rui Barbosa e consortes. Da metade ao final do panfleto o marxismo difuso é substituído pelo tradicional discurso nacionalista do ISEB, certamente naquele colorido apropriado da esquerda nacionalista.

Mas o que de fato irritou os conservadores de todos os matizes (golpistas inclusive) não foram as fontes teóricas de *Por que votar contra o parlamentarismo* – certamente obscuras para a maior parte dos potenciais leitores – e sim a narrativa sobre os acontecimentos de agosto de 1961. Nesta apresenta-se o cerne do argumento dos setores da esquerda nacionalista: o parlamentarismo foi um “golpe branco”, como bem afirmou em agosto/setembro de 1961, o deputado trabalhista Almino Afonso, citado no panfleto. No trecho em que trata da campanha pela antecipação do plebiscito, há o destaque para as greves gerais políticas de 5 de julho e 15 de setembro de 1961, eventos que, como vimos, setores da direita, na imprensa e no parlamento, preferiam dizer que foram “fracassados”.

Outro momento do panfleto discute a *razão jurídica* para se opor ao parlamentarismo instituído em agosto/setembro de 1961. Discute-se que, embora não decretado formalmente, o estado de sítio imperou no País no momento em que foi aprovado o Ato Adicional no Congresso, o que tornava qualquer mudança constitucional um “golpe”. Diz-se:

“Portanto, o que se deve ter em conta não é se o estado de sítio foi decretado, mas se o estado de sítio existiu. Foi, efetivamente, o que aconteceu em agosto de 1961: os detentores do poder não formalizavam o estado de sítio, existindo o estado de convulsão no país, justamente porque isso lhes retiraria, formalmente, as condições para alterar a constituição. (...)”

“Ora, quem ousará dizer que o Brasil não se encontrava em estado de sítio ao ser votada a emenda parlamentarista?”

Milhares de cidadãos foram presos em diferentes Estados do Brasil, ao declararem os ministros militares que não admitiam o regresso do Vice-Presidente da República ao país. Empastelaram-se jornais, fecharam-se as vias de saídas a certos cidadãos, instituindo a censura, vasculharam-se os aviões para prender o Vice-Presidente, ou qualquer pessoa que, regressando, ou destinando-se ao Exterior, pudesse ser suspeita na qualidade de emissário. O Vice-Presidente da República, em vez de poder regressar diretamente ao

Brasil, foi obrigado a realizar uma longa volta e ficar retido, em Porto Alegre, até que se votasse a emenda constitucional, ao mesmo tempo em que, para atemorizar o povo e desencorajar resistências, comunicados oficiais dos ministros militares participavam deslocamentos de navios de guerra e de batalhões.”⁵³³

Note-se que a argumentação sobre a inconstitucionalidade do Ato Adicional advir do fato do país encontrar-se sob estado de sítio era quase um senso comum dentre a esquerda.⁵³⁴

Em seguida, o documento adentra na *razão política* para o voto contrário ao parlamentarismo no plebiscito. O panfleto define em diversos momentos o Congresso como formado por elementos conservadores, afirmação que certamente irritou os parlamentares que, como vimos, atacaram o panfleto. Mas, tal como se faz presente em diversos documentos da esquerda nacionalista, diz-se que os problemas do povo brasileiro estão além da disjuntiva parlamentarismo *versus* presidencialismo, sendo reproduzido, em favor de tal argumento, um manifesto da CNTI de 9 de agosto de 1962, quando ainda não havia sido antecipado o referendo, mas onde se lê que “as medidas que o povo reivindica não dependem, fundamentalmente, dessa consulta” e sim da “constituição de um Governo Nacionalista e Democrático” que realize as reformas de estrutura.⁵³⁵ Por fim, o NÃO no plebiscito é recomendado em primeiro lugar, para desfazer os “efeitos do golpe direitista” de agosto e, em segundo lugar, para dar a Goulart a possibilidade de realizar as reformas de base.

“O NÃO será um crédito de confiança ao Senhor Presidente da República e a afirmativa de que o povo não pactua com golpes palacianos para alterar as instituições, nem se solidariza com grupos que se prestem a servir a interesses estrangeiros, em detrimento das aspirações de independência do Brasil.”⁵³⁶

Destarte o tom com que o panfleto é encerrado, dizendo dar um “voto de confiança” no presidente da República, posição curiosamente “independente” ou no mínimo “autônoma” quando se pensa que *Por que votar contra o parlamentarismo* fora encomendado pelo próprio governo. Tal posição é a mesma, como vimos, da Frente Parlamentar Nacionalista e

⁵³³ *Idem*, p.24-25.

⁵³⁴ A mesma argumentação está presente no semanário comunista *Novos Rumos*, 21 a 27 de dezembro de 1962, p.8. Ver a declaração de Brizola, no capítulo anterior.

⁵³⁵ *Por que votar contra o parlamentarismo*, op. cit., p.31.

⁵³⁶ *Idem*, p.31.

não é por acaso que tal panfleto acabou sendo reproduzido pelo *O Semanário*. Por fim, note-se que, ao tratar da renúncia de Jânio Quadros, o panfleto reproduz a idéia de que sua renúncia teria resultado de pressões vindas dos setores reacionários internos e do imperialismo, que não aceitavam a política externa independente, e tentaram o golpe de Estado. Cita textualmente as figuras de Carlos Lacerda e seu jornal *Tribuna da Imprensa*, além de elementos como os udenistas Menezes Côrtes e o general Cordeiro de Farias, como responsáveis pela tentativa de golpe, o que fez com que o próprio Lacerda⁵³⁷ e os parlamentares udenistas atacassem, na imprensa e também no Congresso, o panfleto do ISEB.

O terrorismo de Lacerda contra o plebiscito: a denúncia do *Diário Carioca*

Mas os atos de repressão na Guanabara não se limitaram ao caso do panfleto do ISEB, e já no início de dezembro pode-se ler na imprensa a denúncia do premier Hermes Lima⁵³⁸ de que Carlos Lacerda estaria promovendo, escudado por elementos do aparelho de repressão estatal, invasões a gráficas e escritórios, apreendendo cartazes da campanha do plebiscito. Em resposta a esta onda de terrorismo, que, afinal, marcaria as tradicionais ações de Lacerda contra a mobilização popular, o Primeiro-Ministro afirmou:

“os agitadores estão em desespero ante a inevitabilidade da condenação popular ao parlamentarismo, instalado pela conveniência dos inimigos do sr João Goulart. Já de agora, estão inconsoláveis. E procuram de todos os modos tumultuar, pela violência, para truncar a vontade do povo. Enquanto a esmagadora maioria do povo brasileiro deseja paz e tranqüilidade, necessárias ao desenvolvimento harmonioso do País, os eternos inconformados, contrariados de véspera em seus interesses pessoais, promovem a agitação e a intranqüilidade. Na área do governo, aliás, ninguém tem dúvidas de que essa agitação irá num crescente de desespero, que poderá levar seus promotores animados pelo inconformismo, tentar até mesmo uma lambretagem aérea do tipo Aragarças.”⁵³⁹

Poucos dias antes, os deputados trabalhistas Saldanha Coelho e Elói Dutra denunciaram a invasão, pela polícia da Guanabara, da gráfica e do escritório eleitoral do deputado

⁵³⁷ *Correio da Manhã*, 4 de dezembro de 1962, p.2.

⁵³⁸ O primeiro ministro Hermes Lima, em programa de televisão, afirmou ser “erudito” o panfleto do ISEB. *Tribuna da Imprensa*, 5 de dezembro de 1962.

⁵³⁹ *Última Hora*, 10 de dezembro de 1962, p.4.

diplomado Rubem Macedo, numa ação que tinha como mote “a apreensão de material subversivo”.⁵⁴⁰

Mas o fato mais intrigante sobre a ação de Carlos Lacerda envolveu a denúncia feita pelo jornal *Diário Carioca* sobre a descoberta, pelo Serviço Secreto do Exército, da existência de um plano subversivo para “agitar o país nos últimos dias que antecederão o plebiscito”.⁵⁴¹ O objetivo desse plano era atemorizar o povo e esvaziar o referendo. Diz-se que uma das “provas” que seriam utilizadas para justificar a movimentação terrorista dos golpistas eram armas apreendidas em posse de um advogado da Ligas Camponesas, no Rio de Janeiro:

“são carabinas ponto 30 e submetralhadoras do tipo usado na última guerra, todas de fabricação americana e pertencentes à Polícia da Guanabara. Elas foram adquiridas através do auxílio do Ponto IV na gestão do então coronel Danilo Nunes, à frente da Delegacia de Polícia Política e Social.”⁵⁴²

Por esta época, toda a imprensa já havia divulgado a notícia da existência de um “plano comunista”, destinado a formar um foco guerrilheiro em Goiás, cujos líderes eram os dirigentes das Ligas Camponesas, entre eles Francisco Julião.⁵⁴³ Posteriormente surgiram as notícias sobre a prisão do advogado das Ligas,⁵⁴⁴ Clodomir Santos de Moraes, que teria sido flagrado com um carregamento de metralhadoras e outras armas que se destinavam a camponeses em Dianópolis (GO). O inquérito sobre a prisão era certamente uma peça de provocação destinada a criar um clima para atos terroristas, pois, segundo noticiou-se na imprensa, o carregamento teria sido examinado por Sirval Palmeira, identificado como advogado de Luís Carlos Prestes, secretário-geral do PCB. Constava no inquérito a existência de um cartão do embaixador da URSS, Anatole Chandrin, endereçado a Julião.⁵⁴⁵ Na mesma edição do *Diário Carioca* onde se denunciava o plano desestabilizador de

⁵⁴⁰ *Diário Carioca*, 8, 9 e 10 de dezembro de 1962.

⁵⁴¹ *Diário Carioca*, 21 de dezembro de 1962, capa e página 5.

⁵⁴² *Idem*, capa.

⁵⁴³ A revista *O Cruzeiro* assim fez a denúncia: “O que está sendo denunciado, com insistência, pelos homens de consciência democrática, como uma vasta conspiração contra a Democracia no Brasil, já vai um pouco além das simples palavras. Em Dianópolis, no Estado de Goiás, como em muitos outros pontos de nosso território, treinam-se guerrilheiros e trabalha-se, objetivamente, pela implantação de um ‘governo popular revolucionário’, moldado à semelhança do regime dos Castros e Guevaras. É uma conspiração que se arma, com os característicos de uma sublevação rural. O caso de Dianópolis mostra que Sierra Maestra está de mudança para o sertão brasileiro.” *O Cruzeiro*, 22 de dezembro de 1962.

⁵⁴⁴ Ver, por exemplo, *Diário de Notícias*, 14 de dezembro de 1962, p.4.

⁵⁴⁵ *O Globo*, 14 de dezembro de 1962, *O Estado de São Paulo*, 14 de dezembro de 1962.

Lacerda, aparecia a notícia da defesa de Julião, que dizia ser a denúncia “uma grosseira farsa que a polícia da Guanabara, sob a inspiração de Carlos Lacerda, esse Chang Kai Chek de Brocoió, acaba de engendrar”.⁵⁴⁶ A ligação entre Julião, a embaixada da URSS, o PCB e Prestes era simplesmente algo impensável e incoerente com o calor das disputas entre as esquerdas no período: tratava-se certamente de uma grande armação, com enormes incoerências, ligada a outros propósitos, como denunciou o jornal *Diário Carioca*.

A reportagem do jornal carioca apontou que o plano terrorista possuía os seguintes passos: a prisão de um elemento “estrangeiro”, identificado como “cubano”, que teria em suas mãos uma lista ligando-o a vários elementos do PTB, como Brizola, e chefes militares nacionalistas como os generais Osvino Ferreira Alves, Ladário Pereira Teles, Oromar Osório, o almirante Pedro Paulo de Araújo Suzano, o almirante Cândido da Costa Aragão e o brigadeiro Francisco Teixeira. Também se ligava ao plano uma notícia sobre o encontro de “documentos comprometedores”, “descobertos” “milagrosamente” entre os destroços de um Boeing caído no Peru, que levava delegados cubanos para uma conferência da FAO. Os conspiradores diziam que, entre tais documentos, existiam o “plano comunista” e nomes de pessoas ilustres ligadas ao governo Goulart. Em suma, tratava-se de fazer renascer o espectro do “plano Cohen” e impedir o plebiscito, instaurando uma ditadura de militares contrários a Goulart. O próprio jornal *Correio da Manhã*, repercutindo a notícia, comparou a notícia com a formulação de um “novo Plano Cohen”,⁵⁴⁷ mas buscou também desqualificar a denúncia.

Após a divulgação da reportagem, Lacerda, furioso, afirmou que processaria o jornalista Danton Jobim, do *Diário Carioca*, a quem acusava de ser o divulgador de tais “notícias falsas”. Ao mesmo tempo, Lacerda enviou telegrama para o ministro da Guerra, Amaury Kruel, afirmando serem tais notícias inverídicas.⁵⁴⁸ Tal fato era curioso, pois no início do mês de dezembro, o próprio Kruel teria declarado “ter encontrado na Guanabara um ambiente de inquietação e mal-estar provocado por notícias inverídicas cuja finalidade seria criar um ambiente de incompatibilidade entre os chefes militares”, propício para um

⁵⁴⁶ *Diário Carioca*, 21 de dezembro de 1962, capa.

⁵⁴⁷ (...) “o plano de subversão envolve os comunistas e diplomatas russos, etc. Parece-se muito com o notório Plano Cohen que em 1937 foi fabricado para justificar a implantação da ditadura estadonovista”. *Correio da Manhã*, 23 de dezembro de 1962.

⁵⁴⁸ *Tribuna da Imprensa*, 22 e 23 de dezembro de 1962, p.3. *Correio do Povo*, 23 de dezembro de 1962, p.7.

golpe.⁵⁴⁹ Dias depois, foi a vez do próprio Lacerda denunciar um plano subversivo, que teria início com uma greve na Central do Brasil, com vistas a jogar o I Exército contra a Guanabara, dizendo em seguida que o responsável por tal plano era o próprio Goulart.⁵⁵⁰ Sobre tais denúncias de Lacerda, Krueel teria afirmado de uma forma um tanto quanto irônica: “meta na cadeia os arruaceiros e conte com meu apoio”.⁵⁵¹

No dia seguinte à denúncia do plano de sabotagem do plebiscito – agora batizado de “Plano de Agitação Nacional” –, o jornal *Diário Carioca* reafirmou a notícia, e em artigo publicado na capa do jornal, Lacerda é caracterizado como conspirador, “diabólica inteligência” e “conhecido agitador”.⁵⁵² O jornal voltou a reafirmar a veracidade da denúncia,⁵⁵³ e o deputado trabalhista Elói Dutra ironizou o governador da Guanabara, dizendo que, após a denúncia, “ele terá que montar um novo esquema golpista, pois o atual já foi desmoralizado”.⁵⁵⁴ O deputado trabalhista ainda sugeriu a possibilidade da greve dos marítimos – iniciada no dia 21 e que teve a oposição frontal do governo federal e do próprio CGT –,⁵⁵⁵ ser parte do plano golpista de Lacerda. Alguns dias depois da denúncia, o *Diário Carioca* anunciou o que parecia ser um dispositivo militar na Guanabara, para garantir a tranquilidade no dia do referendo:

“Militares garantirão o plebiscito”

“Exército, Marinha e Aeronáutica estão, desde as primeiras horas de hoje, em regime de alerta (prontidão reduzida) tendo em vista garantir a ordem e a tranquilidade pública durante a campanha presidencialista já em pleno desenvolvimento e que só terminará com a realização do plebiscito a 6 de janeiro próximo.

A medida excepcional foi tomada em função da ampla constatação da existência de focos de agitação, formado por elementos que, intranquilizando a Nação por diversos meios, pretendem esvaziar a consulta popular. Embora reine completa paz em todo o país, é exatamente na Guanabara que essas medidas de segurança estão sendo desencadeadas com mais intensidade.”⁵⁵⁶

⁵⁴⁹ O título da reportagem foi: “Krueel: encontrei no Rio clima para o golpe” *Diário de Notícias*, 7 de dezembro de 1962, capa.

⁵⁵⁰ *Diário de Notícias*, 13 de dezembro de 1962, capa.

⁵⁵¹ *Diário de Notícias*, 14 de dezembro de 1962, capa.

⁵⁵² *Diário Carioca*, 22 de dezembro de 1962, capa.

⁵⁵³ “Está confirmada a denúncia, publicada em primeira mão pelo DC, da articulação do plano subversivo, tramado por elementos ligados ao governador da Guanabara, com o objetivo de lançar o Estado e o país na intranquilidade, visando criar um clima de insegurança para o povo no plebiscito.” *Diário Carioca*, 24 de dezembro de 1962, capa.

⁵⁵⁴ *Idem*.

⁵⁵⁵ Como afirmamos acima, tal greve durou 36 dias. Ver ERICKSON, *Sindicalismo no processo político no Brasil*, op. cit., p.160-161.

⁵⁵⁶ *Diário Carioca*, 27 de dezembro de 1962, capa.

Em seguida, o periódico apontou a participação de Amaral Peixoto e Herbert Levy no esquema, cumprindo tarefa em outra frente. Uma reportagem dizia que os dois parlamentares estavam em entendimentos para isolar o PTB e tirar uma base sólida de apoio a Goulart no Congresso. Outro propósito era eleger como presidente da Câmara um elemento “dócil”, para que, quando fossem dados os passos necessários no plano “subversivo”, pudesse este assumir a Presidência da República, tornando-se alvo fácil de manipulação. A matéria denuncia como parte do plano o re-aparelhamento do governo da Guanabara, com mudanças na Secretaria de Segurança, que passou à chefia do coronel Gustavo Borges – que dirigiu ações terroristas na Guanabara na crise de agosto/setembro de 1961 –, com o detetive Cecil Borer na Delegacia de Polícia Política e Social, e a nomeação do major Saliture para a Guarda Pessoal de Lacerda. Segundo a reportagem, teria sido remontado o dispositivo golpista que tentara impedir a posse de Goulart em 1961. Aliado a isto, a reportagem dá conta de que os entendimentos entre Amaral Peixoto e Herbert Levy teriam como fito construir um dispositivo parlamentar para, apesar do resultado presidencialista do plebiscito, impedir a volta do sistema presidencial.⁵⁵⁷

A esta altura já se tomavam providências para conformação do dispositivo militar, com uma reunião realizada na residência do general Osvino, onde compareceram militares nacionalistas, como o brigadeiro Francisco Teixeira, o almirante Cândido da Costa Aragão, entre outros oficiais das três armas. A reunião encaminhou medidas de vigilância para impedir o plano golpista.⁵⁵⁸ Também foram travados contatos entre Osvino e o deputado trabalhista Elói Dutra e o desembargador Bulhões de Carvalho, presidente do TRE da Guanabara, no sentido de acertar os ponteiros para que no dia do referendo fosse mantida a ordem.⁵⁵⁹ Foi noticiado ainda que um grupo de oficiais da Polícia Militar se colocara em oposição a qualquer plano desestabilizador e sabotador do plebiscito, sendo tais oficiais identificados como elementos que se opuseram às ações terroristas de Lacerda durante a crise de agosto/setembro de 1961.⁵⁶⁰

Como era de se esperar, tanto os comunistas quanto os membros da Frente Parlamentar Nacionalista encamparam a denúncia do *Diário Carioca*, e *O Semanário*

⁵⁵⁷ *Diário Carioca*, 28 de dezembro de 1962, capa.

⁵⁵⁸ *Diário Carioca*, 28 de dezembro de 1962, p.5.

⁵⁵⁹ *Diário Carioca*, 31 de dezembro de 1962, capa.

⁵⁶⁰ *Idem*.

chegou a propor que o Sindicato dos Jornalistas Profissionais e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) fizessem uma campanha de solidariedade ao jornalista Danton Jobim, que estava sendo ameaçado de processo pelo governador da Guanabara.⁵⁶¹ Sobre o plano, *O Semanário* acrescentou ainda outras informações não divulgadas pelo *Diário Carioca*, como a de que havia:

“ramificações em alguns Estados como Pernambuco, onde o IBAD vem desenvolvendo intensa campanha de agitação contra a política externa independente do governo e em São Paulo, onde foi desencadeada através de cartazes e pichamento em muros ativa propaganda a favor da instauração em nosso país de uma ‘democracia autêntica’, rótulo sob o qual se disfarça um governo ditatorial de ‘gorilas’ a ser chefiado pelo almirante Silvio Heck, conforme denunciou em declaração à *Última Hora* o deputado Almino Afonso, líder do PTB na Câmara”.⁵⁶²

Tal como já havia feito o deputado Elói Dutra, *O Semanário* buscou ligar a greve dos marítimos ao esquema de Lacerda, levantando que o líder do Sindicato dos Oficiais da Náutica, era o candidato derrotado pela UDN ao cargo de deputado federal, um sujeito conhecido como Serapião. Disse ainda que Lacerda já havia anunciado ao *Jornal do Brasil* em dezembro que denunciaria um plano comunista no dia 3 de janeiro, poucos dias antes do referendo, mas a denúncia do plano pelo *Diário Carioca* o desmantelou. Todavia, o dado mais importante da reportagem do órgão da Frente Parlamentar Nacionalista foi sobre as inconsistências existentes no “novo Plano Cohen”, a começar pelo fato de envolver o PCB junto com Francisco Julião, quando eram notórias e públicas as divergências entre os dois. Diz: “ninguém ignora que os comunistas brasileiros e Julião se acham em luta aberta, aqueles censurando o radicalismo deste e este o espírito conciliador daqueles”.⁵⁶³ Julião, inclusive, estava defendendo uma posição abstencionista no referendo (fato que comentaremos mais à frente), diferentemente da maior parte da esquerda, incluindo os comunistas, que se engajaram na campanha do NÃO. É ainda fantasiosa a idéia de que a embaixada da URSS estaria interessada em fomentar uma guerrilha no Brasil, quando era notória na sua posição oficial e na orientação geral dos partidos comunistas ligados a Moscou a idéia de o que se tinha processado em Cuba era “excepcional” e não deveria servir de “exemplo”. Diz *O Semanário* sobre o assunto:

⁵⁶¹ *O Semanário*, 27 de dezembro de 1962 a 2 de janeiro de 1963, n.315, p.5.

⁵⁶² *Idem*.

⁵⁶³ *Idem*.

“a nova linha dos comunistas traçada por uma série de seis artigos, publicada no seu número 13 deste ano, um mês e meio antes da eclosão da Crise do Caribe e pelo ‘Komunist’ de Moscou é no sentido dos ‘partidos dos países subdesenvolvidos nada empreenderem durante muito tempo (textual) contra seus respectivos governos’ nem mesmo ‘propagar inoportunamente slogans socialistas que poderiam comprometer a bela idéia de socialismo’ não lhes devendo servir o caso de Cuba, onde a revolução por circunstâncias excepcionais se processou rapidamente”.⁵⁶⁴

Por sua vez, *Novos Rumos* denunciou o envolvimento no “novo Plano Cohen” do embaixador Lincoln Gordon e do adido militar da embaixada dos EUA, coronel Vernon Walters —⁵⁶⁵ também agente da Defense Intelligence Agency (DIA) e posteriormente vice-presidente da CIA durante a administração de Nixon. O jornal comunista apontou que o advogado das Ligas, preso por Borer, já havia sido expulso do PCB há muito tempo, mas não por isto Clodomir Santos de Moraes é “satanizado”. Ao contrário, acusa-se Borer de tê-lo torturado, e conseguido com isto arrancar uma “confissão” do suposto “plano comunista”. No “plano” fantasioso, os golpistas acusavam a existência de arsenais em vários estados, esperando a hora do “levante comunista”. *Novos Rumos* discute que, apesar do plano subversivo de Lacerda e *cia* já ter sido denunciado, o governador da Guanabara não teria desistido de executá-lo:

“Apesar de ter visto os seus planos e objetivos já denunciados à Nação, inclusive pelo Serviço Secreto do Exército, Lacerda está determinado a levar avante sua aventura criminosa. Há todo um plano terrorista, prevendo os menores detalhes. Alguns pontos desse plano são o envolvimento de representantes diplomáticos de países socialistas, a prisão de personalidades do governo federal – inclusive ligadas pessoalmente ao presidente da República –, assim como de parlamentares e líderes sindicais e estudantis. O presídio da Ilha Grande já estaria preparado para receber mais de cem presos. A partir daí, seria desencadeada uma onda de violências contra os sindicatos, a imprensa, entidades estudantis e organizações populares.”⁵⁶⁶

Assim, tal como no Plano Cohen de 1937, o “novo” estava baseado em ativar até o limite à paranóia anticomunista dos setores conservadores, que certamente não tinha capacidade nem conhecimento das diferentes estratégias no interior das esquerdas. Mas para o sucesso deste, não se tinha um elemento definitivo, que em 37 foi representado pelo caldo de cultura resultante do levante frustrado de 1935, que criou o clima necessário para o

⁵⁶⁴ *Idem.*

⁵⁶⁵ *Novos Rumos*, 4 a 10 de janeiro de 1963, p.5.

⁵⁶⁶ *Idem.*

golpe do Estado Novo. Seriam necessários outros elementos resultantes do desenvolvimento da luta de classes para que os conspiradores históricos pudessem convencer o conjunto das classes dominantes e da classe média da necessidade de uma ação violenta contra o regime e o governo.

O dispositivo militar para garantir o referendo da Guanabara não foi utilizado, mas ficou de prontidão, não se registrando nenhum fato grave no dia do plebiscito. O próprio presidente do TRE-GB, Bulhões de Carvalho, chegou a desmentir a notícia de que teria acertado com o general Osvino o esquema de segurança do estado, dizendo que apenas negociara a seção de “jipes do Exército, para distribuição de material de votação pelas 3.197 seções espalhadas pela Guanabara” e que o policiamento seria feito pela força policial do Estado.⁵⁶⁷ No entanto, tanto o I Exército, quanto a própria Marinha, ficaram de prontidão no dia da consulta.⁵⁶⁸

A irritação e o descontrole de Lacerda, certamente decorrentes da desmontagem de seu plano antiplebiscito, evidenciou-se quando, no fim de dezembro, respondeu de forma grosseira a um telegrama enviado pelo ministro da Justiça, João Mangabeira, que lembrava da obrigatoriedade do comparecimento ao referendo de 6 de janeiro.⁵⁶⁹ Em resposta, declarou Lacerda: “a essa altura da vida, o nome respeitável de V.Excia (sic) [está] associado a essa monótona, demagógica e perigosa palhaçada”, criticando o envolvimento de Mangabeira na campanha antiparlamentarista. O governador da Guanabara ainda teria comentado: “reservo-me o direito de agir conforme os ditames da minha consciência, diante da campanha paga com o dinheiro público e com fundos inconfessáveis, numa escandalosa seqüência de atentados à Constituição e à moral pública.” Disse ainda para Mangabeira que “falece de autoridade a V. Exa. para dirigir-se nestes termos a um Governador de Estado” (...) “Não sou interventor do Governo Federal neste Estado!”⁵⁷⁰ frisou.

⁵⁶⁷ *Correio da Manhã*, 1 de janeiro de 1963.

⁵⁶⁸ “Referendo: a Marinha entra em prontidão na Guanabara” – “A medida foi determinada com o fim de assegurar a normalidade do referendo de depois de amanhã. A atitude da Armada foi tomada em consonância com os chefes das três Armas.” *Folha de São Paulo*, 5 de janeiro de 1963. Neste há também a notícia da mobilização do I Exército para o referendo, “caso se faça necessário para garantir a ordem e tranquilidade no referendo”.

⁵⁶⁹ A controvérsia ganhou grande repercussão na imprensa nacional, como pode ser aferido nas edições dos seguintes jornais: *Diário Carioca*, 28 de dezembro de 1962, *Tribuna da Imprensa*, 28 de dezembro de 1962, *Correio do Povo*, 29 de dezembro de 1962, *Diário de Notícias*, 28 de dezembro de 1962.

⁵⁷⁰ *Diário de Notícias*, 28 de dezembro de 1962.

No dia seguinte, Mangabeira afirmou de forma irônica que, aos 82 anos de idade, não responderia a Lacerda. “Resposta mesmo só daria se tivesse 13 ou 14 anos.”⁵⁷¹ Mangabeira ainda afirmou que o texto enviado a Lacerda foi o mesmo enviado aos demais governos estaduais, e que não entendeu o “despautério” e as ofensas dirigidas a ele pelo chefe do Executivo da Guanabara. Colocando mais lenha na fogueira, o jornalista Danton Jobim escreveu em seu editorial do *Diário Carioca* voltando a denunciar os planos golpistas de Lacerda contra o plebiscito, e comentando a controvérsia entre este e o ministro da Justiça chamou o governador da Guanabara de “mal-criado”.⁵⁷²

As esquerdas e o plebiscito

Quando, nos anos 1980, o jornalista Dênis de Moraes entrevistou o antigo líder das Ligas Camponesas Francisco Julião, este declarou, sobre a experiência parlamentarista dos anos sessenta, que:

“Considerava o parlamentarismo a solução ideal. E se o regime tivesse continuado parlamentarista, é possível que se houvesse evitado o golpe militar. Aliás, continuo parlamentarista até hoje, por convicção.”⁵⁷³

Apresentava logo em seguida a tese pouco convincente de que num país de “democracia débil”, “quando vem a crise, o Parlamento cai, mas o governo continua”. Incoerências à parte, é importante notar que este é um dos exemplos patentes do processo de reconstrução da memória, já que, ao contrário, Julião chamou o voto nulo, o que inclusive gerou fortes críticas de outras organizações da esquerda, como a própria Frente Parlamentar Nacionalista.⁵⁷⁴

À época, ocorreu um bate-boca público entre o líder das Ligas e o deputado trabalhista Sérgio Magalhães. Este acusou Julião de estar se tornando um “agente provocador”, que com sua ação esquerdista estaria formando uma frente tácita com o governador da Guanabara e oferecendo subsídios para um “Plano Cohen”.⁵⁷⁵ As declarações de Sérgio Magalhães foram divulgadas pelo seu assessor, o jornalista Moniz Bandeira, “a propósito da prisão do advogado das Ligas Camponesas, Clodomir dos Santos

⁵⁷¹ *Diário Carioca*, 29 de novembro de 1962.

⁵⁷² *Idem*.

⁵⁷³ MORAES, Denis. *A esquerda e o golpe de 64*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989, p.227.

⁵⁷⁴ Ver *O Semanário*, 20 a 26 de dezembro de 1962.

⁵⁷⁵ *O Estado de São Paulo*, 1 de janeiro de 1963.

Moraes que, segundo aquele parlamentar, se encontrava aliado ao delegado Borer para instaurar no país um clima de apreensão e agitação nas vésperas do plebiscito”.⁵⁷⁶ Alguns dias depois, Julião pediu a Sérgio Magalhães provas sobre a acusação de “agente provocador”, ou, caso contrário, este “deveria renunciar ao mandato”.⁵⁷⁷ O deputado trabalhista, em nota, reafirmou sua caracterização, dizendo que Julião envolveu-se na “pura e simples [campanha de] abstenção no plebiscito, na mesma linha do sr. Carlos Lacerda e da UDN”. Sérgio Magalhães ainda criticou os ataques que Julião teria desferido aos jornais *O Semanário* e *Novos Rumos*, “procurando confundir as esquerdas”.⁵⁷⁸ Disse ainda que o PSB já estaria discutindo sua expulsão.⁵⁷⁹

O Partido Socialista Brasileiro (PSB), de cariz social-democrata, defendia o NÃO no plebiscito, não por uma opção doutrinária em relação ao presidencialismo, mas como forma de corrigir a “imposição feita por grupos políticos e militares reacionários ao Congresso e ao povo”, lembrando que tal instituição “foi feita sem o voto dos deputados federais do PSB” e que só havia sentido em mobilizar o povo para o referendo se este significasse um passo em direção às reformas de base.⁵⁸⁰ Assim, Julião encontrava-se de fato em discordância com a orientação partidária. Todavia, o então ministro da Justiça e membro da legenda, João Mangabeira, tentou colocar panos quentes na controvérsia, dizendo que Julião, ao invés de *agent provocateur*, era um “Savonarola”, um “místico”, e que no PSB o que teria ocorrido fora uma conversa informal entre socialistas sobre a situação de Julião, com apenas um membro defendendo sua expulsão, e outro defendendo uma advertência.⁵⁸¹

Sobre os ataques do líder da Liga aos jornais *Novos Rumos* e *O Semanário*, este último divulgou a notícia de que o jornal *A Liga* – dirigido pelo próprio Julião – publicou uma charge em que aparecem em um barco Goulart ao lado do Tio Sam com a bandeira do plebiscito, e nas costas do presidente havia escrito os nomes dos seguintes jornais: *O Globo*, *Correio da Manhã*, *Novos Rumos* e *O Semanário*.⁵⁸² *O Semanário*, tal como já havia

⁵⁷⁶ *Idem*. Ver o item acima sobre as denúncias de terrorismo de Lacerda pelo *Diário Carioca*.

⁵⁷⁷ *O Estado de São Paulo*, 4 de janeiro de 1963.

⁵⁷⁸ *Idem*.

⁵⁷⁹ *Idem*. A informação também foi divulgada em *Diário de Notícias*, 6 e 7 de janeiro de 1963, p.4.

⁵⁸⁰ “O Plebiscito e o PSB.” Citado em CARONE, Edgar. *O movimento operário no Brasil*. São Paulo: Difel, 1981, p.272-273.

⁵⁸¹ *Correio da Manhã*, 4 de janeiro de 1963.

⁵⁸² *O Semanário*, 10 a 16 de janeiro de 1963, n.317, p.4.

feito Sérgio Magalhães, ironizou o fato de Julião “defender a mesma posição que Herbert Levy, Lacerda, *O Globo* e o IBAD: a abstenção”. Mas o cerne da crítica era o fato de colocar no mesmo barco – literalmente – *O Semanário* e *Novos Rumos*. O jornal terminou a notícia afirmando: “Conosco não, sr. Julião! Conosco não! Siga o caminho que bem entender, mas não nos venha de borzeguins ao leito! Não tem graça como piada, nem faz efeito como provocação!”⁵⁸³

O isolamento de Julião no campo das esquerdas também se ligava ao fato deste estar de fato empenhado em iniciar imediatamente um processo de luta armada no Brasil, o que era combatido pelo PCB e também por membros de organizações mais à esquerda, como Moniz Bandeira, então dirigente da POLOP, organização que dirigia as Ligas em Minas Gerais. Com alguns membros das Ligas, Julião organizou o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), e recebeu recursos do próprio Fidel Castro, que o tinha em alta conta. Bandeira afirmou alguns anos depois que, quando esteve em Cuba, em meados de 1962, conferenciou com o comandante Ernesto Che Guevara relatando-lhe o que considerava uma “política aventureira e irresponsável” dos membros de tal movimento, afirmando que os mesmos acabariam sendo presos, o que acabou se efetivando.⁵⁸⁴ Certo ou errado, isto é o que menos nos interessa no momento. O que importa é que Francisco Julião considerava a posição das organizações majoritárias da esquerda como conciliatória, que colocava os trabalhadores a reboque do governo Goulart, e daí sua necessidade de apresentar uma política independente no referendo. A guinada à direita do governo, após a vitória do plebiscito, pareceu ter dado razão a Julião, mas, apesar disso, continuou solitário em relação ao restante da esquerda, e o epíteto de “esquerdista” continuou a ser utilizado contra ele. Contudo, como demonstra o depoimento colhido pelo jornalista Denis de Moraes, depois do golpe de 1964 o líder dos camponeses parece ter sentido a necessidade de reconstruir a memória da sua participação naqueles acontecimentos.

O voto nulo foi também a posição da pequena organização trotsquista POR-T e da nova agremiação comunista surgida em 1962, o PCdoB,⁵⁸⁵ ambas com pouca influência sobre aqueles acontecimentos. No restante, os demais setores da esquerda se empenharam,

⁵⁸³ *Idem.*

⁵⁸⁴ BANDEIRA, *O governo João Goulart*, op. cit., p.14-15.

⁵⁸⁵ Posteriormente, o PCdoB irá fazer forte crítica ao engajamento do PCB na campanha do plebiscito. Ver a *Resolução do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil*, publicada no jornal *A Classe Operária*, 1º a 15 de agosto de 1963.

ao lado de Goulart, pelo retorno ao presidencialismo, mas o fizeram tendo em conta a estratégia de instituição de um “governo nacionalista e democrático, capaz de realizar as reformas de base”. O PCB divulgou em dezembro um documento político em que explicitava a forma como os mesmos estavam participando da campanha. Lê-se

“A reunião examinou e definiu a posição dos comunistas em face do plebiscito de 6 de janeiro. Embora a forma de governo possua inegável importância para os trabalhadores, na medida em que cria as condições mais democráticas ou menos democráticas para as suas lutas, a opção entre parlamentarismo e presidencialismo não é atualmente uma questão decisiva para a solução dos problemas básicos do povo brasileiro. A questão fundamental é a composição do governo, das classes que nele participam e da orientação que ele segue.

Entretanto, a realização do plebiscito atende a uma exigência democrática, já que o povo deve ser ouvido sobre a decisão do Congresso que alterou o sistema de governo sem consultar as massas. Além disso, o plebiscito abre a possibilidade de um amplo trabalho de esclarecimento das massas e de sua mobilização em torno da solução dos problemas nacionais. Os comunistas decidem participar da campanha do plebiscito para mostrar ao povo que o caminho não está na simples volta ao presidencialismo ou no reforçamento dos poderes do presidente da República, mas na luta organizada das massas trabalhadoras e populares por profundas reformas de estrutura e por um governo nacionalista e democrático.

Os comunistas consideram que o Ato Adicional merece o repúdio popular, já que representa o fruto de uma manobra conciliadora entre a maioria reacionária do Parlamento e o sr. João Goulart, além de retirar do povo o direito de eleger diretamente o presidente da República. Conclamamos a nação a responder à consulta de 6 de janeiro com um *não* ao Ato Adicional, que seja, ao mesmo tempo, um *não* à política de conciliação do Governo com as forças reacionárias, um *não* à reação e ao entreguismo, à carestia de vida, à exploração do latifúndio, ao domínio do imperialismo.”⁵⁸⁶

No documento percebe-se uma linha política análoga às defendidas pelas entidades da esquerda sindical, sintoma da evidente hegemonia do PCB sobre elas. Ao mesmo tempo é similar à posição defendida pela FPN e pelo próprio ISEB, onde se caracteriza a manobra política que deu origem ao Ato Adicional como uma conciliação entre Goulart e a maioria reacionária do Congresso. É afinal sobre o conteúdo político da campanha que os comunistas, a exemplo dos demais setores da esquerda, querem diferenciar a sua forma de participação na campanha pró-presidencialismo. Vejamos o manifesto da Confederação

⁵⁸⁶ “Resolução Política dos Comunistas”, dezembro de 1962. *Novos Rumos*, 14 a 20 de dezembro de 1962, p.4.

Nacional dos Trabalhadores na Indústria, “CNTI: dia 6 trabalhadores dirão NÃO ao parlamentarismo, à miséria e à exploração”,⁵⁸⁷ assinado por Clodsmidt Riani, Dante Pelacani, Benedito Cerqueira, Júlio Marques da Silva e Zacharias Fernandes da Silva, membros do PTB. Em primeiro lugar, aparecem as condições da sua participação na campanha:

“Os líderes sindicais dos trabalhadores brasileiros estiveram recentemente com o presidente João Goulart e condicionaram a sua participação na campanha plebiscitária à adoção de medidas de grande profundidade, capazes de modificar a desoladora situação nacional.”

O documento ainda discute a forma como o processo político brasileiro estava tomado por crises sucessivas, além de mencionar o caso da demissão do então ministro do Trabalho Pinheiro Neto e a contrariedade dos trabalhadores com o caso.

“Neste período, mudaram-se os governantes e até a forma de governo. O País viveu sérias e profundas crises. Sucederam-se os gabinetes e mudou-se a máquina administrativa, algumas vezes. Ainda que os trabalhadores não tenham sido os responsáveis por tais crises, foram os primeiros a serem atingidos por suas terríveis conseqüências, inclusive, recentemente, assistiram à demissão do ministro João Pinheiro Neto que, na Pasta do Trabalho, vinha executando uma política em consonância com as aspirações dos trabalhadores e consentânea com os altos interesses nacionais.”

Por fim, o manifesto associa a campanha do NÃO às demandas dos trabalhadores e as reformas de base:

“Que o resultado do plebiscito importa em solução para o problema do abastecimento e a estabilização dos preços. Que com ele venham as reformas de base, preconizadas pelo Governo e ansiadas pelo povo (a agrária, que todos defendem – Governo, Congresso, Igreja e povo – a bancária, que seja progressista e voltada para os problemas do País, a tributária, que seja justa e signifique uma distribuição melhor da riqueza nacional). Finalmente, que o plebiscito traga a intensificação do processo de desenvolvimento nacional, é o que se espera. Que a consulta plebiscitária não se transforme em mais um malogro, é o que se deseja, como condição de paz e progresso para nossa estremeçada pátria. Que todos, no 6 de janeiro, assinalem o NÃO: NÃO, a espoliação do país; NÃO, aos exploradores do povo; NÃO, aos derrotistas de todos os matizes; NÃO, à carestia e à fome. Todos, pois, às urnas!”

⁵⁸⁷ Citado em *Novos Rumos*, 14 a 20 de dezembro de 1962, p.2. Ver também *Última Hora*, 13 de dezembro de 1962, p.3.

No mesmo sentido foi a posição da CONTEC⁵⁸⁸ e demais confederações associadas ao CGT, que também divulgou seu próprio manifesto sobre o plebiscito,⁵⁸⁹ ainda em fins de novembro, apontando a idéia de que o mesmo só teria sentido se estivesse aliado ao programa de reformas de base.⁵⁹⁰

Análoga a esta, foi a postura defendida pela Frente Parlamentar Nacionalista, através de um apelo para que seus eleitores votassem contra o Ato Adicional, como parte da “obrigação dos nacionalistas”. Em *O Semanário* foi publicado o seguinte texto:

“O povo brasileiro deve comparecer em massa às urnas de 6 de janeiro, para dizer “NÃO” ao Ato Adicional que instituiu, em nosso País, sob o rótulo de Parlamentarismo, o “regime híbrido” que aí está.

Trata-se:

A – de fazer justiça restituindo ao sr. João Goulart os poderes de que foi despojado pelo Congresso, a pretexto de permitir, como se fosse favor, a sua posse na Presidência da República.

B – de dar ao governo trabalhista do sr. João Goulart a autoridade e a liberdade de iniciativa e de movimento que ele necessita para a realização de seu programa, ninguém podendo, de boa fé, negar-lhe esta oportunidade, a que, aliás, tem direito.

C – de responder às ameaças e provocações dos “gorilas” que pretendem enfraquecer e desmoralizar o Presidente do Brasil, como já tentaram por intermédio do irmão do Presidente dos Estados Unidos, a fim de derrubá-lo, para implantar entre nós, uma ditadura liberticida, de que foi plano de atmosfera de Lacerda durante a crise de agosto do ano passado, quando, juntamente com os generais Cordeiro de Farias e Denys, o Brigadeiro Moss e o Almirante Heck, procurou por todos os meios impedir a posse do sr. João Goulart.

Dizer “NÃO” a 6 de janeiro é, portanto, defender a Democracia, defender a nossa Pátria contra as exigências e imposições afrontosas dos imperialistas norte-americanos, defender a Constituição violentada, expressamente para que o sr. João Goulart, reduzido à condição de simples prisioneiro dos políticos reacionários, não pudesse governar a favor do povo, como promete fazer, se os seus poderes lhe forem restituídos.

Dizer “NÃO”, a 6 de janeiro, é defender as leis trabalhistas de Getúlio, o monopólio estatal do petróleo, a política externa independente e o desenvolvimento econômico do País.

Dizer “NÃO”, a 6 de janeiro, é defender a Legalidade, contra os golpistas da “maioria absoluta”, do “golpe de Carlos Luz”, de Jacareacanga, de Aragarças e de agosto de 1961, e a nossa Pátria contra o entreguismo.

⁵⁸⁸ Reproduzido em *Bancário*, 4 de janeiro de 1963, n.70.

⁵⁸⁹ “CGT ao povo: NÃO no Plebiscito e sim às grandes reformas de base.” Reproduzido em *Novos Rumos*, 28 de dezembro de 1962 a 3 de janeiro de 1963, p.2.

⁵⁹⁰ *Tribuna da Imprensa*, 28 de novembro de 1962.

Essa é a posição do verdadeiro nacionalista. Esse é o nosso dever de brasileiros.”⁵⁹¹

Na edição de 3 a 9 de janeiro de 1963, o jornal da Frente Parlamentar Nacionalista carimbou um “VOTE NÃO” na capa do periódico, reproduzindo em suas páginas centrais os manifestos da UNE e do CGT pelo voto contrário ao parlamentarismo no plebiscito.⁵⁹²

Mas a prática da esquerda não se pautou só em manifestos, realizando reuniões públicas e comícios em diversas regiões do país. Ainda em início de dezembro, Brizola foi ao Nordeste divulgar a campanha pró-presidencialista e fazer propaganda das reformas de base, além de realizar a defesa do mandato dos parlamentares de esquerda eleitos no pleito de outubro, já que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em novembro impugnou os mandatos de parlamentares eleitos em São Paulo e do sargento Aimoré Zoch Cavalheiro (eleito pelo estado do Rio Grande do Sul), acusando os primeiros de serem comunistas.⁵⁹³ A ida de Brizola ao Nordeste foi noticiada de forma negativa pela imprensa nacional e regional, que afirmou que o mesmo teve farto espaço na imprensa escrita, rádio e televisão, para vincular a campanha do plebiscito à sua “promoção pessoal” e à “agitação subversiva”.⁵⁹⁴

No final de dezembro também estiveram no Nordeste os sindicalistas trabalhistas Clodsmidt Riani, Benedito Cerqueira e o ex-ministro do Trabalho João Pinheiro Neto, que visitaram primeiramente o Recife, para campanha do plebiscito junto aos sindicatos locais.⁵⁹⁵ Na mesma viagem, o ex-ministro do Trabalho deslocou-se em seguida para João Pessoa, voltando depois para a capital pernambucana. Já Riani e Cerqueira seguiram para Alagoas, Sergipe e Bahia reunindo-se com os principais sindicatos. De acordo com o que apuramos, João Pinheiro Neto foi ao Norte a pedido de João Goulart para falar com os sindicalistas sobre o plebiscito.⁵⁹⁶ Pinheiro Neto também atuou no Sudeste, participando

⁵⁹¹ *O Semanário*, 27 de dezembro de 1962 a 2 de janeiro de 1963, capa.

⁵⁹² *O Semanário*, 3 a 9 de janeiro de 1963, os manifestos constam na página 7.

⁵⁹³ Os argumentos principais eram de que tais eleitos eram “comunistas”. Em fins de novembro, o deputado Almino Afonso (PTB-AM) proferiu discurso na Câmara, em protesto contra a impugnação destes eleitos. Seu discurso está reproduzido em *Novos Rumos*, 4 a 10 de janeiro de 1963, p.6. O sargento Garcia Filho, eleito em outubro pela Guanabara, aparentemente ficou livre desta “degola”, mas em setembro de 1963 teve seu mandato cassado, o que desencadeou uma insurreição dos praças de pré em Brasília, já mencionada no primeiro capítulo desta dissertação.

⁵⁹⁴ Ver *Correio da Manhã*, 2 de dezembro de 1962, p.18 e *Diário de Pernambuco*, 2 de dezembro de 1962, p.12.

⁵⁹⁵ *Diário de Notícias*, 28 de dezembro de 1962, p.5.

⁵⁹⁶ *Diário de Pernambuco*, 28 de dezembro de 1962, p.3.

inclusive de um programa de televisão em São Paulo, conclamando a classe operária para comparecer ao referendo.⁵⁹⁷ Quem também esteve visitando os sindicatos nordestinos foi o líder comunista e diretor do CGT, Osvaldo Pacheco, que percorreu os estados da Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, onde esteve em contato com os sindicalistas locais na preparação de um conclave sindical e fazendo campanha pelo NÃO no plebiscito.⁵⁹⁸

Os Sindicatos dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro e de São Paulo também foram palco de reuniões públicas pelo comparecimento popular ao referendo de 6 de janeiro, oportunidade em que também se fez a defesa dos mandatos parlamentares da esquerda nacionalista, alguns dos quais já cassados. No dia 20 de dezembro, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, Brizola, Miguel Arraes e Elói Dutra discursaram em defesa do NÃO. Goulart, convidado à solenidade, não compareceu, provavelmente por compromissos em outros locais.⁵⁹⁹ No dia 4 de janeiro, foi a vez do comício na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, em Osasco, onde compareceram Brizola e uma série de líderes sindicais comunistas.⁶⁰⁰ No mesmo local, após a divulgação dos resultados do plebiscito, foi realizada outra manifestação pela revogação do Ato Adicional, já que muitos setores da direita ainda insistiam em manter em vigência do mesmo.⁶⁰¹

Também foram realizados comícios relâmpagos, como um feito em frente à fábrica de tecidos Confiança, poucos dias antes do referendo. Neste, o líder comunista do CGT, Hércules Correa, aproveitou o horário do almoço dos operários para falar-lhes sobre a necessidade do comparecimento ao referendo. Aproveitou para afirmar que uma campanha abstencionista estava sendo liderada por elementos de direita, com o interesse de invocar o pequeno número de votantes, para “negar autenticidade ou legalidade ao plebiscito e ao governo dele resultante, voltando então, as pregações golpistas contra os interesses da classe operária”.⁶⁰²

A UNE envolveu-se na campanha através do Centro Popular de Cultura (CPC), uma de suas mais importantes iniciativas do período. O CPC montou o espetáculo “Auto do NÃO” peça teatral de 40 minutos que foi encenada em diversos comícios no Rio de Janeiro. A encenação acontecia na “Carreta Nacionalista”, um palco volante de 40 metros

⁵⁹⁷ *Diário de Pernambuco*, 12 de dezembro de 1962, capa. *Diário Carioca*, 11 de dezembro de 1962, p.5.

⁵⁹⁸ *Novos Rumos*, 4 a 10 de janeiro de 1963, p.4.

⁵⁹⁹ *Novos Rumos*, 21 a 27 de dezembro de 1962.

⁶⁰⁰ *Novos Rumos*, 28 de dezembro de 1962 a 3 de janeiro de 1963.

⁶⁰¹ *Novos Rumos*, 11 a 17 de janeiro de 1963, p.3.

⁶⁰² *Novos Rumos*, 4 a 10 de janeiro de 1963, p.4.

quadrados. Em tais comícios também compareciam artistas populares de grande expressividade nacional, como Vinícius de Moraes, Pixinguinha, a Velha Guarda da Mangueira e Zé Ketti, entre outros. Foi o caso de um comício realizado no Largo do Machado, no dia 27 de dezembro.⁶⁰³ Muitos comícios eram organizados pelo próprio administrador financeiro da campanha, José Luís Magalhães Lins, e pelo assessor sindical de Goulart, Gilberto Conkrat Sá. O último destes foi realizado na Esplanada do Castelo e na Cinelândia, no Rio de Janeiro, onde entrevistaram Leonel Brizola, Elói Dutra, Sérgio Magalhães, Max da Costa Santos e Aurélio Viana, todos candidatos eleitos em outubro pela Aliança Socialista e Trabalhista.⁶⁰⁴

O 1º Seminário de Ciência Política da Bahia

Além dos intelectuais nacionalistas do ISEB, é possível encontrar outros setores letrados engajados na campanha pró-presidencialista. É o caso, por exemplo, de Yves de Oliveira e Emanuel Mata, que coordenaram o 1º Seminário de Ciência Política da Escola de Sociologia e Política da Bahia, em Salvador, nos dias 5, 6 e 7 de dezembro, cujo tema era o próprio plebiscito de janeiro de 1963.⁶⁰⁵

Ao final do evento foi divulgado um documento, que segundo Mata era resultado das conclusões do Seminário, recomendando o voto contrário ao Ato Adicional.⁶⁰⁶ O documento inicia desqualificando a idéia, muito cara aos parlamentaristas brasileiros, sobre o sistema de governo praticado durante o II Reinado, na segunda metade do século XIX. Discute-se a impossibilidade de naquele regime ter se praticado o governo de gabinete, “porque a Constituição outorgada de 1824 era antiparlamentarista”. Outro argumento é o da “inoportunidade e inconveniência histórico-sociológica de adaptação do sistema parlamentar à realidade nacional”. Mas os principais argumentos são aqueles similares ao documento do ISEB, como a inconstitucionalidade do Ato Adicional, já que votado “em situação de quase estado de sítio e de ameaça de guerra civil”. Por fim, conclui o documento: “O regime presidencialista corresponde à tradição da República no Brasil e é o sistema que melhor se ajusta à realidade brasileira.”

⁶⁰³ *Diário Carioca*, 27 de dezembro de 1962.

⁶⁰⁴ *Folha de São Paulo*, 5 de janeiro de 1963.

⁶⁰⁵ Conseguimos tal informação no artigo MATA, Emanuel. “O plebiscito de janeiro de 1963.” *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n.17, julho de 1964.

⁶⁰⁶ O documento está citado em uma nota do artigo citado na nota anterior, nas páginas 130 e 131.

Posteriormente, Mata escreveu um artigo para a *Revista Brasileira de Estudos Políticos*⁶⁰⁷ discutindo o tema do plebiscito e remetendo em nota à resolução do 1º Seminário de Ciência Política. Provavelmente escrito ainda no ano de 1963, o artigo só foi publicado na revista em sua edição de julho de 1964, o que certamente guarda certa ironia em relação aos eventos de março/abril daquele ano. Tratando-se muito mais de um artigo de intervenção política do que de análise, resolvemos não incluí-lo no estado-da-arte sobre o plebiscito, nos parecendo mais adequado tratá-lo como uma fonte primária. O artigo em si não apresenta nenhuma questão relevante, salvo o fato de reproduzir em nota o documento aprovado no 1º Seminário de Ciência Política e o de apresentar um argumento favorável ao presidencialismo, rebatendo a tese segundo a qual este sistema de governo era mais propenso a conduzir os países à anarquia e à ditadura, remetendo às experiências de repúblicas parlamentaristas que degeneraram em ditadura, como na Itália e na Alemanha no contexto de emergência do nazi-fascismo.⁶⁰⁸ Por fim, o autor argumenta nos seguintes termos a necessidade de um “governo forte e progressista”, só possível de ser conseguido através do presidencialismo.

“A vantagem do presidencialismo, entre nós, está na imposição sociológica de um governo forte e progressista, para um povo que cresce e não tem condições para tolerar o imobilismo da instabilidade, nem estabilidade emocional para suportar a complicação da máquina parlamentarista. O problema sócio-político da implantação do sistema de governo em dado país não é simples problema de Direito Constitucional, mas questão nacional que requer o exame das condições históricas, econômicas, sociais, políticas, étnicas, geográficas, psicológicas e éticas, da realidade nacional, em que se equaciona o problema. E nesse particular só o presidencialismo pode servir ao Brasil.”⁶⁰⁹

É possível observar grande semelhança em tal artigo e o vocabulário político do nacionalismo isebiano. Mas note-se nele a presença de todas as vicissitudes de um projeto nacionalista de um país periférico e dependente: ao propugnar a necessidade de um governo “forte e progressista” os nacionalistas viram-se de frente com a opção de burguesa em 1964 por um governo forte e associado ao capital multinacional, e a publicação de tal artigo após o golpe de Estado soa como uma desafinação perturbadora.

⁶⁰⁷ Revista do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais.

⁶⁰⁸ MATA, “O plebiscito de 1963”, op. cit., p.130.

⁶⁰⁹ *Idem*, p.131-132.

As vicissitudes dos parlamentaristas

Às afirmações oriundas da “banda de música da UDN”, que insistiam em debater o estatuto do plebiscito como condição suficiente para a revogação do Ato Adicional, somado aos atos terroristas do governador da Guanabara e consortes, o círculo político em torno de Goulart – o campo do cesarismo varguista – interpretava o não reconhecimento do resultado do plebiscito como um passo na criação da atmosfera para o “golpismo”. A verdade é que, depois de ter apostado na tese abstencionista, a extrema-direita do partido liberal-oligárquico em simbiose com o capital monopolista não esperava que a derrota do sistema parlamentar e o comparecimento fossem tão significativos. Numa proporção de cinco para um, não era mais possível utilizar a tradicional tese da “maioria absoluta”,⁶¹⁰ e em menos de um mês após o plebiscito, a 22 de janeiro de 1963, o Congresso votou o retorno aos marcos do sistema político da Carta de 1946. Mas é preciso lembrar que o próprio partido do novo bloco histórico emergente não havia fechado uma posição única sobre o referendo, como logo discutiremos.

O dirigente do Partido Libertador (PL) em Minas Gerais, João Camilo de Oliveira Torres, publicou uma brochura intitulada *Cartilha do parlamentarismo*, onde fazia uma defesa do governo de gabinete remetendo-o ao “glorioso” passado do Brasil Imperial sob Pedro II. No entanto, tal cartilha foi confeccionada logo após a aprovação do Ato Adicional, não sendo, portanto, por ocasião do plebiscito, o que não significa que os partidários do “SIM” não a possam ter utilizado.⁶¹¹ O caso é que a posição do PL foi publicamente pela abstenção no plebiscito,⁶¹² e o “parlamentarista histórico” Raul Pilla (PL-RS) tentou entrar no Supremo Tribunal Federal, em primeiro lugar, alegando a inconstitucionalidade do referendo e, em segundo, para garantir o direito de abstenção.⁶¹³ João Camilo de Oliveira Torres também se posicionou contrário à realização do plebiscito, mesmo quando sua efetivação já era praticamente um fato consumado,⁶¹⁴ e posteriormente

⁶¹⁰ A tese da “maioria absoluta” foi utilizada em diversos momentos pelos elementos da UDN contra as eleições presidenciais de Getúlio Vargas em 1950 e Juscelino Kubitschek em 1955, ambos eleitos sem ter atingido um coeficiente de 50% + 1, o que serviu de argumento para as manobras golpistas contra a posse de Kubitschek.

⁶¹¹ TORRES, J. C. de O. *Cartilha do parlamentarismo*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1962.

⁶¹² *O Estado de São Paulo*, 8 de dezembro de 1962, p.12.

⁶¹³ *O Estado de São Paulo*, 13 de dezembro de 1962, p.3.

⁶¹⁴ Ver, por exemplo, o editorial “O que vale o voto”, que o mesmo escreveu no *Correio do Povo*, 11 de dezembro de 1962.

comparou o presidencialismo com o poder dos reis absolutistas.⁶¹⁵ Assim, os mais representativos parlamentaristas históricos estavam fora da campanha do plebiscito. O próprio ministro da Justiça João Mangabeira, em início de dezembro, ironizou o fato de ninguém querer fazer a campanha pelo SIM no plebiscito,⁶¹⁶ estando os parlamentaristas mais interessados em sabotar o referendo. Por outro lado, a campanha parlamentarista não se limitou a ações de sabotagem e, de acordo com a determinação do Superior Tribunal Eleitoral de conceder aos partidos políticos espaço na rádio e na televisão para o posicionamento na campanha, embora pequena, houve sim mobilização de partidários do parlamentarismo que tentaram convencer os eleitores a manterem o sistema híbrido vigente.

Em fins de dezembro, o militar reformado Juarez Távora (PDC) proferiria, na Rádio Eldorado, palestra de esclarecimento sobre a campanha, cujo conteúdo foi novamente reproduzido nas Rádios Tupi, Nacional e Jornal do Brasil, nos primeiros dias de janeiro de 1963, pouco antes do plebiscito.⁶¹⁷ O pronunciamento refletia a posição de seu partido, o PDC, que depois de alguns reveses,⁶¹⁸ fechou questão sobre o assunto declarando-se pelo SIM no plebiscito.⁶¹⁹ O cerne do argumento comum a tais palestras seguia o caminho de, em primeiro lugar, desqualificar a capacidade do povo de decidir sobre matéria tão árida, além de descaracterizar o sistema vigente como parlamentarista. Lê-se:

“Irá ele [o povo] manifestar-se sobre a maior ou menor conveniência, para o bem comum nacional, do sistema parlamentar, em relação ao sistema presidencial? A meu ver, Não – porque seria uma insinceridade escarnecedora pedir ao povo, que não tem obrigação de conhecer a teoria desses dois sistemas de governo, que decida, já e já, sobre as vantagens e desvantagens relativas, tendo como elementos de comparação, de um lado, a prática de 72 anos de presidencialismo, e, de outro, o arremedo de aplicação do hibridismo parlamentar presidencialista, ensaiado neste ano e meio de vigência do ato adicional.”⁶²⁰

⁶¹⁵ Ver o seu editorial “Contra o absolutismo”, no *Correio do Povo*, 27 de dezembro de 1962.

⁶¹⁶ *Correio do Povo*, 6 de dezembro de 1962.

⁶¹⁷ A reprodução do texto lido na palestra, como em outras do mesmo autor, encontra-se depositada no Arquivo Juarez Távora, no CPDOC-FGV. A primeira palestra foi no dia 20 de dezembro de 1962, a duas últimas foram nos dias 2 e 3 de janeiro de 1963.

⁶¹⁸ No início de dezembro o partido considerava a questão “em aberto”. *O Estado de São Paulo*, 14 de dezembro de 1962.

⁶¹⁹ Ver. *O Globo*, 27 de dezembro de 1962, p.6.

⁶²⁰ TÁVORA, J. “Parlamentarismo, ou Presidencialismo?”, p.2, grifos do autor. Arquivo Juarez Távora, CPDOC-FGV [JT dpf 1962.12.20].

Em seguida, Távora critica a campanha do plebiscito por está afirmando que o “parlamentarismo é o responsável pelo agravamento do custo de vida”. Para Távora, a associação é falsa, “porque foi no ventre do presidencialismo que tais causas [do aumento do custo de vida] se geraram”.⁶²¹ Segundo este, a crise é também causada pelo “empreguismo político” praticado, há muito, pelos sucessivos governos presidenciais. Aponta também o subsídio às tarifas públicas e os investimentos estatais em áreas em que a iniciativa privada poderia ser mais eficiente. Este último ponto se dá, segundo Távora, pela “convicção socialista” de políticos, como forma de conseguir clientelas políticas. Com um argumento absolutamente sofista, este afirma que não foi o parlamentarismo o responsável pela crise de agosto de 1961. Para Távora, ao contrário, tal crise foi

“produto, quase natural da inflexibilidade política do presidencialismo e de sua incapacidade de coordenar adequadamente a ação, complementar, dos poderes Legislativo e Executivo. O parlamentarismo foi, ao revés disso, válvula de escape encontrada, à última hora, para resolver, constitucionalmente, o grave impasse político-militar gerado naquela crise, e que chegou a ameaçar-nos com a desgraça de uma guerra civil”⁶²²

Por último critica aqueles que vêm no parlamentarismo o diluidor da autoridade do Executivo. Se cada um, o chefe de Estado (o presidente) e o chefe de governo (o primeiro-ministro), cumprirem suas funções, “nem haverá inferências funcionais, nem diluição de responsabilidades”.⁶²³ Defende o SIM ao parlamentarismo por este ser uma razão de aperfeiçoamento do sistema democrático. Para Távora o parlamentarismo é mais flexível, com o presidente (chefe de Estado) independente dos embates típicos da rotina administrativa, ficando isto a cargo do chefe de governo. O governo pode ser dissolvido dentro das regras do jogo. “A nação é raramente conduzida a impasses, como no sistema presidencial, em que todas as peças são fixas, por prazos pré-determinados, só podendo ser removidas, antes desses prazos, por um apelo à violência.”⁶²⁴ Momento curioso de sua argumentação é o apelo ao exemplo histórico do parlamentarismo no Brasil, sob o II Reinado, época em que, segundo Távora, o país teria visto em funcionamento uma verdadeira “escola de formação política”, com a emergência de grandes estadistas. Conclui

⁶²¹ *Idem*, p.3.

⁶²² *Idem*.

⁶²³ *Idem*, p.5.

⁶²⁴ *Idem*, p.6.

com um chamado pelo voto “SIM pelo parlamentarismo e pela democracia aperfeiçoada”.⁶²⁵

Na UDN, enquanto o senador mineiro Milton Campos e o deputado Herbert Levy declararam-se pelo SIM no plebiscito, o senador udenista Afonso Arinos, articulador políticos do Ato Adicional, apoiou o retorno ao presidencialismo. Enfim, na direita, a opção ou não pelo parlamentarismo parecia mais ser uma questão de oportunismo político do que de convicção ideológica. Cabe agora discutir como o partido do novo bloco histórico emergente se posicionou sobre o tema, verificando como suas formulações repercutiram na cena política.

O IPES e o plebiscito

De acordo com a documentação encontrada no fundo do IPES no Arquivo Nacional (RJ) e do líder ipesiano Paulo Assis Ribeiro, no mesmo arquivo, é possível avançar na caracterização e na política levada a cabo pela entidade em relação ao plebiscito e assim responder a uma das principais questões deste trabalho. Em primeiro lugar parece que, para o IPES, o posicionamento pelo NÃO no plebiscito não era de todo incoerente com o seu propósito estratégico de conquista do Estado. Todavia não houve uma participação ativa do IPES naquela frente antiparlamentarista, embora não se possa subestimar sua participação naquele processo, pois o instituto chegou a publicar uma cartilha sobre as principais características dos dois sistemas de governo, além de ter promovido um programa de televisão sobre o tema.

Sobre a ação do chamado complexo IPES/IBAD, Dreifuss chama atenção para duas modalidades de doutrinação ideológica, aquela ampla para o grande público e a feita para a formação de uma consciência de classe-para-si no empresariado.⁶²⁶ Como não foi possível encontrar menções ao material impresso do IPES na imprensa, não é possível afirmar com segurança se os panfletos que vamos analisar agora foram de ampla circulação, mas o que nos parece mais provável é que tenham sido de circulação mais restrita aos líderes empresarias das associações das classes dominantes, onde o IPES, a esta altura, já possuía razoável articulação e penetração.

⁶²⁵ *Idem*, p.7.

⁶²⁶ DREIFUSS, *A conquista do Estado*, op. cit., capítulo VI, “A ação de classe da elite orgânica: a campanha ideológica da burguesia.” p.229-279

Em primeiro lugar, para falar do posicionamento do IPES em face do plebiscito é necessário fazer menção à forma como a entidade vinha caracterizando o processo político do ano de 1962, seu primeiro ano de atividade pública. Para isto utilizaremos um documento de balanço das eleições de 1962, encontrado no fundo da própria entidade, e certamente de circulação restrita ao seu “Estado-maior”.⁶²⁷ Nele lê-se que a democracia esteve ameaçada ao longo do ano pela ação de comunistas e oportunistas, tendo colocado em risco a própria realização das eleições de outubro. Diz o texto:

“No que se refere à fase pré-eleitoral (...), não resta dúvida de que, a par dos objetivos mais restritos (fixação antecipada da data do plebiscito) de uma ponderável ala moderada, minorias mais agressivas (comunistas aliados a oportunistas) visaram, desde logo, à completa subversão do regime, com a implantação de uma fórmula comunizante, a promoção de reformas radicais na estrutura econômica e social do país e o adiamento das eleições de 7 de outubro.”⁶²⁸

Como também se pode observar, a fixação da data do plebiscito é atribuída à ação de uma “ala moderada”, e não à mobilização das esquerdas. Em seguida o documento fala que através de “ações meramente defensivas (...) conseguiu-se fazer fracassar duas sérias tentativas de greve geral”, sintomaticamente versão reproduzida em todos os órgãos da imprensa conservadora, em geral combinada com a idéia de que as crises políticas eram “pré-fabricadas”. Em seguida o documento afirma o esforço do IPES em assegurar a vitória dos candidatos “democráticos” nas eleições e, num trecho que sugere que os resultados eleitorais ainda não eram conhecidos, afirma-se o avanço dos “democratas” em Pernambuco, onde o complexo IPES/IBAD apoiou a candidatura de João Cleofas (UDN), derrotado no pleito por Arraes. Em seguida o documento afirma categoricamente como um dos pontos positivos de sua ação na conjuntura política “a conversão da quase totalidade da imprensa à mesma linha democrática [leia-se anticomunista], contra quaisquer extremismos ou golpes”,⁶²⁹ que o IPES afirmava partirem da esquerda. Por fim, o documento fala do avanço das correntes “democráticas” nos movimentos sindical e estudantil, mas afirma que muito trabalho ainda tinha de ser feito para influenciar a opinião pública e esvaziar a base

⁶²⁷ “Apreciação geral.” Arquivo Nacional (RJ), Fundo IPES, Caixa 65, Pasta 1, no maço “Plano de Ação 62”. Provavelmente de outubro de 1962.

⁶²⁸ *Idem*, p.1.

⁶²⁹ *Idem*, p.3.

social dos extremistas de esquerda. A partir desta apreciação, vejamos a posição do IPES sobre o plebiscito e o sistema parlamentarista.

A questão que se põe é que não havia uma oposição de princípios do IPES à volta do presidencialismo, mas certamente isto deveria ser feito evitando-se uma mobilização popular que resultasse num apoio ao governo de Goulart. De qualquer modo, com o fato consumado da antecipação da consulta popular, o IPES fomentou a opinião de que a emenda Capanema-Valadares era inconstitucional, pois feita sem a observância da norma constitucional de 2/3 para a revisão da Constituição, sendo o Ato Adicional, ao contrário, não submetido a nenhum juízo negativo. Ainda em dezembro, o IBAD, em sua revista *Ação Democrática*, havia publicado artigo defendendo a tese de que era grande o desinteresse popular pelo plebiscito,⁶³⁰ mas quando ficou claro que o governo estava jogando pesado para mobilizar os eleitores, o estado-maior do partido do novo bloco histórico emergente, localizado no IPES, decidiu que teria de responder com uma política mais afinada com o tempo, tendo portanto que se posicionar de acordo com alguma das opções do referendo.

Sobre isto é revelador que, em dezembro de 1962, o IPES, através de seu programa semanal de entrevistas *Peço a Palavra* da TV Cultura, tenha apresentado uma opinião favorável ao NÃO no plebiscito. O IPES sempre procurou se mostrar como um instituto de estudos acadêmicos e neste programa sempre procurara trazer a opinião de “especialistas”, supostamente “neutros”; na verdade membros associados do próprio IPES. O programa sobre o plebiscito teve a participação do professor de direito constitucional da Universidade de São Paulo, José Luís de Anhaia Mello, e sua reprodução taquigráfica está disponível no fundo de Paulo Assis Ribeiro.⁶³¹ A primeira pergunta referiu-se justamente à antecipação do plebiscito, no que o professor respondeu, depois de um floreio inicial sobre a importância da participação popular:

“A antecipação do plebiscito se, na verdade, feriu os brios constitucionais do Brasil, um vez que arranhou fundo nossa consciência constitucional porque maculada foi a Constituição com esta antecipação, por outro lado, no sentido

⁶³⁰ “Plebiscito, um non-sense político.” *Ação Democrática: publicação mensal do Instituto Brasileiro de Ação Democrática*. Ano IV, n.43, dezembro de 1962, p.24. Fundo Paulo Assis Ribeiro, Caixa 133.

⁶³¹ Notas taquigráficas do programa *Peço a Palavra* da TV Cultura, entrevistando o Prof. José Luis de Anhaia Mello. Arquivo Nacional (RJ), Fundo Paulo Assis Ribeiro, Caixa 51, Pasta 3.

político, no sentido primeiro, de que falamos, de trazer mais depressa o povo para colaborar e para dirigir o governo, nesse sentido foi excelente.”⁶³²

O tema da constitucionalidade da lei Capanema-Valadares foi novamente sugerido pelo apresentador de *Peço a Palavra*, Heitor Augusto, já no final do programa e aqui a resposta de Anhaia Mello foi mais detida, evidenciando sua crítica à antecipação do referendo e comparando tal medida à votação do próprio Ato Adicional. Vale a pena reproduzir todo o trecho:

“Da mesma forma que entendo que houve respeito integral a esta Constituição quando se votou o Ato Adicional que instituiu o parlamentarismo, uma vez que o ‘quorum’ de 2/3 exigido pela Constituição foi observado, não posso dizer o mesmo a respeito da denominada ‘Emenda Valadares’, na qual o ‘quorum’ de 2/3 não foi respeitado. A emenda adicional já dizia que se houvesse plebiscito, este só se realizaria 9 meses antes do término do atual mandato presidencial. Estava, assim, estabelecido um prazo, pela Constituição, para o plebiscito. Se só se muda a Constituição através de princípios estatuídos, entendo que quando se cuida da reforma da Constituição, não existe este processo de reforma da Constituição por lei ordinária. Este é um dos maiores absurdos que se podem cometer, sobretudo se levarmos em conta que o edifício jurídico é algo muito delicado, que não pode ser tocado com violência, sob pena de soçobrar.⁶³³ Assim, fica-se assombrado ao ver a liberdade com que se mexe com os artigos da Constituição da República. Foi interessante dar esta chance ao povo, de se manifestar, mas sob o aspecto jurídico, foi arranhada a Constituição da República.”⁶³⁴

Mas, apesar das reservas quanto ao aspecto “legal” do plebiscito, o jurista não deixou de afirmar sua opção pelo presidencialismo, declarando-o como mais afeito à “nossa vocação”.⁶³⁵ A escolha de Anhaia Mello para a entrevista no programa do IPES não pode ser encarada com ingenuidade, e a própria documentação disponível mostra que o professor foi autor da cartilha feita pelo IPES para o plebiscito.⁶³⁶ Na verdade, um dia após o programa de televisão, um dos principais dirigentes do IPES, Glycon de Paiva, vice-

⁶³² *Idem*, p.1

⁶³³ Tal prudência quanto ao uso da violência contra a Constituição parece não ter comovido o próprio IPES, quando lançou mão do assalto ao poder no golpe de Estado de 1964.

⁶³⁴ *Idem*, p.4.

⁶³⁵ “Há uma convicção geral de que o presidencialismo é mais nosso, é mais caboclo, mais brasileiro, ao passo que o parlamentarismo tem ar de coisa importada.” E em seguida afirma: “Sempre fui presidencialista. Isto desde que se implantou entre nós o parlamentarismo.” *Idem*, p.2.

⁶³⁶ *Notas em função do ‘referendum’: parlamentarismo e presidencialismo*. IPES, 1963. Arquivo Nacional (RJ), Fundo Paulo Assis Ribeiro, Caixa 282.

presidente do Comitê Executivo, encaminhou telegrama em que solicitava ao Grupo de Estudos – uma das instâncias da estrutura organizativa do IPES – “um estudo das alterações constitucionais admissíveis, em consequência do ‘referendum’ de 6 de janeiro de 1963”, devendo o mesmo ficar pronto em 15 de janeiro.⁶³⁷ Tal documentação, certamente de circulação restrita aos altos membros do IPES, revelava a preocupação comum dos setores conservadores do Congresso quanto à volta do presidencialismo após o plebiscito e os procedimentos adequados aos parlamentares do bloco modernizante-conservador da ADP. Note-se que o parecer deveria ser emitido após a realização do referendo, e em data em que os resultados oficiais já seriam conhecidos, servindo, provavelmente, para orientar a ação de seus parlamentares no Congresso.

A cartilha do IPES sobre o plebiscito apresenta-se como texto de “esclarecimento” dos eleitores sobre o tema, com uma exposição das principais características dos dois sistemas, destinada “a todos os brasileiros interessados em decidir bem”. No texto, como se avisa na introdução do panfleto, o professor Anhaia Mello não deixa de dar sua opinião sobre o referendo, além de trazer, como apêndice uma compilação da legislação constitucional relativa ao tema, como os textos da Constituição de 1946 sobre o presidencialismo, do Ato Adicional e da Emenda Capanema-Valadares (Lei complementar nº 2). Assim, de posse dos textos legais, Anhaia Mello busca provar a sua hipótese da inconstitucionalidade da antecipação do referendo:

“Poderia a lei [refere-se à Emenda ao Ato Adicional] dispor a respeito da realização do plebiscito, ou ‘referendum’ (vamos confundir os dois institutos para efeitos práticos, ainda que se possa e se deva distingui-los). Mas a sua competência aí se esgotaria.

Tendo o diploma tratado, *como tratou de modificar a época da realização do plebiscito ou ‘referendum’*, tornou-se inconstitucional, pois invadiu seara da *Constituição propriamente dita* (o prazo já se encontrava marcado [para nove meses antes do mandato de Goulart], como vimos).

E não se pode pretender que a legislação ordinária revogue a Constituição.

Contudo, esse aspecto fica mais para os teóricos e curiosos.

O fato é que ninguém impede mais a realização do plebiscito ou ‘referendum’, na prática brasileira e para os efeitos desejados, uma e a mesma coisa.”⁶³⁸

⁶³⁷ “Notícia interna.” Da secretaria para o grupo de estudos, 14/12/62. Arquivo Nacional (RJ), Fundo Paulo Assis Ribeiro, Caixa 54, Pasta 2.

⁶³⁸ *Notas em função do ‘referendum’: parlamentarismo e presidencialismo.*, op. cit., p.14.

Da mesma forma que no programa da TV Cultura, o autor, após apresentar as reservas quanto à constitucionalidade do plebiscito, não deixa de argumentar explicitamente a favor do presidencialismo, afirmando-o como parte de “nossa vocação histórica”.⁶³⁹ Na parte conclusiva do panfleto, Anhaia de Mello afirma que os problemas nacionais estão além da opção entre parlamentarismo e presidencialismo,⁶⁴⁰ e a partir deste suposto faz uma séria argumentação em favor do presidencialismo. Adentra no passado histórico do país afirmando ser o próprio Segundo Reinado – usado como exemplo pelos defensores do parlamentarismo no Brasil – a prova de uma prática muito mais presidencialista que parlamentarista.

A parte de seu argumento mais interessante é a que versa sobre o tema da estabilidade política e as crises. Diz que em países “altamente politizados” é possível que o sistema de gabinete seja mais adequado para conter possíveis crises, mas no caso brasileiro, e tendo em conta a pequena experiência parlamentarista ora em voga, tal argumento não se aplica.

“Apregoam os adeptos do Parlamentarismo, que as crises parlamentares, por mais freqüentes que sejam, não abalam as instituições e não afetam a administração. Vá lá que se aceite esse argumento para os Países altamente politizados. Mas, para o nosso País, não colhe essa argumentação.

Na pequena experiência do Parlamentarismo que estamos vivendo, e num pequeno espaço de tempo, já tivemos grandes crises ocasionadas, todas elas, pelo deflagrar normal do mecanismo parlamentar.

Nessas condições, pelo menos uma coisa ficou certa: se o sistema serve para vários Países, não provou, ou não prova ainda para o Brasil.”⁶⁴¹

Em seguida o autor faz a comparação da experiência parlamentarista com as crises ocorridas no Brasil, nos períodos de troca de presidentes da República – sem fazer comentários mais detidos sobre qualquer destas crises, como na posse de Kubitschek, o que é curioso – concluindo que, “se houver necessidade de uma crise política, que ela se dê de cinco em cinco anos e não a cada instante, à vista das flutuações e dos movimentos parlamentares”.⁶⁴² No restante da argumentação, o autor discute a incompatibilidade entre a

⁶³⁹ *Idem*, p.15.

⁶⁴⁰ “Há algo de mais substancial, de mais profundo e que depende de algo mais, como a responsabilidade, a austeridade, a probidade, a educação e a compreensão dos problemas políticos pelos governantes e governados.” *Idem*, p.19.

⁶⁴¹ *Idem*, p.20.

⁶⁴² *Idem*.

Constituição presidencialista de 1946 e o Ato Adicional,⁶⁴³ além de repetir a crítica comum à época – e também hoje – da sub-representação dos estados do Sudeste – mais populosos – em face dos estados com menor densidade demográfica, do Norte e Nordeste do Brasil, concluindo que, se é para que o país adote o governo de gabinete, que o faça após uma ampla reforma constitucional, posto que a representação parlamentar deve ser mais justa para que se possa optar pelo parlamentarismo.

Na análise deste panfleto vale a pena retomar outra discussão metodológica feita por Dreifuss sobre este tipo de material publicado pelo IPES, pois pode parecer que o Instituto tão somente publicou a opinião de um especialista sobre o tema, que por acaso era presidencialista. Outras publicações do IPES eram feitas sem atribuição de origem, sem referências ao próprio instituto. Isso acaba por indicar que tal panfleto não expressaria apenas a opinião do autor, mas a do próprio IPES. Assim, temos aquilo que o próprio Dreifuss chama de colaboração paradoxal entre a “elite orgânica” do IPES e o governo Goulart pela reversão ao sistema presidencialista,⁶⁴⁴ e como tentaremos desenvolver, *tal colaboração não era tão paradoxal assim*.

Após o plebiscito, o IPES publicou ainda um boletim mensal dedicado ao tema do presidencialismo e das crises no Brasil.⁶⁴⁵ Agora, já consumado o retorno do sistema presidencial, o IPES optou por abordar as crises ocorridas ao longo da história do Brasil desde a década de vinte do século XIX. O cerne do argumento é o de que as crises no presidencialismo são provocadas pela tendência dos chefes do Executivo a buscar ampliar o escopo de seus poderes: “Muitos desses acontecimentos tiveram sua origem na tendência do Executivo de transformar a autoridade, que é o direito de mandar, dentro da lei, em tirania, que é o poder de mandar com abstração da lei.”⁶⁴⁶ Assim, o complexo IPES/IBAD recolocou sua forma de combater o Executivo nacional-reformista de Goulart, acusando-o de autoritário.

Para entender o posicionamento do IPES no plebiscito é preciso localizar a sua principal iniciativa política: o Congresso pela Definição das Reformas de Base, entre 20 e 26 janeiro de 1963. Afinal o que o IPES queria disputar era o caráter das reformas, dando a

⁶⁴³ “Não nos esqueçamos de que a Constituição é eminentemente Presidencialista e não pode, através de uma simples Emenda, tornar-se Parlamentarista.” *Idem*, p.22.

⁶⁴⁴ DREIFUSS, *A conquista do Estado*, op. cit., p.149, nota 26.

⁶⁴⁵ “Presidencialismo no Brasil e crises no Brasil.” *Boletim mensal do IPES*. Ano 2, n.7, fev.63, p.4-13. Arquivo Nacional (RJ), Fundo Paulo Assis Ribeiro, Caixa 280.

⁶⁴⁶ *Idem*, p.13.

elas o conteúdo social dos interesses do novo bloco histórico emergente. O Congresso pela Definição das Reformas de Base não foi organizado diretamente pelo IPES, mas pelos jornais *Correio da Manhã* e *Folha de São Paulo*,⁶⁴⁷ que agiram sob a coordenação do IPES. Tratou-se da elaboração de um programa contraposto do ponto de vista social às reformas pretendidas pelas esquerdas, caracterizando estas últimas como “demagógicas”, “ineficientes” e “antieconômicas” e apresentado as reformas ipesianas como “progressistas” e “economicamente viáveis”, com uma aura eminentemente “técnica”. Para o IPES, era necessário espantar qualquer visão dele como entidade retrógrada e aparentar seu compromisso com a “reforma social”. A idéia de uma plataforma “técnica” em oposição à “politização” das propostas nacional-reformistas é o grande mote da sua campanha, afinal para eles “os destinos da nação não podem mais ser deixados nas mãos dos políticos”.⁶⁴⁸ Para Dreifuss, não se deve subestimar o evento do Congresso para as Reformas de Base já que

“o cerne das propostas do Congresso para as Reformas de Base preparadas nos grupos do complexo IPES/IBAD, foi adotado como as diretrizes para inúmeras reformas administrativas, constitucionais e sócio-econômicas, implementadas pelo governo militar.”⁶⁴⁹

Unificar as classes dominantes para conquistar o aparelho de Estado para o novo bloco de poder, esta era a estratégia maior do IPES, sendo o plebiscito fato certamente secundário. Mas é claro que nem o IPES e nenhum dos setores da direita esperavam o alto comparecimento, o que certamente criava dificuldades, com a interpretação de que Goulart estava agora mais forte do ponto de vista da legitimidade. Mas é claro que, com os fartos investimentos na campanha eleitoral de outubro de 1962, o complexo IPES/IBAD via condições de inviabilizar as pretensões do Executivo no Congresso, fosse em relação a algumas medidas em favor da reforma agrária, fosse quanto a mais prosaica iniciativa do governo, como o antipopular Plano Trienal, também rechaçado por estes através da ação da

⁶⁴⁷ O mesmo teve o apoio das Emissoras unidas – TV 7 e Rádio Record. *Folha de São Paulo*, 2 de janeiro de 1963.

⁶⁴⁸ Pode-se inclusive verificar que esta é uma tendência das democracias liberais contemporâneas. Uma democracia que busca colocar grandes áreas da institucionalidade fora do alcance da regulação política, atribuindo a estas áreas um caráter eminentemente “técnico”. Esta tendência “despolitizadora” da política é extremamente presente no regime político brasileiro atual em iniciativas como a proposta da “autonomia do Banco Central” e nas sucessivas propostas de “blindagem” da área econômica do governo. Sobre esta tendência a “desqualificar a política”, ver. FONTES, Virgínia. “A política e a arte da desqualificação.” *Reflexões im-pertinentes*, op. cit., p.271-316.

⁶⁴⁹ DREIFUSS, *A conquista do Estado*, op. cit., p. 244.

ADP. Outro alvo de controvérsias foi a Lei sobre a Remessa de Lucros ao Exterior; já aprovada em setembro de 1962 pelo Congresso, Goulart só a sancionou em janeiro de 1964, quando ficou claro que sua política de conciliação parecia não ter frutificado qualquer apoio do meio empresarial ao seu governo.

Assim, tendo em vista um objetivo maior, poderia o partido do novo bloco histórico emergente apoiar a restauração do presidencialismo, para logo em seguida partir para a organização da insurreição das classes dominantes. Afinal, agora ficava evidente para os setores que se mostravam mais sensíveis ao discurso ipesiano que se não tomassem medidas mais efetivas, o presidencialismo restaurado com Goulart poderia levar o país ao caos e à “comunização”. Não é por acaso que o conspirador histórico e membro ativo do grupo ESG/IPES, general Cordeiro de Farias, em depoimento, afirma categoricamente que “podemos situar o início da conspiração, como atividade política relativamente organizada, no momento em que Jango recuperou todos o poderes, após o plebiscito que restaurou o presidencialismo”⁶⁵⁰ Mas mesmo militares que à época ocupavam postos inferiores na hierarquia concordam com esta avaliação, como por exemplo Carlos Alberto da Fontoura, então coronel em serviço no III Exército, quando afirmou que a “conspiração para tirar o Jango começou depois que ele voltou ao presidencialismo e assumiu poderes absolutos”.⁶⁵¹ Mesmo na pesquisa seminal de Dreifuss sobre o tema, embora se afirme que o IPES foi formado desde o início para derrubar o governo e mudar o regime, é patente como os grandes lances da conspiração ganham maior fôlego ao longo do ano de 1963 e nos primeiros meses de 1964.

Mas existe ainda outra evidência sobre a preferência do IPES pelo presidencialismo, que era a opinião da necessidade de difundir nas classes dominantes e no conjunto da sociedade a necessidade de um “governo forte”. Em tal tarefa é claro que o instituto articulava tradições autoritárias mais antigas, que remetem pelo menos ao ideário dos “jovens turcos”, de particular importância para os oficiais alinhados à ESG e à Cruzada Democrática, combinados agora à nova roupagem modernizante-conservadora do capital multinacional e associado. O próprio Magalhães Pinto, de relação mais tensa com o IPES-mineiro do que supôs Dreifuss – como mostrou o estudo posterior de Starling –⁶⁵² falava da

⁶⁵⁰ CAMARGO, Aspásia & GÓES, Walder. *Meio século de combate*, op. cit., p.543.

⁶⁵¹ D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. (Int. e Org). *Visões do golpe: A memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p.204.

⁶⁵² STARLING, *Os Senhores das Gerais*, op. cit., p.128-140.

necessidade de um governo forte, e o “parlamentarismo realmente existente” era exatamente o contrário disto. É sintomático que o eminente líder civil da conspiração, e fundador do IPES, Roberto Campos, em suas memórias, tenha relatado o fracasso do parlamentarismo nestes termos:

“A experiência parlamentarista tinha sido uma solução emergencial, que não fincou raízes populares. O Brasil continuava à espera de um líder carismático. Após um ano de instabilidade e “conflito institucional”, a manutenção do presidencialismo [deve ser erro de digitação, pois pela lógica deveria ser “parlamentarismo”] não interessava às classes médias nem ao empresariado, ansiosos por segurança e normalidade; nem aos trabalhadores, que o associavam ao conservadorismo, e nem os militares, que viam no presidencialismo o caminho para a restauração da ordem e da autoridade.”⁶⁵³

É claro que nunca devem ser esquecidas as recomendações metodológicas sobre os procedimentos de reconstituição da memória dos indivíduos,⁶⁵⁴ ainda mais em se tratando de um elemento que ficou no centro dos acontecimentos políticos não só durante o período estudado, mas até o fim da vida. Mas o cerne de seu argumento está na explicação do fracasso do parlamentarismo por ser um “regime fraco”, a exemplo da opinião ipesiana-conservadora do momento, ainda que tal fraqueza sempre pudesse ser atribuída aos procedimentos “sabotadores” de Goulart.

O plebiscito e a crise orgânica

Constituindo o principal partido adversário do grupo varguista, a UDN, que durante todo o período da República populista desejou chegar à presidência da República, viu seus sonhos irem por água a baixo quando Jânio – que, é importante lembrar, não pertencia a agremiação, mas era apoiado por ela – renunciou em agosto de 1961. No próprio momento da adoção do parlamentarismo, articulada pelo senador udenista Afonso Arinos, o partido não conseguiu uma unidade de fato, pois muitos foram os setores, a começar por Lacerda, que se opuseram à medida, desejando inviabilizar de qualquer modo a posse de Goulart. Mas, enfim, o partido acabou sendo contemplado com algumas pastas no primeiro gabinete parlamentarista, chefiado por Tancredo; e mesmo sob Brochado da Rocha, por Afonso Arinos voltar a ocupar a pasta do Exterior. Mas a atitude da UDN frente ao

⁶⁵³ CAMPOS, *A Lanterna na Popa*, op. cit., p.490.

⁶⁵⁴ Para o tema, a grande referência em português continua sendo o texto de POLLAK, M. “Memória, esquecimento, silêncio.” *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p.3-15.

parlamentarismo não pode deixar dúvidas quanto a precariedade das representações políticas no marco da crise do regime populista.

A UDN, em sua *Carta de Princípios* – aprovada em encontro de seu Diretório Nacional, em fevereiro de 1962 – defendia o parlamentarismo como o melhor sistema de governo para Brasil. Segundo o documento, em seu segundo ponto:

“II – A UDN considera o sistema parlamentar de governo o mais adequado a garantir a estabilidade das instituições democráticas do País. Preconiza, entretanto, medidas urgentes, em entendimento com outros partidos, para se aperfeiçoar o sistema e se promoverem as reformas de base adiante mencionadas.”⁶⁵⁵

Ao longo do ano de 1962, o partido viu todas as lideranças políticas que ocupavam os executivos estaduais, e que tinham pretensões para a disputa presidencial prevista para 1965, trabalharem para inviabilizar tal sistema. Alguns o fizeram realizando acordos formais com Goulart, como Magalhães Pinto e o conjunto de governadores liderados por ele. Outros, como o governador da Guanabara, buscaram ações terroristas para desmoralizar o plebiscito (como já vimos), embora, pragmaticamente, não fosse favorável ao parlamentarismo, muito menos à sua aplicação em seu estado. Quando era inquirido a se declarar sobre o plebiscito, Lacerda preferia suas tradicionais declarações de impacto, como quando afirmou: “Não me interessa. Quero é feijão, arroz, carne, luz, água, telefone, transporte, esgoto, etc para o povo carioca”⁶⁵⁶, e quando, na controvérsia com o ministro da Justiça, chegou a qualificar a consulta de “palhaçada perigosa”.⁶⁵⁷

Já o PSD, como vimos, não passou impune ao parlamentarismo, tendo se formado, logo após a votação do Ato Adicional, um grupo favorável ao retorno do presidencialismo em torno de Juscelino Kubitschek; e outro grupo, em torno do presidente do partido, Amaral Peixoto, para quem o parlamentarismo deveria passar por “um período maior de experimentação”.⁶⁵⁸ A questão provocou um sério racha nas hostes pessedistas, expressa de forma contundente na *Declaração de Brasília*, onde simplesmente a posição sobre o sistema de gabinete é tratada em termos absolutamente dúbios, sendo recomendada tanto a

⁶⁵⁵ *Carta de princípios da UDN*, fevereiro de 1962. Encontra-se no Arquivo Amaral Peixoto, CPDOC/FGV, [61.09.01].

⁶⁵⁶ *Tribuna da Imprensa*, 1 de dezembro de 1962, p.3.

⁶⁵⁷ *Tribuna da Imprensa*, 28 de dezembro de 1962, capa.

⁶⁵⁸ *Correio da Manhã*, 13 de setembro de 1961.

institucionalização do mesmo, quanto a liberdade para a ação dos líderes que quiserem retornar ao sistema presidencialista. Vale a pena reproduzir todo o trecho:

“O PSD, com relação ao sistema parlamentar de governo vigente no país, assim se pronuncia:

1. É preciso reconhecer que no nosso tempo o sistema parlamentar constitui, com o presidencialismo, as duas formas mais convenientes de governo a um tempo democrático e progressista.
2. Por outro lado, é certo que nenhuma forma de governo estará em condições de funcionar eficientemente se não estiver juridicamente institucionalizada em termos de razoável ortodoxia e de justa adequação às condições sociológicas e psicológicas do povo a que se destina.
3. Isto posto, o PSD propugnará no sentido de que se decretem sem mais demora a primeira lei de complementação do Ato Adicional ora em tramitação no Senado Federal e de que apresentem e sejam votados novos projetos de lei da mesma natureza e bem assim de emendas constitucionais tornadas necessárias, tudo com o objetivo de dar ao novo sistema político adotado no país imediata e correta institucionalização jurídica.
4. Na mesma linha política que adotou ao tempo do presidencialismo, o PSD reconhece a cada um dos seus filiados o direito de propugnar pela reforma da Constituição visando à adoção do outro sistema de governo.⁶⁵⁹

Quando se compara a leitura dos dois últimos pontos, fica claro o caráter dúbio do documento, considerado pela pesquisadora Lúcia Hippolito o mais importante documento programático da legenda.⁶⁶⁰ Poderíamos acrescentar que o mesmo reafirmou a máxima centrista sobre o tema político candente: “nem contra, nem a favor, muito pelo contrário!” Ironia à parte, vale salientar que a redação do documento esteve a cargo do deputado mineiro Gustavo Capanema, que foi um dos elementos que mais se empenharam no processo de institucionalização do parlamentarismo,⁶⁶¹ tendo realizado viagens aos países que adotam o sistema de gabinete na Europa e estudado a matéria.⁶⁶² As preocupações de

⁶⁵⁹ *Declaração de Brasília*, documento da IX Convenção Nacional do PSD, realizada em Brasília de 15 a 17 de março de 1962. Citado em HIPPOLITO, *PSD: de raposas e reformistas*, op. cit., p.309-310.

⁶⁶⁰ *Idem*, p.216. O “mais importante documento programático” que não consegue definir-se sobre o melhor sistema de governo?

⁶⁶¹ *Correio da Manhã*, 19 de julho de 1962, p.3.

⁶⁶² Ver. Carta (27 de março de 1962) de Capanema para o Sr. R. W. Nadeau, em que aquele agradece a este o recebimento de um livro referente a “institucionalização do regime parlamentarista”. Arquivo Gustavo

Capanema com a institucionalização do parlamentarismo era tão patentes que um episódio, que chega às raias do insólito, acabou envolvendo seu nome em uma suposta proposta de “retorno da Monarquia” para a estabilização do sistema de gabinete. A notícia, divulgada no *Correio da Manhã*,⁶⁶³ se mostrou ser falsa, e o próprio Capanema fez questão de redigir uma carta à redação do jornal esclarecendo o equívoco.⁶⁶⁴

Por outro lado, sobre o processo de institucionalização, já foi dito acima que o próprio Kubitschek realizou gestões no sentido de sabotar as emendas parlamentares destinadas à viabilização do novo sistema, tendo inclusive por isto contribuído para a crise do gabinete de junho/julho de 1962. Ao mesmo tempo, foi através de uma emenda ao próprio projeto de Capanema que se deu o acordo parlamentar que resultou na antecipação do plebiscito, o que refletia também as disputas internas pelo controle da legenda. O próprio Goulart favorecia as pretensões de Benedito Valadares para a presidência do PSD, mas nem mesmo tal apoio foi capaz de tirar seu comando virtual das mãos de Amaral Peixoto. Digo virtual, pois, tanto antes como depois do plebiscito, o PSD continuou rachado, e, como demonstra a própria Lúcia Hippolito, após o plebiscito se formaram três grupos.⁶⁶⁵ Um destes grupos, em torno de Valadares, Tancredo Neves, Antônio Balbino e Aberlando Jurema, liderados por Kubitschek, manteve-se no apoio a Goulart, mas logo cindiu na medida em que o processo político e seu substrato material, a luta de classes, radicalizou-se. Em torno de Amaral Peixoto e do líder do PSD no Congresso, Martins Rodrigues, se organizou a oposição a Goulart que respaldava as manobras do complexo IPES/IBAD na cena política. Por fim, o grupo em torno da Frente Parlamentar Nacionalista, com José Joffily e Barbosa Lima Sobrinho.

Capanema, CPDOC/FGV, Rolo 117, fotograma 0081.

⁶⁶³ *Correio da Manhã*, 15 de julho de 1962, matéria na capa. Diz: “Em reunião do PSD, colocando a questão em teste e advertindo que o Ato Adicional não previa o problema de maior gravidade, como o da incompatibilidade que possa surgir entre o chefe de governo e o chefe de Estado, o deputado Gustavo Capanema, lançou, como solução, a volta ao país à monarquia, para garantir o funcionamento do regime parlamentarista.”

⁶⁶⁴ Uma cópia da carta encontra-se no Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC/FGV, Rolo 117, fotograma 107. A curiosidade é a existência em seu arquivo de inúmeros telegramas de monarquistas, felicitando a suposta posição do deputado mineiro. Ver, *Idem*, fotogramas 113, 114, 115, 117 e 118.

⁶⁶⁵ *Idem*, p.222-223. Mas não concordamos com a tese enunciada por Hippolito de que “o movimento de 1964 não teve a chancela do PSD” (*Idem*, p.233), pois não é possível esquecer que, em primeiro lugar, tanto Ranieri Mazzili quanto Auro Moura Andrade, que foram golpistas em agosto de 1961, continuaram golpistas até 1964, não podendo ser esquecida a posição de Mazzili quando declarou “vaga a Presidência da República”, dando a chancela parlamentar ao golpe empresarial-militar. A lista de pessedistas que apoiaram o golpe é extensa e possui nomes ilustres, como o próprio Kubitschek.

Ainda em fins de novembro de 1962, Kubitschek tentou unificar o apoio do PSD ao presidencialismo, enviando cordial carta para Amaral Peixoto, onde fala de sua contrariedade em relação ao parlamentarismo, elogiando o referendo de 6 de janeiro de 1963 e pedindo que Amaral Peixoto e seus eleitores votassem NÃO.⁶⁶⁶ A questão da legenda não pode ser minimizada, pois se trata do maior partido em número de ocupantes de postos públicos, e considerado por muitos um fiel da balança do jogo político da república populista.

Constituindo-se como dois dos principais partidos institucionais das classes dominantes, o comportamento do PSD e da UDN em face do plebiscito é um exemplo eloqüente da crise orgânica da qual vínhamos falando. Essa cisão nas representações das classes dominantes não é, contudo, exclusividade da situação de tais legendas. O próprio PTB, em que pese não poder ser tratado como um partido dos subalternos, nem mesmo como social-democrata, como quer Moniz Bandeira,⁶⁶⁷ era expressão da crise das representações políticas no início dos anos sessenta. Em primeiro lugar trata-se de uma legenda ancorada nas estruturas corporativistas do Ministério do Trabalho, portanto também um partido burguês; mas, como vínhamos defendendo ao longo deste trabalho, criou uma dissidência mais à esquerda no movimento sindical e na representação na Câmara que se aliou aos próprios comunistas.

Apesar de ser o partido que registrou o maior crescimento nas eleições de 1962, isto não deve apagar o fato de que em diversos cantos do Brasil o PTB aliava-se a setores de direita e empunhava campanhas anticomunistas, como as que ocorreram nas eleições de 1962 na Bahia.⁶⁶⁸ Mas, certamente o que constituía raiz de maiores problemas para o regime populista era o desenvolvimento da ala mais à esquerda do trabalhismo, que, no concernente ao movimento sindical, tornava-se cada vez mais autônoma em relação aos ditames do grupo em torno de Goulart. De qualquer modo, no PTB não se observa o fenômeno ocorrido na UDN e no PSD, e o partido seguiu unido na liquidação do sistema parlamentarista, ainda que sua ala mais à esquerda tenha feito a campanha do seu próprio jeito, como já comentaremos. Mas não é possível esquecer que a própria legenda vinha passando por crises que resultaram em cisões importantes, como a liderada pelo gaúcho

⁶⁶⁶ Carta de JK à Amaral Peixoto, Brasília, 25 de novembro de 1962. Arquivo Amaral Peixoto, CPDOC/FGV, [61.09.01].

⁶⁶⁷ Esta é uma das teses centrais de seu livro *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil*, op. cit.

⁶⁶⁸ O mal-estar foi denunciado no próprio órgão da Frente Parlamentar Nacionalista, *O Semanário*, n.310.

Fernando Ferrari, que constituiu o Movimento Trabalhista Renovador (MTR), e em fins de dezembro de 1962 afirmou que o MTR não considerava relevante o plebiscito,⁶⁶⁹ no que foi prontamente criticado pelo *O Semanário*.⁶⁷⁰

As demais legendas burguesas, como o PSP de Ademar de Barros, por exemplo, por sua parca (ou nula) capacidade de representar nacionalmente os interesses das classes dominantes, não deve nem ser levado em conta no item sobre a crise do regime. É certamente nos casos da UDN e do PSD, por sua importância naquela estrutura partidária, que a questão da crise se manifesta de forma mais contundente, o que deve colocar sob suspeição a hipótese defendida por Antônio Lavareda, e avalizada por inúmeros pesquisadores,⁶⁷¹ de que aquele era um sistema partidário em “processo de consolidação”. Para Lavareda,

“o sistema em questão, na sua etapa final, ao contrário de encontrar-se experimentando o estertor da desinstitucionalização, estaria em processo de implantação e consolidação, isto é, cumprindo de modo cada vez mais efetivo o primeiro princípio básico de qualquer sistema partidário democrático, que é o de imprimir organização e regularidade a parcelas significativas das escolhas eleitorais.”⁶⁷²

Pergunta-se: tal hipótese pode se coadunar com uma situação em que os principais partidos conservadores, PSD e UDN, não conseguem chegar a um acordo mínimo interno sobre uma questão tão simples como o melhor sistema de governo? Ainda que o sistema partidário seja um objeto mais amplo que o tema desta pesquisa, esperamos pelo menos no que diz respeito ao tema do parlamentarismo e do plebiscito pôr em evidência mais um aspecto da crise orgânica, ainda que esta tenha um conteúdo mais profundo que o referente aos partidos institucionais, como discutimos no primeiro capítulo do trabalho. Um dos argumentos utilizados por Dreifuss para discutir a crise daquele regime é justamente a existência de coalizões parlamentares como a FPN e a ADP, entre as quais se dividiam elementos do maior partido no Congresso nacional, o PSD.

⁶⁶⁹ *Correio do Povo*, 27 de dezembro de 1962, p.5.

⁶⁷⁰ *O Semanário*, 10 a 16 de janeiro de 1963, n.317.

⁶⁷¹ Ver nota 244 do capítulo anterior.

⁶⁷² LAVAREDA, *A democracia nas urnas*, op. cit., p.97.

A imprensa e o plebiscito

Como já discutimos acima, a maior parte da imprensa não se furtou a divulgar a campanha pró-presidencialismo, mas isto não implica que tenha aderido, mesmo que por um breve momento, ao governo Goulart. Com a exceção do jornal *Última Hora*, ligado aos elementos varguistas, e o jornal *Diário Carioca*, quase a totalidade da imprensa estava na oposição ao governo Goulart. Não é por acaso que, quando discutimos acima o poder que o IPES teve de adentrar na imprensa,⁶⁷³ observa-se uma postura muito próxima na imprensa às formulações ipesianas. Em primeiro lugar, não existe nenhum órgão de imprensa que invista na defesa das posturas parlametaristas, mas, como se pode ler em alguns editoriais do fim de 1962, tais órgãos previam um grande desinteresse popular pelo plebiscito. Ainda assim, existiam importantes diferenças, como pode ser apreendido quando comparadas as posturas de *O Globo* e de *O Estado de São Paulo*, dois jornais conservadores, que se opuseram à posse de Goulart e apoiaram sua deposição em 1964.

Em um editorial do jornal *O Globo*,⁶⁷⁴ um dia antes do plebiscito, dizia-se ter Goulart feito de tudo para inviabilizar o parlamentarismo, discutindo a inconstitucionalidade da emenda que antecipou o plebiscito para 6 de janeiro – reverberando a posição do IPES e da UDN –, mas acabava-se chamando o eleitor a comparecer às urnas, prevendo ser o presidencialismo o franco favorito. Em certo trecho, após fazer certas ponderações sobre o processo político brasileiro, diz:

“Queremos, entretanto, dirigir aos nossos leitores uma palavra de estímulo, no sentido de comparecimento às urnas. Primeiramente, porque se trata de um dever cívico, a que não se pode furtar quem se considera um cidadão prestante. O voto, nas democracias, seja nas eleições, seja nas consultas como a de amanhã, não é somente um direito, mas uma obrigação. Aliás, como direito é irrenunciável, pelo que *a abstenção é uma afronta à lei e ao regime*.

Em segundo lugar, sendo ponto pacífico que o referendo trará de volta o presidencialismo (uma vez que o mau experimento do parlamentarismo não conseguiu convencer a Nação), *é preciso que todos colaborem para que os resultados sejam realmente expressivos das tendências populares*, a fim de que o Congresso se sinta orientado na futura reforma constitucional, prevista na mesma lei que antecipou a consulta ao povo.

Nossa opinião já é conhecida. Achamos que na atual conjuntura brasileira não cabem experiências políticas. *Necessitamos, com urgência, de*

⁶⁷³ “Apreciação geral.” op. cit., p.3.

⁶⁷⁴ *O Globo*, 5 de janeiro de 1963, capa.

*um governo harmônico, de autoridade, sobretudo, responsável. Só o regime presidencialista nos proporcionará um governo assim. Não consideramos o presidencialismo de 46 o ideal, mas sabemos que, sendo restabelecido o sistema presidencial, cessará o ‘jogo de empurra’ praticado há mais de um ano e que tanto mal tem feito ao País.”*⁶⁷⁵

Como se pode ler, a postura de *O Globo* destoava um pouco da posição abstencionista pregada por expressivas lideranças da UDN, como Herbert Levy, e em outro trecho é reafirmada tal posição nos seguintes termos:

“O esvaziamento da consulta popular pela abstenção em massa – que alguns políticos aconselham – só teria como consequência tornar mais aguda a crise institucional, política, administrativa, social e moral em que nos debatemos.”

Mas em hipótese alguma é possível verificar qualquer postura análoga a um “voto de confiança” em Goulart, sendo a argumentação centrada na necessidade de que o jogo político se tornasse mais “claro”, sem o “jogo de empurra” provocado pelo “parlamentarismo híbrido”. O centro é a necessidade da centralização da autoridade, um “governo forte” que só poderia se efetivar com a volta do presidencialismo resultante de um grande comparecimento às urnas no plebiscito.

Postura muito distinta foi a do jornal *O Estado de São Paulo*. Também no dia anterior ao referendo, o jornal publicou um editorial destinado a discutir a consulta. Ao contrário de *O Globo*, o tom é mais sombrio: “Com parlamentarismo ou com presidencialismo, o Brasil permanecerá acéfalo enquanto o mal não for cortado nas suas raízes.”⁶⁷⁶ Acusa-se o governo de preparar uma fraude, pois os milhões de cruzeiros na campanha não teriam conquistado a adesão da massa do povo.

“De todo o país chegam notícias sobre a montagem do dispositivo para a grotesca farsa que se prepara. A fraude principia a tomar forma nas próprias instruções que regularão o voto. Por incrível que pareça, desta vez será admitido a votar qualquer eleitor que não apresente o seu título. Basta que seu nome conste na folha individual da votação... Entretanto, a inversa também é válida. A simples apresentação do título é condição para votar mesmo que o nome não esteja inscrito na seção. De outro lado, o eleitor que se declare em trânsito poderá votar em qualquer seção, mediante a apresentação do título. Seria impossível encontrar maneira mais fácil de permitir a qualquer cidadão que vote quantas vezes lhe apareça, embora, teoricamente, haja anotação do título.”

⁶⁷⁵ *Idem*, grifos nossos.

⁶⁷⁶ *O Estado de São Paulo*, 5 de janeiro de 1963.

Acrescenta ainda as informações sobre a notícia – divulgada no dia anterior no mesmo jornal – de que o juiz Pinto Coelho, do TRE do Rio de Janeiro, mandara devolver as cédulas recebidas pelo TRE em sua zona, por haver uma fraude na composição tipográfica. O NÃO aparecia sensivelmente maior que o SIM. Por fim, afirma-se: “Qualquer que seja o resultado do plebiscito, desde já se pode afirmar que ele não será a expressão da vontade popular, falseada na sua essência pelos meios de que lançou mão o Executivo para atingir o seu objetivo.”

Fazendo uma comparação entre as posturas dos dois periódicos observa-se que existe uma sintonia muito maior entre a posição de *O Globo* com relação ao IPES, do que pode ser observado em *O Estado de São Paulo*. Isto pode ser indicativo da etapa de desenvolvimento da conspiração, do grau de penetração do IPES na imprensa, mas também é prudente observar o grau de autonomia que tais aparelhos privados de hegemonia possuíam em relação a este partido do novo bloco histórico emergente. Sobre *O Globo* e o plebiscito, em uma das poucas menções de Dreifuss sobre o assunto, fala-se de uma reunião entre o proprietário do jornal, Roberto Marinho, Juscelino Kubitschek, o embaixador Sette Câmara, o banqueiro Moreira Sales, o articulista do jornal Augusto Frederico Schmidt e o embaixador norte-americano no Brasil, Lincoln Gordon, onde tratou-se do assunto.⁶⁷⁷ Mas não foi possível levantar maiores informações de bastidores sobre a posição de *O Globo* sobre o referendo, exceto aquilo publicado em suas próprias páginas.

Já no caso d’*O Estado de São Paulo*, é possível ir um pouco mais fundo. Cabe, em primeiro lugar, lembrar a tipologia proposta por Dreifuss para caracterizar os grupos de conspiradores contra o governo Goulart. Para o cientista político uruguaio, existiam o grupo *IPES/ESG*, os *extremistas de direita* e os *tradicionalistas*.⁶⁷⁸ Júlio de Mesquita Filho, proprietário do jornal *O Estado de São Paulo* e também membro do IPES-São Paulo, pertencia ao segundo grupo. Pertencendo à extrema-direita civil, o mesmo foi autor de um texto emblemático de tal posição, escrito ainda em 20 de janeiro de 1962, e conhecido

⁶⁷⁷ Dreifuss cita um telegrama enviado por Lincoln Gordon ao Departamento de Estado dos EUA, de 4 de agosto de 1962 (N.297, NSF, Arquivo JFK, Boston), onde o embaixador relata a conversa. DREIFUSS, *A Conquista do Estado*, op. cit., p.149, nota 26. Pelos limites de nosso trabalho, não pudemos ter acesso a tal documentação.

⁶⁷⁸ *Idem.*, pp. 368-372.

como “O Roteiro da Revolução”.⁶⁷⁹ Neste, que consiste numa carta, o jornalista discute com outro conspirador a necessidade do movimento golpista do partido liberal-oligárquico, particularmente para que sua ala fardada derrubasse o governo Goulart, mas não cometesse o erro de entregar de volta o poder aos civis.⁶⁸⁰ Seria necessário criar uma Junta Militar, formada pelas três Armas, que realizasse um “saneamento” político e econômico do país. Com a instauração de um estado de sítio, dar-se-ia cabo de uma “limpeza” nas estruturas do Estado, no Judiciário⁶⁸¹ e no próprio Legislativo,⁶⁸² restabelecendo no Brasil a tradicional política externa de alinhamento incondicional ao bloco ocidental dirigido pelos EUA.⁶⁸³ Por fim, há uma defesa da presença preponderante da iniciativa privada na economia nacional, e embora não se negue a necessidade de uma intervenção do Estado em certas áreas, afirma-se de forma categórica que “a maneira mais segura de realizar essa política será a afirmação corajosa da adoção, pelo Estado brasileiro, da filosofia neoliberal”. Com base nesta definição estratégica, é possível compreender que, diferentemente de *O Globo* – tão golpista quanto – a linha editorial d’*O Estado de São Paulo* estivesse muito mais à direita que a do periódico carioca. Ou será que se trata apenas de uma divisão de tarefas entre conspiradores? Na falta de evidências nestes termos, a única coisa que nos resta é especular.

⁶⁷⁹ Publicado originalmente n’*O Estado de São Paulo* de 12 de abril de 1964 e, depois, em MESQUITA FILHO, Júlio de. *Política e cultura*. São Paulo: Martins, 1969, pp. 120-127.

⁶⁸⁰ “A responsabilidade que pesa sobre as Forças Armadas é enorme e diante da experiência colhida por elas e por todos nós no decorrer do período que vai de 1930 a agosto de 54, não se poderia admitir que voltássemos a cometer as imprudências que redundaram no fracasso total do belo movimento que derrubou a ditadura em outubro de 1945 e da queda de Getúlio, ainda por obra do Exército, em agosto de 54. As falhas desses dois movimentos se podem resumir no fato de terem os seus autores precipitado a entrega do Poder a homens que vinham do mesmo passado e que haviam formado o seu espírito na atmosfera da ditadura, fonte de todos os males que ainda padecemos. As Forças Armadas brasileiras quiseram então dar uma prova de desinteresse com que haviam agido. Mas esse medo às responsabilidades, longe de ter beneficiado a Nação, foi a causa da decepção mais uma vez sofrida pela opinião pública. Torna-se pois indispensável que desta vez corram as coisas de outro modo.” *Idem*.

⁶⁸¹ “O expurgo dos quadros do Judiciário é absolutamente necessário, mas deverá ser feito por etapas, mediante uma ação metódica da Junta Militar, que poderá, em muitos casos, sem recorrer a processos só aconselháveis em última instância, exonerar a pedido dos próprios juizes corruptos e inidôneos, os que não souberam honrar os cargos que ocupam.” *Idem*.

⁶⁸² “Ficariam suspensas, com essas providências, as imunidades parlamentares, e só um pouco mais tarde, quando se tornasse um fato a confiança da opinião pública nos propósitos e nos atos do governo revolucionário, se trataria da dissolução das câmaras.” *Idem*.

⁶⁸³ “Da afirmação destes princípios pelo novo governo decorrerá a política que as nossas tradições sempre defenderam e que o País sustentou até a desastrosa modificação de rumos imprimida ao Itamarati pelo sr. Jânio Quadros. Política que nos levou a exercer a hegemonia de fato das nações sul-americanas e a representar o papel de traço de união entre as nossas irmãs hispano-americanas e a grande República do Norte.” *Idem*.

Caberia apenas mencionar que os jornais *Folha de São Paulo* e *Correio da Manhã*, integrados aos planos do IPES de formular “reformas de base” “técnicas” e “não demagógicas”, posicionaram-se favoravelmente à volta do sistema presidencialista, conclamando os eleitores a comparecer às urnas, não sem antes fazer críticas ao governo e à campanha pró-presidencialismo. O *Correio da Manhã*, por exemplo, buscou lembrar seu “pioneirismo” na idéia de que era necessário um plebiscito para definir os quadros do sistema de governo:

“Fomos os primeiros que, salvo engano, exigiram o plebiscito para sair do impasse produzido pelo regime instituído em setembro de 1961. Ninguém sabia indicar a saída de conflitos insolúveis entre o Executivo e o Legislativo. Falhou o Presidente da República, falhou a União Nacional, falhou a oposição. A quem recorrer? Quem seria o árbitro, em última instância? O povo.”⁶⁸⁴

O editorial critica fortemente tanto a idéia de abstenção, quanto àquele que minimiza o debate sobre a forma de governo. Em seguida, aponta-se o voto contra o Ato Adicional, mas também discute-se a necessidade de que o presidencialismo não fosse mais aquele da Carta de 46: “temos que repudiar esse falso parlamentarismo, sem permitir a volta do presidencialismo absolutista”.

Já o jornal *Folha de São Paulo*,⁶⁸⁵ mais discreto, não apontou o sentido do voto no referendo, criticando a forma como a campanha antiparlamentarista tinha sido feita, onde “todos os nossos males, da inflação à falta de gêneros essenciais” eram colocados na conta do parlamentarismo. Mas fez questão de conclamar os eleitores a participar da consulta: “Apesar de tudo, porém, há uma convocação às urnas, a que ninguém deve esquivar-se.” E, por fim, apontava aquele como o que poderia pavimentar o caminho para o fim da crise política: “O que todos desejam é que o referendo de hoje encerre o ciclo de crises políticas que há quase um ano e meio intranquilizam o país.”

A “verdadeira eleição” de Goulart

No dia 6 de janeiro de 1963, João Goulart fez um pronunciamento à Nação, onde conclamavam os eleitores a comparecerem ao referendo.⁶⁸⁶ Em seu discurso, mencionava as

⁶⁸⁴ Editorial. *Correio da Manhã*, 4 de janeiro de 1963.

⁶⁸⁵ Editorial, *Folha de São Paulo*, 6 de janeiro de 1963.

⁶⁸⁶ A íntegra do discurso está em *Diário de Notícias*, 6 e 7 de janeiro de 1963, capa.

reformas de base, o Plano Trienal e a crise político-institucional vivida pelo país desde agosto de 1961. O plebiscito era apontado como capaz de resolver tal situação, encerrado um período marcado por crises em várias esferas da vida social. Vejamos alguns trechos:

(...) “Quando as forças progressistas da Nação estão sendo mobilizadas para a conquista das grandes reformas da estrutura e para prestigiar as linhas básicas do Plano Trienal, o referendo que hoje somos convocados tem o sentido de um ato de fé, de uma atitude confiante nos destinos de nossa soberania. Se o voto é uma obrigação, ele é mais de que isto agora: é um direito indeclinável de cidadão, chamado a escolher o sistema de governo que melhor corresponda aos seus ideais de homem livre.” (...)

Por fim, chamava os eleitores às urnas:

“Desta vez quem decide é o povo. Está em suas mãos encerrar a crise institucional gerada pelos acontecimentos de agosto de 1961.” (...)

Toda a máquina de propaganda montada pelos favoráveis ao retorno do presidencialismo, os milhões de cruzeiros – denunciados pelos parlamentares da UDN –, os cartazes, jingles, comícios, artigos de jornal, os apelos e, mais que tudo, a idéia de que o plebiscito significaria a “redenção” de todos os males que afligiam o povo, conseguiu comover a opinião majoritária do corpo eleitoral do país, que deu um “voto de confiança” ao presidente da República, tal como definiu o *Jornal do Brasil*, dois dias depois da consulta.⁶⁸⁷ Prometendo às esquerdas as reformas de base, à burguesia a “ordem e a tranqüilidade”, ao povo o “fim da crise social” e aos cristãos um “governo cristão”, Goulart conquistou algo similar ao que seria sua própria e “verdadeira” eleição presidencial. Segundo Moniz Bandeira, o *The New York Times*, insuspeito de simpatias à esquerda e ao governo brasileiro, qualificou o resultado de um “triunfo pessoal” do presidente.⁶⁸⁸

No dia do referendo, as escaramuças, as conspirações, as sabotagens, os argumentos sobre os “rios de dinheiro”, o “mar de lama” ou coisa parecida, nada conseguiu impedir o comparecimento em massa do eleitorado brasileiro, que por esta época era de 18.565.277, ou seja, 22,18% de uma população de 70.070.457 habitantes, segundo o censo vigente, feito em 1960.⁶⁸⁹ Não precisavam ou não podiam votar os analfabetos, os praças de pré, os inválidos, as mulheres que não tinham ocupação fora do lar, as pessoas com direitos

⁶⁸⁷ *Jornal do Brasil*, 8 de janeiro de 1963.

⁶⁸⁸ BANDEIRA, *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil*, op. cit., p.99.

⁶⁸⁹ *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais*, op. cit., p.35 e 37

políticos cassados ou suspensos, os impedidos de votar por conta de serviços públicos, os doentes que não podiam se locomover, e outros por “motivo de força maior”, desde que justificados. Os faltosos sem justificativa receberiam multa de cem a mil cruzeiros, sendo impedidos de prestar concurso público, de receber vencimentos a partir de março, não podendo obter carteira de identidade e contrair empréstimos na Caixa Econômica, autarquias ou outros estabelecimentos públicos de crédito, além de outras punições.⁶⁹⁰

O resultado apurado foi: 9.457.488 pelo NÃO, enquanto apenas 2.073.582 pelo SIM. O número de votantes foi, portanto, de 11.531.070 e um volume considerável de eleitores se absteve, 7.034.207, perfazendo um índice de 37,88%. Entretanto, tendo em vista que o índice de abstenção na última eleição, de 7 de outubro de 1962, foi de 20%, pode-se afirmar que o resultado foi razoável, afinal os opositores da volta do presidencialismo preferiram empreender qualquer estratégia política exceto o convencimento do corpo eleitoral na manutenção do Ato Adicional. Para o governo o comparecimento superava a marca dos 50% do eleitorado. Por outro lado, se comparado com a votação dada a Jânio Quadros em 1960 – 5.636.623 –, e mesmo à votação de Goulart para o cargo de vice-presidente – 4.547.010 –, a rejeição ao Ato Adicional superava todos esses números.

Com números tão significativos, certamente acima do esperado, tanto pelo governo quanto pela oposição, as teses da “maioria absoluta” tiveram que voltar à gaveta. Após certo rumor de que a “banda de música” da UDN não reconheceria o resultado da consulta popular, o Senado em 15 de janeiro, e finalmente a Câmara federal em 22 de janeiro, concluíram as votações da emenda constitucional que liquidaram com a curta experiência parlamentarista na vida republicana brasileira. E esta parecia não deixar muitas saudades. Neste mesmo dia, Hermes Lima presidiu aquela que foi a última reunião do Conselho de Ministros, que batia em retirada. O conclave durou somente dez minutos e versou apenas sobre os procedimentos referentes à demissão do Conselho e dos funcionários com cargos de confiança, além de programar uma visita dos membros do gabinete demissionário ao presidente da República.⁶⁹¹ Por fim, no dia 23 de janeiro era votada a Emenda Constitucional Nº 6, onde se lê no seu Artigo 1º: “Fica revogada a Emenda Constitucional

⁶⁹⁰ *Correio da Manhã*, 4 de janeiro de 1963.

⁶⁹¹ “Notas taquigráficas da reunião do Conselho de Ministros realizada em 22 de janeiro de 1963.” Fundo Conselho de Ministros Parlamentarista 1T-06 (Gabinete Hermes Lima), Arquivo Nacional (RJ).

Nº 4 e restabelecido o sistema presidencial de governo instituído pela Constituição Federal de 1946, salvo o disposto no seu art. 61.”

Para os partidários de Goulart, começava agora (de fato) o seu governo. Para os conspiradores do complexo IPES/IBAD, as tramas nos bastidores da cena política deveriam ganhar maior vulto, se não quisessem repetir o fracasso de seus planos, tal como havia sucedido em agosto de 1961. As esquerdas esperavam agora as prometidas reformas de base e o fim da política de conciliação, no que foram frustradas logo que descobriram que o Plano Trienal e o novo ministério presidencialista eram seu novo pesadelo.

Considerações finais

Que a maior dos trabalhos acadêmicos tenha negligenciado ou minimizado as marchas e contramarchas de Goulart e seus aliados para conseguir poderes presidenciais pode ser explicado pelo fato que de tais eventos terem certamente uma importância menor que, por exemplo, a campanha da Legalidade em 1961, e o próprio golpe de Estado. Ao dedicarmos este trabalho ao tema do plebiscito de 1963 poderíamos correr o risco de superdimensioná-lo em relação aos outros temas mais visitados da historiografia. Nosso propósito não foi o de dizer que sem uma descrição detalhada da campanha pela volta do presidencialismo, como tentamos desenvolver, não seria possível entender as dimensões mais gerais da crise dos anos sessenta. Ao contrário, qualquer tema do processo político nos anos sessenta é que não pode ser entendido sem uma compreensão adequada da crise orgânica, e é por isto que dedicamos o longo capítulo primeiro a discuti-la. É por isto também que consideramos os mais significativos trabalhos sobre aquela época justamente aqueles que buscaram ter como chão histórico o colapso das condições mais gerais de reprodução do padrão de dominação anterior, como é o caso do estudo seminal de René Dreifuss.

Nesse sentido, nos pareceu extremamente fecundo ter uma postura crítica em relação à mais recente produção historiográfica sobre o golpe de 1964 (hostil justamente ao trabalho de Dreifuss), o que permitiu um olhar para as fontes, não para procurar uma “falta de compromisso das esquerdas com a democracia”, muito menos uma condenação apriorística da radicalização da luta política que marcou aqueles anos. Entender qualquer processo histórico tomando como base a forma de objetivação da sociedade burguesa, marcada por uma “contra-revolução permanente” ou “revolução passiva”, nos livrou de procurar nas lutas da classe trabalhadora, como nas greves gerais de 1962, uma falta de compromisso das lideranças operárias com o “regime democrático”, pois foi tomado como pressuposto o fato daquela “democracia realmente existente” ser um sistema com diversas características oligárquicas, com forte restrição à participação das classes subalternas nas decisões relevantes. Um dos elementos da crise daquele regime inscreve-se justamente no fato destas não aceitarem mais estes limites e buscarem dar uma solução “plebéia” – com o perdão da palavra – aos embates políticos.

Mas então fica a questão do porquê das lideranças populares terem aceitado firmar um acordo tácito com políticos conservadores, como Magalhães Pinto e consortes, nas ações contra o parlamentarismo. O fato é que, mesmo tendo feito a campanha do seu jeito, os comunistas, o CGT, os nacionalistas da FPN não fizeram mais do que ser a ala esquerda daquela frente heterogênea, liderada pela fração mais progressista do cesarismo varguista, João Goulart, num momento em que suas bases sociais não aceitavam mais apoiá-lo, exceto se este se mostrasse capaz de controlar o movimento de massas e conter a escalada da inflação. Não foi por acaso que, como “gratidão” pelo apoio recebido pela esquerda sindical no plebiscito, Jango respondeu com uma guinada à direita, expressa no Plano Trienal e na sua recusa em sancionar a Lei sobre a Remessa de Lucros, já aprovada pelo Congresso desde setembro de 1962 e só sancionada em janeiro de 1964.

Já os argumentos apontados pelos setores conservadores para a necessidade da volta do presidencialismo são sintomáticos de que, de fato, parte destes desejava com Goulart um governo forte, talvez, inclusive, apoiado nas Forças Armadas – como declarou San Tiago Dantas em dezembro de 1962, quando a campanha do plebiscito se enfrentou com as escaramuças de Lacerda para inviabilizar o referendo.⁶⁹² Sobre este último evento, ausente na literatura especializada – salvo algum trabalho por nós desconhecido – consideramos ser uma das contribuições de nosso trabalho, já que muitos são aqueles que incluem o então governador da Guanabara como partícipe da frente antiparlamentarista, já que, é verdade, o mesmo desejava disputar as eleições presidenciais previstas para 1965 e a consolidação do sistema da gabinete seria indesejável. Outros setores, mesmo totalmente convencidos da necessidade de derrubar o governo e o regime (como o IPES), apoiaram o presidencialismo, mas não deixaram de semear a idéia de que o governo era o responsável pelas crises políticas e pela situação da economia. Segundo defendemos, frente ao objetivo estratégico de conquistar o Estado, estes intelectuais orgânicos do capital monopolista entenderam que, com Goulart ungido dos poderes presidenciais, todos os males decorrentes da crise social poderiam agora ser atribuídos diretamente a ele, sem o subterfúgio da indefinição de atribuições do parlamentarismo híbrido. E não é por acaso que muitos consideram o início da conspiração datado justamente do momento em que Goulart consegue liquidar o sistema

⁶⁹² A declaração de San Tiago teria sido feita numa reunião na residência do general Osmino, com outros militares nacionalistas, e é claro que o mesmo se referia a este “partido militar” como suporte do governo. Ver a notícia em: *Diário Carioca*, 22 de dezembro de 1962, *Diário de Pernambuco*, 23 de dezembro de 1962.

de gabinete, o que não implica que acreditemos em tal opinião, pois, tal como demonstrou Dreifuss, o IPES estava desde sua fundação interessado em realizar a instauração das condições ótimas para a acumulação monopolista, derrubando o governo e o regime populista, conquistando o aparelho de Estado.

Uma pesquisa sobre um tema de abrangência nacional, de um país de dimensões continentais como o Brasil, é sempre limitada pela possibilidade do pesquisador dispor de condições para levantar dados em todo este marco espacial. O principal recurso para tentar suprir tal falha foi a consulta à imprensa, tanto aquela sediada no Sudeste – que pelas condições históricas, sempre buscou se apresentar como nacional –, como de pelo menos um jornal nordestino, o *Diário de Pernambuco*, e um gaúcho, o *Correio do Povo*. Todavia, o que nos pareceu mais produtivo que simplesmente buscar um periódico em cada Estado brasileiro, foi a compreensão do caráter partidário dos mesmos, tratando-os como aparelhos privados de hegemonia ligados a determinadas frações das classes dominantes. Assim, foi possível ir além de pensar que tais órgãos seriam simplesmente informativos, o que seria uma ingenuidade, ou que expressassem simplesmente o interesse de seus proprietários, o que seria reducionismo.

Tratá-los como aparelhos privados de hegemonia é entendê-los como portadores de um ponto de vista de interesses classistas, ancorados em projetos sociais particularistas sempre apresentados como universais, daí ser sua ação ser hegemônica. Assim, ao contrário do que diz a crítica vulgar ao materialismo histórico, fuge-se do maniqueísmo de supor que, por exemplo, Júlio de Mesquita Filho, proprietário de *O Estado de São Paulo* desejava ocupar posições no aparelho de Estado para viabilizar seus negócios particulares, deduzindo daí sua posição no plebiscito. Se o materialismo histórico fosse apenas um raciocínio simplista como esse, ficaria impossível explicar tanto a ação de *O Globo* como do próprio IPES. Ao contrário, entender tais veículos como portadores de um projeto de classe é entender sua ação política calcada em viabilizar interesses *estratégicos* da classe dominante, e em alguns casos, frações desta classe, mas nunca os interesses particulares de indivíduos A ou B. Assim, no caso da divergência de posições entre *O Globo* e *O Estado de São Paulo* sobre a postura adotada frente ao plebiscito, deve-se de saída alertar que o tema em tela não era uma questão de vida ou morte para a classe dominante, como é o caso da propriedade privada. Quando esta parecia ser ameaçada pela escalada dos movimentos

das classes subalternas, não se viram duas, mas uma posição unificada destes aparelhos privados de hegemonia em favor da insurreição preventiva das classes dominantes.

Por outro lado, considerar que a estratégia do IPES culminou em uma ação vitoriosa não deve levar à compreensão de que o plebiscito foi nada mais que um entreato para o golpe de Estado. Sendo a luta de classes o substrato material da política, foi esta mesma que definiu que os acontecimentos políticos após o referendo levassem a um isolamento maior de Goulart, criando as condições para o golpe. Mas, certamente, os compromissos feitos entre o governo e a classe trabalhadora (único setor da população capaz de impedir a contra-revolução), levaram a que esta não fosse capaz de empreender uma ação histórica independente. Ficando a reboque do governo, não conseguiu mais do que, para retomarmos as categorias de Gramsci, empreender um “subversivismo esporádico e inorgânico”, incapaz de reverter a “revolução passiva”, posto que não conseguiu constituir um “moderno Príncipe”. Mas fica a questão de saber se a classe trabalhadora era realmente capaz de impedir o desfecho à direita do processo, e a resposta pode ser encontrada na observação da capacidade política que a mesma teve ao realizar duas importantes greves gerais no ano de 1962, inclusive contra o desejo de Goulart e os elementos mais progressistas do campo nacionalista (como foi enfatizado no segundo capítulo deste trabalho). Por outro lado, o que explica o não desenvolvimento desta tendência inscrita no campo de possibilidades, foi certamente a estratégia concebida pelas direções políticas dos movimentos das classes subalternas que, se conseguiram avançar no terreno organizativo, criando entidades como o CGT, tinham como norte a idéia de que no Brasil era possível encontrar um setor das classes dominantes que pudesse ser aliado em uma luta de antiimperialista, a malfadada “burguesia nacional”. Neste caso, sendo a esquerda do PTB nada mais do que a expressão mais progressista do cesarismo varguista no movimento popular, a conta do fracasso não pode ser debitada a outra organização que não ao PCB.

Bibliografia

1. Teoria e Metodologia

ARCARY, Valério. *As esquinas perigosas da História: situações revolucionárias em perspectiva marxista*. São Paulo: Xamã, 2004.

BENSAÏD, Daniel. *Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BIANCHI, Álvaro. “Crise, política e economia no pensamento gramsciano.” *Novos Rumos*, nº36, 2002, p.28-37.

_____. “Revolução passiva: pretérito do futuro.” *Crítica Marxista*, n.23, 2006, p.34-57.

_____. *O Laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008.

BOITO JR. Armando. *Estado, política e classes sociais: ensaios teóricos e históricos*. São Paulo: Ed.Unesp, 2007.

BRAGA, Ruy. “Risorgimento, fascismo e americanismo: a dialética da passivização.” In. DIAS, Edmundo Fernandes *et alli*. *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996, p.167-182.

_____. “Gramsci e a dialética da passivização.” In. *A restauração do capital: um estudo sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Xamã, 1997, p.195-212.

FONTES, Virgínia. *Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bomtexto, 2005.

GRAMSCI, Antonio. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Cadernos do cárcere*. vol.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *Cadernos do cárcere*. vol.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *Cadernos do cárcere*, vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Cadernos do cárcere*, vol.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Cadernos do cárcere*, vol.5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRESPLAN, Jorge. *O negativo do capital: o conceito de crise na crítica de Marx à economia política*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1999.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

LENIN, Vladimir I. *A falência da II Internacional*. São Paulo: Kairós, 1979

_____. *O programa agrário da social-democracia russa na primeira revolução russa (1905-1907)*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

_____. *A doença infantil do 'esquerdismo' no comunismo*. Moscou: Edições Progresso, 1986.

LUKÁCS, Georg. *El assalto a la razon*. Barcelona; México: Grijalbo, 1968

_____. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. *Capítulo VI inédito d'O capital: resultados do processo de produção imediato*. Porto: Escorpião, 1975.

_____. "O 18 do Brumário de Luís Bonaparte." In _____. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural. 1978. pp.323-404.

_____. "A guerra civil na França." *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega. s.d., pp. 39-103.

_____. "As lutas de classe na França (1848-1850)." *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega. s.d., p.93-198.

_____. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1, a volumes. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

MILIBAND, Ralph. *O Estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MORENO, Nahuel. *As frentes populares na história*. São Paulo: Sudermann, 2002.

NAPOLEONI, Cláudio. *Lições sobre o capítulo VI (Inédito) de O Capital*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

MOORE JR. Barrington. *Origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley & SANT'ANNA, Ronaldo. "Introdução: Gramsci, o Estado educador e a nova pedagogia da hegemonia." In. NEVES, L. M. W. (org.). *A nova*

pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005, p.19-39.

POLLAK, M. “Memória, esquecimento, silêncio.” *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p.3-15.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. 2 volumes. Porto: Portucalense, 1971.

ROMERO, Daniel. *Marx e a técnica: um estudo dos manuscritos de 1861-1862*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TROTSKY, Leon. “Os sindicatos na época de decadência imperialista.” In. *Escritos sobre sindicato*. São Paulo: Kairós, 1978, p.101-109.

_____. *Aonde vai a França?* São Paulo: Desafio, 1994.

_____. *História da Revolução Russa*. São Paulo: Sudermann, 2007.

_____. *O Estado, o poder, o socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

WOOD, Ellen Meiksins. *A democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

2. Historiografia

BATALHA, Cláudio H. M. “Historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências.” In. FREITAS, Marcos C. de. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001, p.145-158.

CALIL, Gilberto. “O Populismo e Hegemonia Burguesa na América Latina.” *História & Luta de Classes*. Ano 3, nº4, julho de 2007, p.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. “1964: temporalidade e interpretações”. In: REIS, Daniel Aarão e outros (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru (SP): Edusc, 2004, pp. 15-28.

DEMIER, Felipe. “A lei do desenvolvimento desigual e combinado de Leon Trotsky e a intelectualidade brasileira.” *Outubro*, n.16, 2007, p.75-107.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. O estado-da-arte. Rio de Janeiro & São Paulo: Record, 2004, p.15-67.

FONTES, Virgínia. “Estado e hegemonia no Brasil: alguns comentários sobre dificuldades conceituais.” In. MENDONÇA, S. R. (org.). *Estado e historiografia no Brasil*. Niterói: EDUFF, 2006, p.269-281.

GOMES, Ângela Maria de Castro. “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito.” In. FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 17-57.

MATTOS, Marcelo Badaró. “Os trabalhadores e o golpe de 1964.” *História & Luta de Classes*, n. 1, 2005, p.7-18.

_____. “E. P. Thompson no Brasil.” *Outubro*, n.14, 2006, p.81-110

MENDONÇA, Sônia Regina de. “Introdução.” In. MENDONÇA, S. R. (org.) *O Estado brasileiro: agências e agentes*. Niterói: EDUFF; Vício de Leitura, 2005, p.7-17.

MELO, Demian. “A miséria da historiografia.” *Outubro*. n.14, 2006, p.111-130.

TOLEDO, Caio Navarro de. “As falácias do revisionismo.” *Crítica Marxista*, n. 19, 2004.

3. Desenvolvimento da sociedade burguesa no Brasil

BOSI, Alfredo. “Arqueologia do Estado-Providência.” In. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.273-307.

CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo. *Desenvolvimento e dependência na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

COUTINHO, Carlos Nelson. “As categorias de Gramsci e a realidade brasileira”, In. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 191-219.

_____. “O significado de Lima Barreto na literatura brasileira.” In. COUTINHO, et. al. *Realismo e anti-realismo na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974, p.1-56.

CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: história e historiografia*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar. 1975.

- FONTES, Virgínia. “Que hegemonia? Peripécias de um conceito no Brasil.” *Reflexões impertinentes: história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bomtexto, 2005, p.201-232.
- FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- IANNI, Otávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. *A formação do Estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- LAFER, Celso. *The Planning Process and the Political System in Brazil: A Study of Kubitschek's Target Plan*, Tese de Doutorado, Cornell University, 1970.
- _____. “Premissas operacionais do Plano de Metas.” *Dados*, n.9, 1972.
- MARINI, Rui Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bomtexto, 2008.
- MENDONÇA, Sônia Regina. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- MORAES, Maria. “Considerações sobre a crise de 1964.” In. MANTEGA, Guido & MORAES, Maria. *Acumulação monopolista e crises no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p.19-50.
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica da razão dualista*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- SIKKINK, K. “Las capacidades y la autonomia del Estado en Brasil y la Argentina: un enfoque neoinstitucionalista.” *Desarrollo economico – revista de ciencias sociales*, Buenos Aire, vol. 32, nº 128, enero-marzo 1993, p.543-574.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo; Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

VIANNA, Luís Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. *A revolução passiva no Brasil: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Iuperj; Revan, 1997.

WEFFORT, F. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

4. Processo político brasileiro

ABREU, Alzira Alves. “Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb).” In: FERREIRA & AARÃO REIS, *As esquerdas no Brasil*, op. cit., p.409-432.

ALMEIDA, Lúcio Flávio de. *A ilusão do desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: UFSC, 2006.

BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré-64*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____. *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil(1961-1964)*. 7ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Ed.UNB, 2001.

BASBAUM, Leôncio. *História sincera da república: de 1961 a 1967*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

BOITO JR., Armando. *1954: a burguesia contra o populismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CAMARGO, Aspásia Alcântara de. “Autoritarismo e populismo: bipolaridade no sistema político brasileiro.” *Dados*, n.12, 1976.

CARDOSO, Fernando Henrique. “O modelo político brasileiro”. In _____. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

DEUSDARÁ, Pâmella. *Vozes a favor do golpe*. Dissertação de mestrado, Uerj, 2007.

DREIFUSS, René Armand. *1964, a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERNANDES, Florestan. “Revolução ou Contra-Revolução?” In FERNANDES, F. *Brasil: em compasso de espera*. São Paulo: HUCITEC. 1980.

FERREIRA, Jorge. (org.). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira.” In. FERREIRA, J (org.). op. cit., p.59-124.

_____. “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”. In FERREIRA, J. & DELGADO, Lucilia Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Coleção As esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas?: alternativas democráticas à crise política (1961-1964)*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

_____. “Estrutura e escolhas: era o golpe de 1964 inevitável?”. In. *1964-2004: 40 Anos do Golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: Faperj/7Letras. 2004.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.

GORENDER, Jacob. *O Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

HIPPOLITO, Lúcia. *PSD, de raposas e reformistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo/IUPERJ, 1991.

LEMOS, Renato. “Afonso Arinos” (atualização) e “Raul Pilla”. Verbetes no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000, versão CD-Rom.

_____. “Anistia e crise política no Brasil pós-1964”. *Topoi*, Rio de Janeiro, nº 5, pp. 287-313, set.2002.

MORAES, João Quartim de. “O argumento da força.” In. OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de, et. al. *As forças armadas no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço & Tempo, s.d.

MENDONÇA, S. R. “1964: o duplo golpe no campo.” *Outubro*, n.10, p.31-48.

- PRESTES, Anita Leocádia. *Sobre os 50 anos da “Declaração de março de 1958” do PCB*. 2008 (mimeo).
- REIS FILHO, Daniel Aarão. “O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita.” In FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.
- SAES, Décio. “Classe média e política no Brasil. 1930-1964.” In. *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano, Vol. 3. São Paulo: Difel, 1981.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Editora UFMG; Iuperj, 2003.
- SCHWARZ, Roberto. “Cultura e política: 1964-1969.” In. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p.61-92.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- SOUZA, M. C. C. *Estados e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- TOLEDO, Caio Navarro. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1978.
- _____. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- TOLEDO, C.N.(org.). *Intelectuais e políticos no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- VICTOR, Mario. *Os cinco anos que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- VILLA, Marcos Antônio. *Jango: um perfil (1945-1964)*. Porto Alegre: Globo, 2004.
- VINHAS, Moisés. *O partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo: HUCITEC, 1982.
- WEFFORT, Francisco. “O populismo na política brasileira.” In FURTADO, Celso (coord.). *Brasil: Tempos modernos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

5. Movimento sindical e popular

ABREU, Paulo Tenório de. *As greves no Rio de Janeiro (1955-1964)*. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 2001.

AMORJ. *Batistinha: o combatente dos trilhos*. Rio de Janeiro: CMF/AMORJ, 1994.

BASTOS, Elide Rugai. *As ligas camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

BOITO JR. Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unicamp, 1991.

CARLONI, Carla Guilherme. “A esquerda militar no Brasil (1955-1964).” In. FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (org.). *As esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.279-308.

CARONE, Edgar. *Movimento operário no Brasil (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1982.

COSTA, Sérgio Amad. *O CGT e as lutas sindicais brasileiras (1960-1964)*. São Paulo: Grêmio Politécnico, 1981.

DELGADO, Lucília Neves. *O CGT no Brasil: 1961-1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.

DEMIER, Felipe. “A ‘Legalidade’ do Golpe: o controle dos trabalhadores como condição para o respeito às Leis”. *Revista História & Luta de Classes*. Ano 1, Nº 1. Rio de Janeiro: ADIA. Abril de 2005, p.29-41.

ERICKSON, Kenneth Paul. *Sindicalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

FORTES, Alexandre et. al.. *Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho*. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.

FRENCH, John. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

GUIMARÃES, Maria Elisa Wildhagen. *O CGT enquanto direção do movimento sindical no período de 61-64: participação nas crises políticas nacionais e relação com o governo Goulart*. (Relatório de pesquisa). Niterói: UFF, 1988.

JAKOBY, Marcos André. A organização sindical dos trabalhadores metalúrgicos de Porto Alegre no período de 1960 a 1964. (Dissertação de mestrado, PPGH-UFF). Niterói, 2008.

LEITE LOPES, José Sérgio. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos. (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

_____. (coord.). *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca (1945-1964)*. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ. 2003.

_____. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2005.

MIGLIOLI, Jorge. *Como são feitas as greves no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

MOISÉS, José Álvaro. *Greve de massa e crise política (estudo da Greve dos 300 mil em São Paulo – 1953-54)*. São Paulo: Polis, 1978.

PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. *Praças em pé de guerra: o movimento político dos subalternos militares no Brasil, 1961-1964*. (Dissertação de mestrado.) PPGH – UFF, Niterói, 1992.

RODRIGUES, Leôncio Martins. “Sindicalismo e classe operária (1930-1964).” In. FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III, vol. III. São Paulo: Difel, 1986.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANDOVAL, Salvador. *Os trabalhadores param: greves e mudanças sociais no Brasil (1945-1964)*. São Paulo: Ática, 1994.

SANTANA, Marco Aurélio. *Partido e militância sindical: a atuação comunista no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro (1947-1964)*. Dissertação de mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.

_____. “Trabalhadores e militância sindical: a relação partido/sindicato/classe no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro (1947-1964).” In. RAMALHO, José Ricardo & SANTANA, Marco Aurélio. *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos*. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, 2001, p.165-212.

SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa: os operários das docas de Santos, direitos e cultura da solidariedade (1937-1968)*. São Paulo: Hucitec; Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1995.

TELLES, Jover. *O movimento sindical no Brasil*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

WEFFORT, F. *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco 1968*. São Paulo: Cebrap, 1972.

6. Militares na política

CARDOSO, Rachel Motta. *Depois, o golpe: as eleições de 1962 no Clube Militar*. (Dissertação de mestrado). PPGHIS-UFRJ, 2008.

CARVALHO, José Murilo. “Forças Armadas e política (1930-1945).” In. *A Revolução de 30: Seminário Internacional*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV; Brasília: Ed.UNB, 1980, p.109-187.

HUNTINGTON, Samuel P. *A ordem política nas sociedades em mudança*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária; São Paulo: Edusp, 1975.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As forças armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1976.

ROUQUIÉ, Alain. *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, s.d.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

STEPAN, A. *Os militares na política: mudanças nos padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

7. Literatura memorialista, entrevistas e afins

ANDRADE, Auro Moura. *Um Congresso contra o arbítrio: diários e memórias (1961-1967)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CAMARGO, Aspásia & GÓES, Walder. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981

CAMARGO, Aspásia & MARIANI, Maria Clara. *O intelectual e o político: encontros com Afonso Arinos*. Senado Federal: Dom Quixote; Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 1983.

CAMPOS, Roberto. *A Lanterna na Popa*. Vol 1. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CAPITANI, A. B. *A rebelião dos marinheiros*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

CASTELO BRANCO, Carlos. *Introdução à revolução de 1964*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. (Int. e Org). *Visões do golpe: A memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

LIMA, Hermes. *Travessia: memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

MORAES, Dênis. *A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

MOTTA, Marly Silva da; ALBERTI, Verena & ROCHA, Dora (orgs.) *O salão dos passos perdidos; depoimento ao CPDOC*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira/FGV, 1997.

QUADROS, Jânio & MELO FRANCO, Afonso Arinos. *História do povo brasileiro*. Vol. VI (“O Brasil contemporâneo, crises e rumos”). São Paulo: Jânio Quadros Editores Culturais, 1967.

SCHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder*. Vol.1 (Os protagonistas). São Paulo: Global, 1979.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1988.

ZILLER, Armando. *Coleção Memória Política de Minas*. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa de Minas Gerais, 2000.

8. Obras de referência

ABREU, Alzira *et. alii* (org.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001, versão CD-Rom.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Brasília: UNB, 1986.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1988.

Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

OUTHWAITE, William & BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.